

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 194

JANEIRO — MARÇO

1947

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

DIRETOR

CLAUDIO GANNS



1948

IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL

OS MOVIMENTOS MIGUELISTAS DE 1823 E 1824

HILDEBRANDO ACCIOLY

I — A REVOLUÇÃO DE 1820 EM PORTUGAL E A REAÇÃO ANTI-CONSTITUCIONALISTA

As calamidades da guerra napoleônica, o surto das novas idéias, o exemplo da Espanha e o quase abandono em que permanecia Portugal, em virtude da ausência da Família Real, favoreceram a fermentação revolucionária no país e conduziram, afinal, ao movimento de agosto de 1820, no Pôrto.

A revolução do Pôrto, como é sabido, logo se alastrou nas províncias do norte, aliás sem efusão de sangue, e, depois, com a adesão de Lisboa, ganhou todo o Reino.

Em dezembro, houve eleições para a formação de Côrtes constituintes, que começaram a funcionar em fins de janeiro de 1821. Os trabalhos de tal assembléia foram marcados, desde o princípio, por grandes desatinos de natureza política (1).

Em setembro do ano seguinte, as Côrtes concluíam a sua importante tarefa, dando ao Reino uma Constituição política.

(1) Fortunato de Almeida ("História de Portugal", tomo VI, Coimbra, 1929, p. 33) atribui a desorientação de que a mesma deu provas "à incompetência e inexperiência de seus elementos preponderantes e à influência perniciosa da maçonaria".

Antes, porém, isto é, em julho, havia regressado a Lisboa o rei D. João VI, ali acolhido com simpatia pelo povo e tratado afrontosamente pelas Côrtes, das quais, virtualmente, se tornou prisioneiro.

Assim, ainda que pudesse ter objeções ao novo estatuto político, o soberano não se esquivou a jurá-lo solenemente, uma semana após a sua aprovação. A Rainha, porém, espírito obstinado e com idéias próprias, recusou-se a tal juramento, sob pretextos que mal encobriam sua oposição formal àquele documento.

Ora, as Côrtes haviam decretado que todo Português que se negasse a jurar a Constituição ou as suas bases perderia a cidadania do Reino e deveria deixar imediatamente o território nacional. Já isto tinha acontecido, de início, quando se tratava apenas das bases da Constituição, com o Patriarca de Lisboa, D. Carlos da Cunha, o qual, obrigado a partir, fixara residência em Baiona.

D. Carlota Joaquina, no entanto, alegando o seu estado de saúde, conseguira, após muita discussão, a aquiescência das Côrtes à sua retirada para a Quinta do Ramalhão, embora despojada das prerrogativas que lhe pertenciam. Ali iria ela constituir o centro de tôdas as conspirações contra a nova ordem de coisas e o governo do marido.

A propaganda, nesse sentido, não seria difícil, porque a revolução de 1820 e a obra das Côrtes haviam trazido muitas desilusões, por assim dizer em tôdas as classes.

A nobreza perdera privilégios e situações rendosas. O clero tivera restringida a sua liberdade de ação, vira com desprazer a extinção do tribunal do Santo Ofício e talvez se sentisse assustado com a pública apologia da maçonaria, apesar de não poucos eclesiásticos fazerem parte das lojas maçônicas. Os militares não podiam ter entusiasmo por um regime que não os prestigiava e não lhes mantinha o soldo em dia. Os funcionários públicos sofriam com os vencimentos em atraso. E a massa popular, ignorante e como que indiferente às mutações políticas, além de habituada ao absolutismo, não morria de amores pela nova situação.

A tudo isso acresciam os ressentimentos causados pela separação do Brasil, em parte provocada pelos desatinos das Côrtes e cujas conseqüências, além de ofensivas ao sentimento patriótico, eram desastrosas para os interesses dos comerciantes e até, segundo um historiador português, para a economia de numerosas famílias (2).

Nestas condições, fácil seria a conquista de elementos para um movimento contra a ordem de coisas instaurada com a revolução de 1820 e, especialmente, com a Constituição de 1822, tanto mais quanto não existia unidade de ação, nem de sentimentos, no próprio partido liberal, então dominante.

A reação, aliás, cedo se manifestara. Assim, já em abril de 1822, fôra descoberta em Lisboa uma conspiração, chamada da Rua Formosa, que, segundo se

disse, projetava dissolver as Côrtes e convocar outras, depor D. João VI e substituí-lo por D. Carlota Joaquina, assistida por um conselho de regência, e entregar o comando geral do exército ao príncipe D. Miguel.

Mais sério foi o grito de revolta de Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, Conde de Amarante, levantado em fevereiro de 1823, em Vila Real, contra a Constituição e a favor da volta ao absolutismo. Esse movimento ficou, entretanto, circunscrito à província de Trás-os-Montes, sendo facilmente dominado.

A fermentação, porém, caminhava. Para ela concorriam agora as notícias vindas de França e da Espanha. O discurso de Luis XVIII, na abertura do parlamento francês, a 26 de janeiro de 1823, no qual anunciara que “cem mil Franceses estavam prontos a marchar para conservar o trono de Espanha a um neto de Henrique IV, preservar da ruína aquele belo reino e reconciliá-lo com a Europa”, causara grande impressão. Maior ainda a resultante do anúncio de que as tropas francesas de invasão, comandadas pelo Duque de Angoulême, depois de haverem atravessado o Bidasoa, a 7 de abril, avançavam sem dificuldades, aproximando-se, rapidamente de Madrid, onde entrariam a 24 de maio.

Se a monarquia absoluta ia ser restabelecida na Espanha, com o apoio da Santa Aliança, não havia razão — pensavam os absolutistas portugueses — se não fazer o mesmo em Portugal.

A coisa, porém, parecia menos fácil no reino lusitano.

Ainda havia pouco, perante as Côrtes reunidas, o soberano assegurava de novo aos representantes da nação o seu empenho de “guardar e fazer guardar a Constituição”.

Entretanto, a conspiração continuava a sua trama, destinada a vir a lume dias

(2) V. “História de Portugal”, edição monumental, vol. VII (Barcelos, 1935), p. 119.

depois. O núcleo permanecia na Quinta do Ramalhão: era sempre Carlota Joaquina, assessorada pelo filho predileto, o qual gozava de imensa popularidade (3).

II — A VILA FRANCA

O movimento, a que se daria depois o nome de *Vilafrancada*, rebentou a 27 de maio. O sinal da revolta foi dado pelo Regimento de infantaria 23, que se achava aquartelado no castelo de S. Jorge, em Lisboa, e devia seguir para a Beira, a fim de se reunir ao exército de observação, criado, ao que parece, em virtude da invasão francesa na Espanha. Pouco depois de sair da capital, no caminho que levava a Sacavém e a Vila Franca de Xira, o dito Regimento sublevou-se, soltando gritos de: Viva El-Rei absoluto!

Em Sacavém, para onde partira cedo, o Infante D. Miguel tomou o comando daquele Regimento, sendo acompanhado pelo mesmo e por alguma força de cavalaria, até Vila Franca, onde estabeleceu, provisoriamente, seu quartel-general.

Dali, o Infante dirigiu uma proclamação aos Portuguezes, publicada com aquela data e que assim começava: "É tempo de quebrar o férreo jugo em que ignominiosamente vivemos. Em nome do melhor dos reis assaz temos sofrido o mais intolerável despotismo. O meu coração (combatido entre o firme propósito de não faltar à obediência a meu augusto rei, e senhor, e a dor que me causam os males da nação) hesitou em tomar uma resolução, a que por outra parte me impelia a obrigação de filho, sem sua real aprovação". Apontava, em seguida, a triste situação a que tinham prometidos direitos nacionais", anuncia-

dos com a revolução de 1820, os facciosos tinham trazido a ruína da nação; exortava os Portuguezes a libertarem o sido reduzidas a Realeza, a Magistratura e a Nobreza; dizia que, "em lugar dos Rei, e Sua Majestade a outorgar uma constituição a seus povos; e terminava protestando que o que se pretendia não era restaurar o despotismo, nem tomar vinganças, mas a união de todos os Portuguezes, com total esquecimento das opiniões passadas (4).

A notícia da revolta causou grande inquietação em Lisboa, tanto maior quanto a insurreição parecia ir-se alastrando a outros corpos de tropa.

O soberano, com o temperamento pusilânime que o caracterizava, denunciou logo os seus temores por meio de atitudes hesitantes e contraditórias. Começou por condenar o movimento, em proclamação publicada a 30 de maio, no "Diário do Govêrno", na qual censurava acrememente o procedimento de D. Miguel, declarando que o abandonava, "como pai", e que saberia "punir-lo, como rei". Prometia, ao mesmo tempo, manter a Constituição, que dizia ter aceito, "mui livremente" (5).

No mesmo dia, no entanto, a instâncias do Marquês de Loulé e com receio talvez de que os insurgentes se tornassem vitoriosos e entregassem a regência do Reino a D. Carlota Joaquina, vencia as costumeiras hesitações e partia para Vila Franca, acompanhado do único regimento da capital que até aquela data se mantivera fiel à Constituição. Já no dia seguinte, lançava El-Rei nova proclamação, na qual afirmava a necessidade de se reformar aquela mesma Constituição,

(3) Referindo-se a êste, diz Armando Marques Guedes ("A aliança inglesa", Lisboa, 1938, p. 293): "O Infante D. Miguel, de seu feitio impetuoso, açulado por uma côrte de pessoas tradicionalistas e de gente, por temperamento e incultura, inclinada à violência, transformara-se no ídolo da população".

(4) Proclamação assinada *Miguel*, de Vila Franca de Xira, em 27 de maio de 1823; editada em Lisboa, na tipografia "Rollandiana".

(5) V. "História de Portugal, edição monumental", VII, p. 116, e Fortunato de Almeida, "História de Portugal", VI, p. 58.

que, no seu dizer, não tinha “feito a ventura da Nação”. “A experiência” — lê-se no novo documento real — “tem demonstrado de um modo bem doloroso para mim, e funesto para a Nação, que as instituições existentes são incompatíveis com a vontade, usos e persuasões da maior parte da Monarquia; os fatos, por sua evidência, vigoram estas asserções: o Brasil, esta interessante parte da Monarquia, está espedaçado; no Reino, a guerra civil tem feito correr o sangue dos Portuguezes às mãos de outros Portuguezes; a guerra estrangeira está iminente e o Estado flutua, assim ameaçado de uma ruína total, se as mais prontas e eficazes medidas não forem rapidamente adotadas”. Cumpria-lhe, pois, “como rei e pai” dos seus súditos, “salvá-los da anarquia e da invasão” (6).

Já então numerosas tinham sido as adesões militares a D. Miguel. Entre as mesmas, apontava-se até a do próprio general Sepúlveda, conhecido pelo seu passado de “regenerador” e que fôra encarregado de manter a segurança pública na capital, ao deflagrar o movimento de Vila Franca.

Não era de admirar, pois, que D. João VI, incapaz de qualquer gesto de coragem e sentindo-se sem forças para resistir à insurreição, tivesse abandonado o platônico apoio das Côrtes de Lisboa e procurasse aderir, enquanto era tempo, aos sediciosos de Vila Franca. Na realidade, assim procedendo, praticava um ato que lhe seria intimamente simpático, pois não tinha nenhum apêgo a Constituição que lhe fôra imposta, e o que mais lhe importava era conservar o trono.

Uma testemunha daqueles acontecimentos, Monsenhor Giuseppe Cherubini,

então Internúncio em Lisboa, relatou-os contemporaneamente, com cores vivas, nalguns ofícios inéditos, cujos originaes se acham ainda no Arquivo Secreto Vaticano. Foi-nos dado o prazer de os encontrar, e julgamos interessante reproduzir aqui, devidamente traduzidos, alguns dos seus trechos.

Cherubini já residia desde alguns anos em Portugal, para onde fôra como Auditor da Nunciatura e Delegado Apostólico, ao tempo em que a Côrte portuguesa se achava ainda no Brasil e Mons. Marefoschi era Núncio Apostólico no Rio de Janeiro.

Sua linguagem é a de um convicto adepto do absolutismo. Sua ojeriza aos princípios liberais se denuncia em várias passagens dos seus ofícios. Daí a simpatia evidente com que encara a pessoa e os feitos do príncipe D. Miguel.

Relatando a insurreição de Vila Franca, assim começava: “S.A.R. o Senhor Infante D. Miguel, não podendo mais suportar a continuação da detenção, na Quinta do Ramalhão, de Sua Augusta Mãe a Senhora Rainha D. Carlota Joaquina, e sendo-lhe sempre mais odiosas tôdas as perniciosíssimas inovações contra a Igreja e o Trono, resolveu sacudir êle mesmo o duríssimo jugo que ainda oprime êste Reino”.

E continuava: “Previsto, pois, o que, em tais casos, se deve prever, tanto a respeito da tropa quanto a respeito de quem podia ajudá-lo, levantou-se êle da cama, na madrugada do dia 27 do expirante mês de maio, entregou a um criado do Palácio, de nome Firmo, uma carta dirigida ao Senhor João Lourenço, tesoureiro particular de Sua Majestade, com outra inclusa para o Seu Augusto Pai, na qual lhe significava a resolução tomada e os motivos urgentíssimos que à mesma o tinham levado, e disse ao sobredito Firmo que ia a Queluz e que nada contasse, porque de outro modo de-

(6) “Proclamação que Sua Majestade dirigiu de Vila Franca de Xira aos habitantes de Lisboa”, datada de 31 de maio de 1823, editada em Lisboa, na tipografia de R.J. de Carvalho.

veria pagar essa desobediência. Em seguida, absolutamente só, empreendeu a viagem para Queluz, onde tomou o seu uniforme, unindo-se-lhe ali um esquadrão de cavalaria, que estava na vizinha cidade de Belas. Tomou então o caminho de Sacavém, onde o esperava outra [fôrça de] cavalaria e o Regimento n.º 23, que, para tal efeito, havia fugido do castelo de S. Jorge. Sua Alteza, ao chegar à praça de Vila Franca, ainda a cavalo e com a bandeira de Seu Augusto Pai na mão, proclamou a Religião e S.S.M.M. o Rei e a Rainha, gritando: *Morte à Constituição!* — É absolutamente inexprimível a alegria dos Portugueses, ao verem o filho do soberano, que tanto amam, sacudir o tirânico jugo constitucional, assim como ainda parece incrível a adesão de todos à pessoa e à causa de Sua Alteza”.

Contava, então, as homenagens e manifestações de carinho por todos ali tributadas ao Infante, recebido por toda parte “como divindade”. Falava na libertação de presos, que eram mantidos nos cárceres “por se mostrarem realistas”. Assinalava os entusiásticos gritos da tropa e habitantes, contra a Constituição e a favor do “Rei absoluto e independente, como era dantes”, e do Infante (7).

Enquanto se passavam tais fatos em Vila Franca, a situação em Lisboa era intranquila. “Sua Majestade”, — escrevia Cherubini, — “apenas soube da partida de Seu Augusto Filho, mostrou-se amedrontado e abatido, e enviou ao mesmo uma carta de advertência, por meio do Senhor Marquês de Belas. Depois, S.M. mandou uma mensagem, às Côrtes, para lhes anunciar o sucedido. As Côrtes puseram imediatamente toda

Lisbôa em armas e por toda parte só se viam soldados de linha e guardas cívicos, com canhões, a ameaçarem toda a gente. Em seguida, enviaram uma deputação a S.M., que ficou atemorizado. O mesmo fez o Ministério, reunido. Após essas visitas, S.M. se dignou receber-me só, em audiência. Achei-o no máximo estado de abatimento e temor, repetindo-me a história trágica de Luís XVI. Procurei aliviá-lo de todos os modos possíveis, mas a audiência foi breve, porque os Conselheiros de Estado deviam reunir-se em conselho com Sua Majestade. Nessa reunião, S.M. ainda se mostrou não pouco atemorizado” (8).

Os Conselheiros insinuaram a D. João VI a necessidade de mudança do Ministério. Mas, os nomes propostos, segundo dizia Cherubini, eram de “indivíduos bastante piores do que os que estavam em funções”. Em todo caso, tal medida não teve o dom de acalmar os ânimos, que continuaram exaltados.

No dia 29, El-Rei acompanhou a tradicional procissão do Corpo de Deus, à qual Cherubini, apesar de seu caráter de representante da Santa-Sé, julgou não dever comparecer, por não poder, — conforme explicou para Roma, — encontrar-se, numa função sacra, “com um governo excomungado por tantos atos praticados contra a Igreja”. Na mesma noite, ocorreu um motim na Praça do Rocio, durante o qual, — disse Cherubini, — “por umas três vezes se procurou matar o General Sepúlveda”, que, logo depois, partia “com cavalaria e canhões”, a fim de se unir ao Infante D. Miguel. Esperava, porém, o Internúncio que o dito príncipe o não aceitasse, porque aquele general era “um dos primeiros revolucionários do Pôrto”.

Na manhã de 30, Cherubini, tendo ido a Queluz, para fazer uma visita à In-

(7) Offício n.º 683, de 30 de maio de 1823, de Mons. Giuseppe Cherubini ao Cardeal Secretário de Estado. *Arch. Segreto Vaticano, Segret. di Stato*, rubrica 250, ano 1823.

(8) Cit. officio n.º 683.

fanta D. Isabel Maria, que havia sofrido insultos de convulsão, ali encontrou as tropas e os habitantes revoltados, em favor do soberano. Julgou, então, mais prudente não aparecer no Palácio Real e voltar a Lisboa.

Ali chegando, considerou a situação com grande pessimismo. A mesma lhe pareceu terrível. “Será coisa difficílissima e perigosíssima” — escreveu êle — “restabelecer a paz nesta capital”.

Naqueles dias agitados, no entanto, não se descuidava de procurar todos os dias estar com El-Rei, junto a quem se esforçava por obter que os negócios eclesiásticos tornassem a seu primitivo estado, isto é, à situação anterior à revolução de agosto de 1820.

O soberano, hesitante sobre o partido a tomar, parece só se ter decidido a aderir aos amotinados quando, no dia 30, o Regimento de Infantaria n.º 18, reunido em frente ao paço da Bemposta, levantou vivas a “El-Rei absoluto” e morras à Constituição. Segundo constou então ao Internúncio, o dito Regimento, na mesma ocasião, tinha pedido licença para ir a Queluz e em seguida ao Ramalhão, a fim de libertar a Rainha e reconduzi-la a Lisboa (9).

O fato, contado pelo próprio monarca a Mons. Cherubini — e por êste, mais tarde, relatado —, assim se teria passado: “Na ocasião em que [Sua Majestade] se achava na novena do Santíssimo Coração de Jesus, na igreja contígua ao seu Palácio da Bemposta, o Regimento n.º 18, chegado a Lisboa, se enfileirara diante do referido Palácio e proclamara S.M. rei livre, absoluto e independente. Em seguida, os soldados daquele Regimento puseram-se em guarda nos apo-

sentos do Palácio e, tendo repellido a própria officialidade, que era absolutamente constitucional, pediram a presença de El-Rei, o qual, havendo passado da sua tribuna à sala do trono, foi sollicitado, pelo Regimento, a partir de Lisboa e ir, com êste, ao encontro de seu augusto filho. Foram tão grandes e tão vivas as instâncias que, mal se prepararam as carruagens, S.M. partiu de Lisboa, em companhia daquele Regimento, cerca das 8 horas da noite, e se dirigiu a Vila Franca, passando por Sacavém, a duas horas de Lisboa e onde teve que parar, a fim de deixar beijar a mão por todos os habitantes da localidade. Êstes, com archotes e com vivas, o acompanharam na viagem” (10).

Na manhã seguinte, naturalmente, divulgou-se em Lisboa a notícia da partida do soberano. Soube-se, também, que o general Sepúlveda fôra a Vila Franca e, depois, a Santarém, para se apresentar ao Infante D. Miguel. “Seu fim, porém”, — segundo escreveu Mons. Cherubini, — “era fazer a reunião das tropas em favor do governo constitucional e abater por completo a Sereníssima Família Real. Cartas do mesmo Sepúlveda, interceptadas, e a sedução que tentou por todos os meios, junto às tropas, — as quais em todos os instantes e em todos os lugares continuaram a unir-se ao Sereníssimo Senhor Infante, — fizeram-no réu. Aliás, pelas próprias tropas, em Santarém, foi Sepúlveda tão batido e maltratado que, só a pedido do referido Senhor Infante, não foi morto; acha-se, porém, em perigo de vida e em prisão. Descoberta essa traição e prêso o gene-

(9) Cit. officio n.º 683, de 30 de maio de 1823. Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, VI, p. 59.

(10) Offício n.º 685, de 7 de junho de 1823, de Cherubini ao Card. Secretário de Estado. *Arch. Segreto Vaticano, Segret. di Stato*, rubr. 250, ano 1823. — No officio anterior, n.º 683, Cherubini dizia, à última hora, ter sabido que El-Rei havia partido com duas Infantas, que estavam em sua companhia.

ral-chefe, diminuiu muito o temor que agitava o bom partido” (11).

Já vimos que, naquele mesmo dia 31, D. João VI manifestava, em proclamação dirigida aos habitantes de Lisboa, a sua mudança de idéias, — o que não era de admirar, dada a sua conhecida falta de firmeza. Suas palavras, naquele documento, apesar de francamente favoráveis aos insurretos, não tiveram o dom de agradar plenamente a um grupo de intransigentes absolutistas que se encontrava em Vila Franca. Seria talvez porque, na referida proclamação de 31 de maio, tinham pôsto como suas estas palavras: “Eu não desejo, nem desejei nunca o poder absoluto, e hoje mesmo o rejeito: os sentimentos do meu coração repugnam ao despotismo e à opressão”. O mais estranho é que o mesmo grupo também se não mostrava contente com a proclamação de D. Miguel, lançada a 27 de maio e atrás citada. Nesse documento, havia dito o príncipe: “Não acrediteis que queremos restaurar o despotismo ou tomar vinganças” — e isto talvez não correspondesse exatamente aos desejos de tal gente. Pelo menos, é o que se deduz da narrativa de Mons. Cherubini, sobre sua visita a D. João VI, em Vila Franca.

Sua Majestade, com a sua Côrte, Grandes do Reino e quase tôda a nobreza de Lisboa, — escreveu o Internúncio, — estava alojado em casa do Capitão-Mór de Sousa. Achava-se entre os Grandes do Reino o Conde da Feira, D. Miguel Forjaz, que, com outros membros da alta nobreza, denunciaram reservadamente a Mons. Cherubini sua enorme preocupação pelos termos das duas proclamações, os quais, a seu ver, davam “grande golpe nos direitos inconcussos do soberano”. O grupo pediu,

pois, ao representante da Santa-Sé que falasse naquilo a S.M., — ao que Mons. Cherubini, prudentemente, teria respondido que jamais trataria com El-Rei de outros negócios que não fôsem os religiosos, exceto no caso de ser interpelado por Sua Majestade (12).

Aconteceu, porém, que o Internúncio foi recebido mais tarde pelo soberano. Este, depois de lhe falar sobre vários assuntos, e de lhe haver comunicado que nomeara o Infante D. Miguel para generalíssimo das tropas, mencionou as proclamações. “Sendo por êle interrogado”, — contou Mons. Cherubini no mesmo officio em que relatou o episódio, — “pude dar-lhe a resposta que os Grandes do Reino desejavam. Mas S.M. me respondeu: — “As cabeças dos meus súditos estão agora quentes demais. Saberei, no entanto, sustentar o direito soberano” —” (13).

A mudança de govêrno, decorrente da vitória dos absolutistas, não acalmara, contudo, os espíritos. Mons. Cherubini, por exemplo, queixava-se de que o sistema constitucional tinha ainda “um grandíssimo partido, até nos Grandes do Reino, nos Bispos, no baixo clero, e em gente que está ao lado de Sua Majestade”. Julgava, por isto, que, se não houvesse energia e prudência, seria para temer, em breve tempo, outra revolução.

D. Miguel havia fixado seu quartel-general em Santarém, mas resolvera ir no dia 2 de junho a Vila Franca. El-Rei, com as Infantas, dirigiu-se então ao encontro do filho. “Foi, de certo, terno êsse encontro”, — referiu Mons. Cherubini, — “pai e filho banharam-se, reciprocamente, em lágrimas”.

Com aquela mesma data, o Internúncio (e provavelmente todos os restantes chefes de missão estrangeiros) recebia

(11). Cit. officio n.º 685, de 7 de junho de 1823.

(12) *Idem, idem.*

(13) *Idem, idem.*

de Vila Franca a comunicação oficial, firmada por Manuel Ignacio Martins Pamplona, de que S.M. Fidelíssima se achava colocado no trono, “com aquela dignidade com que o ocuparam êle e os seus maiores, e isto em virtude dos heróicos esforços de seu augusto filho, o Sereníssimo Senhor D. Miguel, e do desenvolvimento dos sentimentos de lealdade do Exército e de toda a Nação portuguesa”.

No dia seguinte, expedia D. João VI nova proclamação, na qual se condenava formalmente a Constituição, — qualificada de “tecido de máximas promulgadas com o fim de encobrir princípios subversivos e insubsistentes, que tinham o fim oculto de sepultar, com a dinastia reinante, a monarquia portuguesa”, — se declaravam dissolvidas as Côrtes, e se prometia outra Constituição, da qual seriam proscritos os princípios que a experiência tinha “mostrado incompatíveis com a duração pacífica do Estado” (14).

Finalmente, a 4 de junho, El-Rei, acompanhado da família real e de numerosa comitiva, composta de tropas, Grandes do Reino e pessoas de toda espécie, deixava Vila Franca, para tornar a Lisboa, aonde chegou no dia seguinte, depois de haver pernoitado nos arredores de Sacavém.

Na capital, o regresso do soberano foi assinalado por grandes manifestações de alegria geral e de entusiasmo popular.

A situação política tinha mudado, por completo. As Côrtes haviam-se dissolvido espontaneamente. Muitos deputados tinham fugido para Londres. Falava-se em mudanças no Ministério, constando que a pasta dos Negócios Es-

trangeiros seria dada ao Conde de Palmella e a da Guerra ao Senhor Pamplona, de quem Cherubini dizia ser “excelente general, mas amigo íntimo de Junot”. A rainha era esperada em Queluz, mas corria ter exigido um decreto real para sua libertação (15).

Sobre este último ponto, o Internúncio confirmava depois aquele rumor. De fato, já de Vila Franca, El-Rei escrevera à esposa sobre os recentes acontecimentos e a convidara para ir àquela localidade. Carlota Joaquina não aceitara o conyite, alegando que o seu estado de saúde não lhe permitia viajar e que duvidava da volta à tranquilidade.

Tendo D. João insistido, ela declarou estar reclusa na Quinta do Ramalhão em virtude de decreto real e, portanto, dali não sairia sem outro decreto de igual natureza.

El-Rei, segundo Cherubini, não gostou dessa última resposta, mas mandou lavrar o decreto solicitado, que assinou e fez publicar. “Depois, com toda a Real Família, foi ao Ramalhão, para visitar e conduzir consigo sua augusta consorte. Encontrou-a, porém, em viagem, e viu que o povo puxava sua carruagem”. Dali, todos tinham ido para Queluz (16).

Terminava assim, sem maiores abalos, aquele movimento, que fizera a monarquia portuguesa voltar ao absolutismo.

III — A ABRILADA

Os resultados da *Vilafrancada*, porém, não satisfizeram aos sentimentos íntimos de um grupo exaltado de absolutistas e, notadamente, da Rainha, que possuía idéias firmes sobre o assunto.

(14) Proclamação aos Portugueses, data-da de Vila Franca de Xira (3 de junho de 1823), mas editada em Lisboa, na tipografia “Rollandiana”. Esse documento trazia a referência de Joaquim Pedro Gomes de Oliveira.

(15) Cit. officio n.º 685, de 7 de junho de 1823.

(16) Officio n.º 687, de 9 de junho de 1823, de Mons. Cherubini ao Cardeal Secretário de Estado. *Ibidem*.

O desgosto fazia-se ainda maior por haver El-Rei prometido a outorga de nova Constituição, cuja necessidade era advogada por membros influentes do Gabinete, especialmente Palmella.

Uma junta chegou a ser nomeada para êsse fim. É verdade que seus trabalhos marchavam morosamente, dando a impressão de que não havia a vontade de se chegar a qualquer resultado positivo. E a junta acabaria por se dissolver.

Entretanto, inspirado pelo partido moderado, que o cercava e cuja principal figura era Palmella, já então elevado a marquês, — o soberano não podia dar plena satisfação ao espírito reacionário dos extremistas.

Êstes, guiados por Carlota Joaquina, pensavam na deposição do Rei, a fim de collocarem no trono o Infante D. Miguel, talvez temporariamente sob a regência materna, — ou antes, segundo outra versão, projetavam desterrar o soberano para Vila Viçosa e collocar a Rainha como regente. Como quer que seja, a Rainha e o Infante continuavam como centros da resistência à ordem de coisas estabelecida (17).

A conspiração tecia-se. Já em fins de outubro de 1823, a polícia descobria a tempo os fios da trama, impedindo-a de vir a lume na data fixada.

Na verdade, houve então, apenas, um adiamento da nova sublevação, que havia de rebentar um dia.

Em fins de fevereiro de 1824, um crime veio despertar suspeitas de que os conjurados tinham começado a agir, na

sombra: aparecia morto o Marquês de Loulé, estribeiro-mór de Sua Majestade e a quem se attribuia influência moderadora no ânimo do monarca.

Estava, na época, em Lisboa, como Nuncio Apostólico, Mons. Giacomo Filippo Franzoni, Arcebispo de Nazianzo, ali chegado alguns meses antes. O temperamento de Mons. Franzoni ou o seu modo de encarar os acontecimentos políticos destoava do de seu predecessor naquella Nunciatura, Mons. Cherubini. Enquanto êste último, todo simpático ao absolutismo e ao partido que o encarnava, vira com indistigável satisfação o movimento capitaneado pelo Infante Dom Miguel, o primeiro, mais objetivo, enxergava os perigos das maquinações tramadas em tórno da Rainha e defendia, sem paixão, a soberania do monarca.

O testemunho do novo representante da Santa-Sé seria, pois, ainda mais valioso do que o do seu antecessor. Parece-nos, portanto, interessante recorrer ao seu depoimento sobre os acontecimentos políticos que se iam desenrolando em Portugal.

Referindo-se, por exemplo, àquele crime ocorrido em circunstâncias misteriosas, na própria casa de residência do Rei, escreveu Mons. Franzoni: “Na manhã de 29 de fevereiro último, na vila de Salvaterra, sete léguas distante desta capital, no Palácio Real onde se encontravam Sua Majestade e a família real, que tinham ido passar ali os últimos dias de carnaval, foi achado morto, ao pé de uma escada que conduz a um pátio, o Marquês de Loulé, grande escudeiro de Sua Majestade, o qual apresentava indícios inequívocos de ter sido assassinado. Pertencia êle à família, mui distinta, de Val dos Reis, e era sobrinho-neto do falecido Patriarca Mendonça, ao mesmo tempo que primo e cunhado do Marquês de Marialva, falecido ultimamente em Paris. Vários são os rumores sobre

(17) “Mãe e filho”, — escreveu Oliveira Martins (“História de Portugal”, 9.^a ed., II, p. 263), — “como idéia e braço, capitaneavam o partido que à força queria *libertar* o soberano, restaurar, com um absolutismo radical, o Portugal antigo e fiel, inimigo dos pedreiros-livres e entusiasta da religião e da monarquia”.

a causa de tal morte, parecendo a mais provável a que nela reconhece uma vingança dos sectários ou a obra de algum adversário da estima que o soberano lhe dispensava. Esse fato compungiu não pouco o coração do monarca, tanto por ter ocorrido em seu próprio Palácio, quanto por haver atingido uma pessoa que lhe prestava os mais assíduos serviços. Quis, de fato, [Sua Majestade] dar público testemunho de seu pesar e de seu reconhecimento aos mencionados serviços, concedendo ao filho do extinto, ainda bastante jovem, o título, as honras e os bens da Coroa de que o pai gozava" (18).

Na realidade, nunca se esclareceu o assassinio do Marquês de Loulé. Mas não faltou quem o atribuisse ao partido da Rainha e do Infante (19). E houve quem dissesse que a necessidade de abafar o processo foi o que precipitou o movimento deflagrado dali a dois meses.

Fôsse como fôsse, o fato era que os extremistas, sob a inspiração direta de Carlota Joaquina e D. Miguel, se mostravam cada vez mais decididos a agir contra o próprio Rei, embora alegassem que lhe queriam consolidar o trono.

Na madrugada de 30 de abril, rebentava afinal a revolta, sob a forma de movimento armado, na capital do Reino e em torno do próprio palácio do soberano. O príncipe D. Miguel, que estava à sua frente, logo o anunciava, por meio de duas proclamações — uma aos soldados e a outra ao povo — e de uma carta dirigida a El-Rei e dada à publicidade.

(18) Offício n.º 28, de 10 de março de 1824, ao Cardeal Secretário de Estado. *Arch. Segreto Vaticano, Segret. di Stato*, rubr. 250, ano. 1824.

(19) "A devassa ordenada... querem alguns que descobrisse a cumplicidade da ferina rainha e do seu brutal filho". Oliveira Martins, *op. cit.*, II, p. 264. — Cf. Fortunato de Almeida, *op. cit.*, VI, p. 63.

Nesses documentos, o Infante dizia-se animado do desejo de salvar o pai "das garras dos infames" que o cercavam, defendê-lo contra a maçonaria e "conservar ilesos os primitivos direitos da realeza". Na carta a El-Rei, declarava: "Estremecido com os horrores da mais pérfida traição, maquinada por terríveis associações maçônicas de acôrdo com as da Espanha, que, a brotarem os raios da sua malvada impiedade, abrasariam a reinante Casa de Bragança, reduzindo a cinzas o mais belo país do universo, me resolvi (depois de ouvir os sinceros e mais fiéis votos dos bons Portugueses) a chamar às armas o brioso e imortal exército português, para à frente dêle fazer triunfar a grande obra começada no sempre memorável dia 27 de maio de 1823, já que, por fatalidade não esperada, seu êxito não tem correspondido à expectativa dos viventes". Na proclamação aos soldados, relembrava o mesmo 27 de maio e afirmava que, com o novo movimento, "faria triunfar a grande obra começada dando-lhe segura estabilidade e esmagando, de uma vez, a pestilenta cáfila dos Pedreiros-Livres". O manifesto dirigido aos Portugueses era mais extenso e começava nestes termos: "Pela segunda vez apareço entre vós, à frente do brioso exército português, não para ofender os reais e primitivos direitos do Trono e de meu augusto pai o Senhor D. João VI (longe de mim tão temerário pensamento), mas sim para dar aquêlê tom e energia à grande obra começada no memorável dia 27 de maio de 1823, que viera encher de assombro e admiração a Europa inteira... já que, por fatal desgraça, se não tem dado à causa pública a importância que a ordem das coisas exigia, depois de derribado o infame colosso, que consigo trouxera o detestável dia 24 de agosto de 1820". Declarava, em seguida, que El-Rei, "cercado dos facciosos", não tinha vontade,

sendo mantido em constante opressão; indicava a situação deplorável em que se achava o país; mostrava a necessidade de cortar o mal pela raiz, “acabando de uma vez com a infernal raça maçônica”; e terminava com vivas a El-Rei, à Rainha, à família real, à Religião católica, ao exército português e à nação, e um morra aos pedreiros-livres.

O movimento estava bem articulado, na tropa, e tendia a imobilizar, desde o primeiro momento, qualquer veleidade de resistência do monarca e dos que o rodeavam. Tais propósitos, porém, foram frustrados pelo Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, logo reunido na Nunciatura Apostólica, por iniciativa, segundo dizem, de Hyde de Neuville, embaixador de França (20).

No dia seguinte ao do início da revolta, Mons. Franzoni, colocado em excelente posição para conhecer os acontecimentos, apressou-se em enviar à Santa-Sé um relatório sobre os mesmos. Pensamos valer a pena transcrever aqui, por extenso, a tradução desse documento, sem assinatura, existente no Arquivo Secreto Vaticano (21). Ei-la:

“Lisboa, 1.º de maio de 1824. — Cêrca das cinco horas depois da meia-noite de 29 para 30 de abril, appareceu inesperadamente no Real Palácio da Bemposta um batalhão de caçadores, chamado de Chaves, o qual, havendo tomado posições, proibia a qualquer pessoa o ingresso no Palácio, bem como a saída das que se achavam dentro. Quase ao mesmo tempo, alguns regimentos se dirigiram à Praça do Rocio, uma das principais desta capital, tendo à sua frente o Sere-níssimo Infante D. Miguel, enquanto as outras tropas, esparsas em diversos pontos da capital e em seus quartéis, se pu-

seram também em armas, ignorando-se geralmente o objetivo de tais ocorrências.

“Entrementes, avisada a Rainha, que residia no Palácio de Queluz, distante duas léguas da capital, e escoltada por um corpo de cavalaria que ali fôra para tal efeito, veio ela, com sua filha menor, reunir-se ao resto da Família Real, no Palácio da Bemposta.

“Nesse alarmante estado de coisas, circulavam rumores públicos de uma conjuração contra Sua Majestade, ou de um atentado contra os seus direitos, ou de nova catástrofe sobre o atual regime.

“Foi então que todo o Corpo Diplomático residente na capital, após [uma troca de] correspondência secreta, se foi reunir no Palácio de Monsenhor Nuncio Apostólico, onde, em conferência, decidiu dirigir-se publicamente a Sua Majestade para se lhe manifestar pronto a acompanhá-lo em suas vicissitudes, ou a protestar contra qualquer inovação que tivesse ocorrido em prejuízo de seus direitos, conforme o que as circunstâncias exigissem. Encontraram-se, mas venceram-se, fortes obstáculos opostos ao ingresso no Palácio Real. Ali, os embaixadores e ministros foram recebidos com a maior satisfação por Sua Majestade, que os apresentou ao Infante Seu Filho, o qual, informado daquela visita, viera da Praça do Rocio.

“Tomando a palavra, o Infante declarou que, tendo tido conhecimento de uma trama urdida por grande número de facciosos, de concôrto com os de Espanha, os quais conspiravam contra a vida de Seu Augusto Pai, da Rainha e de toda a Família Real, como haveria de tornar conhecido ao mundo inteiro, — para os salvar do perigo iminente e restituir a paz à nação, fôra obrigado a tomar aquellas fortes medidas, com a prisão de grande número de pessoas, conforme tinha feito saber a Seu Augusto Pai, por carta a êle deixada antes de partir do Palácio,

(20) V. Fortunato de Almeida, VI, p. 64.

(21) *Segret. di Stato*, rubr. 250, ano 1824.

e por meio de uma proclamação à Nação, que contém o exposto. Por outro lado, protestava ser súdito obediente de Seu Augusto Pai. — As ditas carta e proclamação já haviam sido lidas antes de sua chegada, por ordem de Sua Majestade, e delas se mandarão cópias noutra ocasião.

“O Corpo Diplomático declarou então não aprovar ato algum que não emanasse de Sua Majestade e que só a elle reconhecia como legítimo soberano, e pediu o afastamento das tropas e a liberdade do Marquês de Palmella, ministro dos Negócios estrangeiros, prêso naquela mesma manhã. Obteve-se a primeira parte; quanto à outra, nada se decidiu.

“O Augusto Soberano, como prova de sua satisfação, quis que o Corpo Diplomático tivesse refeições, naquela dia, em Palácio, onde permaneceu até a noite, e foi combinada nova conferência à uma hora da tarde do dia seguinte.

“Sabe-se presentemente que foram presos às sete da manhã, com o Senhor Marquês de Palmella, ministro dos Negócios estrangeiros, o qual foi conduzido à Torre de Belém, os Condes de Villa Flor e de Parati, camareiros, além de grande número de officiais de diversos regimentos. O ministro da Guerra, Conde de Subserra, evadiu-se, escapando a semelhante providência. Fugiu também o Intendente Geral da Polícia, que foi detido a uma légua de distância da capital. À noite, a cidade já estava tranquila e geralmente iluminada.

“No dia 1.º de maio, reunido de novo, no Palácio de Monsenhor Nuncio Apostólico, o Corpo Diplomático, por inteiro, dirigiu-se de maneira pública à presença de Sua Majestade, que se dignou recebê-lo com a maior satisfação, fazendo-lhe saber quanto era de seu agrado a solididade que o mesmo havia demonstrado, naquela circunstância. Sua Majestade declarou, no entanto, não estar livre.

O Marquês de Palmella, cuja liberdade foi reclamada pelo Corpo Diplomático no dia de ontem, acha-se livre e restituído ao seu emprêgo. Dos demais detidos, não se tem notícia até o presente.

“*O Corpo Diplomático crê que a Rainha para tirar o (trono) a Sua Majestade tenha dado motivo a isto, que se não pode coadunar com a sua grande religião.* Escrever-se-á noutra ocasião, sobre este ponto” (22).

Animado pela proteção que, em semelhante emergência, lhe estava dispensando o Corpo Diplomático, D. João VI decidiu-se a reagir um pouco, em defesa da própria autoridade. Assim, por decreto de 3 de maio, procurou, de certa forma, corrigir os abusos do príncipe D. Miguel, mandando que se instaurassem os necessários processos, perante a justiça, para a apuração de culpas e punição dos culpados. No mesmo ato, rubricado por El-Rei e referendado pelo ministro dos Negócios do Reino, José Antonio de Oliveira Leite de Barros, foi também escrito que Sua Majestade, atendendo à súplica do Infante, seu “muito amado e prezado filho”, para lhe relevar os excessos de jurisdição, praticados sem a sua real autoridade, havia por bem conceder tal relevação.

O Corpo Diplomático continuava a ir todo dia à presença de Sua Majestade, que, com isto se sentia reconfortado. Mas as arbitrariedades não cessavam, da parte dos sublevados. Com efeito, o número de detidos aumentava constantemente. Na manhã do dia 6, todos os que se achavam nas cadeias públicas de Lisboa, bem como no castelo de São Jorge e na torre de Belém, foram transportados para a vila de Peniche, a doze léguas de

(22) A parte em itálico estava em cifra. A decifração respectiva, feita seguramente na Secretaria de Estado da Santa-Sé, acompanha o documento. Falta, na mesma, uma palavra, que julgamos ser a que indicamos (*trono*).

distância, a fim de ficarem mais bem guardados (23).

No dia 8, em officio cifrado, o Nuncio expunha a situação à Secretaria de Estado de Sua Santidade, nos seguintes termos: "O Rei de Portugal mostra-se muito desgostoso com o Infante, pelo atentado feito à sua autoridade e pela continuação dos atos arbitrários que vai praticando. Não julgou [dever] tomar medidas fortes contra elle, porque goza do favor da tropa e porque o povo está persuadido da existência da conjuração. O Corpo diplomático reuniu-se outro dia em casa do embaixador de França, para cuidar de salvar a autoridade régia comprometida e para prevenir novos atentados contra a pessoa do Rei. Discutiu-se o actual estado de Sua Majestade e, bem ponderadas as circunstâncias, foi, por unânime consenso, deliberado rogar ao Rei que se ponha em lugar seguro, a bordo de um navio inglês, que se acha neste porto, e ali tome determinações eficazes para fazer as coisas reentrarem na ordem. Foi feita a proposta a Sua Majestade, que até agora não a pôs em execução, porque espera o restabelecimento do [anterior] estado de coisas. Este meio extremo, a dizer a verdade, é muito perigoso. A Rainha não tem nenhuma participação pública neste assunto, mas alguns acreditam que nelle tenha uma influência secreta" (24).

Afinal, D. João resolveu aceitar a sugestão do Corpo Diplomático, transferindo-se discretamente para bordo da nau inglesa *Windsor Castle*, onde logo foi arvorado o pavilhão português e de onde Sua Majestade começou efetivamente a restabelecer sua autoridade soberana.

Segundo Mons. Franzoni, a mudança realizou-se na manhã do dia 9. El-Rei saiu do Palácio da Bemposta sob o pretexto de ir visitar aquele navio, para onde se dirigiu com duas das infantas suas filhas. "Ali chégado, Sua Majestade declarou querer ficar e disto deu parte ao Corpo Diplomático, que disse estava bem inteirado e, sem demora, se sentiu no dever de se reunir a Sua Majestade" (25).

D. Miguel, intimado a ir a bordo, não demorou a comparecer ali e apresentar-se a El-Rei, que o "admoestou paternalmente, fazendo-lhe ver a irregularidade do procedimento que tivera". O príncipe concordou; mas alegou que nunca tivera intenção alguma de usurpar os direitos régios e confessou ter sido, nesse caso, enganado e iludido por maus conselhos" (26).

De bordo, o soberano tomou, sem tardança, as necessárias providências para o restabelecimento da ordem e tranquillidade em Lisboa, mandando immediatamente sustar as medidas de violência e libertar os detidos por motivos políticos. Em seguida, destituiu o Infante de seu commando e deu ordens para o seu desterro.

Sua Majestade ainda se achava a bordo da nau inglesa quando dirigiu uma proclamação aos Portuguezes, na qual se explicavam os últimos acontecimentos, desde o levante de 30 de abril até a demissão do Infante, e se anunciavam as ordens dadas para a libertação dos detidos e a punição dos culpados. Referindo-se ao príncipe, com certa severidade, dizia, por exemplo, aquele documento: "Meu filho, o Infante D. Miguel, que há tão pouco tempo ainda se cobrira de glória pela ação heróica que empreendeu,

(23) Officio n.º 36, de 8 de maio de 1824, de Mons. Franzoni ao Cardeal Secretário de Estado. *Ibidem*.

(24) Officio datado de 8 de maio de 1824 e decifrado a 7 de junho. *Ibidem*.

(25) Officio sem número, datado de 10 de maio de 1824, do Nuncio em Lisboa ao Cardeal Secretário de Estado. *Ibidem*.

(26) Cit. officio sem número, de 10 de maio de 1824.

é o mesmo que, impellido agora por sinistras inspirações e enganado por conselhos traidores, se abalançou a cometer atos que, ainda quando fôsem justos e necessários, só deviam emanar da minha soberana autoridade, atentando assim contra o poder real, que não sofre divisão". Mencionava, depois, vários atos arbitrários de D. Miguel, inclusive a prisão dos próprios ministros de El-Rei. Justificava a transferênciã do soberano para bordo da nau inglesa. Finalmente, anunciava a aludida exoneração do Infante do alto cargo de generalíssimo do exército e proibia a obediência às ordens do mesmo príncipe.

D. Miguel partiu de Lisboa na manhã de 13 de maio, na fragata portuguesa *Pérôla*, acompanhado por outra, inglesa,

e por uma galeota francesa, dirigindo-se diretamente a Brest, de onde seguiria, depois, para Viena.

Naquele mesmo dia 13, aniversário de seu nascimento, D. João recebeu o Corpo Diplomático e tôda a Côrte, em grande gala, a bordo da *Windsor Castle*. E no dia seguinte, após o jantar, "em meio das aclamações de numeroso povo", voltou ao seu Palácio da Bemposta (27).

Estava assim definitivamente liquidada a segunda revolta miguelista, a qual ficou na história com o nome de *Abrilada*.

(27) Officio n.º 37, de 15 de maio de 1824, de Mons. Franzoni ao Cardeal Secretário de Estado. *Ibidem*.

CASAS DE MISERICÓRDIA

ERNESTO DE SOUZA CAMPOS

SUBSÍDIOS PARA SUA HISTÓRIA

Sob o título — “Casas de Misericórdia” — subsídios para sua história — procuramos traçar um estudo de conjunto dêsses estabelecimentos de assistência altruística que tão impressionante e eficiente atuação têm tido no desenvolvimento social, cultural e econômico do grupo de países de vida independente ou colonial que, na Europa, América, Ásia e África, se formaram e evoluíram dentro de linhas mestras comuns, de usos e costumes e do mesmo idioma português. O presente trabalho é um capítulo da obra que será futuramente editada em conjunto e da qual já foram publicados os que se referem a Santos, São Paulo, Bahia e Vitória.

É considerável o papel desempenhado por essas casas pias na história de Portugal e do Brasil, não só pelas razões acima apontadas, como pelo entozamento de sua administração com a dos negócios públicos, em certas épocas e, ainda, porque à sua frente, no cargo máximo de Provedor, patenteiam-se figuras de prol entre as mais notáveis dos períodos monárquico, colonial e republicano. Com certo exagêro poder-se-ia dizer que, através das Misericórdias, é possível lançar uma vista retrospectiva da vida de Portugal, a partir de 1498 e do Brasil, a contar de 1543. E, dissertar

sobre a história de Portugal, no período em que o Brasil era uma de suas colônias é fazer história do Brasil.

Reis, rainhas e vice-reis, ministros, fidalgos de alta linhagem, capitães mores, políticos de relêvo, personalidades de larga projeção nas profissões liberais, nas classes armadas, no comércio, na indústria, nas organizações religiosas têm exercido, em maior ou menor escala, sua influência, neste campo de atividade, contribuindo, com seu esforço, poderio ou seus recursos financeiros para o progresso de tão beneméritas instituições.

Desde D. Manuel, o Venturoso, e sua irmã, a rainha D. Leonor, sob cujos auspícios nasceram as Misericórdias portuguesas do século XV, contaram estas sempre com o prestígio dos grandes da corte ou do Estado.

No Brasil, para citar alguns nomes, lembraremos, Governador Martim de Sá, Conde de Bobadela — Gomes Freire de Andrade, marquês do Lavradio, Vice-rei — conde de Resende, vice-rei — Fernando José de Portugal, Barão de Iguaçu, Visconde de Guaratiba, Marechal Lucena, Marechal Pereira da Silva, José Clemente Pereira, marquês do Paraná, marquês de Abrantes, conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos, Visconde de Jaguarí, barão de Cotegipe, Visconde de Cruzeiro, conselheiro Paulino José Soa-

res de Sousa, D. Francisco de Moura, conde de Óbidos, conde de Castelo Melhor, visconde de Barbacena, conde de Cavalheiros, Arcebispo Primaz D. Romualdo Antônio de Seixas — marquês de Santa Cruz, Antônio José de Franca e Horta, marquês de Alegrete, barão de Iguape, José Arouche de Toledo Rendon, etc.

Organizações independentes, entre si, quanto à sua criação, instalação e funcionamento, as Misericórdias de Portugal e do Brasil possuem idêntico núcleo constitucional porque modelaram-se pelas mesmas regras gerais do “Compromisso”. Houve época em que o mesmo “Compromisso” servia de estatuto para todas as Misericórdias de Portugal e suas colônias, inclusive o Brasil.

Tal circunstância deu às Misericórdias a feição de uma organização única, distribuída pelo país, em todas as cidades e vilas.

Similar *panorama sistemático* nos oferecem as Beneficências portuguesas que, a par da independência recíproca de cada unidade, obedecem a um regime idêntico ou homologo, porém nas normas gerais de serviços remunerados.

Segundo as investigações do A. só existe um trabalho de conjunto sobre as Misericórdias. É o de Costa Goodolfin (1). Versa, entretanto, apenas o caso das Misericórdias portuguesas. Vítor Ribeiro e Magalhães Basto trataram, respectivamente das Misericórdias de Lisboa e do Porto. Cuidando especialmente do tema que lhes interessou éstes AA. abordaram considerações gerais sobre a vida dessas casas pias. Limitaram-se, porém, quase unicamente ao âmbito de Portugal.

(1) Depois de escrito este trabalho foi publicado um novo livro — “Origem e Formação das Misericórdias Portuguesas”, de Fernando da Silva Correia.

Sobre as Misericórdias brasileiras existem trabalhos e ensaios esparsos. Entre os livros, objetivando determinada instituição, contam-se os de Felix Ferreira (Rio de Janeiro), Vieira Fazenda (Rio de Janeiro), Joaquim Damasio (Bahia), Zoroastro Passos (Sabará), Nardy Filho (Itú), Ernesto de Sousa Campos (S.C. Misericórdia de Santos, Bandeiras e Emblemas das Misericórdias). Outros encontram-se em revistas específicas.

Era mister uma visão complexiva abrangendo, em estudo paralelo ou comparativo, não só as instituições dos dois países referidos, como as de Florença. Este é o nosso objetivo.

Dedicando-nos ao estudo da história destas casas de caridade e de educação, queremos prestar homenagem, humilde mas sincera — “ab imo pectore” — pelos vultosos benefícios que vêm prestando ao nosso país, na sua admirável tarefa de cuidar do bem estar dos desfavorecidos da fortuna, proporcionando, simultaneamente, recursos inestimáveis para formação médica brasileira.

*
* *

Obras de assistência, inclusive as de assistência médica existiram sempre, desde a mais remota antiguidade, na China, Índia, Egito, Assíria, Babilônia, Galia e Alemanha, entre os hebreus, na Grécia, em Roma, etc.

Organizações diversas, entre as quais confrarias e irmandades, constituíram-se com tais finalidades.

Instituído o Cristianismo, as obras de Misericórdia serviram de base para os serviços assistenciais da idade média. Cumpria seguir os seus rumos, proclamados os corporais no Evangelho de São Mateus, pela ação de Cristo, coordenados metódicamente ao tempo de Santo

Tomás de Aquino (1224-1274) e exemplificados por São Luís: dar de comer a quem tem fome, dar de beber a quem tem sede, cobrir os nus, curar os enfermos e pobres, remir cativos e visitar os presos, dar pousada aos peregrinos, enterrar os mortos; dar bom conselho a quem o pede, ensinar os ignorantes, castigar com caridade os que erram, consolar os tristes desconsolados, perdoar as injustiças, sofrer com paciência as injúrias, rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos.

É evidente, portanto, que múltiplas serão as raízes das Casas de Misericórdia se tomarmos como seus pontos de origem as organizações que se devotaram a uma ou várias das determinações das Obras de Misericórdia.

Criadas por franciscanos ou dominicanos desde os meados do século XIII, confrarias estenderam-se por vários países: França, Itália, Alemanha, Portugal. Surgiram em grande número nos séculos XII e XIII.

Na China existiu uma que se encarregava de distribuir esmolas e de socorrer os presos saídos das cadeias até reajustamento de sua vida social.

Várias instituições dedicavam-se ao enterramento dos mortos, como “La Hermandad de la Caridad”, da Espanha e as famosas arquiconfrarias de Florença: “Santa Maria Nuova”, “Santa Maria della Misericordia”, de “Santa Lucia”, do “Espírito Santo”, das “Sete Obras de Misericórdia”, uma delas fundada em 1240 ou 1244 por Pier-Luca Borsi.

As outras, em época anterior a 1487, além de dar sepultura aos mortos, empenhavam-se em transportar enfermos para casa ou para o hospital. “La Compagnia della Misericordia”, em consequência de ter sido suspeitada por Cosimo de Medici, sofreu interrupção de quase meio

século. Reconstituiu-se em 1475, quando foi encontrado um cadáver insepulto junto à Santa Cruz a que se seguiu um movimento popular. Em Roma houve a Confraria de “S. Giovanni decollato”, fundada em 1488.

Tais organizações devotavam-se em dar esmolas e visitar os pobres; instituíam hospitais para recolher os enfermos, albergues para os viajantes, asilos para os velhos e incuráveis; cuidavam dos enterramentos, de libertar os cativos; de dotar as moças pobres.

Existiam *bandeiras* com o santo tutelar, tomado como patrono para tais confrarias, cujos regulamentos constavam de “*compromissos*”.

A obra de criação e auxílio de expostos vem de tempos remotíssimos. Conhecem-se as do oriente cristão — as brefotrofia; no ocidente é conhecida a de Milão, do século VIII. A ordem do Espírito Santo, fundada em 1160 em Montpellier, dedicava-se à proteção das crianças expostas e órfãs. Em pouco tempo já existiam na Europa 870 organizações desse gênero.

A Confraria da Misericórdia de Mirandola, na Itália, recolhia expostos desde o século XIII.

A remissão dos cativos contou com as Ordens da Trindade e da Mercê, aprovadas respectivamente em 1198 e 1230.

Nas bandeiras era representada a Virgem com seu manto aberto, abrigando benfeitores leigos ou religiosos, papas, bispos, frades e reis, desde o terceiro quartel do século XIII.

Em Portugal, a primeira organização a ser fundada foi a “Confraria da Collegiada de São Pedro de Coimbra”, existente no tempo de D. Teresa, em 1121. É bem conhecida a Confraria da Nossa Senhora do Rócamador, no século XII, brotada no solo da França. Recebeu a doação de Sosa em 1193, feita por D.

Sancho I. Possui hospitais em Lisboa, Porto, Coimbra, Santarém, Leiria, Tôres Vedras, Lamêgo, Chaves, Braga.

E Portugal possuiu hospitais desde a era da sua fundação, como o famoso hospital-barraca, construído por D. Afonso Henrique, por ocasião da tomada de Lisboa, e o de Nossa Senhora da Silva, de D. Teresa. Multiplicaram-se depois tais obras de assistência, em lazaretos, albergarias, gafarias, mercearias (asilos).

Portugal parece ter precedido Florença ou pelo menos marchou paralelamente na organização e manutenção dessas obras de assistência.

Além das instituições que já mencionamos, é mistér assinalar a Irmandade da Piedade, as confrarias de S. Nicolau ou Coimbra (1144), a de Santa Maria da Vera Cruz, Santa Maria de S. Bartolomeu, a de S. Lourenço, a de São Marcos, tôdas com seus hospitais, sem falar nos órgãos assistenciais de ordem militar, da época.

A Irmandade da Piedade existente, segundo frei Agostinho de Santa Maria (Santuário Mariano), “pelos anos de 1230, reinando El Rei D. Sancho II. Segundo seu depoimento a irmandade usava nos acompanhamentos “uma bandeira com a imagem de Nossa Senhora com o Filho Santíssimo morto em seus braços.”

Destinavam-se as confrarias a enterrar os mortos, visitar os encarcerados e acompanhar os condenados à morte.

Segundo frei Santa Maria, esta irmandade ter-se-ia mantido no claustro da Se de Lisboa até que tomou maior impulso em 1498 quando se instituiu a Misericórdia de Lisboa, oriunda das “reliquias da antiga Irmandade da Piedade”.

Magalhães Basto, referindo-se a esta narrativa do Santuário Mariano, escrita dois séculos depois de fundada a Misericórdia de Lisboa, não a considera como verossímil, porque nenhuma prova do-

cumental é apresentada em favor de tais afirmativas.

Silva Correia, ao contrário, considera a Misericórdia fundada por D. Leonor como remodelação da antiga Irmandade da Piedade de 1230, considerando a circunstância da obra de renovação havida em Portugal, no último quartel do século XV.

Nêsse século, D. João II empenhou-se pela reforma hospitalar. Cuidou de reunir as organizações do gênero, esparsas em Lisboa, em um grande centro hospitalar coêso, constituído em monobloco. O rei solicitou ao papa Sixto IV autorização para tal fim. Era indispensável tal aprovação, a fim de que se reunissem os legados pios dos doadores em conformidade com as disposições do direito canônico. Falecendo o chefe da Igreja, novamente dirigiu-se o monarca a seu sucessor. Inocêncio III pela Bula “*Injunctum nobis, desuper*” deu a desejada permissão em 1485. Nêsse mesmo ano a rainha D. Leonôr lançou os fundamentos do Hospital das Caldas. D. João II, por sua vez, iniciou o grande Hospital de Todos os Santos, terminado por seu sucessor e cunhado D. Manuel.

Esta breve exposição de um tema tão vasto serve apenas para esclarecer que é impossível procurar uma única raiz para as casas de Misericórdia portuguesas e brasileiras. As raízes são múltiplas e se aprofundam na noite dos séculos. Dizer que a instituição proveio da Irmandade da Piedade de 1230 ou se originou das irmandades florentinas não tem muita significação por falta de documentação primária convincente e pelo conhecimento que temos de tantas outras confrarias congêneres, anos em fora.

Ora, D. Manuel, aceitando a sugestão de sua irmã, D. Leonôr, criou a instituição da Misericórdia de Lisboa, com grandeza, em prédio expressamente construído em estilo manuelino. Tais casas

de misericórdia tomaram feição hospitalar principal, cuidando também dos expostos, dos órfãos, da velhice desamparada.

É justo, portanto, que reconheçamos a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa como sendo o *marco inicial*, a pedra angular dessa obra de assistência benemerita que tem perdurado, sob tais aspectos, desde o século XV. Este ponto de vista é o mais razoável, embora reconheçamos que a obra não surgiu isolada e sim em consequência de suas multiplas raízes anteriores.

É indubitável que na sua organização, na composição de seus estatutos ou compromissos, estas casas de assistência sofreram influências recíprocas.

Silva Correia, por exemplo, compara em uma tabela os compromissos dos hospitais de Todos os Santos de 1504, o das Caldas de 1512, o de Santa Maria Nuova de Florença, em 1524 e encontra pontos de contáto.

Magalhães Basto faz um paralelo entre os compromissos florentino e lusitano, mostrando suas analogias.

Mas a Misericórdia que perdurou com suas características próprias multiplicando-se por tôdas as cidades e vilas do reino português e suas colônias; as Misericórdias que se mantiveram em Portugal através da monarquia e da república e no Brasil desde os tempos coloniais, império e república; as Misericórdias que à hora presente ainda mantêm a mesma tradição geral dos tempos remotos, são as que tomaram por imagem a instituição de Lisboa, fundada pelo espírito criador de D. Leonôr com ajuda do irmão D. Manuel que lhe devia o trôno e pelo imponderável fator ambiente que reinou em Portugal, como reflexo da obra renovadora lançada por D. João II, espôso da rainha instituidora da Misericórdia lisboeta.

Para ter uma idéia do ambiente que neste particular se formou no final do século XV e comêço do século XVI, basta considerar as três grandes obras do Hospital das Caldas (D. Leonôr), Hospital de Todos os Santos (D. João e D. Manuel) e a Santa Casa de Misericórdia de Lisboa (D. Leonor e Dom Manuel).

Vejam, portanto quais eram as características dessas primitivas irmandades que tomaram por imagem a S.C. de Misericórdia de Lisboa.

ADMISSÃO DOS IRMÃOS DA MISERICÓRDIA

O primeiro compromisso pedia cem homens “de boa fama, sã consciência e honestidade, mansos e humildes a todo o serviço de Deus e da dita Confraria”; cem homens cristãos, “não de palavras nem de línguas, mas por obra e em verdade”. Este número elevou-se a 300 e depois 600.

A Misericórdia do Pôrto também iniciou-se com cem associados, mas, em 1573, já possuía duzentos e quarenta e quatro confrades. Ao lado da mais alta nobreza da cidade, estavam representadas tôdas as atividades comerciais e operárias do Pôrto. Encontravam-se, na Irmandade, três esteireiros, um canasteiro, cinco sombreiros, três barbeiros, um serralheiro, um picheleiro, dois ferreiros, dois latoeiros, uma anzoleiro, dois caldeiros, oito cutileiros, oito tanoeiros, sete cabeiros, um carpinteiro, dois correiros, onze alfaiates, vinte e seis sapateiros, dois surradores, um torcedor de seda, quatro mercadores, dois cerieiros, três calceteiros, um luveiro, dois livreiros, um caixeiro, três ouriveis, um pescador.

Eram sete as condições para admissão. A primeira estipulava que os neófitos, fôsem limpos de sangue, sem raça de mouro ou judeu. Esta exigência estendia-se à espôsa do confrade. O Irmão

solteiro que se casasse com “mulher de nação”, seria “riscado” do quadro social. Esta disposição foi eliminada, em reunião do consistório por proposta do provedor. Eis o respectivo “térmo” que se encontra reproduzido no Compromisso de 1739:

“Aos 17 dias do mês de março no consistório da Igreja desta Santa Misericórdia estando em Mesa o Illmo. e Exmo. Sr. Provedor Marquez do Lavradio, Vice Rey do Estado, propoz aos mais irmãos della que por execução da Ley Regia, de 25 de Mayo de 1773 se devia abrançar, concilar, e riscar em forma que mais se não pudesse ler o paragrafo 3.º do capitulo 1.º deste Compromisso, naquella parte em que diz respeito ás inquirições que se mandavam tirar da Sanguinidade para se admitirem os irmãos; convinda por todos a referida proposição com uniformidade de votos se assentou que se riscasse como determinava a mesma Ley, que fica no archivo desta Santa Casa; e para todo o tempo constar se lhe deo inteiro cumprimento mandou o Illmo. Exmo. Sr. Provedor fazer este termo que assinou com os mais irmãos da Mesa e comigo Manoel da Costa Cardoso, escrivão atual que o fiz escrever e assinar, Marquez do Lavradio, Manoel da Costa Cardoso, Braz Carneiro Leão, Simão Gomes da Silva, Domingos Vaz Pacheco, Germano Luís Lisboa, José Caetano Alves, Luís Antonio de Miranda, José da Cruz Silva, Antonio de Souza Corsa.”

As outras condições para ingresso de sócios estabeleciam que o mesmo deveria :

- 2º) Ser livre de toda a, infamia, de feitio ou de direito.
- 3º) Ter idade conveniente, sendo solteiro nunca menor de vinte e cinco anos.
- 4º) Não servir á casa por salario.
- 5º) Ter tenda sendo official de officio em que é costume haver, ou mestre de obras, isento de trabalho por suas mãos.
- 6º) Ser de bom entendimento e saber ler e escrever.
- 7º) Ser abastado de meios de modo que não caia em necessidade.

JURAMENTO DOS IRMÃOS

Os Irmãos da Misericórdia prestavam o seguinte juramento :

“Por estes Santos Evangelhos, em que ponho as mãos, juro de servir a esta irmandade, conforme ao Compromisso dela e em particular de acudir a esta casa de Misericórdia todas as vezes que ouvir a campainha, com a insignia da irmandade, ou for chamado da parte do provedor e mesa, para servir a Deus e a Nossa Senhora, e cumprir as obras de misericórdia na forma em que por elas me for ordenado, não tendo legitima causa, que segundo Deus e minha consciencia me escuse; e assim juro mais de votar e dizer aquilo que mais convem ao serviço de Deus e bem da Irmandade em todas as mesas, juntas e eleições, sem respeito algum de afeição ou paixão contrária, deixando aos outros irmãos votar livremente sem lhes persuadir cousa alguma, ou obrigar a dar voto por pessoa que lhes nomear para provedor, irmão da mesa, eleitores e mais cargos desta qualidade; e debaixo do mesmo juramento prometo guardar o segredo devido em todas as cousas que de mim se tratarem, assim em nossa mesa como em junta, eleição e qualquer outro ato que debaixo de segredo se fizer para serviço de Deus e bem da dita irmandade”.

DEVERES DOS IRMÃOS DA MISERICÓRDIA

Exigia o Compromisso que os Irmãos socorressem os vivos, enterrassem os mortos, rezando cinquenta vêzes o padre nosso e a ave maria, pela alma dos companheiros de ideal — “*Orate pro invicem ut salvemur*”.

Cabia-lhes fazer o entêrro dos Irmãos e o sufrágio pelas suas almas; providenciar para esmolas e enterros dos pobres; dar assistência moral, religiosa e de sepultamento aos condenados à morte; cuidar da redenção dos cativos; da conciliação dos malquerentes; do conforto aos encarcerados; do tratamento médico aos necessitados, aos quais forneciam os respectivos medicamentos; da criação, educação e dotação dos órfãos; do amparo a viuvez e velhice desamparada.

Os condenados à pena última muito ocupavam a atenção da casa. Durante a prisão recebiam visitas, conselhos e assistência religiosa, com a segurança de proteção a viúva e órfãos. Todos os recursos eram esgotados para comutação da pena, graça muitas vezes alcançada.

No trajeto que o conduzia ao patíbulo era a vítima acompanhada processionalmente pela Irmandade, seus confessores e clérigos. Envolto em balaustas negros, cruz alçada, tochas e círios, os Irmãos cantavam ladainha, clamando Misericórdia, pedindo perdão para os pecadores, e estimulando o condenado ao arrependimento. Em meio ao cortejo seguia a bandeira da Misericórdia e a corda que pela Irmandade era fornecida. Se esta se rompia tocavam os Irmãos o corpo do infeliz com a bandeira, significando com este ato que o corpo vivo ou morto lhes pertencia. Era uma prerrogativa de que a Confraria humanitariamente abusava, juntando com água forte a corda que lhe cabia oferecer. Se a corda não se rompia, os Irmãos tomavam o cadáver para enterrá-lo em campo santo “porque a misericórdia de Deus a todos abrange”. Nos casos de condenação “para sempre” o cadáver continuava na força, disputado pelos abutres.

No dia do Todos os Santos a Irmandade podia recolher a ossada que os cães ainda não tivessem devorado. Faziam-no em procissão solene.

É horrível pensar no que se passava. Além da pena de morte, punição bárbara que a civilização há de eliminar e que no Brasil, felizmente não existe, a lei exigia, nas condenações para sempre, que os cadáveres insepultos se tornassem presa dos corvos e dos cães. Penas severas eram aplicadas a quem, por piedade ou parentesco ousasse tocar no cadáver para dar sepultura. Nem aos bárbaros que supliciaram o doce nazareno acudira idéia tão perversa.

É incrível que mãos humanas tivessem escrito um tal preceito e entes humanos o executassem. Nem aos antropófagos merecem ser comparados.

E eram, não raro, indivíduos católicos e católicos praticantes, assíduos frequentadores da Igreja. Se Cristo, voltando ao mundo os apanhasse...

Assim rezava a autorização do rei :

“Nos El rei fazemos saber a quantos este nosso Alvará uirem que nos apraz auendo asy por serviço de Deus nosso Sr. que a Confraria da Santa Misericordia Dagora nouamente feita emesta Cidade possa tirar os justicados da forza desta Cidade e ossadas delles por dia de todos os santos de cada hum ano e soterrallos nos cimiterios da dita confraria e isto para sempre em cada hum año. Por isso notificamos e por este mandamos as nossas justicias da dita cidade que se não oponham a este duuida nem embaraço algum porque asy nos praz feito em Lisboa em dous de Nouembro Antonio Craneiro o fez, no ano de mil quatrocentos e nouenta e oito-Rey.”

Sinistra notícia asseverava :

“E assi mesmo se teeraa esta maneira acerca dos Justicados esartejados, cujos quartos som postos aas portas da cidade, e asy dos membros daqueles em que se faz justiça que estam no pelourinho o/ em outras quaesquer partes, a que depois de feita justiça a tres dias hiram os dictos hoficiaes com muita deuocôm (!) pellos dictos membros e hos tiraram e trazeram a enterrar no cimiterio da dicta confraria.”

E aquêles reis, assim tão severos com os seus infelizes súditos, cometiam ou mandavam cometer crimes de morte, todas as vezes que seus interesses ou as intrigas da corte, tornavam indesejável um seu subordinado.

“Tais contra Inês os brutos matadores
No colo de alabastro que sostinha
As obras com que Amor matou de amores
Aquele que depois a fez Rainha,
As espadas banhando e as brancas flores
Que ela dos olhos seus regadas tinha,
Se encarnicavam fervidos e irosos
No futuro castigo não cuidadosos”

(Camões: *Inês de Castro e Afonso V*)

Importante função da Irmandade consistia na remissão dos cativos. A tarefa era de relevância em virtude das continuadas lutas entre portugueses e mouros. Prisioneiros de uma e outra facção tornavam-se cativos, sendo difícil a sua permuta ou redenção. Conta-nos Silva Ramos como Felipe II, ambicionando o trono português, lançou uma isca à Misericórdia, procurando colocá-la ao lado das suas pretensões:

“Tal era a importancia deste serviço e o pesado encargo que representava que Felipe II de Espanha pretendendo a sucessão à coroa de Portugal oferecia para atrair partidarios à sua causa a concessão de um donativo à Misericórdia de Lisboa de 120.000 ducados, verba importantissima para resgate de cativos que deveriam em igual numero ser escolhidos entre fidalgos e homens do povo”.

Durante a quaresma, aproveitando o ambiente de mais intensa religiosidade o provedor e irmãos tinham o dever de anular as desavenças, lembrando aos desafetos que o momento era de renúncia e penitência.

“Provedor e hoficiais todos juntos ou a moor parte delles terã cuidado de ssaber honde ouver hodos e moll querenças, a assy mortes de homees, como jinjurjas de dinheiros e diuidas, e outras cousas semelhantes, e trabalharam... de fazerem perdoar taes coisas, em maneira que todos vivam em paz e em amor como proximos e jrmãos em Cristo nosso Salvador.”

Para garantia dos acórdos existia na Irmandade:

“hum livro em que sse assentaram hos nomes das pessoas que perdoam, pera ho depois se não poderem arrepender do bem que tem feito, e não trazerem demanda as partes contraryas a que tiverem perdoado, e seto por bem de suas consciencias e salvaçon de suas almas pera que todos vivam em amor e concordia e paz.”

Em relação aos presos das cadeias a ação da Confraria se sublimava. Recebiam os detentos alimento, roupa para vestir e para as camas. Os Irmãos pa-

gavam-lhes as dívidas, ocupavam-se da defesa, encarregando-se das custas dos processos. Forneciam-lhes assistência religiosa e intercediam, junto aos monarcas, para conseguir comutação das penas.

As vèzes chegavam a ponto de proceder à limpeza das prisões.

Não exerciam estas atividades indistintamente. Os mordomos da Casa que se ocupavam das cadeias eram obrigados a fazer sindicância versando três pontos principais. Primeiramente deviam indagar qual o estado de pobreza e desamparo em que se achava o prisioneiro. Depois cabia-lhes verificar a razão da prisão. Finalmente tinham de informar qual o estado da prisão.

O perdão só era solicitado quando os casos eram de “qualidade que sofram pedirem-lho sem escândalo”.

Sôbre a alimentação fornecida, nos diz um antigo escritor:

“Proverão os presos de pão que lhes baste do domingo até quarta feira, e à quarta feira os tornarão a prover até domingo, de maneira que lhes não falte de comer; e aos domingos lhe darão mais uma posta de carne, com uma escudela de caldo; e terão tento que se não dê a ração ordinaria àqueles que a levarem de doente.”

Tinham que se ocupar com as galés e com degredados:

“Irão duas vezes cada ano visitar as galés para verem nellas as necessidades dos degredados e tratarem do os soltar.”

“Terão bastante cuidado com a embarcação dos degredados, pelo grande serviço que fazem a Nosso Senhor de os livrar das cadeias; não embarcarão nenhum degredado sem primeiro lhe entregarem sua sentença, e carta de guia, e sem terem negociado o mantimento que se costuma dar nos armazens.”

A limpeza da cadeia ficou a cargo da Misericórdia a 14 de abril de 1499.

Uma ordem datada de 17 de setembro de 1498, ordenou aos guardas e carcereiros que não embarçassem a visita que os mordomos da confraria tinham de fazer aos presos.

Em 1621 foram sustentados, na cadeia 1.049 presos pobres, tendo sido tratados de suas doenças “com físicos, barbeiros, botica e o mais necessário”. Foram pagas, despesas dos que conseguiram livramento. Estes foram em número de 480. A Casa ainda tratou do embarque de 318 degredados, alguns acompanhados de mulher e filhos. Faleceram, naquêlê ano 49 presos na cadeia e 14 foram submetidos à pena capital.

Os confrades da Misericórdia deviam, ainda, preocupar-se com a criação, educação e dotação de órfãos; com o amparo das viúvas e da velhice desprotegida, com socorros médicos e de medicamentos. Em relação aos órfãos houve, felizmente em poucos casos, exploração ignóbil. Em 1838 provou-se por exemplo que uma das encarregadas da criação de crianças, uma tal Ana Joaquina, retirava expostos da câmara de Rezende, recebia os 480 réis que lhe cabiam, por êste motivo, e, depois, lançava a mesma criança na roda em Vizeu.

Houve um caso que atingiu os limites do concebível. Uma das supostas amas, natural de Coimbra, descobriu um negócio macabro. Ia à roda daquela cidade buscar crianças para criar. O sistema adotado pela Misericórdia consistia em entregar crianças à mulheres que as criavam, geralmente nos campos, fora da cidade, mediante o pagamento de certa soma e outras vantagens. A megera, denominada, por ironia, Luísa de Jesus, com a criança recebia 600 reis em dinheiro, um covado de baeta e bêrço. Sacrificava a criança e ia buscar outra. Desde modo matou 33 crianças que lhes foram confiadas, antes que se desvendasse o seu horrível ártil. Em 1 junho de 1771, foi condenada. Garrotada foi conduzida com barão e pregão pelas ruas. Finalmente, foi atenazada, teve suas mãos cortadas, até que, queimado o seu corpo, reduziu-se a cinzas.

É o que nos conta Goodolphim à página 77, da sua obra.

Os Irmãos eram obrigados a aceitar qualquer cargo, na Irmandade sem remuneração, salvo legítimo impedimento. Não existiam preferências. Todos eram elegíveis para qualquer cargo com a única exceção do de provedor. Obrigatoriamente, cabia a um fidalgo. Era um meio de se utilizar do prestígio da nobreza, em favor da instituição que tanto necessitava de se socorrer do govêrno e dos que possuíam bens de fortuna.

Todos os Irmãos deviam viver em perfeita comunhão de alma e de coração. O compromisso inspirou-se nas palavras de São Paulo : “*alter alterius onera portate*”, trabalhai e suportai as cargas uns pelos outros, por tal que sejais salvos, porque assim é a verdadeira caridade, desejarmos a nossos próximos como a nós mesmos”.

Santa Isabel era padroeira da Irmandade. No dia da Visitação de Santa Isabel pela Virgem Santíssima, dia 2 de julho, reuniam-se os Irmãos na capela. Elegiam 13 dos seus membros para administrar a instituição, durante um ano, um dêles assumindo o cargo de provedor. A Mesa, assim constituída, reunia-se para “fazer conselho despachar petição de pobres e presos, tratar do livramento dêstes e distribuir esmolos aos mendigos que apparecessem. Nos outros dias os officiais levavam esmolos “às casas dos doentes, aos pobres envergonhados, à cadeia e aos hospitais”. As refeições, segundo alguns, constava de uma posta de carne e meia canada de vinho, aos domingos “que lhes abaste até quarta feira” e meia canada de vinho e pão, na “quarta feira, que lhes abaste até domingo”.

Uma espécie de serviço social era realizado pelos curas e vizinhanças. Informavam quais os verdadeiros necessitados.

Os enterramentos e missas ficavam a cargo do mordomo da capela. Os pobres eram sepultados à custa da Irmandade e os ricos, quando solicitavam êste serviço, deviam deixar legado de acôrdo com as suas posses, “para gastar com os pobres”.

No “Sumário de Cristóvão Rodrigues consta o seguinte, sob o título “Ordenação dos Irmãos da Misericórdia”.

“Ha nesta casa hua tumba qu esta sempre prestes com quinze homes para enterrarem toda a pessoa que o mãe pedir. Os ricos dão sua esmola, aos podres enterrão de graça. Vão seis homes com a tumba E seis com tocha. E os tres leua hum a bandeira E outro hua campainha E outro uma caixeta pedindo esmola, vão mais com esta tumba dois irmãos com suas varas ordenando. Anda polla cidade todollos dias outra tumba pequena com quatro homes enterrando toda pessoa pobre.”

No tempo de Fei Cristóvão a Irmandade compunha-se de trezentos irmãos, dos quais eram eleitos treze, seis fidalgos, seis officiaes e mais um fidalgo para o cargo de provedor. Faziam-se três reuniões por semana, aos domingos para tratar dos presos; as quartas feiras dos pobres; as sextas feiras eram destinadas para cuidar das esmolas “que daa a casa pera se gastarem”.

No seu arrevêzado linguaajar vai o fra-de descrevendo a organização :

“E hum desses Irmãos he escrivão E outro Thesoureiro que arrecada as esmolas. Quatro irmãos destes eleitos são ordenados para visitare os enfermos pobres E viuvias que ha na cidade, outros dois são obrigados a darem cada somana de comer aos presos duas veses pão e carne e agoa quanto lhe he necessaria. E para isto tem hum agudeiro ao custo da casa.

Ha na casa hua cosinha com tres molheres que fazem de comer para todos os doentes E pobres de todo necessario. Etem uma botica de conserva E cousas para doentes. E outra botica de fora de que se prouem os doentes que a casa pagua. Ha mais hum fisico, E hum surgião, E hum sangardor, E hua cristaleira, E todos com ordenado que a casa paga.

Tem hum solicitador das demandas de todolos presos proues de que a Misericórdia tem cuidado. E este daa enformação aos irmãos

de tudo que passa, E eles dão disso conta na Mesa para se prouer ao necessario. Tem tres procuradores, hu no secular, E outro no ecclesiastico, E outro na casa de Soplicação.

Acha-se que recebe esta casa desmolas hus annos por outros trinta mil cruzados E alguns annos mais.

E o anno de quinhentos e cincoenta e dois recebeo mais de sessenta mil cruzados: o que tudo gasta em casar orfãs, E tirar cativos E curar pobres e dar de comer a muytos, a assi a presos E ajudar os que são pobres pera sua soltura.”

Frei Santa Maria, tratando do mesmo assunto diz :

“He governada por hum provedor, hum escrivão, hum tesoureiro, dous conselheiros, e seis irmãos nobres e outros seis mecanicos. Chama-se esta Irmandade da Misericordia, porque nas suas sete obras, e em dois hospitais, hum de entervados e outro de incuraveis, se exercitarão os irmãos della com grande caridade, dispendendo nestas santas obras, grãde soma de dinheiro, parte de dotações de reys, rainhas e infantes de Portugal e pessoas devotas, que importam em cada anno perto de cem mil cruzados; e neste de 1697. emportou o recebimento daquelle casa em noventa e hum mil e tresentos e desasete cruzados e duzentos e trinta e quatro reis.”

AS ESMOLAS

Eis alguns exemplos de donativos da época :

— Item deu dessmola a Johamm da Costaa que estaa doente na estallagem de martim fernandez para dessempenhar os vestdos dozentos e cincoenta rs. ijhrs.

— Item deu dessmolla (a) afonso eannes morador em rjba de douro homem prove que lhe ardeu o que tinha cincoenta reis. brs.

— Item deu desmolla a marja fernandez morador a ponte de ssam domiguos para ajuda dalugger de huma cassa cem rs. jrs.

— Item se deu desmolla a marja alluares veuva morador em myragaja pera ajuda de huma filha tresentos rs pera se comprar uma mantilha para seu cassamento tresentos-rs ijhrs.

— Item deu de esmola a Isabel moreira que esta na estallagem dolivall que hya pera casa del Rey para soltar hum filho cento e vinte reis. CXXrs

— Item sse ffez essmola a gonçalo pires Irmão da cassa pera quando (se) purgou pera

galynha pera ssua consollaçon quarenta rreais-R rs

— Item deu desmola a Isabel Efernandez Raposa que esta preso na cadea da coreiçon por que se purgava huma galynha vinte rs. xxRs.

Gastava a Misericórdia boas somas com enterros e cerimoniaes religiosas como se verifica com êstes exemplos:

— Item aos xxb djas di dicto mes (julho 1517) enterrou a Misericordia perp vaz cavaleiro que se finou em crestuma e sse fez de gasto com ele, a saber, aos crelegos e da cova oitenta e sete rs-lxxxbijrs.

— Item aos xx bij djas do dicto mes enterrou a miserycosdia hum homem que veeo mort pelo Ryo do douro e s e fez de gasto com ele, a saber, aos crelegos e de cova oitenta e sete Rs- lxxxbijRs."

Não concordavam os coreiros de Sé em receber importâncias idêntica pelo cerimoniaal dos ricos e dos pobres. Afinal fêz-se o acôrdo. A Misericórdia não querendo estabelecer diferenças, aumentou o prêço de todos os enterros para cem reis. A taxa era a mesma "quer seja rico, quer seja pobre, ora seja longe, ora seja perto".

Os coreiros da Sé tomavam parte importante no suplício dos condenados à morte:

"irão com a sua cruz, quando a Misericordia for, à porta da cadea e dalli irão com o padecente, rezando a ladainha, até o lugar onde houver de padecer, segundo a ordenança da Misericordia se contem no Compromisso. E tanto que o dito padecente padecer lhe dirão o responso e *ne recorderis*, deitando-lhe agua benta e tornarão com o auto da Misericordia até a casa. E haverão por isso cem reis, como por qualquer finado. e quando a Misericordia tornar pelo padecente para o enterrar, ora seja logo a tarde, ora por dia de Todos os Santos, os ditos coreiros irão com a Misericordia e rezarão suas horas e dirão sua missa cantada como os outros finados. E haverão outros cem reis."

MÃOPOSTEIRO

Mãoposteiro era a designação que se dava aos que pediam pão ou dinheiro em nome da Santa Casa. Havia, também, os

mãoposteiros que se dedicavam a recolher recursos para os cativos. D. Manuel concedeu êste privilégio à Misericórdia de Lisboa. Existiam 28 pedintes, sendo 14 em Lisboa. O mãoposteiro-mór recebia 40\$000 de ordenado e mais 5% sôbre-o que arrecadasse. Os encarregados desta tarefa tinham de pedir directamente. Não o podiam fazer por intermédio de qualquer empregado ou pessoa diferente. Em caso contrário perdiam o ofício e os privilégios que lhe eram inerentes. Tinham obrigação de sair aos domingos, depois da missa para pedir as esmolas.

As condições e privilégios dos mãoposteiros eram as seguintes:

AS ESMOLAS

"Primeiramente que não sejam constringidos a levar castelos alguns nas procissões geraes, e solenes que se fazem em cada ano nas cidades e vilas destes reinos e senhorios, nem que sejam constringidos para outro encargo do conselho, de qualquer modo que seja; não serão tutores nem curadores, salvo se as tutorias forem lindimas; nem sejam postos por besteiros do conto, nem sejam sacadores de pedidos, nem pousem com eles em suas casas de morada, adegas, nem lhes tomem cousa alguma contra sua vontade, nem rufoas de cama, nem alfaia de casa, nem besta de sela, nem albarda, nem lhes tomem seus obreiros, nem qualquer pessoa de qualquer estado ou condição que seja, posto que o dito senhor rei, rainha e principes nossos senhores sejam na terra, por cuja causa sua magestade manda que se não guardem alguns privilegios, porque em especial quer este, que seja em tudo guardado muito inteiramente....."

PROCISSÃO DA MISERICÓRDIA

Sob o título "Deveres dos Irmãos da Misericórdia" já mencionamos a procissão que se fazia para acompanhar os que iam ser justicados. Vimos que os Irmãos e coreiros saiam, nessas ocasiões, com toda a solenidade, envergando balandraus negros. À frente do cortejo ia o irmão oficial da vara, ladeado por um homem,

vestido de azul, tangendo uma campainha. Seguia-se a bandeira da Misericórdia com suas imagens e emblemas e Nossa Senhora, sob cujo manto abrigavam-se soberanos, religiosos e irmãos da confraria; na outra face via-se a descida da cruz. A bandeira da misericórdia era empunhada por um irmão nobre ladeado por dois tocheiros, um nobre e um oficial. Seguia-se a Irmandade processionalmente, sem distinção alguma de classes ou precedência de lugar, com exceção do Irmão da vara nobre que ia ao centro.

Vinha depois a tumba, conduzida por “homens ordinários”, tendo, às ilhargas, quatro tocheiros e adiante o mordomo dos presos com uma vara na mão. No couce caminhavam os capelães da casa, revestidos de sobrepelizes; o Provedor, com sua vara e, finalmente o crucifixo, conduzido pelo escrivão da mesa, ladeado por oito tocheiros, quatro nobres e quatro oficiais. Diz Goodolphim que chegando o padecente à Porta de Ferro “estava uma missa aparelhada de maneira que visse o Santíssimo ao levantar a hostia e calix, para pedir perdão a Deus.”

No dia de Todos os Santos a procissão de finados ia buscar à fôrça de Santa Bárbara as ossadas, recolhidas na tumba que, no regresso era disposta ao centro da igreja. Sentavam-se os irmãos e “havia pregação”. Durante aquela noite permanecia a tumba, na igreja, fazendo-se o sepultamento dos ossos, no dia seguinte.

Vitor Ribeiro, escrevendo em 1898 conta que em algumas províncias portuguesas ainda existiam duas procissões anuais promovidas pelos Irmãos da Misericórdia:

“Ainda hoje em algumas terras da Província no Algarve, por exmplo, na quinta feura das Endoenças e na sexta-feira santa vão os Irmãos da Misericordia com seus balandraus,

com capuz que lhes cobre a cabeça e rosto e a frente deles vae uma matraca tangendo de quando em quando.”

Hauteford, no “Coup d’oeil sur Lisbonne et Madrid”, descreve um cortejo funebre que teve ocasião de observar em Florença, em 1814:

“Il existe à Madrid une foule d’établissements de bienfaisance qui répandent leur benigne influence au sein de la société.

Mais une institution que manque à la capitale de l’Espagne, c’est ce qu’on appelle à Florence la confrérie de la *Misericordia*, qui s’occupe exclusivement de transporter les malades aux hôpitaux et de conduire, dans ces maisons salutaires, chez elles, ou à l’église, les personnes victimes d’un accident grave ou enlevées inopinément par la mort. Je sais bien qu’à Madrid il y a une junte de charité qui s’est chargée spécialement de ces devoirs philanthropiques: mais quelle difference avec les tendres attentions, les accessoires délicats et les recherches multipliées qu’emploie la confrarie de la misericordia en ce que concerne les transport des malades, des blessés et des morts confiés à ses soins...

Je demande la permission au lecteur de lui donner ici une idée de ce qui fait, à cet égard, une institution la plus belle, sans contredit, qui existe dans le mond civilisé.

Pendant mos séjour dans la capitale de la Florence, je ma trouvait une fois devant l’glise metropolitaine: mes regards fixés sur son immense clocher, j’en examinai la struture colossale l’orqu’un glas plaintif se fit entendre à trois divers intervalles.

Je vis alors plusieurs passants revenir soudainement sur leurs pas et se jeter précipitamment vers la porte d’un edifice situé sur la place.

D’elegans jeunes gens, assis à l’entrée des cafés établis auto’ur de cette même place, consomment des heures stériles à savourer des boissons artistement élaborées, se levèrent à ce son lugubre et es hatèrent aussi de gagner la porte mystérieuse.

A peine avais-je eu le loisir de réfléchir à ces qui se passait sous mes yeux que je vis sortir par cette même porte une bière recouverte du poêle funebre, portée sur les epaules de quatre individus. Um ample sac de toile noire les enveloppait entièrement, un capuchon de la même étoffe dérobaît à la curiosité les traits de leur figure, un lourde chapelet, pendant à leur ceinture annonçait sur quelle bannière militaient ces guerriers inconnus. Plusieurs couples d’hommes, vetus de même, ve-

naient à la suite, marchant tous, dans le profound recueillement. On n'entendait dans leur silence que le mouvement égal de leurs pas et les bruissements des grains de leur rosaire s'entrechoquant l'un sur l'autre. Um des mes amis que me accompagnait, M. Pichi, s'apercevant de mon étonnement, s'empresse de m'apprendre que les persons formant ce convoi appartenaient à une confrérie nommée la Misericórdie.

L'esprit de Tobie a présidé, me dit'il, à l'établissement de cette pieuse institution qui remonte au commencement du siècle XIV. Les hommes de tous cast y sont admis; mais, durant l'exercice de leurs fonctions, au milieu de l'enceinte sacrée qui les rassemble, l'inégalité s'efface e les distinction se confondent dans la pratique de leurs obligations."

Eugénio Muntz faz uma descrição análoga mais suscinta:

"Ao desembarcar na praça de Pisa achei-me de repente face a face com uma especie de fantasma, coberto de alto a baixo por uma túnica de cutim azul que descia até os pés, cingida pelos rins por uma corda grossa, com o rosto oculto sob comprida mascara, tambem azul, com dois orificios à altura dos olhos.

Recuei assustado, imaginando ser algum criminoso a quem houvessem imposto aquele traje para o obrigar à contrição ou algum infeliz atacado de molestia horrivel, condenado a ocultar o rosto como os leprosos da idade media.

O fantasma estendeu-me uma escudela e suplicou: "per i poveri incarcerati".

A procissão das Endoenças foi introduzida na reforma do compromisso:

"Tinha por fim visitar igrejas e sepulcros onde estava o SS. Sacramento."

A procissão saia da Santa Casa às 4 horas da tarde. À frente seguiam dois Irmãos, empunhando varas prêtas e um homem de azul. Seguiam-se os clérigos, outros Irmãos e penitentes. Conta Costa Goodolphim ter assistido a um desses cortejos:

"Ainda não muitos anos assistimos em uma vila da provincia de Traz os Montes a uma procissão em que iam incorporados os taes penitentes carregados com todos os ferros velhos que podiam encontrar e tendo as cabeças ornadas de silvas. Vestiam apenas camisas."

Veja sôbre êste tema "Bandeiras e Emblemas das Misericórdias", do mesmo A. dêste trabalho, edição do Ministério da Educação e Saúde.

BANDEIRA DA MISERICÓRDIA

Sob o título "Bandeira da Misericórdia e o Alvará de Felipe II", trataremos mais tarde da justificação dos frades trinitários, no Inquerito, por êles promovido, para demonstrar a pretendida qualidade de Instituidor que desejaram conferir a Frei Miguel. V. também "Bandeiras e Emblemas das Misericórdias", do autor.

Pela leitura dos documentos poder-se-á inferir que a imagem do frade occupasse uma das faces da bandeira. Entretanto esta tão discutida figura não era mais do que a de um dos personagens abrigados sob o manto de Nossa Senhora. Constatam, aliás, do frontespício dos primeiros compromissos. Realmente, em uma das faces da bandeira, a pintura representava Nossa Senhora, com seu manto seguro, dos dois lados, por dois anjos e tendo, debaixo do seu manto, um rei (possivelmente D. Manuel), um bispo (possivelmente o arcebispo de Lisboa), religiosos e outras figuras.

Esta composição pode ser vista nas figuras das bandeiras da Misericórdia de Lisboa e Rio de Janeiro e no baixo relevo do portal da Conceição Velha. V. "Bandeiras e Emblemas da Misericórdia".

Parece difficil dizer se um dêsses personagens representa, realmente, o frade. Êste, nas illustrações de livros e enciclopedias, ora aparece ornado de longas barbas patriarcaes, ora com a fisionomia glabara. Não sabemos como os trinitários resolveram êste problema a fim de fornecer a imagem adequada às Misericórdias, para cumprirem estas o Alvará de Felipe II.

Sobre a bandeira da Misericórdia assim se pronuncia o "Santuário Mariano":

"Mas porque se não esquecesse, que da antiga Irmandade da Piedade nasceo a nobilissima da Misericórdia, ainda hoje conservão trazela pintada de hua parte, e a Senhora da Misericórdia da outra, em as bandeiras com que acompanham os defuntos. Na parte da bandeira aonde se vê a Senhora da Misericórdia, se mostra a igualdade com que a May de Deos favorece, e recolhe a todos debaixo do manto de sua clemencia; e a hum lado, se vê o seu fundador Frei Migual de Contreiras, o que se mandou fazer logo depois da sua morte para se conservar, como por brazão em seu retrato, o haver elle sido o instituidor da irmandade. Este foi o maior premio que teve cá na terra, por esta insigne obra. Depois se começou a variar com o tempo, mandando pintar cada Hum o Santo que lhe pareci: até que no anno de 1574 o padre Frei Bernardo da Madre de Deus, sendo Provincial da Ordem da Santissima Trindade, mostrou em como o veneravel padre Frei Migual fora o Instituidor da Irmandade."

Se a Irmandade da Misericórdia de Lisboa era a continuação da Irmandade da Piedade, como poderia frei Contreiras ser fundador da organização, sendo esta originária do século XIII e o frade trinitário do fim do século XV e comêço do século XVI?

Seria interessante saber como puderam tirar tôdas estas deduções sobre o retrato de um frade morto a tantos anos e em tempo muito anterior à descoberta da fotografia.

Em outro trabalho discutiremos esta questão. Ficará demonstrado que não há razão para se atribuir a Frei Miguel Contreiras o papel de instituidor.

Pelo momento basta acentuar que não observamos nas bandeiras portuguesas e brasileiras que examinamos (Lisboa, Alcochete, Quadro de Sesimbra. Fons Vitae-Bahia, Rio de Janeiro, S. João d'El-Rei, Sabará) nenhuma bandeira com a figura do frade, nem ocupando a face toda da bandeira, nem sob o manto da

Virgem, como representação específica.

Fernando da Silva Correia nos estudos e investigações que serviram de base para o seu livro "Origens e Formação das Misericórdias Portuguezas" não acredita nessa representação do frade nas bandeiras: Eis a sua informação:

"No quadro da Misericórdia de Sesimbra, anterior a 1550, está representado um frade trino a par dum franciscano e dum dominicano, ao que parece. No compromisso manuscrito da Misericórdia de Lisboa, de 1520, está representado também um frade que pode ser um trinitário. No compromisso impresso em 1516, em ambas as edições que conhecemos veem-se varios frades, sendo impossivel a nosso ver identificar a ordem a que pertenciam".

"Representa o retrato de Sesimbra e a illuminura da Misericórdia de Lisboa Frei Miguel Contreiras? A esse respeito é que não podemos deixar de apresentar as nossas duvidas."

"Com efeito qualquer deles mostram-nos frades jovens. Ora, frei Miguel de Contreiras quando veio para Portugal tinha 50 anos, morrendo em 1505 com 74 anos."

Quando se fundou a Misericórdia de Lisboa tinha Contreiras 67 anos.

Nas confrarias de Misericórdia de outros países eram figurados um, dois, três ou mais frades franciscanos, dominicanos ou trinitários e no inquérito que se procedeu para verificar a questão da pintura nada foi apurado em relação ao que desejaram os seus promotores.

FONS VITAE

Fons Vita foi o título dado a um quadro existente na Santa Casa de Misericórdia do Pôrto e que se admite tenha sido pintado para comemorar a fundação das Misericórdias em Portugal. A pintura executada sobre madeira mede 2,m 67 x 2,m 10. Encontramo-la reproduzida na História da Colonização Portuguesa no Brasil e no livro de Magalhães Basto, sobre a Misericórdia Portuense. É desconhecido o A. d'este trabalho considerado como excelente obra

de arte pelos técnicos que o examinaram. O primeiro a chamar a atenção sobre o valor do quadro parece ter sido o conde Atanasio Raczyński que o classificou como “une des plus belles choses que j'ai rencontrées en Portugal”. Tem sido atribuído, pelos peritos e amadores, a Van der Veyden, à escola de Gerard David (recordando Bernardo Van Orley), à escola de Van Eick e outros.

Ao centro da composição observa-se uma grande taça em cujo rebordo estão gravadas as palavras *Fons misericordie-Fons vite — Fons pietatis*. Sobre esta taça vêm-se, ao centro, Jesus Cristo pregado na cruz, ladeado pela Virgem Santíssima e São João Batista. Do torax direito de Cristo jorra um fio de sangue que recolhido, no grande receptáculo da taça quase a enche completamente. Eis porque, para Pacully o simbolismo do quadro seria a “Veneração do Sangue Santo”, “festa celebrada desde 1303, em Bruges, no dia 3 de maio de cada ano”. Este A. considera o quadro como obra da escola flamenga e acredita que as particularidades indicam Gerard David.

A Virgem Maria de pé sobre o rebordo da taça mantém atitude mística e tranqüila. São João revela expressão angustiosa.

Este grupo central que acabamos de descrever é circundado por muitos personagens em posição genuflexa.

No primeiro plano as figuras dão a impressão de um rei e uma rainha. Admite-se que o rei seja D. Manuel. Apresenta-se de face glabra como em outras representações da sua imagem. Julio Dantas estudou as efígies barbadas e glabras desse monarca e incluiu, entre as últimas, a figurada no *Fons Vita*.

Sobre a rainha correram várias versões: para uns seria D. Leonor, viúva de D. João II, para outros D. Maria, segun-

da espôsa do rei ou D. Leonor d'Austria, sua terceira mulher. Mais abalizadas e mais frequentes são as opiniões que definem esta figura como sendo a de dona Maria.

Ao lado direito do rei estão seis príncipes; um prelado, um personagem com um livro e mais quatro pessoas, uma delas quase escondida nas dobras do manto da Virgem Mãe.

Os príncipes, segundo interpretação aceita, seriam, pela ordem: D. João (futuro D. João III), em atitude idêntica à do rei e os infantes D. Luís, D. Fernando, D. Afonso (futuro cardeal), D. Henrique (futuro cardeal e rei) e D. Duarte, todos filhos de D. Manuel e D. Maria.

Ao lado direito da rainha figuram primeiro duas jovens princesas: D. Isabel (futura imperatriz da Alemanha, mulher de Carlos V e mãe de Felipe II), Dona Beatriz (futura duquesa de Sabóia, espôsa de Carlos III).

Depois das princesas aparecem sete figuras de mulher, seis do lado esquerdo e uma do lado direito de São João. A que está mais próxima das princesas é a única que ostenta uma gola ondulada e transparente. E' considerada como sendo a rainha D. Leonor, pois esta, segundo Basto, “não poderá ser senão aquela dona que à frente de um grupo de seis mulheres, próximo de São João, enverga um hábito que faz lembrar com efeito, o das religiosas mas que supomos não ser mais do que o das viúvas fidalgas daquêl tempo.”

O prelado seria D. Martinho da Costa, que foi arcebispo de Lisboa até 1521.

Ao fundo ajoelham-se treze pessoas, uma delas tendo um livro na mão. Seriam o provedor, portador do Compromisso, e os outros doze Irmãos da Mesa.

GRANDEZA E DECADÊNCIA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA

As Misericórdias colocadas sob proteção real, gozando de numerosos privilégios, que os soberanos lhes foram concedendo, tornaram-se ricas e poderosas. Segundo nos informa Silva Ramos a Misericórdia de Lisboa chegou a ponto de “movimentar seus capitães, custeando armadas para as Índias.” Um dos mesários desempenhava o cargo de tesoureiro encarregado de receber o dinheiro proveniente de tais empresas.

Vários serviços de assistência foram passando para as suas mãos como o grande Hospital de Todos os Santos. Deu-se esta transferência em 1564 “por ter visto, por experiência, a fidelidade e zelo, fervor e caridade com que seus irmãos, assim nobres, como oficiais, servem os cargos da Irmandade e sofrem os seus trabalhos.”

Por contrato de 1634 a municipalidade entregou à Santa Casa os serviços dos hospitais de expostos, mediante a verba de Cr\$ 600,00 anuais.

A Santa Casa do Pôrto por carta régia de 15 de maio de 1521 recebeu, por ordem de D. Manuel, três hospitais tradicionais da cidade, o de Santa Clara, o de Rocamador, e o de Cima de Vila, com “tôdas as rendas e heranças que a elas pertencem.”

Em 1616 um alvará, segundo Goodolphim, “determinou que se não representassem comédias em Lisboa sem a Mesa da Misericórdia designar o lugar.” Outro alvará, de 1654, isentava a instituição de pagar as décimas das suas rendas, privilégio que se estendeu a outros hospitais do reino.

Podiam estas Casas montar boticas ficando os seus praticantes isentos de serviço militar.

Curioso era o privilégio de possuir açougues o que foi vedado por decreto de 1866.

O escrivão da Mesa tinha fé pública nos atos que se relacionassem com a Misericórdia.

As eleições ocupavam muito a atenção da casa. Grandes banquetes eleitorais recompensavam o voto dos Irmãos. Houve necessidade de um Alvará coibindo os abusos: “os excessos do jantar da Misericórdia nos dias de eleição”.

Segundo Goodolphim:

“Aos treze Irmãos que serviam na mesa não se tomavam por *aposentadoria* nenhuma das casas. Não lhes poderia ser tomada, nem roupa de cama, nem adegas, nem cavalariças, nem nenhuma cousa de seu, contra suas vontades. Eram também escusos e relevados de todos os cargos e officios do conselho e de pagarem para nenhuma peitas, fintas, talhas, etc. lançadas por El Rei ou pelo conselho e para a bolça da levada dos presos”.

A retirada da família real para o Brasil, diante da invasão de Portugal por Junot, influiu sobre a Misericórdia de Lisboa que começou, desde então, a entrar em decadência.

“A Irmandade e suas administrações desleixaram-se, perdendo em dedicação, austeridade, até em honestidade...”

Procurando resolver a situação foi nomeada, em 1823, uma comissão para propor reformas e planos de reorganização da Misericórdia e Hospital de Todos os Santos. Do seu trabalho nada resultou de apreciável. Em 28 de fevereiro de 1834, um decreto do regente do reino, referendado por Joaquim Antônio de Aguiar, determinou a criação de uma comissão encarregada de inspecionar o estado da administração da Casa e de propor as medidas necessárias para regularização da economia e funcionamento da instituição. Do que foi apurado resultou o decreto de 11 de agosto que dis-

solveu a Mesa e entregou a direção e administração a uma comissão, nomeada pelo Governo.

Sob êste aspecto da vida da S. C. de Lisboa diz V. Ribeiro:

“De uma penada, de um rasgo energico e violento de ditadura aniquilou-se a forma essencial desta secular confraria.”

“Foi a Misericórdia de Lisboa a única vítima deste atentado, cujas culpas cabem, em grande parte, às Mesas que naqueles ultimos anos a administraram e à desorganização desalento que reinava em todos os membros dessa Irmandade no ultimo quartel do seculo XVIII e primeiro do seculo XIX.”

Todas as outras Misericórdias do reino conservaram o espirito organico das antigas confrarias.”

É interessante mencionar as alterações propostas pela Comissão:

- “1º — Criação de aulas para expostos e extranhos para ensino de leitura, gramatica, geografia, desenho, doutrina.
- 2º — Criação de uma casa de trabalho para expostos.
- 3º — Formação de um corpo escolar de engeitados, dividido militarmente em esquadras.
- 4º — Colocação de expostos maiores em casas de mestres de officio e nas officinas do Estado e de companhias.
- 5º — Instalação do Recolhimento das Orfãs, no convento de S. Pedro de

Alcantara, onde deveriam a aprender a escrever e musica, etc.

A completa destituição da Confraria ocorreu por decreto de 1851. A instituição transformou-se em serviço de assistência pública. Um triumvirato foi organizado para administrar, conservando, o presidente, a antiga denominação de provedor.

Silva Ramos (1931) refere-se a êste período escrevendo as seguintes palavras:

“Tirava-se-lhe a superintendencia sobre os hospitais, que ficavam com um administração propria, mas conservavam-se-lhe todas as antigas características e privilegios, dando-se-lhe uma larga autonomia e mantendo o mesmo nome que as nossas populações desde seculos se tinham acostumado a pronunciar.... Santa Casa de Misericórdia de Lisboa.

Com a nova organização entrou a Misericórdia em uma fase de resurgimento.

Atualmente a Misericórdia de Lisboa é um instituto official de assistencia publica, com autonomia tecnica, administrativa e financeira, diretamente subordinada ao Ministerio do Interior com quem o provedor despacha diretamente e com a categoria de uma direção geral.”

Em outros ensaios continuaremos a examinar outros aspectos da interessante história das Casas de Misericórdia.

O CONCEITO DO VISÍVEL E DO INVISÍVEL NOS DEMONSTRATIVOS TUPIS

A. LEMOS BARBOSA

É próprio do caráter concreto e pictórico de muitos idiomas arcaicos distinguir os demonstrativos segundo vários aspectos descritivos, e não apenas de acôrdo com a posição mais ou menos próxima do objeto demonstrado em relação ao orador e ao interlocutor.

Informa Przyluski (1) que entre as línguas do grupo Munda se empregam demonstrativos diferentes se o objeto designado ocupa uma posição *normal* ou *lateral*, se se trata de um ser *animado* ou *inanimado*, de uma coisa *vista* ou apenas *ouvida*.

As línguas americanas oferecem inumeráveis exemplos dessas diferenciações. Franz Boas (2) recorda que o Tlingit do Alaska distingue entre o que está próximo do orador mas *mais* próximo do interlocutor, e o que está próximo mas *menos* que o interlocutor. A mesma língua tem formas especiais para referir-se ao que está *adiante* ou *atrás*, *por cima* ou *por baixo*.

O Cri se serve de três formas demonstrativas: *arwa* “êste”, *ana* “êsse” ou *aquelle*” e *osja* “aquele até há pouco aqui, mas agora fora da vista”.

Na língua dos Esquimós, segundo Leonardo Bloomfield, (3) há uma série inteira: *manna* “êste”, *anna* “êsse” ao norte”, *qanna* “êsse ao sul”, *panna* “êsse a éste”, *kanna* “êsse ali em baixo”, *sanna* “aquele em baixo no mar”, *inna* “aquele”, etc.

De sua parte, Alfredo Trombetti, (4) o eruditíssimo glotólogo italiano, precisa que naquela língua boreal os demonstrativos *variam* para exprimir sete diferentes posições do objeto com referência ao sujeito: no *centro*, em *cima*, em *baixo*, *adeante*, *atrás*, à *direita*, à *esquerda*. Informa que no Aleuto o quadro ainda é mais complicado, e que no Abipon há demonstrativos para o que está *presente*, *ausente*, *sentado*, de *pé*, *deitado*, *andando*...

O já citado Franz Boas observa que entre as tribus que se entendem desde o Columbia River para o Norte até

(e) In MEILLET ET COHEN, “*Les Langues du Monde*”, pag. 365.

(2) “*Race, Language and Culture*” Nova York, 1940, p. 223.

(3) “*Language*”, N. York, 1938, p. 259.

(4) In “*Enciclopédia Italiana*” art. “*América*” V. *Lingue indigene*, t. II, p. 929.

O Alasca se introduziu um diferente conceito demonstrativo, isto é, o da *visibilidade* ou *invisibilidade*. “O Chinook tem demonstrativos para designar” o que está próximo do orador e é “visível”, o mesmo ocorrendo no Quileute e no Salish da Costa”. O afamado antropólogo e linguista considera o conceito gramatical de visibilidade ou invisibilidade uma característica do idioma Kwakiutl. Concorde Edward Sapir, (5) mostrando que êsse tipo de elaboração demonstrativa, estranha ao nosso modo de pensar, é natural e até necessárias para um índio Kwakiutl. Conclui Boas, dizendo ignorar se ocorreram fatos semelhantes em outros grupos de línguas vizinhas.

Causará certa surpresa no meio dos estudiosos a afirmação de que também no Tupi se fazia uma distinção de demonstrativos fundada na visibilidade ou invisibilidade. Pois até aqui nenhum autor, nem antigo nem moderno, assinalara o fato nem no tupi nem no guarani.

Mas a recente publicação do “Vocabulário na Língua Brasileira” (6) veio preencher vários pontos omissos da gramática tupi.

Em monografia especial, a sair brevemente pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação, faço uma resenha das principais novidades que nos oferece aquele importante manuscrito do princípio do século XVII. Antecipo aqui o que se refere ao nosso assunto.

São os seguintes os principais verbetes que autorizam a conclusão:

“*Aquella, ou aquella, ou aquillo que esta presente.* — Quei. Queibae. Quea.

E se esta absete Acoc, 1, Acuey. Acueya. Acueybae.”

“*Aquella, aquella, aquillo q. sinto ou ouço e não vejo.* — Aipo. Aipobae.”

“*Aquillo que ambos estamos, vendo.* — Quea. Queea. Quebae. Queebae. Estes que levão dous ee iuntos servem para o que se mostra mais longe.”

“*Aquillo que tu, e eu sabemos.* Aquea. Aqueibae.

“*Aquillo, ou isso q. se ouve o usete e não se ue, ou eu não conheço mais que por fama.* — Aipo. Aipobae.”

“*Esse.* — Eboquei. Eboquea. Eboqueibae.”

“*Esse mesmo.* — Eboquea, aê, et sic de coet. E todos êstes se mostram, e an de estar presentes.”

“*Esse mesmo q. tu dizes, ou te dicerão.* — Aebae. Aipobae. Ae. Aipo.”

“*Essoutro.* — Cueamo. Cueamoê.”

“*Esta ou este.* — Cobae...”

“*Isso, pronome, pello q. se uê.* — Ui. Uibae. Ebouj. Eboui — (?). Euj. Eukbae. Quea. Ebquea. Queibae. Eboqueibae.”

“*Isso, ou isto pello q. somte. se ouue e não se ue.* — Aipo. Aipobae.”

“*Isto.* — Ang. Yang. Angbaê. Yangbaê. alr. Cò. Cobae. Ycobae. Differem nisto que os primeiros, dize-se ass ido uizuiel, como do inuizuiel estoutros somtes. do uizuiel.”

“*Eyl-o, aqui estâ* — Cò cecou...”

“*Eil-o sentindo-o somte. no uer.* — Aipô. i. cecou, Yxou etc. ut. Aipôturi. Eil-o ouuindo-o uemsomente, etc.”

“*Eyl-o lâ, ou pa. lâ onde tu estâs.* — Eboque, 1, Eboquei, ut...”

“*Eyl-o acolâ.* — Que, 1, Queê, quando he longe.”

“*Aquella que.* — Acô...”

(5) “*Language*”, N. York, 1939, pág. 97-98.

(6) “*Vocabulário na Língua Brasileira*”. São Paulo, 1938P.

“Aqueloutro. — Acouamoão.”

Os demonstrativos citados (os outros

não nos interessam) parecem enquadrar-se no seguinte esquema:

<i>kó</i> (e variantes <i>ikó</i> , <i>ikó-bae</i>):	“este” (cosa visível)
<i>ang</i> (var. <i>iang</i> , <i>ã</i> , <i>iã</i> ; <i>ang-bae</i> , etc.):	“este” (c. vis. e inv.)
<i>kùei</i> (var. <i>kùé</i> , <i>kùéia</i> , <i>kùéi-bae</i>):	“esse, aquele” (c. vis.)
<i>ebokùei</i> (var. <i>ebokùé</i> , <i>ebokùéia</i>):	“esse” (c. vis.)
<i>ui</i> (var. <i>gui</i> , <i>uim</i>):	“esse, aquele” (c. vis.)
<i>eboui</i> (var. <i>ebouinga</i> , <i>ebui</i> , <i>egui</i> , <i>eui</i>):	“esse” (c. vis.)
<i>akó</i> :	“esse, aquele” (c. inv.)
<i>akùci</i> (var. <i>akùé</i> , <i>akùéi</i> ; <i>akùéi-bae</i>):	“esse, aquele” (c. inv.)
<i>aipó</i> (var. <i>aipó-bae</i>):	“esse, aquele” (c. inv.)
<i>aé</i> (var. <i>aé-bae</i>):	“esse, aquele” (c. invs.)

Algumas observações.

A visibilidade ou invisibilidade se tomam aqui apenas com referência ao momento e local em que o objeto é demonstrado e não num sentido constitutivo ou essencial.

Os determinativos para coisas invisíveis (*akó*, *akùéi*) são os mesmos *kó* e *kùéi* (vis.) com um prefixo *a-*: *akó*, *a-kùéi*. Isto sugere que seja também prefixo o *a* inicial de *aipó* *eaé*.

Ebokùéi e *eboui* se derivam de *kùéi* e *ui* com um prefixo *ebo-*, que aparece também em *ebapó* “ai”, “lá”, *ebañoi* “da banda daí” e, nasalizado, em *emonã*, dessa maneira” (cfr. *nã*, “desta maneira”).

As formas paroxítonas *kùyéia*, *akùéia* *ebouinga* correspondem aos nossos chamados *pronomes* demonstrativos.

É estranho que Anchieta e Figueira, Montoya e Restivo, contemporâneos do tupi e do guarani, vivos, não se tenham dado conta dêsse curioso particular da gramática indígena. Restivo, entretanto, o mais completo, parece ter-lhe sentido o faro, vagamente. Diz, p. ex.,: “*Ā vel ābae* esto, esta estas cosas presentes...”, “*Acoi* 1. *acoibae* aquél, aquella, aquello, aquellos c. usasse quando se refiere alguna cosa dicha ó vista ó

de cosa que se ve de léxos...”, “*Ang* 1. *āngbae* estos, estas cosas de plural demonstrandolas...”, *Co.* 1. *cobae* este, esta, esto, estos c demonstrandolo...”, “*Ebocoi* 1. *ebocoi*bae esse, essa, esso, essas cosas, señalandolas...” “*Eupe* 1. *eupebae* esse, essos que esta presentes...” (7), “*Aco* 1. *acoy* 1. *acoibae* aquél, aquello... dicese ó de cosas presentes ó de cosas passadas que se refierem...” (8). Dir-se-ia que, para uma melhor formulação da regra, a Restivo faltou apenas um passo.

Mas, apesar de não precisada pelos gramáticos, a regra era inconscientemente seguida pelos autores. Cfr., p. ex., Antônio de Araújo, “Catecismo Brasileiro da Doutrina Cristã” (9): *aipó* p. 241; *akùéia* pp. 152, 231, 241; *akó* p. 127, 153, 188.

O descobrimento da categoria de visibilidade na língua tupi dá motivo para suspeitas de que talvez também exista em outras línguas sul-americanas, tendo passado despercebida aos seus gramáticos.

(7) “*Arte de la lengua guarani*” Ed. de SEYBOLD. Stuttgart, 1892, pp. 26-27.

(8) “*Partículas de la lengua guarani*”. In “*Arte de la lengua guarani*”, p. 218.

(9) Ed. de J. PLATZMAN, Leipzig, 1898.

VIDA E OBRA DO CIRURGIÃO ANTÔNIO JOSÉ ALVES (Pai do Poeta Castro Alves)

ORDIVAL GOMES

Do Instituto Brasileiro de História
da Medicina; do Instituto Geográfico
Histórico da Bahia.

Num estudo completo sobre a evolução da medicina na Bahia, desde a colônia até os dias atuais, o historiador ao apreciar o estado das ciências médicas na primeira metade do século XIX, na antiga capital brasileira, entra em contacto com a personalidade de um grande cirurgião, que, inegavelmente, foi o renovador da arte cirúrgica em nosso meio, nela introduzindo novos processos, nova técnica, e dando ao ensino orientação prática e científica até então não conhecida.

Infelizmente, porém, este renovador, mais preocupado com seus alunos e doentes, vivendo, num meio em que tudo era atrazo e rotina, sempre agilhado a dissabores íntimos, ferido pela criminosa incompreensão daqueles a quem procurava beneficiar, pouco escreveu, não deixando aos pósteros o ensejo de admirar a extensão da sua cultura e a riqueza da sua experiência. Só os seus contemporâneos (e todos são unânimes em proclamar-lhe conhecimentos enciclopédicos, grande habilidade cirúrgica e superiores qualidades de professor) tiveram, como afirma Aranha Dantas, o prazer de conhecer

esse gênio que a Faculdade de Medicina da Bahia se ufana em possuir em seu seio.

A fama do Professor Antônio José Álvês não ultrapassou os estreitos limites da Província natal. O mundo científico brasileiro na época, quase ignorou o nome do cirurgião que assombrava os baianos com a sua audácia e habilidade. E as gerações atuais o desconheciam completamente se êle não tivesse sido pai de Antônio de Castro Alves, o grande poeta nacional cujo centenário o país comemorou em Março de 1947.

No grande número de publicações saídas a lume durante as comemorações e mesmo em algumas anteriores a esse acontecimento, o nome do grande professor aparece apenas com título de pai do imortal cantor dos escravos. Não negamos esta glória a quem entretanto, tinha outras não menos expressivas quer como médico e cirurgião, quer como artista, humanista e patriota, na mais ampla e superior significação do termo.

O nome de Antônio José Alves entrará na imortalidade, não por êle

ser o pai do cantor da “Ode ao Dois de Julho”, mas porque foi, no seu tempo, o mais completo cirurgião e mais culto professor de sua terra.

O grande mestre, um dos maiores expoentes na época de transformação da cirurgia nacional, representa um momento revolucionário em que a arte cirúrgica deixava de ser simples habilidade manual, tornando-se no estudo de uma técnica segura a custa do profundo conhecimento das ciências médicas. Era o início da grande cirurgia, possível com a descoberta da anestesia em 1846, para ter um posterior desenvolvimento com Pasteur e Lister, iniciadores da assepsia, que o mestre baiano, entretanto, não chegou a alcançar. No momento de iniciar a sua carreira, a diferença social entre o cirurgião e o médico já havia desaparecido, e podemos dizer que data dos fins do século XVIII e primórdios do século XIX, ou melhor da Revolução Francesa, a ascensão social e científica do cirurgião, ocorrida no tempo que a burguesia transpôs as últimas barreiras a separarem o médico sábio do barbeiro sem grande ilustração mas hábil. A evolução escreve Castiglioni, se manifesta com o ensino da cirurgia que se torna parte integrante e essencial dos estudos universitários. As escolas já formam, então, no sentido amplo da palavra, médicos cirurgiões para que a especialização venha no decorrer da vida profissional. Neste momento, deixam de existir os colégios médicos e cirúrgicos, aparecendo as Escolas ou Faculdades de Medicina. Antônio José Alves representa, em nosso meio, a máxima expressão da nova mentalidade, tornando-se ao mesmo tempo o clínico e o cirurgião, e exercendo os dois ramos da medicina com sabedoria e maestria, pois adquirira em ambas segura e sólida preparação científica.

Xavier Marques, Afrânio Peixoto e Pedro Calmon, biógrafos do grande poeta Castro Alves, estudam, acidentalmente, a vida de Antônio José Alves, considerando-o caudatário da glória do poeta. O último dos autores citados, em livro aparecido por ocasião das comemorações do centenário do imortal cantor da “Cachoeira de Paulo Afonso” esmerilha com atenção a vida do grande cirurgião, dando copiosa indicação bibliográfica, o mesmo fazendo Lopes Rodrigues, em trabalho parecido ultimamente.

*

* *

Em 26 de Março de 1818 viu a luz do dia na cidade de Salvador, Antônio José Alves, filho do negociante português do mesmo nome e de D. Ana Joaquina Alves Sá.

O seu nascimento precede, pois, de quatro anos à nossa independência, e aos seus ouvidos de criança deve ter soado o fragor das batalhas que se travaram pelo Recôncavo e até às portas da capital da Bahia. Mais tarde, em 1823 quando entrava no quinto ano de existência, com certeza assistiu êle, da janela de um dos velhos sobrados baianos, ao desfile do exército libertador, na cidade dias antes ainda ocupada pelas fôrças lusitanas comandadas pelo General Madeira de Melo.

Era, pois, a consolidação da independência nacional um ano antes proclamada em São Paulo, nas margens do Ipiranga.

Antônio José Alves ia atravessar a fase mais agitada da nacionalidade. Era época essencialmente política, em que homens eminentes no país ingressavam nos partidos a dividirem a nação. Na fogueira das paixões sacrificavam-se muitas inteligências brilhantes e esperanças dignas de melhor destino: e por

fim avançavam de mais os agitadores sem verem que era necessário moderarem-se. Assistiu o futuro professor da Faculdade de Medicina à luta que se travou, feroz e bárbara, na Província, entre os que disputavam as posições de mando; viu revoluções, revoltas, bernardas e arruaças, a se sucederem seguidas. Foi talvez, com esperança e entusiasmo, que recebeu a notícia da maioridade do Imperador, proclamada no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1840.

Por fim uma éra de paz e trabalho se implantou no país.

Durante todo período de agitação, Antônio José Alves se manteve à margem dos acontecimentos, mais preocupado com os estudos e com o seu futuro do que com os agitadores a perturbar a vida do país. Enquanto os moços se perdiam nas desordens e se engajavam nos fileiras dos politicoides e demagogos, o moço Alves formava o seu espírito na dura escola do trabalho, do estudo, da obediência à ordem legal, e do patriotismo prudente. O seu espírito jamais transigiu com a indisciplina. Foi, durante toda a vida, um apóstolo da ordem para que a ela, em certo momento, sacrifique o estudo, por pouco não sacrificando a própria vida.

Ao escolher a profissão preferiu o duro e áspero caminho da ciência à fácil ascensão aos altos postos da política.

Escreve, pois, Pacífico Pereira que Antônio José Alves se consagrou desde cedo com ardor ao estudo das letras, entrando na escola primária em 1826, para em 1833 já haver terminado os preparatórios.

Ao concluir êsses estudos e, quando se preparava para ingressar na escola médica, viu com tristeza que lhe faltavam recursos materiais, pois falecendo-lhe em 1831 o pai, viu-se forçado a

trabalhar para satisfazer à grande ambição de ser médico.

Emprega-se em 1834 na botica de Jerônimo José Barata, localizada no Terreiro de Jesus, atual Praça 15 de Novembro, aí aprendendo os primeiros rudimentos da arte farmacêutica. O jovem empregado, entre o despachar fregueses e lavar frascos, não perdia de vista o vetusto casarão do colégio dos Jesuítas, sito na mesma praça, onde funcionava a Faculdade de Medicina, Meca sagrada de sua grande ambição. Órfão e pobre, sem parentes ricos e poderosos que lhe facultassem carreira fácil, o jovem empregado pôde apenas contar com o próprio e esforço, com o seu trabalho, com o seu talento, e, sobretudo, com a força de vontade que tudo vencia e dominava.

Desde moço traçou o seu destino, embora tivesse de lutar contra a inveja e o ingratidão dos homens, contra a rotina e o traso de um meio que lhe foi sempre hostil, e não compreendeu o alcance da suas grandes iniciativas, quer de médico e cirurgião, quer de artista e homem de letras.

Neste mesmo ano de 1834, matricula-se no curso de Farmácia, recentemente criado, e em 1836 se transfere para o curso médico que "iniciou com tanto engenho e felicidade para merecer aprovação com lovor nos exames finais desse ano". Era o início brilhante de utilíssima carreira.

Em 1832 o estudo médico no Brasil passou por grande reforma quer sob o ponto de vista prático. O jovem estudante penetrava na Faculdade justamente quando nova orientação levava o ensino médico brasileiro a se inspirar nos mais adiantados do mundo.

Por decreto de 3 de outubro de 1832, as velhas e rudimentares Escolas médico-cirúrgicas do Rio e da Bahia foram transformadas em Faculdades, e o curso médico completamente remodelado.

“Foi, escreve Gonçalo Moniz, uma das mais importantes reformas que têm tido o ensino médico no Brasil, sendo que algumas das posteriores se assinalaram em muitos pontos por movimento retrógado, revogando disposições úteis e liberais na de que tratamos.”

“Por esta lei, o ensino foi consideravelmente ampliado, elevando o número de cadeiras a 14, estabelecendo para algumas delas o ensino prático e aumentando-se a duração do curso para 6 anos. Além de grandes inovações que muito favoreciam a aprendizagem dos alunos, elevava socialmente o professor equiparando-o, no que diz respeito aos vencimentos e às honras, aos Desembargadores da Relação do Império; concedia o título de doutor ao candidato que após terminação do curso fizesse a defesa de tese sobre medicina, e facultava o funcionamento, nas escolas médicas, de cursos livres que poderiam ser dirigidos por profissionais de reconhecida competência”.

Eis aí, escreve Barbosa Viana, a semente da docência livre, que durante largos anos presta relevantes serviços ao ensino nacional.

E' numa escola assim transformada, e com o curso médico modernizado à luz dos novos conhecimentos, que Antônio José Alves iniciou o seu tirocínio acadêmico.

Durante todo o curso, apenas interrompido em 1837, o jovem aluno destacou-se sempre pelo brilhantismo de suas provas nos exames finais e pela assiduidade com que frequentava os trabalhos práticos e as lições teóricas.

Entrou, como estudante, em contacto com os mais notáveis professores da época, quase todos possuidores de grande cultura, e sabedores das últimas aquisições científicas que vinham do velho mundo.

No antigo casarão do hospital militar, em ambiente de desconforto e com

instalações precárias, sem meios para comprar aparelhos indispensáveis ao estudo, é que os professores baianos realizaram o milagre de formar uma geração de médicos, que deram à Bahia um esplendor e fama jamais alcançados.

Na ocasião em que Antônio Alves frequentava a Faculdade, as cátedras são ocupadas por homens de grande valor, que supriam, com o saber a experiência, as deficiências materiais escolares. Foi a época difícil, porém gloriosa, de nossas Faculdades.

Não condenemos aqueles que não fizeram mais do que fizeram. Foram sobretudo dedicados no cumprimento dos deveres e não nos esqueçamos de que alguns pagaram do próprio bolso aparelhos, reativos, instrumentos cirúrgicos para suprirem o descaso oficial.

Mas, assim mesmo, a Faculdade, criada em outubro de 1832, preenchia as suas finalidades. Nela se trabalhava, estudava-se e aprendia-se. Jonatas Abott, grande e notável anatomista, Aranha Dantas, Magalhães, e outros, dão exemplo do que pode alcançar o talento, o esforço e o trabalho, em benefício de uma nobre causa.

Neste ambiente de labor honesto, persistente e árduo é que se formou o espírito de quem mais tarde chegaria às culminâncias de uma cátedra do ensino médico baiano. Quando frequentava o segundo ano de medicina, Antônio José Alves interrompe o curso bruscamente. É que na noite de 6 de novembro de 1837, irrompe na Capital da Bahia um movimento revolucionário, em breve dominando a cidade. Essa revolta era chefiada pelo Professor Dr. Francisco Sabino Alvares da Rocha Vieira, cujo perfil é magnificamente esboçado por Luís Viana Filho no seu livro “A Sabina-da”. O Dr. Sabino Vieira foi personalidade interessante e complexa. Professor da Faculdade de Medicina e um

dos mais afamados cirurgiões da Bahia, com vasto cabedal de conhecimentos médicos, filológicos, Filósoficos, leitor assíduo de Voltaire e dos enciclopedistas, foi um produto do meio e da época.

“Sabino Vieira, escreve L. Viana Filho, era um exaltado, um grande exaltado... Impulsivo, incapaz de sopitar os seus sentimentos, as suas arrancadas vão quase sempre ao extremo”.

“Ao romper a revolução de 37 que lhe lembra o nome e conhecida como — A Sabinada —, Sabino já trazia consigo um largo cabedal, uma grande bagagem de delitos comuns e políticos em que se celebrizara”.

Mas a par dêste espírito fanático, era o Dr. Sabino um coração cheio de bondade e um caridoso médico, que atendia com dedicação a pobreza da terra, pela qual se fazia todo cuidados e desvêlo.

Sabino Vieira foi operador de renome, que aliava o saber à habilidade para se notabilizar como cirurgião de maior clínica na Província.

Da ciência e arte, que praticava com superior visão, fizera um sacerdócio.

Impôs-se às altas camadas da sociedade baiana que o acolhiam tanto quanto a massa popular, à venerá-lo sem restrições: era, pois, o chefe prestigioso para a revolta que tanto enlutou a desgraçou a Província.

Na lista dos seus desvarios políticos, o último seria a separação da Bahia das demais províncias do Império, constituindo-se república independente, que ele e seus apaniguados propalavam durar enquanto o Imperador fôsse menor.

Antônio José Alves não se deixou levar pelos cantos da sereia. Nacionalista, só admitia o Brasil unido e forte. Conservador por índole, “formara seu espírito na oposição à demagogia, na resistência à vulgaridade, no combate

aos sabinos de todos os tipos” e, por isso, não “trepidou um momento diante da crise que ameaçava o país e ofereceu-se logo ao govêrno para tomar parte na defesa da monarquia brasileira.”

Alista-se nas forças legais. E’ nomeado Cadete do 1.º de Voluntários de Cachoeira. Toma parte no combate de Campina onde se conduz com arrôjo, valentia e heroísmo, sendo citado e elogiado pelo Presidente da Província, para que aparecesse nos jornais da época, o seu nome entre os “heróicos defensores de Sua Magestade o Imperador Menor e das Santas Instituições do Império”.

Vencida a revolta, presos os chefes, e normalizada a vida da Província, Antônio José Alves torna à Faculdade com o título de Cirurgião-mór do 4.º Batalhão da Guarda Nacional, prêmio conferido pela Regência, por causa dos seus serviços prestados ao Govêrno Imperial.

Reiniciado o curso médico, volta com entusiasmo de sempre, aos estudos, e, nos exames obtém notas distintas em quase tôdas as matérias. Funda nessa época, com alguns amigos, a Biblioteca Clássica Portuguesa, de pouca duração.

Ao alcançar o 5.º ano do curso médico, em 1840, ressentindo-se das privações que passara no campo de luta, e do esforço que dispendera na dupla função de estudante o boticário, é acometido de grave enfermidade que o inibe de continuar nas suas atividades.

Biotipo longilíneo, trazendo o estigma de fraqueza pulmonar congênita, Antônio Alves se viu na iminência de abandonar os estudos. Ante tão sombria perspectiva, o acadêmico desanima, se dá por tuberculoso incurável, prevendo morte próxima. Consulta os facultativos mais notáveis da cidade e todos lhe aconselham prolongado descanso em clima favorável para refa-

zer a saúde abalada. Era um ingrato destino a lhe cortar a carreira cujo término parecia se lhe avizinhar. Tanto trabalho, tanto sacrifício e tanto esforço para se esboroarem tôdas as esperanças.

“O terceiro-anista Antônio Cerqueira Pinto, rapaz cachoeirano que dêle se afeiçoara, o dissuade de angustiar-se, assevera Pedro Calmon, convidando-o para se tratar no Recôncavo, ou em terras altas, onde fazendeiros amigos o acolheriam boamente.”

O estudante então segue para o interior da Província, estadia algum tempo na fazenda do Tenente-Coronel Antônio Cerqueira Pinto e passa a Curralinho onde é hóspede dos Castro, uma das mais célebres e abastadas famílias do sertão baiano, permanecendo então na casa de José Antônio da Silva Castro, famoso chefe de clan respeitado por aqueles sertões e um dos heróis da Independência na Bahia, Sargento Mór do 3.º Batalhão, chamado dos Piriquitos, pelo distintivo que usava na farda. Durante a permanência neste retiro sertanejo, havia de se avistar Antônio José Alves com D. Clélia Brasília da Silva Castro, “moça formosa e prendada”, de quem já vinha êle enamorado, sendo ela sua vizinha em Salvador, e com quem então contratou casamento. Sob a ação tonificante do clima, desfrutando sossêgo físico e espiritual, alimentando-se bem, mas sobretudo enlevado nos seus amores, logo restaura as forças, voltando para a Capital a fim de terminar o curso médico.

Em 26 de novembro de 1841, defende, perante a Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, a tese de doutorando, e, em 28 do mesmo mês, recebe, em sessão pública e solene, o gráu de Doutor em Medicina.

A tese que o doutorando apresenta à Faculdade de Medicina da Bahia, versa

a respeito de palpitante assunto de higiene pública, já sobejamente ventilado nos grandes centros civilizados, mas ainda por se debater entre nós, principalmente na Bahia, onde interêsses subalternos de irmandades religiosas, escudados na franqueza criminosa de governantes tendenciosos, mantinham uma situação atentatória à saúde pública e renome da capital da Província, com os enterramentos nas igrejas.

O jovem médico não tomou em mão a clínica médica ou a cirúrgica a filosofia ou a anatomia, terapêutica ou afarmacologia, mas buscou no ramo da medicina que passava por grandes transformações, empolgando os espíritos mais adiantados e cultos, como o era a higiene, que deixava o empirismo para se tornar verdadeira ciência.

O cólera-morbus que assolou a Europa em 1830, e a revolução industrial que iniciada na Inglaterra no século XVIII levava grande massa de trabalhadores aos centros urbanos, criaram problemas de saúde pública, lançando os governos as vistas na higiene das cidades. Médicos se dedicaram ao novo ramo da medicina, que, dessa época em diante, será dos assuntos mais discutidos e investigados. Pela primeira vez se trata do problema da habitação, das condições do trabalho do operário urbano, dos mineiros, delineando-se a questão dos esgotos e da canalização da água, sendo que as soluções, vieram já em pleno apogeu do capitalismo, quando, os industriais interessados nas suas indústrias e nos que a movem, favorecem, protegem, estimulam as grandes pesquisas científicas e os governos interessados na vida industrial do país, criam grandes institutos e pagam regíamente os cientistas para se dedicarem a higiene e a saúde pública.

Na época em que Antônio José Alves apresenta a tese de doutoramento à Congregação da Faculdade de Medicina

da Bahia, os estudos de higiene começavam a empolgar quer consumados cientistas, quer os recém formados. Alves curioso das inovações e dos grandes problemas médicos, acompanha a corrente que se avoluma na Província brasileira de grande expressão econômica e cuja capital era um dos maiores portos comerciais do país. Teve a intuição de que se devia higienizar a cidade, e aproveitou, pois, a solenidade pública da defesa de tese para ferir o assunto, perante culto auditório, interessado em toda idéia do bem estar geral. Tinha Antônio José Alves diante dos olhos o desasseio em que estava a Bahia e o costume antiquado, anti-higiênico do sepultamento nas Igrejas. Denunciando o perigo de tais hábitos foi ele um dos precursores da higiene, que no limiar do século XX chegaria, no Brasil, a um esplendor incontestável com Oswaldo Cruz.

A sua Tese não é, portanto como afirmam ultimamente os estudiosos da vida do filho de Antônio José Alves “um assunto pitoresco, mera repetição descabida de coisa já passada em julgado”. De fato era ele um precursor e um nome da história da higiene no Brasil aventando problemas que estavam em parte mais ou menos resolvidos na Europa, então nada se havendo feito em um país que ainda se enterravam os mortos nas Igrejas e não se pensava no asseio da cidade. A Tese de Alves, que não teve repercussão imediata, é um dos marcos iniciais, é pois uma das primeiras vozes que se levantaram em prol da saúde do povo brasileiro. É severa e grave admoestação aos governantes a respeito da ameaça que pesava sobre os baianos. É mais do que isto: desperta a atenção do povo de Salvador, trágicamente vitimado em 1855 pelo cólera-morbus que devastou a Bahia. Esse trabalho é pois o primeiro passo dado por aquêle, cuja vida foi tenaz luta contra a rotina.

O Cirurgião Mór do 4.º Batalhão da Guarda Nacional apresenta-se pois, à Congregação da Faculdade, de algum modo causando surpresa. A Tese é intitulada:

CONSIDERAÇÕES SÔBRE OS ENTERRAMENTOS POR ABUSO PRATICADOS NAS IGREJAS E RECINTOS FECHADOS DAS CIDADES: PERIGOS QUE RESULTARÃO DESSA PRÁTICA: CONSELHOS. ANTÔNIO JOSÉ ALVES

A prática anti-higiênica de fato, já vinha, havia algum tempo, preocupando uns poucos médicos cuja educação profissional se fizera ou se completara na Europa, e assim, para citarmos os dois de maior vulto, nomeamos, José Corrêa Picanço, que em 1812 condenava em trabalho de larga repercussão, o hábito de enterrar nas Igrejas, contrário à higiene e Manuel Maurício Rebouças, co-provinciano de Antônio José Alves e seu professor de Botânica e Zoologia na Faculdade de Medicina da Bahia êsse apresentava, em 1831, perante a Congregação da Faculdade de Medicina de Paris como tema da tese de doutorando: *Dissertation sur les inhumation en générale, leurs resultas fâcheux loursqu'on les pratiques dans églises* etc... trabalho em que se condenava os enterramentos nos recintos das Igrejas. Talvez fosse ele o inspirador de Antônio José Alves.

Em 1831, Dr. José Martins da Cruz Jobim pelo órgão da Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (atual Academia Nacional de Medicina), já escrevera: “não obstante as leis das Câmaras Municipais pelo § 2.º do art. 66 competir-lhes prover suas portarias sob o estabelecimento de cemitérios, fora dos recintos dos templos, após três anos de promulgação nada se havia feito”..., “não obstante ser esta negligência contrária a todos os princípios que devem reger os bons costumes. Este artigo provocou

grande interesse, principalmente na Sociedade de Medicina, onde em Sessão de 14 de abril de 1835 houve importante discussão em que sobressaiu a opinião do Dr. Otaviano Maria da Rosa que, com palavras severas, criticou o governo por manter este hábito”.

Os primeiros parágrafos do trabalho de doutoramento de Antônio José Alves são vasados em estilo solene e grave, dir-se-iam antes traçados por velho e experimentado médico do que por jovem recém-formado. Define êle então de modo perfeito, o papel do médico na sociedade moderna, como clínico que cura, e higienista que previne as doenças.

“Nada ha, afirma êle, que tanto deva exaltar o amor próprio do médico como a convicção de ter concorrido para minorar o sofrimento da humanidade. Guarda da saúde, êle deve ao primeiro indício de revolta contra ela esforçar-se por supplantar o mais fraco dos seus inimigos, rebatendo-lhe, de pronto, as primeiras sortidas. Convencido desta verdade desde os primeiros dias de minha votação às ciências médicas, tomei o propósito de empenhar todos os meus esforços pelo bem dos meus compatriotas”.

Depois de tão nobres e elevados conceitos Antônio Alves, com palavras candentes e cheias de indignação, lembra os tristes acontecimentos em que “a escória de uma sociedade manobrada e habilmente explorada pelos interessados, investe contra o cemitério novo, arrazando-o e passeia pela cidade transida de medo, os troféus dêste vandalismo macabro”. Referiu-se às arruaças de 25 de outubro de 1835 que passou à história com o nome de Cemiterada.

Mas as ruas mal calçadas, sujas, e “onde é despejada diàriamente tôda a espécie de porcaria” que Antônio Alves descreve, não era coisa sòmente da cidade de Salvador, se pelos anos de 1841 Londres, Paris e Nova York, apesar dos

progressos da higiene publica na época industrial, ainda estavam sem asseio.

Miserável era contudo o estado da maioria das habitações baianas, principalmente as destinadas à classe humilde; e comenta o doutorando de 1841: “êste desconforto, esta falta absoluta do mais comizinho preceito de hygiene, apressa o térmo de mil vidas preciosas, e torna mil outras mal suportadas, e a todos é nocivo”.

Não exagerava o médico quando pintava com tintas carregadas o estado sanitário da gloriosa cidade de Tomé de Sousa. Perante um govêrno dado às tricas partidárias, o bem estar da população lhe era indiferente, permanecendo êle surdo aos apelos de um doutorando que afinal de contas escrevera uma tese diferente das outras teses.

Com muitos dados, Antônio José Alves faz o histórico dos enterramentos, desde as épocas pré-históricas até o momento em que escreve.

Analisa as legislações sobre o enterramento desde os romanos, isto é, desde as 12 Taboas, a proibirem os sepultamentos dentro dos recintos das cidades, compulsa as mais modernas leis européias, e faz um resumo da legislação portugueza, e de diversos alvarás e posturas nacionais.

Historia a tradição e mostra que a Igreja de fato já encontrara o costume de não se enterrarem os mortos no recinto das cidades, para que ela mantivesse a prescrição. Construindo cemitérios particulares para os seus fieis e mártires, com o advento de Constantino e consequente oficialização da religião cristã, toma ela conta dos cemitérios públicos: “mas ninguém se enterrava no recinto das igrejas”.

Ao falecer aquele Imperador, a Igreja, desejando-lhe tributar homenagens especiais, resolveu, porém, enterrá-lo em recinto sagrado. Era uma exceção que,

com o decorrer dos tempos, foi se tornando em prática corrente, “enterrando-se no recinto das Igrejas os seus cardeais bispos, vigários, chegando a tal ponto a concessão que foi se estendendo a todos os cristãos e também aos pagãos que tinham vivido santamente...” Foi assim que “contra a opinião de todas as leis canônicas, o abuso foi vencendo a lei... até que tornou-se comum o uso pernicioso de se enterar nas Igrejas”.

Baseado em fatos, citando observações de nacionais e estrangeiros mostra Alves os inconvenientes de ordem moral e científica decorrentes de um tal uso.

Cita as maiores autoridades médicas da época, unânimes em condenar, à luz do bom senso, da razão e da ciência, práticas incompatíveis com a vida das cidades, em que cada vez mais se aglomeravam populações densas. Chama atenção para o estado dos templos sem o asseio, mas lugares da celebração dos santos mistérios da religião. Ninguém ignora, continua ele dizendo, o que é o interior desses recintos, onde diariamente se revolve a terra, encharcada de matéria decomposta dos cadáveres e a exalar insuportável cheiro. Mas isso, ao mesmo tempo que o sacrifício celebrado, leva ao pé do altar as populações que praticam o culto católico. Refere-se Antônio Alves ao estranho costume dos africanos que transportavam para o Campo da Pólvora, entre grande algazarra e alarido, o corpo de quem morresse entre os de sua raça, para ficar exposto durante os dias gastos nas selvagens cerimônias fúnebres, o que, além de indecente, pode trazer funestas consequências.

Depois de firmar correito de higienista dando instruções acertadas a respeito da construção e localização dos cemitérios, Antônio Alves passa a apontar certas conclusões da medicina legal e higiene pública que, por serem vastas,

“transcendem os limites impostos a este trabalho”.

O doutorando, ao pedir a execução de um plano de higienização da Bahia, como que antevia acontecimentos de que seria teatro a Província, durante a tremenda epidemia de 1855.

O Dr. Antônio José Alves, em matéria de higiene, lançava no tablado das discussões científicas problemas que empolgavam, na época, os mais eminentes espíritos da Europa. Ao sair da Faculdade com o diploma de doutor o jovem baiano ia com a consciência tranquila de ter cumprido o dever: “A mim, como médico cumpria mostrar que era ofensivo à higiene pública enterrar-se no recinto das Igrejas; ao governo cumpre remediar estes males pelos meios que julgar mais acertados”. O médico cumpriu o dever de avisar; o governo cumpriria o de cuidar da higiene da cidade, quando os males previstos em 1841 pelo doutorando, assolavam em 1855 a terra baiana.

Terminado o curso medico, segue Antônio Alves para a França, que polarizava as atenções do mundo científico.

*
* *

No século XIX esse país estava no fastígio do seu poder militar e no esplendor da cultura científica, enveredando a medicina pelo campo das realidades e repelindo toda tendência especulativa. Os médicos não querem mais saber da metafísica e voltam-se de todo para os hospitais, para os laboratórios, para os anfiteatros de anatomia dando-se à cultura experimental, que se opõe às abstrações do século XVIII.

“Enquanto propriamente nas ciências médicas se verifica essa transformação, acentuam-se na química e na física grandes progressos, utilíssimos aos estudos de medicina, que repousam nestas ciên-

cias.” Nascem, então, a química fisiológica e a química patológica. Os progressos, lembra Castiglioni, são grandes porque deram aos pesquisadores instrumentos de trabalho cada vez mais perfeitos; nos laboratórios se conhecem reativos mais seguros; a terapêutica conta com medicamentos melhor preparados e controlados nos seus efeitos”. Cabe inteiramente aos franceses uma supremacia incontestável durante toda a primeira metade do século XIX e ainda grande parte da segunda, só mais tarde cedendo êles a primazia aos sábios alemães, ao se dar a ascensão política e industrial da Alemanha.

Mas na França do século XIX é que encontramos nomes médicos de celebridade mundial, principalmente na clínica médica e na cirurgia geral. O colapso napoleônico em Waterloo, ainda não viria decidir do esplendor da medicina francesa, sempre ascendente para alcançar o ápice de sua glória com o gênio universal de Pasteur, no tempo de Napoleão III.

Antônio José Alves chega à capital francesa com o fito de se especializar em cirurgia, mas a sua inteligência aberta às grandes conquistas da ciência não era de molde a se enfeudar nos estreitos limites de uma especialidade, e, então, atraído pelos múltiplos aspectos das ciências, em França, frequenta os laboratórios de fisiologia, de anatomia patológica, os serviços de clínica médica, e ainda lhe sobra tempo de percorrer os grandes museus e para visitar as catedrais de Paris.

De fato, em Paris, a grande sede das ciências, da literatura e das artes, a cidade onde tôdas as manifestações da inteligência recebem de homens notáveis radicais transformações, é que, num belo dia do ano de 1842 aperta o antigo empregado da botica de Jerônimo Sodré, possuído do grande desejo de saber.

A fisiologia, ciência básica para a medicina, recebia dos sábios franceses um impulso considerável. Magendie é o arauto dos novos estudos e o fundador da ciência experimental que podemos considerar iniciada em 1809, quando êste mestre publica o seu primeiro trabalho, que é um enérgico ataque ao vitalismo; escrevia êle: não podemos, de forma alguma, falar de uma força vital única, nos diferentes órgãos que possuem uma série de funções cuja explicação só podemos saber mediante a experiência.

Quando Antônio José Alves começa a frequentar os meios científicos, Magendie é o mestre incomparável em cujo ensino se fizeram Flourens, Largallois e, o maior de todos, Claude Bernard. É provável que o médico baiano, compreendendo a importância da contribuição da fisiologia experimental para a cirurgia, acoresse ao Colégio de França querendo ouvir as aulas do grande professor, e assistindo às demonstrações práticas, então sob os cuidados de Claude Bernard. Durante sua estadia em França, isto é, no ano de 1843, o genial fisiologista publica dois dos seus mais famosos trabalhos, verdadeiras obras primas na ciência experimental: “Recherches anatomiques sur la corde du tympan” e “Sur le suc gastrique et son rôle dans la nutrition”, início brilhante de futuros trabalhos que culminariam no grande livro *Introduction à la Médecine Experimentale*, aparecido em 1865, pouco antes da morte de Antônio Alves.

Mas, ao nosso ver, está fora de dúvida que a nova orientação dada aos estudos da fisiologia exerceu profunda influência no espírito de Antônio Alves, como demonstra a orientação prática e experimental que êle imprimiu ao ensino de Anatomia Geral e Patológica, quando, em 1857, rege esta cadeira na Faculdade de Medicina da Bahia, demonstrando conhecimentos invulgares.

No século XIX a Patologia, escreve um historiador, progride a custo da Anatomia Patológica, que instrui não somente grandes patologistas, mas também grandes clínicos e prepara as mais notáveis inteligências da medicina moderna. A França, escreve Castiglioni, é o primeiro país a retomar a grande tradição latina, e o gênio de Morgagni encontra em François Marie Xavier Bichat, que morre aos 35 anos de idade, o seu continuador. Mas sob a influência de Bichat é que a anatomia patológica faz, no começo do século XIX, notáveis progressos. Todos os grandes cirurgiões e clínicos dessa época são grandes anatomo-patologistas, tais como Dupuytren, Louis, Bretonneau, Convisart e Laennec.

Ao chegar Antônio José Alves à Europa já desaparecera Corvisart, a quem devemos, além de notáveis obras sobre medicina em geral, a volta à percussão, descoberta em 1761 por Auerbruger. Laennec, o grande gênio da clínica francesa, não só é o reformador da semiologia, como o notável descobridor do estetoscópio: mas, já falecera havia cerca de 16 anos, quando Alves vai freqüentar os grandes serviços de clínica médica. Os alunos e continuadores dos dois mestres por certo lhes seguiram a orientação, melhorando e aperfeiçoando-lhes a técnica, descobrindo novos aparelhos e novos processos de diagnóstico, para os divulgarem que, como Alves, fossem à França beber conhecimentos médicos. De mais se inteirou em Paris, o médico baiano. P.C.A. Louis, o crítico tenaz das concepções de Broussais e Adolphe Piorry, o inventor do plexímetro, são no momento os mestres incontestáveis da clínica francesa. Trousseau, pouco mais velho que Antônio Alves, já era, apesar da pouca idade, consagrado mestre de clínica médica francesa, e ao seu serviço, no Hotel Dieu, acorriam alunos de todas as partes do mundo. Tudo nos leva pois

a crêr que Antônio Alves freqüentou-lhe a clínica, pois assim demonstram os seus ensinamentos como professor livre de clínica médica, quando na Faculdade de Medicina da Bahia, deu um curso de auscultação, todo êle orientado no sentido prático que preconizou o célebre discípulo de Bretonneau. Este curso livre dado por Alves foi, na época, grande novidade, atraindo alunos e médicos que lhe seguiram as lições ministradas “com brilho, proficiência e prática” e “pondo os alunos ao corrente deste insubstituível processo de diagnóstico”, que era a auscultação. Assim “revelou notáveis aptidões para o magistério” assinalando-se, porém, que a introdução do estetoscópio no Brasil deve-se ao Dr. Fernandes Tavares, que por causa do aparelho que usava já em 1824, apelidaram-no doutor Canudo.

Só quem possui conhecimentos profundos pode “lecionar com brilho e proficiência”, e se Antônio Alves ensinou auscultação é que êle levou a verificarem este precioso elemento de diagnóstico, de que êle se inteirara em Paris para despertar a atenção de todos na Bahia pelo que se praticava na clínica no Hotel Dieu.

Ainda mais: o moço baiano, por certo que freqüentara (sem o que não seria bom clínico, nem bom cirurgião) algum laboratório de anatomia patológica e histologia, uma vez que em 1857 vai êle modernizar o ensino desta disciplina, quando substitui o titular da cadeira, introduzindo compêndios modernos, revolucionando o curso com emprêgo do microscópio, grande novidade para a época. Escreve êle na *Memória Histórica* da Faculdade de Medicina da Bahia do ano de 1857, — que apesar de possuir mui pequeno hábito de lidar com este aparelho, “procurei, pela primeira vez nesta escola, demonstrar os elementos anatomicos celulares, não só normais como

anormais, dos sólidos e dos líquidos, aos alunos de minha aula”.

“Mostrei-lhes, continua, tôdas as células epiteliaes, tanto as pavimentosas, cilíndricas e vibráteis como as de outra espécie; as adiposas, as de substância dos ossos, de sua medula, as da cartilagem e da substância cerebral. À proporção que as descrevi, ia também demonstrando, no microscópio, as células do sangue, não só as chamadas discos e extraídas, como as amarelas — e também as vermelhas, tanto as lisas como as munidas de estrias transversais”. Quem assim escrevia era um cirurgião, e a quem as circunstâncias no momento impunham reger a cadeira de anatomia patológica e histologia.

Antes de fazermos considerações acêrca da cirurgia no momento em que o moço brasileiro estudava em Paris, digamos, que Alves foi atraído pelos estudos de oftalmologia em fase de progresso, e ao regressar à Bahia não só lecionava oftalmologia, como pratica a especialidade: talvez tivesse frequentado a clínica privada do médico alemão Julius Schel que empolgava Paris, com audaciosas intervenções cirúrgicas.

A verdadeira finalidade da sua viagem à Europa era, segundo a opinião dos contemporâneos, especializar-se em cirurgia, que lhe mereceu as preferências desde os bancos acadêmicos; êsse ramo da medicina embora tolhido pela falta que lhe fazia a anestesia para que se não praticassem operações demoradas e mais delicadas, efetuar grandes e notáveis progressos, não obstante a ameaça de infecção post-operatória. Ora, da anestesia Alves ainda se valeu durante o seu largo tirocínio de cirurgião. Da assepcia, porém, não teve conhecimento. Quando estudava em Paris, Patseur era ignorado aluno do Liceu São Luís, assistindo, na Sorbonne, as aulas de Dumas, célebre químico da época; e, quando os trabalhos do imortal francês começaram a ser

divulgados no Brasil, já Antônio Alves deixara de existir.

Teve, entretanto, Alves tempo de acompanhar o desenvolvimento da cirurgia francesa, quando nela pontificava Malgaigne.

Em consequência das guerras em que viveu a França sob o regime napoleônico, a cirurgia, principalmente a chamada cirurgia de guerra, alcançou grande desenvolvimento, tendo em Lerrey, falecido em 1824, o seu mais notável cirurgião. Porém o chefe incontestável da cirurgia em França, o mestre da mais brilhante geração de cirurgiões franceses durante a primeira metade do século XIX, fôra o barão Guilherme Depuytren, a mais alta expressão do gênio renovador das ciências médicas, falecido sete anos antes da chegada do moço brasileiro à Europa.

O nome Guilherme Depuytren, escreve Dusmenil, tornou-se legendário. Filho de pobre e desconhecido advogado de província, é levado por um amigo, e consegue, em Paris, após uma vida de privações e misérias, formar-se em medicina. Passou necessidades e privações pesadas: e Balzac, inspirado na vida do famoso cirurgião, escreveu a famosa novela, *La Messe de L'athée*, encarnando-o no personagem Desplein.

Safou-se Depuytren de tanta miséria, lançando-se com tenacidade nos estudos, para se tornar o mais famoso cirurgião e professor do seu tempo. Pouco tempo depois de formado já a sua fama era tal que, sem concurso, é nomeado para o cargo de chefe dos trabalhos de anatomia. Daí em diante só conhece triunfos. Um concurso famoso abre-lhe as portas da Faculdade de Medicina de Paris, ocupando êle a cadeira de Medicina Operatória. Sucede a Pelleteau no Hotel Dieu, em 1815. Pela orientação prática que imprime ao ensino é procurado por todos que desejam saber a arte cirúrgica. Consegue reunir a maior clínica de Paris,

quicá da França: é médico do Rei, da nobreza e da alta burguesia. Acumula fortuna e é cumulado de honrarias. Ao falecer em 1835, os bens lhe são calculados em 3 milhões de francos. Lega à Faculdade de Medicina de Paris o seu corpo a fim de ser dissecado e estudado perante os alunos, e deixa 200 mil francos para criar-se o Museu de Anatomia Patológica, que conserva seu nome. A habilidade de Depuytren, como operador, era proverbial. No concurso que prestou para professor, desarticulou uma espádua, com tal rapidez, que os assistentes não puderam perceber a operação. Inúmeras e notáveis foram as suas obras e inovações cirúrgicas. Essa águia da medicina, pela impetuosidade de um temperamento atrabiliário e pela brutalidade com que tratava os seus colegas, faz então grandes inimizades como a do famoso Lisfranc de Saint Martin, distinto cirurgião militar.

O barão de Depuytren foi muita vez vítima de um orgulho mórbido, isto, porém, não o impediu de reunir em torno de si verdadeiros amigos abnegados. A elite dos cirurgiões franceses da primeira metade do século XIX aprendeu, pois, com ele, em quem teve mestre e guia.

Dos seus ensinamentos saem Valpeau, Nelaton, Philibert, Joseph Roux, sucessor de Depuytren no Hotel Dieu: Civiale, o precursor da Urulogia Moderna; Amussat, célebre por suas pesquisas sobre o estreitamento uretral; Vidal de Cassis, autor do famoso tratado de patologia externa em que se ilustraram algumas gerações médicas, e muitos outros nomes que introduziram, na cirurgia, técnicas novas, mais perfeitas e de grande alcance. Na vida dos homens de ciência se reflete a sombra amiga dos precursores, dos mestres, a quem eles seguem numa trama bem urdida de teorias a se estenderem no sentido da grande conquista do Universo que é a ciência.

Joseph François Malgaigne, cuja vida data de 1806 a 1865, foi, incontestavelmente, o grande mestre cujas aulas frequentou assíduo o moço baiano, distinguindo-se tanto que, não raras vezes, o mestre se dirigisse ao discípulo dizendo: "Mon petit brésilien, voilà le couteau". E Antônio José Alves então passou a ser — o que aconteceu a poucos — o objeto da atenção de todos, do mestre e dos condiscípulos, exibindo-se na delicadíssima e difícil arte de operar. Entretanto quem o distinguiu assim era uma grande figura da França, naquela época. Cirurgião incomparável, Malgaigne também se notabilizara como historiador arguto, humanista, e ainda como homem de Estado. Poucas vezes a cirurgia contou em França com inteligência tão ampla e tão alta. Ao grande médico sobejam os dotes de orador notável a quem o espírito crítico, por sua vez, tornou no polemista vibrante, e personalidade tão completa se revelava a todos, com quem tratou, boníssimo coração, educação esmerada, que dele fizeram um dos mais queridos mestres do seu tempo.

Iniciando os estudos médicos na Universidade de Paris, Malgaigne veio entretanto diplomar-se no curso de Cirurgia Militar ministrado na mesma cidade. Em 1831 serve no exército polonês, prestando notáveis serviços como operador. Em princípios de 1832, regressa à França, e assume a direção da "Gazeta Médica de Paris" em que publica os primeiros trabalhos de cirurgia, chamando atenção dos seus contemporâneos com a série de inovações que lançava. Em 1834, publica o notável "Anuel de Médecine Opératoire", que lembra Bouillet se di-

vulgou em edições sucessivas e foi o “tratado mais original e mais ao corrente das modernas aquisições científicas, que jamais apareceu em França”: o que o fez ser traduzido em diversas línguas. Em 1836, é nomeado adjunto da Faculdade e cirurgião do Ambulatório Central dos hospitais de Paris. Em 1838, publica o monumental “*Traité D’Anatomie Chirurgicale et Chirurgie Expérimentale*”. Em 1841, reúne em livro magistrais lições a respeito das hérnias. Funda, em 1843, o “*Journal de Chirurgie*”, onde publica artigos de repercussão mundial. Em 1846, é eleito membro da Academia de Medicina, e publica as famosas “*Cartas sobre a História da Cirurgia*”. É eleito para a Câmara dos Deputados em 1847, ano em que vem à luz o “*Traité des Fractures et Luxations*”, que no dizer de um contemporâneo, foi a obra mais revolucionária que se publicou em cirurgia. Em 1850, após brilhante concurso, é nomeado professor catedrático de Medicina Operatória da Faculdade de Medicina de Paris, lecionando até 1858, quando prefere ser cirurgião da “*Charité*”, cargo que exerceu até a morte. É de 1840 a sua edição crítica das “*Oeuvres complètes de Ambroise Paré*”, obra prima de crítica histórica, diz um historiador, em que a elegância do estilo realça a profundidade do pensamento. Bilings considera-o o maior crítico como jamais o mundo vira outro.

Foi sobre a influência desse grande espírito que o nosso patricio viveu em França.

Antônio José Alves, vindo de país longínquo e sentindo-se cercado de companheiros filhos de nações ricas e vizinhas da França, depara-se entretanto com a surpreendente figura do mestre acolhedor, e assimila-lhe maravilhado a arte de ensinar com elegância, que fazia de

Malgaigne o príncipe do professorado médico francês. Antônio José Alves vive então das surpresas que lhe oferecem em terra estranha, sedutora. E não se esquece de amigos, parentes, e muito menos da noiva: a esta envia um pouço da Europa que conheceu para o velho mundo não desaparecer mais de sua mente; em carta à D. Clélia, datada de 23 de novembro de 1843, descreve a sua vida de estudos em Paris, que para o médico moço era uma grande vida, mas ao mesmo tempo que fala de si, vai reunindo, entusiasmado, notícia de tudo que confia à noiva com algumas músicas, que ela, com o coração de mulher e de futura espôsa, tiraria no piano, fazendo-o ouvir comovido o que seria para êle delicada recordação da França em que sentiu ampliarem-se as suas grandes aspirações. •

Antônio Alves, depois de terminado o curso de aperfeiçoamento em Paris, viajou pela Bélgica, Holanda e Alemanha, que percorreu como artista e médico. Admira os paisagistas flamengos. Estasia-se ante o maciço gótico da catedral de Colônia, toma notas, e prepara-se para regressar à pátria. Já, em princípios de 1844 chega ao Brasil, cheio de esperanças e sobrecarregado de ciência, a fim de iniciar a vida profissional, na capital baiana.

•
*
* *

O que vira e aprendera no velho mundo confere-lhe, naquela Bahia do meiado do século XIX, situação privilegiada. Deixara a Província tímido provinciano, com parca bagagem científica, mas volta um “europeu”, tendo privado com os grandes mestres da clínica e cirurgia francesa e freqüentado grandes serviços e laboratório. Vira as obras primas da pintura, da arquitetura e da escultura

que o gênio humano criara e estivera em contato com os corifeus da literatura, entre quem Balzac era a máxima expressão. Em suma, um homem viajado.

Os primeiros dias de contato com os baianos curiosos levou a informar acerca da sociedade burguesa, em que o rei de França, entregue de corpo ao povo, dava, ao ambiente, um aspecto de paz social, que na realidade periclitava.

Imaginemos, pois, o prestígio daquêlle moço, vestido à moda parisiense, falando com a elegância de um europeu e a narrar em roda de amigos os dias vividos em Paris, tendo operado diante de Malgaigne, visitado os museus, descrevendo os quadros da Da Vinci, Rubens, Rembrandt e Ruysdael, e, ao mesmo tempo, fazendo erguer-se, na imaginação dos ouvintes atentos e mudos, a grandeza das catedrais francêsas e alemãs. Os mais íntimos far-lhe-iam perguntas indiscretas sobre a vida airada em Paris, que o moço Alves naturalmente dizia nada saber, porque o tempo fôra dedicado a estudos sérios, o que lhe era do caráter, para grande prestígio seu. As qualidades do médico se tornaram no assunto de conversa, na sociedade baiana.

Passados os primeiros dias, Antônio José Alves começa logo a se revelar homem de ação, que tinha de encarar de frente o futuro.

Mas iniciar clínica, onde os professores da Faculdade de Medicina eram acatados pelos ricos e remediados, tornou-se difícil.

Foi então que Antônio José Alves pensou em ficar lado a lado com a mestrança, dona da clínica, e cogitou em ser professor da Faculdade.

Na Bahia de então, talvez, mais do que hoje, a Faculdade de Medicina atraía tôdas as atenções da sociedade. Ser professor da Academia, como se dizia na época, era o mesmo que se consagrar por

um profundo saber, era caminho certo para a fortuna feita a custo da clínica e era fazer jus a um título da aristocracia do espírito. O professor da Faculdade, era, para os baianos da primeira metade do século passado, um ser superior e intangível.

Valendo-se de um dispositivo legal, requer Antônio José Alves, logo após a sua chegada, autorização do Diretor da Faculdade para lecionar, em curso livre, Patologia, Auscultação e Oftalmologia: o que lhe é concedido.

Revela, superiores qualidades pedagógicas perante um auditório de profissionais, que recebe profundos ensinamentos nos mais variados ramos das ciências médicas. Foi, escreve um contemporâneo seu, a mais notável e auspiciosa estréia que se tem visto na nossa Faculdade. Pacífico Pereira, aluno e biógrafo do grande cirurgião, informa que o Dr. Alves, naquele curso livre, revelou notáveis aptidões para o magistério.

Mal chegado à sua terra, acrescenta Pacífico Pereira, espalhou Antônio Alves com mão pródiga os belos frutos que colhera nos meios científicos francêses enquanto realiza com perícia importantes operações a lhe darem nomeada de operador habilíssimo. Nas suas aulas se aprendia pois "coisas nunca vistas e ensinadas entre nós", uma vez que um moço de 26 anos lecionava, causando uma revolução científica na culta província, e, como clínico, revelava raras qualidades além da perícia de cirurgião.

Ainda não havia encerrado o curso nem tempo tivera para montar consultório, quando é chamado ao interior da Bahia, onde se finava o seu futuro sogro, Major José Antônio da Silva Castro.

Antônio José Alves no momento em que contratara casamento, recebeu do opulento sertanejo, pai de sua noiva,

quantia que lhe custeou, afirma Pedro Calmon, dois anos de farta vida na Europa, para que voltasse instruído na profissão, apto a exercê-la, distinguindo-se em uma capital culta.

No seu leito de agonizante, o Major se lembra do contrato e chama Antônio Alves para lhe confiar as filhas que então ficariam orfãs de pai.

Em 21 de outubro de 1844 é que morre o Major, e, em 30 de novembro do mesmo ano, em pleno sertão baiano, casam-se o Dr. Antônio José Alves e D. Clélia Brasília de Castro.

Os primeiros tempos de vida de casamento foram, para êle, de sobressaltos. Encarregado por dispositivo testamentário, da educação das cunhadas, eis que se desenrola uma tragédia, na qual não falta romantismo e sangue derramado, trazendo a Antônio Alves preocupações e desgostos. Um moço fazendeiro raptara uma cunhada do jovem médico. Conflagra-se o sertão. Mobilizam-se os Mouras, os Castros e os Canguçús. Há assassinio a cada momento. O silêncio das noites sertanejas é perturbado pelo estampido dos clavinotes, e, sob o punhal do jagunço, em tocaia, baqueia muita vida. O principal protagonista da tragédia, o romântico Paris das caatingas, finalmente tomba varado por uma bala, levando no coração o nome da amada, para assim terminar a tragédia, que a pena de Afrânio Peixoto immortalizou no romance célebre, intitulado “Sinhazinha”.

Antônio Alves, espírito formado nos gabinetes de estudo, nos laboratórios de pesquisas, e na religiosa paz das enfermarias estava assim, de chôfre, lançado naquele sertão tremendo, onde a lei suprema era pagar dente por dente, olho por olho. Cumpriu, porém, com dignidade o seu dever, tendo sob sua guarda as cunhadas e com “os competentes alvarás na bolsa de viagem”, rumo para Curralinho, e uma vez em ordem os negócios

da família sob sua guarda, instala-se com espôsa e alguns escravos na fazenda Cabeceiras, ali perto e que fôra do sôgro. Êsse é então o refúgio tranqüilo e o isolamento almejado “pelo seu espírito condoído do grande infortúnio”, do caso de família em que passou por tantas tribulações.

Até 1846 Antônio Alves permanece no interior da Bahia, quando volta só para a capital, para reiniciar clínica.

Antônio José Alves, retomando as suas atividades, já publica no *O Crepúsculo* alguns artigos, dos quais o mais célebre é aquele em que refuta os conceitos emitidos pelo Dr. João José Barbosa de Oliveira, na prova escrita do concurso que o pai de Rui Barbosa prestou para lente substituto da “Seção Médica” no qual foi vencedor o Dr. Antônio José Ozório. Êste artigo, está dito em *Sacramento Blake*, era intitulado: “Refutação da prova escrita do Dr. João José Barbosa de Oliveira: o que seja doença e quais as considerações sobre sua sede”.

A opinião do pai de Castro Alves a respeito do pai de Rui Barbosa certo que foi desfavorável. Mas o “Arquivo Médico Brasileiro”, tomo II, referente aos anos de 1846 e 1847, págs. 230 a 234, traz a prova escrita não aprovada e a questão assim vem a público. Digamos que, mesmo à luz dos conhecimentos da época, aquele escrito, vasado em tom declamatório ingrato à ciência, está eivado de contradições e de conceitos antiquados; possivelmente foi muito criticado por Antônio Alves a quem não faltava uma cultura ampla e sempre em dia com as novidades da ciência. Responde o Dr. Barbosa de Oliveira à crítica de Antônio Alves feita à sua prova escrita, em longo artigo publicado parcialmente no *Mosaico* de 1846, págs. 217 a 223 e 234 a 238 e que, informa Sacramento Blake, o autor não chegou a concluir.

Artigo contra artigo. Acusação de Alves e a defesa de João Barbosa de Oliveira. Devem ambos contendores terem escrito em linguagem elevada, restringindo-se às questões de ciência. Mas Barbosa de Oliveira era antes jornalista e político, tanto assim que abandonou a medicina porque “não chegou a amar a sua profissão”. Antônio Alves foi precisamente o contrário. Sempre se manteve afastado das lutas políticas. Nunca foi jornalista. E amou a sua profissão, chegando a ser um dos seus expoentes.

Mas naquele mesmo ano de 1846, em que Antônio Alves volta à capital da Bahia, é obrigado a retornar ao sertão. O seu organismo não resiste ao trabalho prolongado. Ei-lo novamente enfêrmo. O cirurgião tem que se transformar em agricultor, e então escreve a *Memória sobre o cultivo da baunilha*, incluída no tomo IV do *Recreador Mineiro*, correspondente àquele ano de 1846.

No retiro do interior da Província Antônio José Alves não se entrega à ociosa inatividade. Clinica naqueles sertões baianos e de vez em quando, para de todo não deixar esquecerem-no os mais cultos da capital baiana, envia ao jornal literário-científico *O Crepúsculo*, pequenos artigos como: *Camadas de Terra* e *Qualidades de Mestre*, no qual, supomos volta êle às impressões que colheu do ensino e levanta o véu a respeito de sua grande vocação.

Ainda em o número de 26 d’*O Crepúsculo*, então dirigido por Ábilio de Cesar Borges, futuro Barão de Macaúbas, vem nas páginas 151-153 do tomo II de 1846 o artigo *Recordações*, em que Antônio Alves nos dá impressões da viagem à Europa, relativas à sua chegada em Lisboa. Aí desfilam sob nossos olhos, aspectos da cidade na primeira metade do século XIX. É a entrada da barra. É a topografia de Lisboa de outorura, as ruas, as praças e monumentos, que êle

descreve em frases incisivas e rápidas. Refere-se ao ensino ministrado nos Jerônimos em que meninas e meninos se educam em internato. E lastima a decadência da antiga metrópole, deixando veladamente transparecer tristeza ante a ascendência política e econômica da Inglaterra, sobre o velho Portugal.

Êste é dos seus escritos publicados em *O Crepúsculo*, e citados por Sacramento Blake, o único que conseguimos ler. São trechos do diário de viagem que certamente publicaria, mas não o fez. Tão fino e arguto observador talvez nêsse diário nos falasse do meio médico parisiense com que tanto se familiarizou. Mas enquanto vivia no meio da família para a qual entrara e enquanto retomava essas recordações a respeito do que vira na Europa, ao mesmo tempo que espera lhe volte a saúde, é que em 14 de março de 1847, na fazenda de Cabaceiras, lhe nasce o filho Antônio Frederico de Castro Alves. Só em 1854 sente-se refeito da impertinente enfermidade que sempre lhe aneacou a saúde, levando-o ao clima salutar do sertão e volta para a cidade do Salvador. Ei-lo instalado na Rua do Rosário n.º 1, em uma casa para a qual na Bahia tinham todos voltado a atenção, porque nela ocorreu um crime passionai de abalar a alta sociedade baiana, pois nêle pereceu distinta moça, D. Julia Feital, assassinada pelo Dr. João Estanislau da Silva Lisboa, acatado professor do Liceu Provincial, educador de grande compostura, homem de grande saber, e finalmente autor do crime que passou à história já envolvido na lenda e com o nome de *crime da bala de ouro*.

Mas nesse mesmo ano muda-se com a família para a rua do Paço n.º 47, onde instala consultório.

Humanitário, dadivoso, dispunha, lembra Lopes Rodrigues, de um cofre de pródigas generosidades: o coração. Atendia gratuitamente os pobres e os escravos,

e em certos casos cobrava aos que não tinham muitas posses mil réis por consulta. Dos opulentos é que exigia honorários compensadores. Ambição de lucro não na tinha: e antes praticava a medicina com o fim nobre de curar doentes.

Punha tão alto o dever de médico, e era tão escrupuloso no desempenho da clínica, que só cobrava honorários daqueles a quem curava.

Começam a lhe afluir ao escritório doentes vindos de todos os recantos da cidade. A sua conduta de médico o torna acatado pelos colegas "como competidor leal". Já lhe vêem a superioridade incontestável. O seu consultório da rua do Paço era o mais bem frequentado da Bahia. Em 1855 se consagra como o primeiro bisturi da terra e é o ano do seu apogeu como médico, conseguindo êle então realizar a grande ambição de ser professor da Faculdade de Medicina da Bahia, para trazer ao ensino da cirurgia, na Província, grandes e notáveis transformações.

De fato, em 28 de abril de 1854, o Ministro do Império, Luís Pedreira do Couto Ferraz, Visconde do Bom Retiro, por Decreto n.º 1.387, reorganizara o ensino médico, dando novos estatutos às Faculdades de Medicina. O Regulamento promulgado dois anos depois e datado de 14 de maio de 1856, manteve o curso médico em seis anos, mas nele introduzia quatro cadeiras novas — Química Orgânica, Anatomia Geral e Patológica, Patologia Geral, Terapêutica Matéria Médica — e também instituía o ensino de Anatomia Topográfica, ministrado na cadeira de Medicina Operatória e Aparelhos. O art. 193 da lei reformadora dizia: "O governo fica autorizado a contratar por tempo determinado algum nacional ou estrangeiro de reconhecida habilitação para ensinar algumas das matérias do curso médico, po-

dendo, também, prover, pela primeira vez, as cadeiras criadas e as que se vagarem dentro do prazo de um ano, nomeando livremente os lentes."

Em virtude desta autorização é que, por carta imperial de 12 de maio de 1855, Antônio José Alves teve a nomeação de professor substituto da Seção Cirúrgica. Não era um estranho à Faculdade, pois nela já lecionara. êle que assim chegou ao ensino superior sem concurso. Valeram-lhe para ser nomeado os títulos de médico ilustre e habilíssimo operador. O governo que assim procedia não premiava um medíocre, mas destinava ao magistério superior quem a Bahia, em pêso, proclamava como um dos mais altos representantes da sua cultura.

Para Antônio Alves fôra surpresa essa nomeação, pois já se preparava para inscrever-se no concurso que lhe desse a cadeira de professor na Faculdade de Medicina. Quisera Antônio José Alves chegar ao alto posto submetendo-se à prova pública. "Seus talentos incontestáveis (afirma Pacífico Pereira), as habilitações já demonstradas na Academia e fora dela, davam impugnável direito à sua pretensão e afastavam adversários, que poderiam comprometer-se em tão arrojado litígio". O governo imperial, conclui o seu biógrafo, antecipou o que havia de acontecer fatalmente e já era da expectativa pública e da previsão do meio médico baiano, o que consumou decreto de 12 de maio de 1855, a sua nomeação.

Galgando Antônio José Alves, aos 36 anos, as culminâncias do magistério, não recebia o prêmio a encerrar uma carreira, mas a cátedra era o marco inicial de novos estudos, novos trabalhos e lucubrações, como também o caminho aberto para novos e arrojados empreendimentos na arte cirúrgica, e na vida profissional.

Neste mesmo ano de 1855, de posse de alguns leitos na Santa Casa, começa a praticar alta cirurgia, o que até então não se fizera na Bahia.

Tornava-o admirado de todos a exatidão dos diagnósticos e certa vez ouvi de meu pai, o professor Cassiano da França Gomes, que o Dr. João Florêncio Gomes, grande educador baiano, sempre se referia a Antônio Alves como sendo o maior clínico, o mais afamado cirurgião da Bahia, o mais respeitado professor da Faculdade de Medicina e aquele cujo diagnóstico ninguém discutia.

Na *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia*, do ano de 1855, Aranha Dantas, insigne mestre, relata que “o mui digno lente substituto, senhor Dr. Antônio José Alves, verdadeiro gênio cirúrgico... praticou no anfiteatro da Faculdade, perante os alunos, num caso de osteosarcoma, a resecção do maxilar inferior, operação que não sei houvesse já alguém praticado entre nós. Viu o insigne operador coroado do mais feliz êxito a obra de sua perícia.”

O mesmo resultado, o notável operador alcançaria de maneira surpreendente, centenas de vezes e isto enquanto a medicina ainda não consagrara a assepsia, e em época que as condições higiênicas dos hospitais eram precaríssimas. Mas o segredo do médico baiano estava, parece-me, nos cuidados higiênicos com que operava. De fato, umas poucas palavras do professor Jerônimo Sodré Pereira, perdidas na *Memória Histórica* do ano de 1865, trazem a seguinte revelação: “O Professor Alves praticava as operações com a maior limpeza e proveito”. Dessa extremada limpeza a chamar a atenção dos seus conterrâneos, é que decorriam os resultados obtidos pelo mestre baiano. De fato, clientes, alunos e colegas, curiosos, tinham a atenção despertada pelas providências de que Antônio José Alves se cercava.

A minha avó, D. Olímpia Antonina Faria de Menezes, cuja memória aos 90 anos não falhava, foi por êle duas vezes operada e não se cansava de dizer que era interessante vê-lo “assear-se” diversas vezes, isto é, escovar e lavar muito as mãos e tomar outras medidas, cuja finalidade não explicava.

Quem sabe se a luta, naquela época travada na Europa, entre o gênio atormentado e incompreendido de Semmelweis e a mediocridade dos que o contestavam, despertara a atenção do baiano para o dealbar da profilaxia? Tudo, pois, leva a crer Antônio José Alves já conhecesse a memorável comunicação de Semmelweis feita à Sociedade Médica de Viena em 1847, acêrca da “Etiologia, Patologia e Profilaxia da Febre Puerperal” e, assim, já soubesse da grande verdade que jactanciosos representantes da medicina tradicional procuravam encobrir.

Sabendo talvez por experiência própria, dos impasses a que são levados os inovadores, não quisesse êle ferir suscetibilidades, contrariando a rotina, com novidades surpreendentes.

O fino psicólogo preferiu ir aos poucos educando alunos e médicos na prática esmerada da limpeza e do asseio nas operações.

Sem estardalhaço e não magoando mestres, chamava a atenção para algo a facilitar a cirurgia, tornando-a sem perigo; êste algo era o que êle já praticava com a higiene.

As salas de operação do velho Hospital da Caridade, da Bahia, Anselmo da Fonseca, insigne professor, as descreve em 1891, falando ainda em “sombria estância de ar estagnado”... “insanável foco de tôdas as infecções”... “monumento de barbaria”.

E no ano de 1855 Antônio José Alves impor-se-ia pelas idéias de higiene que lançou durante a epidemia a assolar a Bahia.

*
* *

Foi em julho de 1855 que aparecem no Rio Vermelho, arrabalde da capital, os primeiros casos de cólera morbus, cujas vítimas eram então uns tripulantes de um navio "Imperatriz", vindo do Pará, onde grassava o mal. Estendeu com isso o rastilho do incêndio. Em breves dias alastra-se a epidemia, envolvendo Salvador em pesado véu de luto, a cair sôbre um tremendo espetáculo de dor e miséria. A população, dominada pelo medo, vai rumo ao Recôncavo, e daí foge pelo sertão a dentro. Cachoeira, Santo Amaro, Vila de São Francisco, Itaparica, Valença, Nazaré, Geremoabo, Feira de Santana, logo são presas do terrível mal a atacar ricos e pobres, penetrando na choupana, na senzala, nas residências senhoriais, nos conventos, nos palácios, com o mesmo aspecto desolador.

Aos primeiros sinais do flagelo são consultados os professores da Faculdade de Medicina e todos os médicos de renome. As opiniões divergem. A maioria, escreve Wanderley Pinho, acompanha Wurcherer, Patterson, Antônio José Alves e Malaquias, que afirmam tratar-se de cólera. Cabral e Aranha Dantas chefiavam os que julgavam ser a mesma moléstia que nos anos anteriores propagou-se naquela mesma estação do ano. A congregação da Faculdade discute durante três dias, sem sair das disputas de opiniões, quais os teólogos de Bisâncio. Enquanto isso o mal, progredindo, ceifava vidas e se apoderava da Província.

O presidente da Bahia, Álvaro Tibério Moncorvo de Lima, que havia pouco succedera no poder ao mais tarde Barão de

Cotegipe, alarmado, tenta as primeiras providências, enquanto os doutores se contradiziam.

Organizam-se comissões apressadamente, para tomarem a peito qualquer medida que parecesse oportuna. Continuando os médicos inativos, sem diagnosticarem o mal, a população alucinada, em pânico, e desorientada, apela para Deus. Os santos milagrosos da devoção popular saem dos altares e vão em procissões impressionantes pelas ruas da cidade, levantando-se assim além dos gritos dos coléricos e dos gemidos dos agonizantes, as vozes dos aterrorizados a implorarem um milagre. O crime se aproveita do desolamento para campear solto, e roubam, saqueiam uma cidade empestada, com grande parte da população moribunda.

Em tal conjuntura é que Antônio José Alves, rompendo a indecisão de todos, e investindo contra a credence popular e contra os que aconselham processos obsoletos para dominar o mal, vem a público, "citando as lições mais recentes, recomendar isolamento, prevenção, enfermarias novas", condenando ajuntamentos e preconizando o fechamento das escolas. Ressurge, pois, o doutorando de 1841, que na sua tese de doutoramento, pediu aos poderes públicos a higienização da cidade do Salvador. Ainda mais: exige êle a formação de cordões sanitários, a fim de impedir o êxodo da população das cidades infectadas, para as indenes, evitando, assim, que o mal alastrasse. Percorre Salvador em tôdas as direções, atendendo os coléricos, aliviando sofrimentos, e a todos aconselhando medidas profiláticas. No meio de uma população quase que devastada, Antônio José Alves, Souza Lima, Patterson, Betâmio são vultos incansáveis a acudir a uma cidade que parece succumbir sob o peso da peste.

Há pois um alferes João José Alves, homem de temperamento impulsivo, que se envolvera em desordens e tumultos tão falados, e que, entretanto, altruísta incomparável, apresenta-se para servir no Socorro de Cachoeira. “Sòzinho, indifferente ao contágio, companheiro digno do Dr. Botelho, era capaz de tudo o que os outros, acorbadados, fugitivos, não ousavam” (Pedro Calmon). O truculento e sistemático oposicionista político, então cooperando com as autoridades, destaca-se abnegado no cumprimento do dever cristão ao mesmo tempo que o seu illustre irmão, o Dr. Antônio José Alves, consciente do risco do contacto com os coléricos, dêles não se afasta cuidadoso.

Comissões médicas nomeadas para socorrerem o interior da Província, fazem prodígios, uma vez que tudo falta: não há hospitais, carece-se de roupas e medicamentos! Doutores e estudantes de medicina, sacerdotes, governantes, senhores e escravos, todos com raras exceções acodem, mostrando-se desprendidos da própria vida, para enfrentarem a epidemia. Em página muito viva Wanderley Pinho lembra, contudo, médicos a disfarçarem mal o mêdo que os gela, e sem quererem deixar o canto em que abrigados furtam-se ao contágio da peste.

O cólera a ninguém poupava. Três estudantes de medicina, que estiveram em grandes focos da epidemia, conta o historiador, “se haviam sacrificado como mártires”. Morrem padres, freiras, irmãs de caridade. Há tantos cadáveres que lhes falta coveiros. Santo Amaro e Vila de São Francisco são as cidades mais atacadas: naquela, em uma população de 8.000 pessoas, morrem 3.000, e nesta a metade dos habitantes desaparecem na voragem do flagelo.

Em Santo Amaro, afirma Wanderley Pinho, esmorece, não mais forte da crise, Dantas, então juiz municipal e delegado,

pois alega doença, abandonando a cidade, onde ficavam “montanhas de cadáveres insepultos e doentes à míngua de tôda ajuda e qualquer assistência”.

Quando se torna desolador o espetáculo na cidade empestada, tomba a 1.º de agôsto de 1855 o Dr. Betâmio, que se ofereceu para a arriscadíssima missão de socorrer os coléricos, pedindo, ciente do risco que correria, olhasse-lhe o govêrno, no caso dêle sucumbir, pela espôsa e pelos filhos. Guardemos o nome deste abnegado: Cipriano Barbosa Betâmio.

Quando o Dr. Betâmio chegou a Santo Amaro o cenário era doloroso, a cidade se tornara quase que num cemitério. Toma êle providências para salvar o que resta vivo. Remete relatório ao govêrno, lastimando a ausência do delegado e juiz municipal. Apela para todos. Pede que acudam a cidade quase que de mortos. Percorre os engenhôs a querer auxílio, e; em triste peregrinação bate de porta em porta, solicitando tudo, quando chega ao Engenho de São Cosme, propriedade de Manuel de Oliveira Mendes, segundo Barão de Itapicurú de Cima, e pede roupa com que agasalhar os enfermos semi nús, alimento com que socorrer os famintos e medicamento com que assistir os enfermos, mas, principalmente, precisa de homens para tratar dos pestosos e enterrar os mortos.

O fazendeiro (ainda me conta hoje o seu bisneto, o Dr. Luís de Oliveira Mendes, meu cunhado) oferece-lhe o que estivesse ao seu alcance, disposto a tudo menos a usar dos poderes de senhor de escravos, porque disso não tinha direito. Pondera não dispôr da vida de sêres humanos mandando os seus prêtos desempenharem tarefa em que talvez encontrassem a morte. Fêz entretanto reunir a escravaria, a pedido do Dr. Betâmio ali presente, e declarou conceder desde logo a liberdade a quantos desejassem

seguir para a cidade a socorrerem os pestilentos.

Entre mais de cem cativos, apenas três é que se apresentaram para a missão perigosa, tal era o terror causado em todos pela moléstia. Dêsses abnegados sòmente um foi vítima do cólera morbus, voltando os outros ao engenho de São Cosme, para servirem, alforriados.

Acéfala que estava a cidade de Santo Amaro, o Barão de Itapicurú de Cima para ela faz seguir os dois filhos mais velhos, Dr. José Egidio de Oliveira Mendes, bacharel em direito, e Luiz Maria de Oliveira Mendes, então nomeados, respectivamente, delegado e sub-delegado de policia. Enviava diàriamente um boi carneado para o sustento dos doentes da população faminta; mas com o alimento também iam carradas de lenha para incinerar os cadaveres, quando a peste na maior crudescência matava tanto que não dava tempo de abrir sepultura para os mortos.

Êsses serviços prestados fizeram o Governo Imperial, considerando-os relevantes, elevasse o Barão de Itapicurú a visconde do mesmo título, em 1858, nomeando-o então Veador de S.M. a Imperatriz.

Enquanto no interior da Província ocorriam cenas pavorosas para serem lembradas com horror, não era menor a desolação na Capital.

A Faculdade de Medicina “mantida aberta para aproveitar os serviços dos alunos, fecha-se, afinal por falta de estudantes”; a escuridão de morte naquelas noites tétricas era interrompida de vez em quando pela labareda das fogueiras, onde se queimavam os cadaveres, e o silêncio das ruas desertas quebrava-se com o tropel dos cavalos que passavam apressados: os médicos que acudiam os enfermos!

O Governo que não poupou esforços, tinha chamado a Palácio aqueles cujos conselhos fôssem úteis, apelando então para o Dr. Antônio José Alves que, adversário político do Presidente da Província, se prontificou a por em prática os preceitos higiênicos que sempre preconizara.

Muito valeu a opinião do médico nas conferências realizadas em Palácio, e Antônio José Alves, com desapego e rendosa clientela, tomou a si, escreve Pacífico Pereira, o difícil encargo de um posto sanitário, revelando inteligência, solicitude e proficiência para salvar a maior parte dos doentes sob seus cuidados. Mas enquanto isso, mostra o mais escrupuloso tino administrativo, como provam todos os documentos relativos: enfermaria sob sua direção, por êle apresentados às autoridades para comprovar despesas.

Em fins de maio de 1856, a epidemia, não encontrando mais o que devastar, extingue-se naturalmente. Matara, segundo cálculos otimistas, 29.000 pessoas, e custou ao Governo Geral 397 contos de réis, e à Província, muito mais, assevera Braz do Amaral.

Grande flagelo! Teve, escreveu mais tarde Dr. Remédios Monteiro, como a peste de Atenas, o seu Tucídides, na pessoa do Dr. Domingos Rodrigues de Seixas, professor de Higiene e História da Medicina da Faculdade de Medicina da Bahia, que a descreveu no livro *Do Cólera Morbus Epidêmico*, em 1855, na *Província da Bahia*.

Nesta ocasião acabaram definitivamente os enterramentos nas igrejas, proibidos pela lei provincial de 3 de setembro de 1855, sendo então ouvidos os apelos do doutorando de 1840.

Em recompensa ao que fez durante a epidemia é que Antônio José Alves, em 1856 foi agraciado com a condecoração da Ordem da Rosa.

Mas se fosse consultado sôbre a maneira de recompensar os serviços prestados, êle, no mesmo teor em que se dirigiu Pierre Curie ao govêrno francês, quando lhe ofereceu a Legião de Honra, talvez respondesse: "Senhor, não sinto a menor necessidade de ser condecorado; vejo que preciso de bons hospitais e boas enfermarias onde possa trabalhar, operar e internar confortavelmente os doentes pobres da Província." Nunca desejou veneras, não teve vaidade de as ostentar em público.

Em fevereiro de 1856, com o aumento sempre crescente da clínica particular, Antônio José Alves amplia o consultório e supponho que convidou para companheiros os doutores Adriano Gordilho, futuro Barão de Itapoan e Domingos Seixas, nomes que chegaram a professores da Faculdade de Medicina.

No "Jornal da Bahia" de 24 de fevereiro de 1856 aparece êste anúncio sem precedente: "O Dr. Alves põe olhos artificiais de esmalte, que imitam os naturais, à Rua do Paço n.º 47". Era a invenção de Antoine Nuck ultimamente aperfeiçoada, que êle praticava na Bahia.

No decorrer desse ano de 1856 viaja pelo Recôncavo, e, com Jonatas Abbot, Agrário de Menezes, João José Barbosa de Oliveira com quem discutira acêrca das opiniões expandidas em prova de concurso para lente substituto da Faculdade de Medicina, funda a Sociedade de Belas Artes, cujos estatutos planejou. Já nos jornais da Bahia se lê um convite às pessoas "que possuirem e quiserem vender quadros, esboços, desenhos, gravuras, litografias ou outras quaisquer peças de belas artes, que por alguma fôlha anunciem ou participem ao mesmo conselho da Sociedade de Belas Artes, o qual adquirí-los-á para si ou para sócios... contanto que tenham valor artístico. Bahia, 5 de junho de 1856. O secretário — Antônio José Alves". Em

falta de sede própria, servia a casa do velho Abbot. E, para celebrar o êxito do grêmio, havia música. O "Jornal da Bahia" de 18 de maio de 1857 descreve a sessão aniversária, celebrada "com a maior pompa possível" (Pedro Calmon).

De fato aquele cirurgião foi um artista, "derivando na vocação para a cirurgia, lembra Lopes Rodrigues, o sentido estético do operador, em cuja dextra o bisturi transfigurava o buril do artista nato.

Nas visitas que Antônio José Alves fêz aos grandes museus da Europa, sentiu a necessidade de se cultivar a arte na Bahia e daí uma sociedade a reunir o escol da cidade do Salvador, em que se praticasse a educação artística por meio de exposições de artes plásticas, conferências e artigos em jornais. Queria houvesse em sua terra grande pinacoteca e poucos compreenderam o alcance do que idealizava Antônio Alves. O meio era pequeno e indiferente às refinadas manifestações do espírito. A Sociedade de Belas Artes parece ter durado uns quatro anos, mas Antônio José Alves então resolveria transformar a sua residência em rica pinacoteca, só inferior, na Bahia, a de Jonatas Abbot, outro médico dotado de profundo senso artístico.

A Antônio José Alves que chegou a ensaiar a poesia e a pintura, a atividade de médico e professor tolheu o pincel e a pena. Com uma exata compreensão da vida êle censurava os que se dedicavam de todo à poesia, queixando-se então do Professor Abílio de Cesar Borges por tão sômente ter alimentado e incentivado os pendoros poéticos do cantor das "vozes d'África", aluno do colégio dêsse educador.

Fundar sociedades artísticas, admirar os paisagistas flamengos, sentir as profundezas de uma sinfonia de Beethoven, poetar em silêncio, estudar os clássicos, ler as obras primas da literatura univer-

sal era o íntimo-prazer do cientista. Mas a sua vida pública êle a votou à atividade do hospital, à Faculdade de Medicina e ao consultório. No hospital socorria os pobres; na Faculdade formava médicos; no consultório atendia os doentes, falando à clientela rica e ilustrada, em francês, como era do tom da alta camada social baiana.

Exerceu a profissão de fato com a fama espalhada por toda a Província, de “ser o doutor que além de bom médico, não explorava ninguém.”

Foi no consultório da Rua do Paço, se não me falha a memória, que certa vez, vindo da Vila de São Francisco, foi consultá-lo D. Olimpia Antonina Faria de Menezes. Dizia-me ela que estava desenganada pelos médicos, e citava-me o nome de todos, que, cautelosos, para que não soubesse, aconselhavam-lhe ao pai que voltasse, levando-a para a Vila de São Francisco, porque nada mais havia que fazer. “Nesta situação resolvemos, recordava a boa senhora, procurar o Dr. Antônio José Alves que, após longos e minuciosos exames, disse sorridente: Nada de grave! Uma operação resolve tudo”. De fato, dias depois era operada, e passado um mês estava em casa, sã e forte. “Ê por isso (acrescentava) que quando vocês recitam os versos do filho, lembra-me de quem nunca me esqueci. Para mim o pai foi mais útil ao povo baiano do que o filho, que nunca teve nem o juízo nem a austeridade do velho. Quantos escândalos êle deu com uma atriz que trouxe de Pernambuco!” Velhinha, criada e educada em cidade do interior, de uma austeridade depois como que desaparecida, ela dizendo o que dizia no fim da vida, jamais pode compreender o “romantismo” dos amores do poeta... Ora, mal sabia ela que o neto a lhe azucrinar os ouvidos com as poesias de Castro Alves para ela responder os versos com o bom senso com que se expressava;

seria quem, no ano de 1947, trazia a público as suas recordações de cliente agra-decida ao médico benfeitor.

Há de fato um dissentimento entre pai e filho. O filho arrastado pela boemia do espírito; o pai um espírito reto que se dirigiu sem tegiversar para a ciência, para a vida profissional em que foi illustre. Mas o filho nas suas atitudes inconcussas de rebelião social traz consigo a influência de casa, o ambiente em que viveu, altivo, imaginoso, individual, o grande médico, o grande nome da ciência baiana. Estas duas figuras inovadoras, uma na medicina, e outra nas letras do Brasil, se tocam, se explicam e de algum modo se completam.

Muitas vêzes a minha avó, D. Olimpia Antonina Faria de Menezes, me traçou, com palavras simples, o perfil do médico: “O Dr. Alves, afirmava, era homem elegante, sempre impecavelmente trajado, voz pausada, alto, olhar sereno e bondoso, claro, barbas à inglêsa e, sobretudo, muito delicado e atencioso.” E terminava exclamando: “Um santo homem! Um santo homem!”

*
* *

A reforma do ensino médico de 1854, no art. 197, dispunha: “Na sessão de encerramento, a Congregação encarregará um dos professôres de apresentar, na primeira sessão do ano seguinte, uma memória em que se relatem os acontecimentos notáveis do ano findo. Nessa memória será especificado o grau de desenvolvimento a que fôr levada, nesse mesmo período, a exposição das doutrinas, tanto nos cursos públicos como nos particulares. Lido e aprovado, será recolhido à biblioteca, para servir à crônica da Faculdade.”

Análoga disposição foi conservada em todos os subsequentes regulamentos das Faculdades Médicas do Brasil. Mas a

lei orgânica de ensino, de 5 de abril de 1911 e as leis que a seguiram, não trazem mais aquêlê dispositivo nem o que se lhe assemelha. Atualmente, como pálida reminiscência das velhas memórias históricas, há, na abertura dos cursos, um pequeno discurso inaugural, sem a significação e minuciosidade daquelas memórias de outrora.

A Faculdade de Medicina da Bahia, valendo-se de dispositivos de leis anteriores, que lhe outorgavam autonomia, manteve obrigatória a tradição, para que a última memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, publicada pelo Ministério da Educação e Saúde, seja a do ano de 1924, aliás, trabalho da autoria do sábio e saudoso mestre, o professor Dr. Gonçalo Moniz de Aragão, catedrático de Patologia da referida Faculdade, editada em 1940. A do ano de 1857, é da autoria de Antônio José Alves. Trabalho de alto valor histórico, nêlê admiramos o crítico sereno e austero, e o historiador sincero. Com minúcia digna de nota, narra Antônio José Alves os acontecimentos escolares mostrando as atividades dos professores nas diferentes cadeiras do curso médico, para modestamente se referir às transformações introduzidas por êle na cadeira de Anatomia Geral e Patológica, que lecionou durante o impedimento do catedrático.

Critica principalmente, nas clínicas como a de partos, a falta de ensino prático na Bahia apesar de insistentes pedidos do catedrático e dos esforços do diretor para estabelecê-lo, enquanto a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro tinha, à sua disposição, uma clínica para os estudantes praticarem a obstetrícia.

Refere-se à biblioteca da Faculdade de Medicina a dizer da deficiência em que estava, desprovida de revistas estrangeiras e de novas obras imprescindíveis: "O Sr. Bibliotecário de conformidade com a lei, fêz (escreve êle), a proposta,

apenas, da *Gazeta Médica de Paris*, e não me consta que êste modestíssimo pedido fôsse tomado em consideração pela diretoria ou pelo govêrno, sendo para admirar-se, e lastimar-se mesmo, que os únicos livros de que fizesse aquisição esta faculdade, durante todo o ano de 1857, fôssem apenas a obra do Sr. Raspail, intitulada — *Manual de Saúde* — que foi oferecida a ela por um dos nossos colegas e quatro teses mais, das quais só duas são de medicina, por serem as duas outras escritas em matéria de direito... Assim vêde, Srs., que ao passo que a ciência anuncia seus progressos por meio de milhares de publicações diversas, para as estantes da biblioteca da escola da Bahia não entrou no ano passado uma só que fôsse escrita sôbre medicina, a não ser que leveis em conta o livro que o Sr. Raspail escrevera para o povo".

Lamenta Antônio José Alves, de modo muito expressivo, as relações pouco lixeiras entre alunos e mestres, advertindo que "aquêlê amor de outrora, que ligava o professor ao aluno, aquela deferência mútua, que se prestavam da melhor vontade, aquêlê laço de concórdia que os unia, achou-se quase que de todo dissolvido, no decorrer do ano passado".

Por certo que a desmoralização dos exames corria por conta do comodismo e relaxamento geral dos mestres, agradando por sua vez aos estudantes despreocupados de estudar. Mas reagir, era reagir contra a desídia geral, e provocava a indisciplina, estimulada pelo des-caso geral.

O professor João Antunes de Azevedo Chaves, na Memória Histórica de 1856, escrevia, escandalizado: "Neste ano prestaram exames 176 alunos do curso médico, dos quais foram aprovados 136 plenamente, 36 simplesmente e 2 reprovados, o que dá uma percentagem de 1,1%". Em 1857 entraram em exames das matérias do curso médico 151 aca-

dêmicos, tendo sido habilitados 150, dos quais 116 com plenamente, 34 com simplesmente e sendo apenas 1 reprovado...” Montara-se pois uma fábrica de diplomas sem mérito.

Ante um espetáculo tão deprimente, Antônio José Alves procura, com certa dose de ironia, fazer a etiologia do mal, e escreve: “É que, senhores, êles (os alunos) têm ou devem ter alguma ofensa de nós, e esta não pode ser outra senão a funesta condescendência com que a maior parte de nós os tem tratado nos atos de exame. O talento e a inaptidão, a grosseria e a urbanidade, a madraçaria e o estudo têm tido igual direito, quer a nossa cortezia, quer às nossas aprovações. Todos são iguais nesta Escola, aonde a maior distinção é a antiguidade. Os bons e os maus estudantes são todos aprovados, a questão versa apenas em ser ela “simpliciter” ou “plenamente”. No fim do ano passam todos, são e salvos em suas provas finais, e a suprema correção com que vosso rigor os fulmina muito raras vêzes, é uma aprovação “simplesmente”. Isto, senhores, não pode deixar de trazer funestas conseqüências para o ensino; e eis o maior agravo dos alunos”.

Enquanto assim falava um professor substituto que, sopitando os seus sentimentos, tivera de exercer a docência no impedimento dos proprietários das cátedras, ficando obrigado em parte à situação a que os mestres vitalícios levaram o ensino, êle se reporta à reforma dos estatutos que, em 1854, trouxera o desmazelo e produz uma crítica irresponsável. Essa reforma, segundo palavras suas, “em vez de aperfeiçoar o ensino, na parte mais importante, trouxe-nos promessas que ainda há quatro anos não se realizaram. Prometeu estudos práticos e deu-nos professores teóricos; em vez de gabinetes, deu-nos empregados; e em vez de instrumentos e aparelhos, ca-

dernetas para diariamente marcarmos as faltas dos alunos, com vírgulas e pontos... Vai mal o ensino, senhores, não só porque os atuais estatutos encerram os germes de imperfeições mui graves, mas porque ainda a educação e a instrução está inçada de defeitos, desde o seu começo”.

Este trecho é eloqüente. Mas Antônio José Alves ainda mostra as deficiências do ensino secundário brasileiro, assinalando o desacerto no tocante à distribuição das matérias do curso médico. Critica os dispositivos que dizem respeito aos opositores, “que a reforma criou com deveres tão diversos, que na frase de um colega nosso, formam uma espécie de empregados indefiníveis, com suas atribuições disparatadas”, pelo que “em vez de dividir o trabalho para aperfeiçoar os estudos e ter em cada ramo do ensino homens mais capazes, a reforma deixou acumulado, sobre um só, a tarefa imensa de conhecimentos profissionais das matérias mais difíceis e variadas”. Finalmente assinala o governo interessado em fazer nomeações para beneficiar apaniguados!

O professor pedia, para o ensino médico, uma biblioteca, e reclamava trabalhos práticos para os alunos. Queria rigor nos exames. E todo o ano de 1858 passa Antônio José Alves nos trabalhos de clínica e no exercício do professorado. Na Faculdade toma parte nas bancas de exame, e êle, que em 1857 acusava a incúria e a benevolência dos professores, julga com severidade as provas, arguindo meticoloso e aprovando quem soubesse.

Estando Antônio José Alves a substituir o catedrático da cadeira de Anatomia Geral e Patológica, ocorre o que narra o professor José de Góis de Siqueira, na Memória Histórica de 1858: “Um aluno reprovado com justiça, agredira-nos da maneira mais revoltante” escolhendo “a

Secretaria da Faculdade para teatro da sua audácia, tentando pôr mãos violentas sobre o professor substituto Antônio José Alves, que no dia antecedente havia sido examinador. Semelhante arrôjo, felizmente, não surtiu efeito que talvez meditasse o agressor, porque foi energicamente repellido pelo nosso colega”.

Enquanto na Faculdade batalhava para moralizar o ensino, Antônio José Alves entregava-se, fora dela, a sonhos grandiosos, em parte realizados sem que o detivessem óbices nem dificuldades: era um obstinado.

Figura dominante no meio baiano, sentia prazer íntimo em que se voltassem para êle as atenções, e talvez possuindo certa dose de vaidade, fôsse levado a arrojados empreendimentos, em uma cidade ainda sem instalações hospitalares, que não fossem o infecto hospital da Misericórdia, o exíguo Hospital Militar, no Quartel dos Afritos e o Hospital Montesserate, criado em 1852 para socorrer as vítimas de febre amarela.

Alves idealizou, então, uma casa de saúde, com todos os requisitos modernos. Havia de fato a que o Dr. George E. Fairbanks fundara no Hospício de Jerusalém, mas o médico baiano queria coisa muito melhor, e a idéia o arrebatava queimando êle na fogueira da sua obstinação tôdas as suas posses. De início se utiliza da própria residência, “valendo-se das partes baixas, onde recebia escravos a preços de mil réis por dia”. E anunciava: “O Doutor Alves acaba de dispôr, com algum asseio, os cômodos necessários para receber e tratar doentes, em sua casa, à rua do Paço n.º 47”. Mas já em 1859, compra, em lugar afastado do centro urbano, uma chácara em que instala a sua casa de saúde.

Mas em 1859 dois fatos antagônicos lhe ficam assinalados na vida. O primeiro ocorre com a visita à Faculdade do

Imperador Dom Pedro II, que procurou conhecer quem primeiro diagnosticara o cólera-morbus e era proclamado por todos o mais famoso cirurgião da Província: das mãos de Sua Majestade êle recebeu o hábito de Cristo! Mas o segundo vem envolto em dôr: é a morte da espôsa, a boa, leal, sincera e carinhosa Clélia, falecida em 10 de abril. Assaltam-lhe momentos de desânimo e desespero, mas reage. Torna ao trabalho. Continua de corpo e alma na adaptação do solar da Boa Vista, para casa de saúde, em que talvez o primeiro doente recolhido fôra a sua própria espôsa, que pouco tempo gozou das delícias “da casa nova, aliás venerável e vasta”, onde se instalara, parece, desde janeiro de 1859, e que, para adquirir, Antônio José Alves contraíra grandes dívidas. O *Jornal da Bahia*, em janeiro daquele ano de 1859, de fato já anuncia: “O Doutor Antônio José Alves recebe gratuitamente doentes, para tratar na roça da Boa Vista, onde há cômodos necessários e ares excelentes. Preço diário: de mil réis para escravos; de três a cinco mil réis para pessoas livres”.

A história dessa casa de saúde da Boa Vista é dolorosa lição aos idealistas de coisas fora dos hábitos da época, e é um triste episódio da improfícua luta do homem, que sacrificou os seus haveres para dotar a sua terra de estabelecimento modelar. O empreendimento que chegou a realizar merecia melhor sorte. O solar da Boa Vista era tradicional e, hoje, mansão de crônica longa nos anais da Cidade.

O que recebia Antônio José Alves da clínica, empregava obstinadamente em Boa Vista, fonte inexgotável de despesas, que, depois de êle morto, a sua segunda mulher, Maria Ramos Alves conseguiu vender em 19 de julho de 1869, ao Governo, para servir de hospital militar, e a casa que arruinou Antônio José

Alves, hoje lá está, servindo de recolhimento aos que perderam a razão.

Antônio José Alves, insistente na casa de saúde, continuou entretanto clinicando, com escritório à rua dos Droguistas n.º 46, na cidade baixa, e, como professor, ora leciona Anatomia Geral e Patológica, ora Anatomia Descritiva, ora Patologia Interna, ora, Clínica Cirúrgica, substituindo os catedráticos. Opera, atendendo à pobreza “com brandura e afabilidade paternal” na Misericórdia e no Hospital da Providência.

Em princípio de 1861, ficando vaga a cadeira de Anatomia Descritiva por se jubilar o catedrático Conselheiro Jonatas Abbott, a justiça manda que dessem a cadeira a Antônio José Alves, indicando-lhe a congregação da Faculdade de Medicina o nome para que, durante meses, esperasse ele pela nomeação. Jubilado Jonatas Abbott, “perguntamos agora, escreve o Prof. Domingos Rodrigues Seixas, qual devia ser o substituto? É claro que o Dr. Antônio José Alves. Entretanto assim não se procedeu”.

Antônio José Alves não logrou ser catedrático de Anatomia Descritiva, porém, o decreto de 19 de novembro de 1861 o nomeia catedrático de Clínica Externa (Cirúrgica), cargo que exerceu durante 5 anos, tempo bastante para reorganizar e aperfeiçoar o ensino que, no acertado e justo dizer do seu ex-discípulo e biógrafo Prof. Pacífico Pereira antes dêle se ministrara deixando muito a desejar.

É a 24 de janeiro de 1862 que contrai Antônio José Alves segundas nupcias com D. Maria Ramos Guimarães, viúva do abastado negociante Francisco Lopes Guimarães, e a quem elle conheceu no parlatório do Colégio Abílio, onde havia tempos ambos tiveram filhos internados.

Ignoram-se os pormenores do enredo liso, sem complicações sentimentais, comenta com certa ironia Pedro Calmon, que acabou no pacto nupcial da abastada

senhora com o cirurgião ilustre. Razões íntimas que não nos é dado comentar, decidiram no caso, e, se houve conveniência, esta não foi então unilateral.

Mas passa Antônio Alves a residir no sobrado, propriedade da segunda esposa, à rua do Sodré 41, onde atualmente funciona o Colégio Ipiranga, transferindo para ali o médico o seu material cirúrgico, a biblioteca, e quadros, entre os quais predominavam paisagens flamengas, de especial predileção de Antônio José.

Parece-nos que fecha então o consultório da cidade, atendendo os clientes em Boa Vista, mas continuando as obras, “para acomodá-la ao fim previsto, de vasta, higiênica, modelar casa de saúde, para o govêrno que precisava urgentemente de instalações que substituíssem as do hospital dos Aflitos”.

Apesar das dificuldades financeiras em que vive levado pelo espírito aventureiro, e apesar de desgostos íntimos que o não poupam, Antônio José Alves, em que pesem as atribulações, continua a ser “o médico prudente, que não aventurava opinião sobre o caso mórbido, sem que repetidos exames o elucidassem”. O “seu tratamento era fundado em diagnóstico seguro”; nesse particular gozava de tal conceito que o seu juízo pesava nas conferências que constantemente tinha com as maiores notabilidades médicas da Província” (Pacífico Pereira).

Era o grande médico, grande senso clínico.

Não há intervenção cirúrgica que não submetam à sua apreciação, se elle era o profissional criterioso, o “operador seguro e ilustrado, que praticava as operações mais complicadas com garbo e consciência, mas esforçando-se sempre pela conservação e interesse do enfermo, e nunca por ostentar ciência e conquistar fóros que já de sobra possuía”.

Pacífico Pereira, que, como discípulo e amigo teve ensejo de apreciar o caráter e a índole de Antônio José Alves, informa que êle era de uma susceptibilidade “que qualquer desgosto no exercício do seu ministério, ou na vida social, descobria o vulnerável e mórbido fundo daquela aparência serena e tranqüila, como se o véu espesso de uma tolerância afetada vendasse ao mundo aquela alma tão extremamente sensível”.

Ora em 1864 Antônio José Alves sofre tremendos desgostos. Os filhos, para quem almejava uma carreira profissional, êle os vê estudantes vadios. Um dêles, poeta genial, sacrifica em noites de boemia a saúde e o estudo. Antônio Frederico, para quem o pai almejava uma carreira de advogado—ou a toga de juiz, trocara definitivamente os livros de Direito pelos versos de Hugo, Byron ou Musset. O outro, José Antônio, se revela um doente que enche de sombrias apreensões o coração paterno. Matrícula-se em Recife, para logo, abandonar o curso. Temperamento bizarro, oscilante entre a exaltação e o desânimo de ordinário sombrio, observa Pedro Calmon, não quer prosseguir na carreira encetada. O pai, apesar de médico não vê nesse desajustado o grave e irremediável desvio mental. Tem esperanças. Manda o filho para o Rio de Janeiro, a fim de estudar engenharia. Mal chega o rapaz à Corte, é obrigado a regressar para a Bahia, porque a mania de perseguição, acompanhada da idéia de suicídio, se manifesta no pobre enfêrmo. Na Bahia, o mal se lhe agrava, enlouquecendo êle de tôdo, e no dia 9 de fevereiro daquele ano de 1864, iludindo a vigilância dos que o vigiam, envenena-se José Antônio, aos 19 anos de idade. O pai desvairado com a perda do filho, e, não se conformando, “atribui o golpe fatal a desvios de educação, que em grande parte se fizera fora da fa-

mília”, e, clama revoltado “contra a sociedade pretenciosa e injusta, e fulminando os vícios de uma educação em que se esgota a força e o talento do mancebão, sem robustecer-lhe o coração pelos princípios sólidos e consoladores da religião e da moral”. Mas a sociedade, lembra Lopes Rodrigues, não era culpada da distribuição que a natureza fêz, destinando, do seu celeiro, o quinhão doce e amargo na mesma família, a uns filhos atribuindo gênio, mas a outros a loucura.

O carinho da segunda esposa e das filhas, a amizade dos amigos, amparam-no nas amarguras. A “Bôa Vista” suga-lhes as economias e a vida. A glória não lhes afasta as torturas indescritíveis, e êle mergulha a alma na grande dôr.

Um amigo, um colega pode vir a cravar-lhe o punhal da ingratidão, os dias podem correr sobre o problema insolúvel das dívidas acumuladas pelos gastos realizados em Bôa Vista, mas com a fibra dos seus sentimentos de pai ferido pela desgraça, as suas preocupações são com os filhos que, em vez de estudarem, fazem versos!

Nesse ano de 1864 foi que atingiu o Gólgota, em uma existência cheia de apreensões e sofrimentos e daí por diante o emérito cirurgião já não é mais o mesmo espírito, sutil, o “causeur” fino e admirável, o professor cujos ensinamentos revelaram tanta novidade a interessar a todos. A tristeza despoeva-lhe a alma, e a doença já lhe mina o organismo.

Aos 46 anos, embora sentindo-se velho e cansado, ainda procura se interessar pela vida e promove uma exposição de pintura e conferências. Chega mesmo a fundar com o Prof. Vicente Ferreira de Magalhães e outros a Sociedade Baiana de Beneficência Médica, integrada pelos professores acadêmicos da Faculdade de Medicina. Em 13 de janeiro de 1865 nasce-lhe o último filho, e, nesse ano, lança-se êle de corpo e alma ao trabalho,

para ver se resarcia os prejuízos com a Boa Vista, onde enterrara 84 contos de réis, nas obras ainda por acabar. Em novembro, adoece gravemente. Já não vai examinar na Faculdade de Medicina e silencia em responder o que lhe perguntaram, como se depreende do trecho da Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, apresentada pelo professor Jerônimo Sodré Pereira: "O Dr. Alves, digno émulo do seu colega (o de clínica médica) é um dos nossos mais dedicados operadores, desempenha perfeitamente a difficilima função de Professor de clínica cirúrgica; sabemos que seu curso foi regular e que as operações eram praticadas com o maior asseio e limpeza; não posso entretanto dar um esboço do seu curso por que acha-se gravemente enférmo, inabilitado de nos fornecer os meios que lhe pedimos". Era pois, o fim de uma existência preciosa, que se esboçava nestas rápidas linhas, que terminam envoltas em tristeza.

Em sua residência, à rua do Sodré, cercado da espôsa, filhos, parentes, colegas e discípulos, finalmente agoniza vítima da lesão cardíaca que arrebatava Antônio José Alves de entre os vivos, no dia 22 de janeiro de 1866. Fina-se, honesto, pobre, benquistó de todos, mas prematuramente, aos 48 anos de idade.

O enterro de quem em sua terra foi mestre de cirurgia, tornou-se numa consagração, e acompanha até o Campo Santo os restos mortais do ilustre baiano gente de tôdas as camadas sociais irmãs na grande dôr. O Professor Antônio José Osório, na Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, relativa àquele ano de 1866, deixava as seguintes palavras de saudade: "Relevai, senhores, que interrompamos a nossa narração para derramar lágrimas convosco sobre o túmulo do ilustrado e habilíssimo, prático, do distinto, professor e estimado, companheiro, o Dr. Antônio

José Alves, e um dos ornamentos da Faculdade e que, ainda no vigor da idade, foi roubado à ciência, à sua família e aos seus colegas e amigos no dia 22 de janeiro de 1866."

Teve Antônio José Alves um filho de nome imortal, êle que em tão pouco lhe estimou a vocação de poeta, convencido do valor social do cientista, do homem de estudo, do sábio, atravessa as portas da posteridade no carro da fama do cantor da "Cachoeira de Paulo Afonso". Cumpre então aos médicos reivindicarem a glória do precursor da cirurgia moderna na Bahia, e talvez no Brasil.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE (Anselmo Pires de) — *O Centenário Médico de 1932* — Rev. Inst. Hist. Geog. Bahia, n.º 58, 443-453, 1932.
- ALVES (Antônio José) — *Considerações sobre os enterramentos por abuso praticados nas Igrejas e recintos fechados das Cidades; Perigos que resultão d'essa prática; Conselhos para construção dos Cemitérios*. — Tese da Bahia, Tip. E. J. Pedroza. — Bahia, 1841.
- ALVES (Antônio José) — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, 1857*. — Tip. C. L. Masson — Bahia, 1858.
- AMARAL (Braz do) — *História da Bahia do Império à República*. Imp. Oficial — Bahia, 1923.
- AMARAL (Braz do) — *O Centenário do ensino Médico no Brasil* — Rev. Inst. Geog. Hist. da Bahia, n.º 31 — 1908.
- AMARAL (Braz do) — *A Cemiterada* — Rev. Inst. Geog. Hist. da Bahia, n.º 46, 141-153 — 1920.
- AZEVEDO (João Marinho de) — *Factos e fatos da Arte Cirúrgica e Obstétrica no Rio de Janeiro* — Sep. do Bol. da Acad. Nac. de Medicina — Rio, 1941.
- BACELAR (Renato Clark) — *Origem da Medicina em Portugal e no Brasil* — Rio, 1945.
- BERARDINELLI (Valdemar) — *Biotipologia*. — Liv. Francisco Alves Ed., Rio, 1936.
- BERRUTI (Josué A.) — *La Personalidad de Semmelweis* — Publ. Cat. Hist. Med., T. III, 69-80, 1940.
- BITTENCOURT (Feijó) — *Os Fundadores*. — Imp. Nac. Rio, 1936.

- BITTENCOURT (Feijó) — *João Fernandes Tavares (Visconde de Ponte Ferreira)* — At. Terap. I, I, 31-48, 1946.
- BLAKE (Sacramento) — *Dicionário Bibliográfico Brasileiro* — Vols. I e IV — Imp. Nac., Rio, 1883.
- CALMON (Pedro) — *História de Castro Alves* — Liv. José Olympio Ed., Rio, 1947.
- CALMON (Pedro) — *Vida e amores de Castro Alves* — Ed. "A Noite", Rio, 1933.
- CALMON (Pedro) — *História Social do Brasil* Espírito da Sociedade Imperial — T. II. Col. Brasileira. Comp. Ed. Nac., São Paulo, 1937.
- CALMON (Pedro) — *História da Independência do Brasil* — Sep. da Rev. Inst. Hist. Geog. Bras., Rio, 1928.
- CALÓGERAS (J. Pandiá) — *Formação Histórica do Brasil* — Col. Brasileira. Comp. Ed. Nac., S. Paulo, 1945.
- CAMPOS (João da Silva) — *Tradições Baianas* — Rev. Inst. Geog. Hist. da Bahia, número 56, 337-362, 1930.
- CASSARINI (A.) — *Storia della Medicina Militare* — Ed. Arte e Storia. Roma, 1943.
- CASTIGLIONI (A.) — *Histoire de la Médecine* — Trad. Fr. — Ed. Payot. Paris, 1931.
- COLNAT (Albert) — *Les Epidémies et l'Histoire* — Col. Hippocrate. Paris, 1931.
- DANTAS (Manuel Ladislau Aranha) — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia 1855* — Bahia, 1856.
- DESROS (E.) e POUSSON (A.) — *Histoire de l'Urologie* — in Enc. Fr. D'Urol — Doin et Fils Ed Paris, 1914.
- DEZOBI & BACHELET — *Dictionnaire de Biographie, d'Histoire, de Géographie, des Antiquités et des Institutions* — Paris, 1888.
- DIEPGEN (P.) — *História de la Medicina* — Trad. Esp. Ed. Labor — Barcelona, 1932.
- FARIAS (Antônio Januário de) — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia 1859* — Tip. "Diário da Bahia" — Bahia, 1860.
- FONSECA (L. Anselmo da) — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia 1891* — Tip. "Diário da Bahia" — Bahia, 1893.
- FONTES (Borges) — *Em torno da Personalidade do Prof. Jonas Abbot* — Rev. Inst. Geog. Hist. da Bahia, n.º 59, 3-24, 1933.
- FREITAS (José Antônio de) — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia 1856* — Tip. Pongetti — Bahia, 1864.
- GALLOIS (Paul) — *Le Centenaire de Broussais* — Hippocrate, 1938.
- GARDNER (George) — *Viagens no Brasil* — Trad. Port. — Col. Brasileira. — Comp. Ed. Nac., S. Paulo, 1942.
- GUERRA (E. Sales) — *Oswaldo Cruz* — Ed. Vecchi — Rio, 1940.
- GOMES (Ordival) — *José Corrêa Picango* — Sep. de Atualidades Terapêuticas — Rio, 1940.
- GOMES (Ordival) — *O Visconde de Santa Isabel (Esboço biográfico)* — Comunicação lida no Instituto Brasileiro de História da Medicina.
- GOMES (Ordival) — *O Mestre Alfredo Nascimento* — Atualidades Terapêuticas I, 6, 341-346, 1946.
- JUNG (C. G.) — *Tipos Psicológicos* — Trad. Esp. Ed. Sur. Buenos Aires. s/d.
- KIDDER (D. P.) e FLETCHER (J. C.) — *O Brasil e os Brasileiros* — Trad. Port. — Col. Brasileira — Comp. Ed. Nac., São Paulo, 1941.
- LIMA (J. A. de Pires) — *Madame Curie. A lição de sua Vida.* — Sep. dos Anais da Fac. Med. do Porto — Porto, 1940.
- LIMA (J. A. Pires de) — *Como foi iniciado o Ensino de Anatomia no Brasil* — Coimbra — Ed. Lim., 1940.
- MALAGUETA (Irineu) — *A vida de Laennec* — Liv. Francisco Alves Ed., Rio, 1926.
- MALGAIGNE (J. F. Depuytren) — in *Nouvelle Biographie* — Paris, 1856.
- MARQUES (Xavier) — *Vida de Castro Alves* — Rev. Inst. Geog. Hist. da Bahia — Vol. Esp. dedicado à memória de Castro Alves — 1910.
- MENEZES (Inácio) — *Crônicas Acadêmicas* — Imp. Vitória — Bahia, 1945.
- MOLL (A.) — *Aesculapius in Latin America* — Ed. Souders Comp. Londres, 1944.
- MONIZ (Gonçalo) — *A Medicina e sua Evolução na Bahia* — "Diário Oficial do Estado da Bahia", Ed. Centenário, Bahia, 1923.
- MONIZ (Gonçalo) — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia 1924* — Editada pelo Ministério da Educação e Saúde, 1940.
- NASCIMENTO (Alfredo) — *Organização do Ensino Médico* — in Centenário do Ensino Médico — Tip. do "Jornal do Comércio" — Rio, 1908.

- NASCIMENTO (Alfredo). — *Quatro séculos de Medicina no Brasil* — “Jornal do Comércio” (Rio), 1-10-1927 — Edição comemorativa ao Centenário deste Jornal.
- NASCIMENTO (Alfredo). — *Faculdades de Medicina* — Sep. dos Anais do 3.º Cong. de História Nacional — Imp. Nacional — Rio, 1942.
- NASCIMENTO (Alfredo). — *O Centenário da Academia Nacional de Medicina* — Imp. Nacional, Rio, 1929.
- NOVIS (Aristides). — *Medicina na Bahia. Flagrantes de sua Evolução* — in *Medicina no Brasil* organizado por Leonídio Ribeiro para os Centenários de Portugal.
- OLMSTED (J.M.D.) — *François Magendie, pioneer in Experimental Physiology and scientific medicine in XIX Century France* — Schuman’s Ed., N.Y., 1944.
- OSÓRIO (Antônio José). — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia 1866* — Bahia, 1867.
- PEIXOTO (Afrânio). — *Castro Alves. O Poeta e o Poema* — Col. Brasileira — Comp. Ed. Nacional — S. Paulo, 1942.
- PEIXOTO (Afrânio). — *Sinhásrinha* — 2.º Ed. Comp. Ed. Nac. S. Paulo, 1942.
- PEIXOTO (Afrânio). — *Breviário da Bahia* — Agir E. — Rio, 1945.
- PEREIRA (Antônio Pacífico). — *Esboço Biográfico do Dr. Antônio José Alves* — Gazeta Médica da Bahia — n.º 14, 25 de janeiro de 1867.
- PEREIRA (Antônio Pacífico). — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia 1882* — Bahia, 1883.
- PEREIRA (Antônio Pacífico). — *Memória sobre a Medicina na Bahia* — Imp. Oficial do Estado — Bahia, 1923.
- PINHO (Wanderley). — *Cotegipe e seu Tempo (Primeira fase)* — Col. Brasileira — Comp. Ed. Nacional — S. Paulo, 1937.
- PINHO (Wanderley). — *A Cólera Morbus de 1855: O Papel de Cipriano Betâmio* — Rev. Inst. Hist. Geog. da Bahia — N.º 46, 141-153 — 1920.
- QUERINO (Manuel). — *A Bahia de Outrora* — Col. Est. Brasileiros — Liv. Progresso Ed., Bahia, 1946.
- REGIS (Pedro Tito). — *Dois Palavras sobre a Província da Bahia e Moléstias que mais frequentemente acometem os seus habitantes* — Tese da Faculdade de Medicina da Bahia — Bahia, 1845.
- REGO FILHO (José Pereira). — *Epidemias. Estudos Bibliográficos* — in *Centenário do Ensino Médico* — Tip. “Jornal do Comércio” — Rio, 1908.
- RIBEIRO (João). — *História do Brasil* — Liv. Francisco Alves Ed. — Rio, 1928.
- RODRIGUES (Lopes). — *A Vida de Castro Alves* — Ed. Pongetti — Rio, 1947.
- RODRIGUES (Lopes). — *Anchieta e a Medicina* — Ed. Apolo — Belo Horizonte, 1934.
- ROUEN (Forth). — *A Bahia em 1847 — Duas cartas do Sr. Forth Rouen* — Rev. Inst. Geog. Hist. da Bahia, n.º 57, 533-544, 1931.
- SANTOS FILHO (Licurgo). — *História da Medicina no Brasil (Desde o século XVI ao século XIX)* — T.I. Ed. Brasiliense — São Paulo, 1947.
- SEIXAS (Domingos Rodrigues). — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia 1862* — Tip. Pongetti — Bahia, 1863.
- SEIXAS (Domingos Rodrigues). — *Do Cólera Morbus Epidêmico em 1855 na Província da Bahia em 1855* — Bahia, 1859.
- SILVA (Pedro Celestino da). — *A Bahia e seus Monumentos (3.ª parte: Telas e Bustos)* — Rev. Inst. Geog. Hist. da Bahia — N.º 59 — 215-1933.
- SIQUEIRA (José Góis de). — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia 1858* — Tip. Pongetti — Bahia, 1859.
- SODRÉ (Jerônimo José). — *Memória Histórica da Faculdade de Medicina da Bahia 1866* — Bahia, 1867.
- SODRÉ (Nelson Werneck). — *Formação da Sociedade Brasileira* — Col. Doc.: Brasileiros — Liv. José Olímpio Ed. — Rio, 1944.
- TOURINHO (Demétrio Cериaco). — *Breve exposição do Estado da Epidemia reinante na Cidade de Santo Amaro nos dias 25, 26 e 27 de agosto de 1855* — Tip. Pedrosa — Bahia, 1855.
- VALLERY-RADOT (René). — *La Vie de Pasteur* — Lib. Hachette. Paris, 1931.
- VASCONCELOS (Ivolino de). — *Oswaldo Cruz* — Sep. da Rev. Méd. Bras., 1939.
- VIANA FILHO (Luís). — *A Sabinada (A República Baiana de 1837)* — Col. Doc. Brasileiros — Liv. José Olímpio Ed. — Rio, 1938.
- VIANA FILHO (Luís). — *A Vida de Rui Barbosa* — Comp. Ed. Nacional — S. Paulo, 1941.
- VIANA (Barbosa). — *Organização Universitária no Brasil.*

A GRÉCIA E O DESPERTAR DA HISTÓRIA

FEIJÓ BITTENCOURT

O GÊNIO GREGO

Os gregos foram por excelência um povo marítimo: talvez o mais ilustre da antiguidade. E falar dos helenos, das idéias correntes na História da Grécia, dos historiadores gregos, é pôr em discussão a Grécia imortal. Admirais aos gregos? Quem vos não há de dizer: admirai!

Em verdade se tem insistido no gênio dêsse povo. Fala-se em aticismo. Na finura do espírito helênico. A perfeição impressionante das artes na Grécia antiga leva a que se acredite no excepcional espírito dos filhos da península dos Bálcans. Entretanto pensar que o gênio grego tornou a Grécia no que foi, é não ter o senso da realidade; e se repetirmos que a Grécia antiga era os antigos gregos, considerados raça privilegiada, ficamos a julgar a Grécia pelas particularidades dos que a povoaram, assim como, no caso da França, se supõe que o país é fruto do fino espírito francês dominante no século XVII, XVIII e XIX.

Em que pese a opinião de Voltaire, não se há de pensar então como essa inteligência vivaz, mas por vezes tão superficial: — que o brilho literário revelado por um Racine proporcionou o desenvolvimento da França, e que a nação, nesse caso, seja obra exclusiva do gênio dos seus filhos, sem que nada

devesse às condições geográficas, as quais de facto é que lhe permitiram os filhos tão cultos e espirituais.

Não foi o gôsto por uma vida superior e agradável, nem a cultura da inteligência que predispuseram o francês e o grego a terem grande significação como povos históricos. O espírito parisiense a seduzir o mundo inteiro, bem como o gênio grego a fazer que falem de si até hoje, não predestinaram a França ou a Grécia: e o que é consequência não deve passar como sendo causa!

A maneira brilhante das nações vivem, elas a propalam aos quatro ventos jactando-se do próprio gênio a lhes proporcionar o que são. Entretanto, da posição geográfica privilegiada, lhes provém o esplendor que desfrutam. E' a posição geográfica a verdadeira causa que em tempo fizera da Grécia e da França o que elas foram. Sucessivamente os países se substituem na grandeza devido a condições materiais, e seguindo o comércio que em grande extensão, em proporções universais, se faz por elles.

O GREGO E O MAR

E' pois a geografia que, dando a ver duas faces do povo helênico, faz compreender a Grécia, e revela como de dois modos o grego se impôs ao mundo.

Escreve Boutmy, que “A Grécia é uma Suíça insular; ou uma Escócia. A impressionante característica do país é estar a cada passo cortado e fechado”. Mas com isto o grego se defendia em casa. O homem se resguardava a si mesmo. A Grécia todavia se expandiu, e são coisas diferentes defender-se em casa e expandir-se. Mas valeu-se o grego, nesses seus dois aspectos de vida, de defesas naturais. Das partes da sua moradia, que são as escarpas a descerem da altura sobre o mar, inacessíveis quase a quem as defrontasse, fez a sua soberania. E, da região de desertos, árida e a vir do interior da Ásia partindo da China em direção da Europa, para deixar, ao sul, a Pérsia ou a Mesopotâmia, e mesmo a Índia, isto então no continente asiático, mas separando o Egito, no norte da África, e, de outro lado, o continente Europeu de cuja entrada ela se aproxima, já perto do Mediterrâneo: a Grécia se valeu para estender uma civilização. As escarpas conservaram a Grécia em segurança, dentro de casa; o deserto, apartando-a do Oriente, deixou livre as regiões que o grego e o egípcio palmilharam comerciando, para formarem um mundo à parte.

Mas entre o defender-se em casa e o expandir-se fora de casa, há grande diferença para se desenvolver um lance de vida histórica em que os gregos lucraram passando de populações acoitadas nos altos opidos a beira-mar, a povos visitantes de outros povos atraídos pelo comércio distante do lar.

Os gregos são apontados como arianos, que vindos das planícies da Rússia meridional infestando o Oriente a se povoar de indo-europeus, também descem sobre o Mediterrâneo para chegarem à Grécia; êsses arianos eram então nômades, povos instáveis, erradios, tornando-se depois comerciantes e sedentários.

Porém muito se tem dito que os dórios destruindo Creta, alicerçaram então nas

ruínas por êles feitas a sua civilização. Quer dizer: os gregos tomaram aos cretenses o progresso, estando êles em melhor situação geográfica por ficarem no continente, próximo ao caminho de entrada dos povos orientais a forçarem a entrada na Europa; mas ao mesmo tempo ficavam sobre o mar. Destuiram Creta para substituí-la na função econômica que tiveram os cretenses. E passaram à atividade comercial que o cretense exercera no Mediterrâneo assimilando o espírito social do povo a quem sobrepujaram. Apoderando-se de uma civilização mercantil, os gregos adquiriram conservando para sempre o espírito mercantilista, crendo eu entretanto se possa apreciar a filosofia, as artes e até mesmo a religião grega dizendo: *E' a mentalidade que o grego grangeou transformando-se sob a influência do comércio por êle encontrado no mar Egeu*. Os elementos dessa civilização feita de atividades marítimas, tornaram então o grego num homem excepcional: foi pois o mar, a posição geográfica que fez o grego, e não o homem que criou a Grécia. Para compreender o grego tem-se de compreender a função do mar.

Recebendo benefícios que vinham do mar, e entregue ao comércio, “como por encanto, nos fins do século XVII, a Argólida sofre modificação geral. Tudo se cretiza. As mulheres se vestem à moda de Cnossa. Nos santuários do tipo cretense, se instala a deusa cretense com animais, acessórios, objetos do ritual peculiares ao culto exótico: tôdas as cerimônias, todos os jogos celebrados em sua honra, veem da ilha acompanhando-a ao continente”. (Glotz. *La Civilisation égéenne*, pag. 54).

E não foram os gregos que criaram os seus costumes: copiam-nos num tanto apressados. A primeira vista parece até que copiam as formas de governo e daí a tendência para as constituições imitadas, como que generalizando-se a impor-

tação do Direito. Até as denominações gregas denotam um vir de fora. *Tirania* é voz que se esclarece com a geografia. É palavra da família a que pertence o nome de uma cidade lídia, *Tira* ou *Tirra* e também o de *Tirreno*, ou melhor *Tirrenos* — herói epônimo. Tirania é forma de governo que conserva o nome do lugar donde veio: “houve tiranos, diz Glotz, na Grécia micênica assim como na Ásia, e a mãe de um deles entrou para a lenda com o nome de *Tirô*. De chefes militares, eles passaram a régulos; mas tirania lembrará desrespeito a um direito hereditário e inobservância de preceitos religiosos. O seu mau renome provém de recordar a tirania o emprêgo da força, significando às vezes a interferência no país de um poder estrangeiro.” (Ob. cit. pg. 184).

Os gregos copiam os costumes dos outros povos e lhes importam o Direito. Mas, de certo modo. Uma causa econômica, entretanto, havia de intercorrer nisso.

De fato nem o estadista nem o jurista havia de sujeitar a Grécia à importação de leis estrangeiras e que já de algum modo não se referissem à vida grega. É o próprio grego que adota novas leis e costumes decorrentes de uma vida social proveniente da organização econômica das suas atividades marítimas.

Huizinga pergunta com ironia se querem-no convencer do sábio legislador que engendrou a forma de Estado, e do sacerdote astuto que planejou uma religião. Ninguém faria isso. Vico já lançara uma asserção reformadora: “demonstra êle amplamente com “provas filológicas” como a lei das XII Táboas, foi em caso algum importação estrangeira, e antes é a codificação do antigo direito consuetudinário romano.” (*LaScienza Nuova*, edição prefaciada por Fausto Nocolini, vol. I, pag. XX). Em parte certo o que diz. De fato o autor da

Ciência Nova percebeu um modo de vida, uma situação social já desenvolvida e a que veio se ajustar a lei das XII Táboas. Não aparece lei sem prévia formação do meio social a que ela se destina. Na Grécia, às constituições importadas do estrangeiro, precede pois um meio social mercantil favorável a elas. Para os Estados gregos imitarem as constituições de outros Estados, dependeram de uma fase preparatória em que se desenvolveu em toda a Grécia a vida mercantilista; mas antes penetrou na Grécia, naturalmente, a vida mercantil, pouco a pouco, com o contato que os gregos foram tendo com povos do Mediterrâneo. Antes, a grande transformação social; depois as constituições importadas do estrangeiro mas referentes a essa vida transformada pelo comércio marítimo. E que transformação? Aquela que as atividades econômicas, trouxeram através do mar.

Atividade econômica na antiguidade é o mar. Relaciona-se com o mar. A Grécia é pois o mar.

E nos países que não têm vida mercantil predominante, Henri Sée não lhes aponta quase nenhuma qualidade; entretanto somam muitas, necessárias à sua primazia, os povos que vivem do mar comerciando. A evolução dos povos, que são agrícolas por excelência, pára, ou mesmo não começa. Ou com eles o desenvolvimento se processa em um sentido todo especial. Vivem no campo, patriarcais, e os seus costumes se fixam inalteráveis não acompanhando as transformações do mundo trazidas nas redes do comércio geral. A família fortemente constituída nesses povos não deixa senão pouca independência ao indivíduo”, é uma força, é porém um meio fechado em que o homem se isola desaparecendo no interior dele. Nessa organização social não se pensa na independência do indivíduo que ficou sendo nada, já sem refletir a respeito de si mesmo se absorvente organização o anula. Tudo lhe di-

tam. Dêle cobram o que êle tem a dar, sem, para coisa alguma, lhe quererem alertada a iniciativa.

Ora isso não aconteceu com o grego, povo marítimo. O Egito, a China, a Índia, a viverem do campo, ficaram sendo sociedades estagnadas, sem a transformação em que o expediente individual tudo pode improvisar. Diz Henri Sée: — “é interessante verificar que naquelas três civilizações de quase que nenhuma evolução, a economia rural predomina absolutamente. O Egito vive da cultura das terras prodigiosamente fertilizadas pelo Nilo; a China, parecendo ser formidável democracia rural, está entretanto sob o jugo de um mandarinato todo poderoso; na Índia, como faz ver o Sr. Bouglé, quase que toda a população se espalha nos campos e as cidades marítimas a perscrutarem largos horizontes diante de si...”

“Enfim são três civilizações pacíficas, permanecendo cada uma voltada para si mesma como convém a povos agricultores, e elas, com o mundo exterior, têm relativamente poucas relações mais ou menos cordiais, e assim mesmo impostas durante a hegemonia de povos ativos e conquistadores. Jamais foram potências marítimas a perscrutarem largos horizontes diante de si...”

“Vê-se qual o contraste dessas civilizações com a dos gregos, povo principalmente de navegadores. As embarcações dos helenos não sossegam no Mediterrâneo, sempre empenhadas em transações comerciais e interessadas em fundar novas colônias: o grego foi um povo *especulador* por excelência, e, em todos os sentidos, curioso das novidades que o mundo lhes pudesse revelar”.

“Na Europa moderna as potências marítimas e comerciais é que de fato impulsionam a civilização, distinguindo-se elas com o seu rápido desenvolvimento das instituições econômicas e sociais. Não

se perca de vista a especial influência exercida pelas cruzadas primeiramente, nem o papel considerável que tiveram depois as descobertas marítimas, a abertura da rota do Oriente pelo cabo da Boa Esperança, a conquista a exploração das Índias Ocidentais, da América, desbravando caminho para o capitalismo comercial e transformação que se lhe seguiu. Movimento que se correlaciona com êsse é aquêlê tendente para a emancipação do espírito humano. Salta logo aos olhos de todos o contraste entre a Europa Ocidental, movimentada, apaixonada de novidades, ativa, e a Europa continental, e sonolenta Rússia, país de campônios, em que a civilização desperta tão lentamente.” (Henri Sée. *Science et Philosophie de l'Histoire* página 196).

Que se dirá pois da Grécia se é nação de vida marítima? E' o mar o melhor dos caminhos e a Geografia nada oferece igual a êle. O mar é o rápido distribuidor das riquezas, aberto em todos os sentidos. Daí êle estimular a produção, ao máximo modificar a vida das nações. O mar é o grande motivador; mais que os rios.

Êle tudo explica. Indica a expansão dos povos, a modificação no seu modo de viver. Mostra-os centralizadores das civilizações. E revela tôdas as particularidades de defesa, que tinha a Grécia, resguardada para se constituir como povo, e para se impor como cultura e civilização. É pois a geografia especial da Grécia que protegeu o grego em dois sentidos: para se constituir nação independente, em seu território, e para se engrandecer como povo comerciante no mar.

O GREGO E A CIVILIZAÇÃO; O GREGO E A IDÉIA DE ESTADO

O fato é que o grego em dois casos sentiu-se garantido.

Primeiramente sentiu-se garantido nos acidentes do solo da Grécia, o que *lhe deu a noção de Estado*, não vendo êle nada se sobrepôr a êsse seu Estado que se formava por si e lhe pareceu soberano; e, em segundo lugar, viu-se garantido na projeção que tinha fora do solo da Grécia. A força que através das relações econômicas exercia nos lugares a que se lançava comerciando, *consu- substanciava-a pois o grego na idéia de civilização*. Mas, nos dois casos em que tinha o grego consciência da sua superioridade, êle então possuía a consciência de segurança própria, proveniente da situação geográfica da Grécia, como nação marítima. “A coincidência da configuração da península feita de relevos do solo, a proximidade de regiões descalvadas e regiões florestais (ensina Vidal de La Blache), levaram ao aproveitamento da situação geográfica e das riquezas locais como em iguais condições não se conhecendo outras em nenhuma parte do mundo”. (Principes de Géographie Humaine, pg. 24).

Mas o grego ficou pois tendo a idéia de Estado distinta da idéia de civilização. Se acidentes geográficos e a posição abrigada das cidades gregas deram ao grego consciência de Estado, a posição que, no comércio, tinha a Grécia, protegida da Ásia por desertos e regiões áridas, já lhe proporcionava a consciência de uma civilização própria.

Durante séculos o único laço entre as províncias gregas foi o comércio marítimo a par do qual se foram criando os poemas de Homero, dos quais, diz Boutmy, “mais que uma administração centralizada, fizeram de homens dispersos verdadeiros concidadãos... Não eram gregos porque estivessem sujeitos ao mesmo governo fazendo parte da mesma nação, mas por não serem mais bárbaros; e eram gregos porque uns ensaiavam e outros já conseguiam falar a língua de Homero”. O que ocorreu na Grécia,

acontece na Itália, de que Calmette escreve se referindo à Renascença: “A despeito do esfacelamento existe um italianismo... Nesse país rico de cultura, o orgulhoso desprezo pelo bárbaro é uma forma de senso nacional.” (L’Élaboration du Monde Moderne, pag. 200).

AS NAÇÕES E A HISTÓRIA

O conceito de civilização legado pela Grécia aos povos europeus, para chegar à humanidade de hoje, está de certo modo radicado à história marítima dos gregos e se relaciona com o sentimento de confiança que tinha o grego em si. Confiante êle por demorar onde podia se defender, começou a pensar não somente na segurança desfrutada, mas também nas vantagens que foi adquirindo como povo comerciante em contraste com outros povos.

A idéia de civilização já não é mais a idéia que tem o povo de estar seguro em casa. E’ a confiança que êle tem de ser acolhido onde chega. E o que foi o grego na excepcional situação em que êle se encontrou recebendo de outros povos o quanto recebeu, para depois vender, é a civilização grega. Não olhou êle mais para o que auferia e pensou no seu gênio civilizador, na sua inteligência criadora imaginando-se com qualidades de raça incomparáveis: ora nisto vai um pouco de prosápia, de suposição, que os homens trazem sempre consigo.

Mas a civilização tem sempre raízes internacionais. Mesmo porque, o mundo tende sempre para uma unidade orgânica a que já se refere Vidal de la Blache e as diversas partes da terra permutam entre si riquezas, que circulam por todo orbe assim como os ventos e as correntes de ar se espalham correndo todo o globo. A civilização de um povo decorre do lugar que êle ocupa distribuindo o movimento econômico na terra; e êsse povo recebe tantas influências que vai

tomando uma feição plástica a traduzir a cultura, o desenvolvimento da vida humana através do mundo.

A civilização tem de próprio o ser um aspecto internacional. E' um conjunto de influências, umas oriundas do momento presente mas outras já vindas do passado, e de fato provenientes de toda parte do mundo, mas reunidas, relacionadas, e a caminharem através dos povos sem se reterem em nenhum, juntas seguindo o caminho próprio que é aquêle por onde se fazem as comunicações universais para trafegarem bens, riquezas a começar por aquelas de ordem econômica que são as que antecipadoras contribuem para a alteração geral, dando começo a ordem material da vida no lugar a que chegam, e por onde passam. Pode-se mesmo fazer a história social de cada nação, de cada povo dizendo em que latitude êle fica afastado dos centros pelos quais essas riquezas escoam primeiro reunindo-se em certos pontos da terra para em seguida se distribuírem.

A geografia, os acidentes geográficos, é que explicam essa maneira das riquezas que circulam, se reunirem em certos países.

A idéia de civilização é assim universal, e todos os povos, de perto ou de longe, tocam nela. A idéia de nação se forma apegada à unidade política que um povo forma de si para se defender no seu solo, estabelecer nêle o governo, força local organizadora da sociedade. A idéia de civilização vai de certa maneira além da idéia de nação; a civilização é o que a nação recebe das outras nações. Mas ninguém se esqueça de que as nações são as peças de um sistema internacional, são a substância, o material da construção que deve ser consistente, nunca se esfacelando. Um "internacionalismo" que se esqueça do equilíbrio de nações, que faça desaparecer as unidades desse sistema, é a regressão total, é o caos, é o grande desmoronamento geral, por se

deteriorarem as peças do grande conjunto.

As nações, embora sejam os elementos da construção, cada uma delas se estimula na contraposição em que fica com as outras. Sendo assim, nelas tôdas, há de um lado o que receber; mas do outro o que contrapor por ter consistência própria. Essa consistência é uma questão especial a que já nós referimos, questão limitada, local, nas suas diversas gradações, e quero então aludir ao governo expressão de soberania das nações, de autonomia nos Estados membros dos Estados compostos e municípios.

"A pátria (lembra Sééailles o que escreveu Adam Smith) não é somente a paz interna entre os cidadãos, é antes de tudo a condição de paz internacional porque as pátrias constituídas são órgãos necessários ao vasto organismo que há de ser a Humanidade reunida de acôrdo com as leis de um direito consentido" (*La Philosophie du Travail*, pag. 162).

Ora a história é a narrativa do ajustamento de umas nações às outras, visto não poder existir uma nação universal pelas razões de ordem material que regem a formação de tôdas elas. Os acidentes do solo, a influência econômica imediata exercida em uma determinada região, é que ditam o aparecimento das nações, e trazem a segurança de cada uma na própria casa.

Atenhamo-nos contudo à questão que temos pois diante de nossos olhos: equilíbrio internacional de que hão de participar as nações. Mas êsse estado de coisas internacional a influir por sua vez na formação de cada povo, estimula-lhe a formação interna. O equilíbrio interno dos povos decorre pois do equilíbrio internacional: é a formação dos elementos que se organizam espontâneos para se integrarem no equilíbrio geral obtido pela contraposição dos que entram nêle.

A História há de ser pois a explicação desses dois aspectos da questão:

- o equilíbrio das nações entre si;
- e o equilíbrio interno das nações então estimulado por esse equilíbrio internacional.

Vejamos os historiadores gregos apontarem estes dois aspectos da História. Mas insistamos então principalmente no segundo: o que trata das questões da formação de um povo provocada pela ação externa que elle precisa de desenvolver, aliás, o aspecto mais complexo. Três nomes sejam trazidos a exame. Homero é um deles; cito ainda Heródoto e Tucídides. Começo por um poeta, mas para indagar que relação há entre o poema épico e a história.

Heródoto narra pois a reacção dos gregos contra os persas que tentam estender o seu império à Europa. Se a História Universal é o ensinamento acêrca do contraste dos povos se ella é, por sua vez, a narrativa do contacto das nações entre si, Heródoto foi o pai da história procurando descrever as relações dos gregos com outros povos, e tentando então definir a consciência própria de cada um a se traduzir principalmente na politica e na forma de governo que tiveram.

Consequindo os gregos alçarem o collo diante dos persas que d'elles sofreram a repulsa, tomam então consciência de si para, logo depois, competirem entre elles mesmos deflagrando a guerra do Peloponeso, descrita por Tucídides, quem melhor estudou a vida da Grécia internamente.

Mas escrevendo Homero poemas a respeito dos tempos remotos do povo grego, preparara entretanto, antes de Heródoto e de Tucídides, o advento da história. Vejamos pois como houve o poeta de perpetrar esse feito.

HOMERO

Homero representa pois três questões: a religiosa, a politica, e a cultural, dando-se então, com elle a falar dessas três questões, o apparecimento do espirito historico, que é em particular uma das formas da cultura grega. As três vêm pois com o desenvolvimento da vida grega ao contacto com outros povos.

Mais eis Boutmy a dizer o que tinha de dizer da poesia de Homero:

“Sentado no seu palácio, diante de abundante mesa, o Iónico fala ou dá ouvidos aos que falam. O maior prazer que sente na leitura de Homero é o de seguir as frases habilmente concatenadas. O discurrir fácil das idéias expressas com limpidez, produz encantamento superior a todas as alegrias hauridas na ação e na bravura. O gosto por isso é predicado de raça e também predicado de educação. Gente vizinha do mar, os jónicos foram os primeiros agentes da grande circulação marítima que pôs em comunicação as diferentes províncias gregas. Era a época em que cada enseada, cada rochedo espalhado na grande extensão das águas, ficava sendo um lar distinto de poesia; cada cidadezinha tinha o sabor de suas lendas, impregnado de espirito local, não havendo assim uma geral cultura única. A imaginação estava pode-se dizer que em período feudal; e dessa maneira ella se impunha soberana cunhando moeda com effigie própria. Era pois com especial satisfação de narrar coisas variadas e novas que o marinheiro, o pirata, o commerciante, distribuiam por todas as praias o mistério, a história, os costumes do seu pequeno país”.

Mistérios, costumes e história eis pois o que os gregos divulgaram; mas cada um desses três assuntos estava implicado naquele apparecimento de gregos nas praias, junto à cidade habitada por outros gregos.

OS MISTÉRIOS (A QUESTÃO RELIGIOSA)

Cada grupo humano primitivo cria primeiro um deus próprio, que fica tão apartado dos deuses dos outros grupos quanto todos os grupos de começo se mostram irreconciliáveis. O deus de cada grupo representa entretanto o espírito de união interna. A divindade é assim a força do grupo, a mística com que todos os membros da coletividade se identificam entre si. A religião primitiva, se eu a tivesse de definir, diria que é o meio de levar os homens à *maneira idêntica de viver*, como acontece nas coletividades em que os proventos e as atividades de todos são como que os mesmos, e comuns a todos. Nesses grupos fechados, “forma o homem corpo com a sociedade; ele e ela deixam-se absorver ambos na mesma preocupação de se conservarem individual e socialmente”. (Bergson). Em primeiro lugar se formam essas sociedades fechadas, tornando-se coletividades pequenas; depois desses grupos se isolarem, é que eles passam a se entenderem entre si, tornando-se sociedades abertas. Se a religião vinha sendo a adoção do mesmo modo de viver pelos indivíduos do mesmo grupo, ela então passa a influir no ajustamento entre os grupos diferentes e na aproximação entre o modo de viver diferente de cada grupo. Os deuses então é que se mudam de lugar com o grupo humano que se dirige a outro grupo com que passa a estar em entendimento. O deus é então acompanhante e nessa altura já leva o espírito de união entre os que se aproximam. Caminham os deuses com os homens que viajam e se instalam no lugar a que chegam. Assim é que vemos a Deusa-Mãe dos cretenses se instalar entre os aqueus.

Mas além da consolidação interna do grupo surge assim o equilíbrio inter-grupal.

O templo em que se recolhe o deus viajante junto ao deus do lugar, “não é propriamente um lugar de culto: os fiéis ali não se reúnem, e sua arquitetura, pouco se mostra apropriada para o recolhimento espiritual do indivíduo ou mesmo para as liturgias coletivas. O templo é essencialmente uma residência como indica o seu nome (naos). E’ a morada da divindade”. (El genio Greco en la Religion. Louis Gernet y Andrés Boulanger, págs. 181-182). Mas se o templo não é lugar do culto, torna-se na sede dos representantes dos povos em uma convenção política; é pois a sede de um poder, convertendo-se a religião em política.

“No templo é que se deposita o tesouro do Estado”. Os templos são próprios de uma idade social”. E o fenômeno de cinecismo (a reunião de diversos deuses no mesmo templo) “desde cedo representa não só a formação do Estado embrionário, como já é a formação da vida urbana.” (Gernet e Boulanger, ob. cit. págs. 181 e 142). O templo passa então a representar as *relações formais* estabelecidas entre homens de grupos diferentes, com relações pessoais. O grupo como entidade de expressão própria então mal aparece nessas relações muito particulares. Para se ter idéias que elas vão além daqueles estrangeiros ali presente, está ali o deus deles: êste sim induz a idéia de alguma coisa além daqueles homens, e com força própria.

Mas para se reunirem os deuses no mesmo templo, para se confederarem os povos distintos, os homens, antes mesmo de se transladarem divindades, entabulam relações políticas, que a chegada do deus de um povo, ao hospitaleiro templo do outro, confirma. A razão política pesa então nesse acomodamento, vindo a política à frente do que é propriamente religião. Mas isso leva a que os fatos políticos comecem a parecer como sendo da interferência dos

deuses a protegerem os homens. As divindades (supõem os homens) chegam então a discutir a respeito dos povos, em parlamento que não é mais o templo, mas o Olimpo a que os seres poderosos acodem, na Grécia, e

Deixam dos sete céus o regimento
.....

Ali se acharam juntos num momento
Os que habitam o Arcturo congelado,
E os que o Austro têm, e as partes onde
A Aurora nasce e o claro sol se esconde

E' então a fase da fábula, quando dos Deuses se fala assim.

Deuses já muito humanos, tão iguais aos homens, qual os descreve Homero, são os de Camões, aliás entidades sujeitas às injunções impróprias por serem ridículas a um deus, mas triviais na vida das criaturas mundanas. Assim é que Marte está apaixonado por Venus como qualquer galante que tenha amores de sala; e, por isso, o deus protege os portugueses afeiçoados de sua bem amada. Um deus enamorado e vítima de um amor seródio, é de uma franqueza divina, incompatível com os deuses. E' bom então que se diga que essa mitologia, assim desfrutável, já parece o elemento desprezível com que acabaram as religiões primitivas. E' a escória que sobrou de um passado consumido. Mas o poema épico de Homero representa, com esses concílios de deuses irrisórios, a queda do espírito religioso, e a ampliação do espírito político em que tudo se converte por fim.

Uma religião de episódios políticos e sem mistério, logo sem força propriamente religiosa, traz consigo a mudança geral na vida dos gregos. Diz Boutmy: — "A estatuária, que não erige colossos à maneira do Oriente, se dispõe a traduzir anedotas em série... — O Escultor se restringe a cinzelar no mármore as cenas divulgadas pelos rapsodos,

para grande interesse do público." (Ob. cit. págs. 37 e 38). A arte tinha sido a representação dos motivos apavorantes, mas deixou de ser religiosa para ser política.

Garras de feras, bisontes, monstros, a finalidade da representatção daquilo que amedronta o homem, é despertar a idéia de domínio sobre o que apavora. E' que nas práticas religiosas, o inimigo, o colosso horrível, de que se tenha em mão apenas a imagem, representar-se-á como submisso. E far-se-á que na imagem êle passe por submisso para suggestionar coragem em quem o teme. Nisto havia pois a maneira de conjurar o terror. Isto é que se pratica na magia simpática, homeopática, imitativa, para se conjurarem os males apavorantes. Imita-se uma força temível que se diz ser a causa das desgraças humanas, mas para induzir com a imitação que ela é dominável e se submete. O que fôsse fabuloso, surgia representado na arte antiga, para receber o domínio, ensaiado através o cerimonial do culto religioso feito de mimicas. Os deuses nem sempre foram benéficos e representaram forças por vezes malignas — mana, que o homem dominou. Essa é de fato a história do terror nas religiões. Houve religiões que não eram absolutamente o que a religião se tornou com o seu senso moral. A intromissão dêsse senso moral nas religiões já representa uma transformação formidável.

Entretanto, nada mais daquele terror subsiste na religião de Homero. Nela até a palavra a respeito das cousas religiosas não é mais a revelação intimidante, porém a discussão do interesse dos povos. E' política essa discussão. E os deuses da Odisséia discutem política, tomam partido como os de Camões. Mas é ver que o contacto dos povos, as relações internacionais exerçam pois essa influência transformadora no íntimo das religiões.

Mas, desde o tempo de Homero já se faz sentir na Grécia um estado de decadência religiosa, que mais tarde vai provocar um verdadeiro movimento religioso reacionário. “Não basta apontar, (escrevem Gernet e Baulanger) na cidade incipiente, aqui e ali, momentos de efervescência, de aspecto político, social e econômico, Hesíodo e Sólon, já se referem eloquentemente a esses acontecimentos do tempo da formação das cidades. Eles dois são da época que descrevem, e como, que testemunhas a deporem nos seus versos, acerca do aparecimento de uma situação de vida, fonte de inquietudes. Mas um sentimento domina a poesia moralista que eles praticaram inspirada nos acontecimentos, e peculiar à Grécia: o temor da dissolução social!” (*El Genio Grego en la Religión*, pg. 147).

A inquietude política interna dos povos é que vai neste caso despertar a religião, provocar o retorno à religião, como aconteceu com Platão, em época de emoção causada pelas crises políticas da ocasião. Mas, com isso, a filosofia com este filósofo, foi a tentativa da restauração do espírito religioso invocado como força secreta para restabelecer o poder em face da crise política que o ameaça. “De um lado fica havendo o apelo ao invisível, e há, como em Platão, a chamada para escutar o mundo, dos sentidos; do outro, as preocupações de ordem prática e o reinado de um pensamento exclusivamente positivo. Porém curiosas relações se estabelecem entre os interesses econômicos e a razão, acntecendo como nas cidades da Ásia menor quando tinham ascendência sobre a Grécia continental, transmitindo concomitantemente influências religiosas a par da prática intensa do comércio”. (Ob. cit. pg. 141).

Os costumes: Também se transpõem. “Embarcados em frágil nau (descreve Boutmy), que só no oitavo século chegaria às proporções da trirreme; nave-

gam poucos homens; mas com a mercadoria levam os gregos, um carregamento de tradições, de lendas, de reminiscências, de nomeadas, que espalham pelas praias visitadas”. Mal desembarcam, já os inetrogam os do lugar; e eles falam, e peroram. Escutam-nos curiosos, e dão eles ensejo ao seu amor próprio, para ajustarem, ao que dizem, particularidades do seu agrado, silenciando o que não fôsse bem compreendido. Os heróis portugueses dos *Lusiadas*, onde chegam, falam da mesma maneira de si. Seguem nisso uma tradição: a das narrativas dos comerciantes gregos, que Homero, repetiu. Mas a custa daqueles comerciantes “se desenvolvem e tomam expressão os tipos de improvisadores, de narradores, de declamadores ambulantes, que não passam de três variedades da mesma personagem, e são os irmãos de leite do poeta épico.” (Boutmy).

Essa narrativa assim praticada é ponto de partida de uma inovação literária, aliás decorrente da modificação da vida grega pelo mercantilismo, que leva então o grego a conceber a História. Sim: é então o começo da História.

A HISTÓRIA (A QUESTÃO POLÍTICA)

E mais ainda: “Nos tempos históricos, diz Boutmy, a verdadeira assembléia política não é o conselho dos anfitrões, mas os jogos olímpicos, já tendo todos se esquecido quanto eles contribuíram para reunir os gregos que depois se atiraram contra os persas a atacarem a Grécia ou as Termópilas.” Mas antes dos jogos olímpicos, “o comerciante e o pirata foram os criadores da unidade panhelênica”. Eles é que abriam pois o caminho para uma nova literatura, como o poema épico, a representar então a formação política do povo, podendo passar pela carta constitucional da unidade da Grécia.

Falando de si, os gregos de Homero e os portugueses dos *Lusiadas* tiveram dupla intenção no que diziam. A intenção econômica manifestam quando falam dos seus costumes, do seu modo de vida induzindo aos povos visitados consumirem do que eles produzem, e, com isso, a modificação geral dos costumes que primeiro o cretense provoca entre o povo grego, e depois o grego no Mediterrâneo. É pois o mar, o contacto dos homens através do mar que criou a História, que é a primeira forma da palavra política internacional. E ela surge com o espírito mercantil a fazer os povos se entenderem.

Na Suécia e na Dinamarca, a mesma coisa. Esse espírito informativo que está nos poemas de Homero e em Camões, sempre existiu nos povos navegadores. Dos vikingos conta Macaulay Trevelyan que propalavam o êxito das expedições mar à fora, e “os filhos dos caudilhos necessitando se lançarem na vida, comentam tais notícias enquanto bebem e olham em torno à espera de algum chefe é de companheiros.” (Hist. Pol. da Inglaterra, pg. 64). Mas com essas narrativas há um espírito novo, informativo em um sentido especial. Ora quando os portugueses alcançam, na costa d’Africa, o reino de Melinde, diz o mensageiro lusitano, que primeiro põe o pé em terra africana entabulando relações com o gentio:

Não somos roubadores, que passando
Pelas fracas cidades descuidadas,
A ferro e a fogo as gentes vão matando
Por roubar-lhes as fazendas cubiçadas...

Não era a conquista, nem a colonização dos povos descobertos, que almejava a nação mercantilista; mas o comércio. Se Portugal procura tomar Ceuta, é que tenta se apoderar do ponto de confluência das vias comerciais através da Africa. As tropas portuguesas encontraram Ceuta recheada de especarias orientais que ali chegavam por vias das caravanas”.

(Bensaúde, *A Cruzada do Infante Dom Henrique*, pág. 109). “Ceuta era um mercado distribuidor dos produtos orientais, abastecido pelos árabes que, quando ela entrou na posse dos portugueses, abandonaram essa via comercial. Não deixou o infante de considerar as vantagens que resultariam para o país desde que se conseguisse deslocar para um porto da costa portuguesa a função comercial que Ceuta havia desempenhado.” (Francisco Antônio Corrêa: *Consequências econômicas dos descobrimentos*, pg. 33).

Objetivo de Portugal, que se tornava nação mercantilista, era comerciar com outros povos. “Desde o começo da penetração para o Sul, o Infante concebeu a necessidade dum cuidadoso estudo do interior africano; obedecendo a idéia de praticar um dia, se possível fôsse, nos recursos auríferos do comércio secular das caravanas, entre Egito e Timbuktu”. (Bensaúde, Ob. cit. pg. 113).

Relações comerciais não se fazem sem relações políticas, e não se faz História sem supor relações políticas dos povos. Ora nos *Lusiadas*, o mensageiro que vai à terra em Melinde já leva a primeira notícia da intenção dos portugueses; mas no dia seguinte o rei africano, para retribuir, está a bordo, e nestes termos lhe fala Gama dos lusitanos:

Alevantando o rosto assim dizia:

Mandas-me, ó Rei, que conte declarando
Da minha gente a grã genealogia;
Não me mandes contar estranha história,
Mas mandas-me louvar dos meus a glória.

Eis é pois assim que começa a História Universal.

O poema épico, surgindo com a civilização de navegadores, revela o espírito político universal, com que um povo procura falar de si aos outros. No poema épico um povo já compreende a utilidade dos outros, e se faz deles compreender. O teatro conserva ainda a im-

pressão da fatalidade religiosa, força que envolve no mistério o destino dos povos. E' ele uma linguagem interna do povo para si mesmo, e relativa ao que o povo tem de mais subjetivo: é uma linguagem internacional o poema épico. Nem a *Divina Comédia* nem *O Paraíso perdido* correspondem tanto à formação dêsse gênero literário, como os *Lusíadas* e a *Iliada*. A poesia épica veio se desenvolvendo através da vida política internacional dos gregos. A *Divina Comédia* e *O Paraíso perdido* são um acidente, uma intercorrência política interna na vida de dois povos. A um dêsses poemas chamaram comédia por não saberem ao certo o que era, e o outro é como a sátira, como o panfleto, e está bem entre êsses escritos políticos.

A poesia épica, voltando-se para as relações que têm os povos entre si, passa entretanto a ser índice de uma época mercantilista, e das relações que se entabulam entre os povos que se aproximam para comerciarem. João de Osório estudando o desenvolvimento da literatura portuguesa, lembra o mar. O mar a estimular, e lhe dando assunto. Os *Lusíadas* firmando a literatura de Portugal, são o mar. Mas o poema épico já pisa no terreno da História, em tudo e por tudo.

Gênero próximo do teatro é a ode: poesia da exaltação, principalmente de forças poderosas como as formadas no ambiente religioso primitivo. A exaltação do mistério fica de um lado com certos gêneros literários; do outro, a narrativa dos fatos a constarem no poema épico, que foi criado com as informações das rotas da navegação. Há pois grande distância entre a exaltação e a narrativa. São pois divergentes, e cada qual com espírito próprio e significação social distinta, faz que haja contraposição entre elas. Se daquele lado está o teatro com a tragédia, o hino, o psalmo,

de que provieram bastardos, a ode, os gêneros líricos, a elegia; dêste, está a narrativa do poema épico. Dessa narrativa, e do seu tom literário, é que proveio então a História.

E não é só isto. No poema épico, como na História Universal, tudo há de ter um sentido universal. Os heróis valem pelo que a ação dêles corresponde ao sentido da História Universal. Quando Fidelino Figueiredo insiste no sentido universal dos *Lusíadas* estava ele a apontar o sentido político universal do poema épico, o interesse internacional que ele provoca, e o mundo inteiro se pode dizer que voltava a atenção para o que essa forma de poema narra. O crítico contemporâneo relacionou os feitos do povo português com a grande modificação da História do mundo, trazida pelos portugueses navegadores do Oceano. E a consciência de um feito assim há de vir no poema épico pela relação em que ele está com a história dos povos no mundo.

E' pois da compreensão política revelada por Camões que nos fala Alexandre Herculano. "Resumindo o pensamento do seu tempo, Camões nos *Lusíadas*, dedicados ao descobrimento da Índia, lança (escreve o historiador)... os lineamentos das nobres recordações da idade média". Mas nessa altura Herculano a se referir à Idade Média, faz diferença entre compreender um homem e compreender os que tomam parte nos acontecimentos históricos universais. "O cronista da idade média (lê-se pois no historiador de Portugal), para nos pôr diante dos olhos os grandes vultos que passaram na terra, aleventa dos túmulos os seus cadáveres, e infunde-lhes de novo a vida, ao passo que o escritor grego ou romano apeia dos pedestais as estátuas dos homens públicos, corretas, porém frias e mortas..." (Ob. cit. vol. I pg. 31). Quer dizer que os histo-

riadores clássicos (sejam êles Tácito ou Salústio) apreciam personalidades sob o ponto de vista moral, e em Plutarco, se confunde o historiador com o moralista, muito embora, os paralelos feitos entre vultos gregos e romanos traduzam a analogia entre os povos. Camões, o poeta épico vai muito além disso, chega até onde se estende a História.

Não é só o julgamento moral dos grande homens a comparecerem ao Juízo final, que interessa a História. Mas o espírito que êsses grandes homens têm para compreender o gênio da nação: eis o que, interessa ao historiador. Êsse gênio, que se congrega às qualidades de um povo para seguir o destino dêsse no Universo, o poema épico o há de expressar, e bem. Essa expressão do poema épico Alexandre Herculano encontra pois nos Lusíadas ao mesmo tempo que neles verificava algo já revelado na crônica medieval. Mas, nessa altura, censurou que "no ardor com que o renascimento restaurava ou antes transformava tudo, não se averiguou se o método histórico da idade média era ou não superior em alguma coisa ao que já haviam seguido os historiadores que começavam a chamar-se clássicos." (ob. cit. pg. 31). Reclamava Herculano pela pesquisa "nas memórias nacionais de outro tempo, matéria mais grata de estudo e tradições que reanimam a perdida energia do povo"; quer pois encontrar na História o que de algum modo seja o estudo do gênio e da energia do povo: *o que para os gregos teria sido a civilização expressa pelo poema épico.*

Mas grandes méritos são os do poema épico se êle por tradição vem mostrar o contacto dos povos entre si e o papel de cada povo na História Universal.

Ora, no poema épico, já tendo os povos consciência de si, os homens já podem dizer do governo que têm, do mérito dos que governam o povo, como

o faz Camões com os reis de Portugal, e também nesse poema se chega a dizer da forma de governo preferível como fizera Homero. O publicista francês Villeneuve de La Bigna (*Traité Général de L'Etat* — pg. 80) lembra o poeta grego a repudiar o governo de muitos, encarecendo o de um só, e a monarquia a se refazer na época militar, das guerras homéricas. Mas a discussão acêrca da transformação das formas de governo que se dá nas cidades, por entrarem na fase mercantilista, é o mercantilismo, o comércio internacional, que há de emancipar o homem do seio do seu povo, a custa da independência que lhe trazem as operações comerciais, em que êle vive do que compra e vende. Mas com independência econômica anrida na vida mercantil, vem pois a grande modificação de cultura, vem a suposição de que cada um pode influir na sociedade em que vive, e na forma de governo que nela se forma. As fases militares influem num sentido contrário. Porém a cultura é sempre um pouco dessa suposição de que a pessoa pode influir na sociedade em que vive, em tempos de mercantilismo. Repare-se em que a palavra cultura não significa apenas saber, e tem um sentido muito especial.

A QUESTÃO CULTURAL

Mas a poesia, os gêneros literários já referidos se computam na questão cultural, de que ainda não tratamos em particular. Falta entre êles a filosofia que ainda nem foi citada. É talvez a mais importante para comentar. Porém a ela só convém analisar depois de estudar a história grega em algumas particularidades para que se possa verificar as relações diretas que os sistemas filosóficos conservarem com os aspectos políticos de cada povo. Mas neste caso vejamos primeiro os historiadores gregos propriamente ditos.

HERÓDOTO

A impressão que se tem de Heródoto é de que escreveu a bordo: o que já é significativo; o que designa com que casta de gente êle convivia recebendo dela influencia e impressões, e formando o espírito com isso. Conta Heródoto o que apreendeu em viagem, ao contacto com outros povos. Então descreve costumes. Quer dizer: está êle naquele ponto em que se diz começar a História, e em que são postos em confronto os povos para ter cada qual posição em relação aos outros.

Mas de Heródoto se diz que foi um contador de anedotas (H. E. Barnes e H. Becker). “É interessante, escreve Boutmy, Heródoto falar das grandes religiões naturalistas do Oriente; nada êle compreende delas; toma, como bizarrice (*e nisso diga-se que lembra Voltaire*), particularidades dos costumes peculiares ao culto sobremaneira significativo de Melite...” (*Ob. cit.*, pág. 40). Não sei se Boutmy é a última palavra a respeito de cultos; mas a sua contestação de que êsse historiador grego compreendesse a história dos deuses, está de pé.

Heródoto começa o seu livro dizendo procurará explicar os motivos por que os Gregos e os Persas se guerrearam. Devassa a história dos Persas. Não se contenta em falar do heroísmo dos gregos em se defenderem, e assim o espírito de historiador se torna universal procurando êle as razões que, de um modo geral, decidem das ações dos povos.

Diz que os persas acusam os fenícios de, indo comerciarem em Argos, roubarem a filha do rei de Io. Os gregos, cobrando na mesma moeda, dirigem-se então a Tiro e furtam a princesa Europa, filha de rei fenício. Por fim invadiram a Ásia. Mas foi uma loucura (disseram os Persas) essa represália, embora fôsse injusto os fenícios raptarem mulheres. Heródoto é assim um cético ao descrever

essas rapinagens. O seu espírito se mostra indiferente em dar razão ao seu povo ou ao inimigo na guerra que êste promoveu à sua pátria, em que pese se referir à prática da vida comercial envolvida nessas lendas. Eis entretanto uma história em que se pensa mais nas consequências políticas do que no heroísmo dos gregos.

Muito embora Heródoto interpusse uma questão de honra, qual o rapto de princesas, como causa da guerra (no que lembra Homero com o furto de Helena), já se mostra um tanto indiferente a essa questão de honra, e se vê que êle está interessado em falar no comércio ao ver os povos se guerrearem, empenhando-se os persas na guerra aos gregos diante da penetração, que os gregos comerciantes começaram a ter na Ásia menor. Questão de equilíbrio econômico dos povos de fato tomada como argumento!

Heródoto como historiador chegou até onde podia chegar, atendendo ao espírito da época. A sua linguagem foi a que tinha de ser, ora dando-se ao que era lendário, ora seguindo ao encalço do heróico, deixando então transparecer a ufanía dos gregos, isto é, o sentimento que êles tinham de confiança em si, traduzido por Homero. Ainda não usa Heródoto da linguagem clara de Tucídides, em que as razões sociais se sobrepõem, por vêzes, à vontade dos homens. Em todo caso lembra Janet que a história política dos gregos, ou antes, a concepção política baseada na discussão das três formas de governo, já está, em Heródoto, expressa com muita penetração de espírito.

Explicando a política do Império persa, o grego faz valer a forma de governo mais acertada, pondo então ao alcance dos homens o alvitre nessa questão.

Narrando a discussão de conspiradores, é que Heródoto aponta qual então o melhor dos governos. A democracia, argumenta êle, é de fato a melhor, a mais

sugestiva, e lembra então o que dizia Otames contestando a monarquia : — Poder tudo, leva a tudo ousar ! enquanto a democracia é a igualdade benéfica a todos, mesmo porque nela o magistrado, por depender do povo, se comede.

Mas Heródoto, com o que êle faz finalmente Dario dizer, mostra preferência pela monarquia, e é pois como Platão um reacionário no momento que a Grécia evolvia da democracia para a tirania. Reage contra o momento presente, voltando-se em parte para o passado e suas formas de governo.

Entretanto a conspiração contra Dario era a grande crise do Império que se fundara, e as circunstâncias favoreciam-na. “Apenas nove anos depois de se constituir, uma grande crise (escreve Leon Homo) sacode e põe em perigo o Império persa. Teve essa crise dois motivos fundamentais : a rapidez com que Ciro formou o Império e a longa ausência por quatro anos que Cambises levou conquistando o Egito. A usurpação do trono pelo falso Smerdis, as revoltas na Pérsia contra o novo rei, Dario, eram as principais manifestações.” (Leon Homo *Hist. de o'Oriente*). Essa fase histórica de um dos primeiros impérios do mundo é assunto a pesquisar para se chegar a grandes conclusões. Entretanto a Heródoto interessa discutir, diante do acontecimento, qual a melhor forma de governo : coisa muito do espírito grego.

Mas para um povo discutir a forma de governo é preciso que esteja a pique de mudá-lo e que sinta a transformação do seu país. A discussão no caso é mais a investigação, a curiosidade, a interrogação em fase da incerteza do futuro que já se anuncia diferente do momento que corre.

Mas influências na verdade internacionais e de ordem econômica é que, modificando a vida de um povo transformam-

lhe o sistema de vida a que já se habituara, despertam-lhe a consciência para um nova forma de governo.

E a mudança do regime de vida, é que provoca então a teoria das formas de governo, discutindo, porém, os homens, como criação sua, aquilo que representa modificação de ordem geral.

TUCÍDIDES

A Grécia em plena transformação sob a influência de causas externas é a história de Tucídides.

Jamais as arengas surpreendem tanto pela quantidade com que são pois interpostas no texto do livro dêsse historiador, que as intercalou entre os acontecimentos narrados, servindo-se da liberdade de fazê-las para interpolar as suas reflexões.

Nada entretanto mais apontado na obra de Tucídides do que êsses discursos hoje interpretados de tanta maneira. Os oradores é que nêles cuidam encontrar um modelo de eloquência, legado à posteridade, e citam Demostenes diuturnamente a versar as páginas da história da guerra de Peloponeso.

Mas essas arengas descem à reflexão esforçada, e daí às vêzes o estilo do historiador se tornar complexo. E em dois casos fez Tucídides os gregos discursarem na história que escreveu. No debate das relações dos Estados gregos entre si ; e nos debates acêrca dos atos do governo, que fala então ao povo. Nesse caso é sempre Péricles que fala. Pôs Tucídides na boca das personagens históricas o que era, para o grego, interesse do momento tanto quanto o vem ser hoje o assunto do jornal, e divulgou êle com treatralidade principalmente a discussão das idéias políticas : nisso está em parte a intenção do seu livro. Vida política interna e vida política externa da Grécia, as duas coisas então interessaram a Tucídides.”

Levou os olhares muito longe, o maior dos historiadores gregos. Referindo-se à formação da Grécia, apresentou grandes temas históricos:

— A Hélade, diz êle, estêve primeiro sob o domínio dos povos nômades que tiravam uns aos outros dos lugares occupados; só começaram a plantar quando se fortificaram nos lugares criando um sistema militar, mas as planícies férteis não eram os lugares propícios para neles se estabelecerem; nas paragens montanhosas é que iam aparecendo os opídios, cidades fortificadas e protegidas nas alturas: êsse é o caso de Atenas, e de Esparta de tão próspero futuro. A Grécia, conclui êle, se reuniu, logo que teve idéia de si na guerra de Tróia.

A guerra de Tróia é dos tempos homéricos. Homero dá bem idéia do timbre de honra dos gregos se desafrontando do rapto de Helena. Já Tucídides é um grande espírito crítico quando afirma que “se Agamenon reuniu uma frota, o fêz devido a êle ser o grego mais rico daquêle tempo, e nunca porque os apaixonados de Helena, por êle capitaneados, se conjurassem para o reverde perante Tindaro”, o pai da princesa raptada. Diz ainda mais, e, esta vez, a respeito da origem do poder de Agamenon, o que esclarece muito acêrca do poder na Grécia: “No mais, eram os Peloponesos gente da mais remota tradição, cujos antepassados contavam que Pelopes se tornara um potentado sôbre os homens pobres, em virtude das grandes riquezas trazidas por êle da Ásia. Sendo na verdade estrangeiro, deu contudo nome ao país que com o tempo se tornou mais poderoso que todos... Quero crer que Agamenon, recebendo essa herança, e senhor de marinha superior a dos outros povos gregos, achou, menos por ostentação que devido à prudência, de convocar toda a sua esquadra.” (liv. 1-9.) Está ali indicada a origem do poder de Pelo-

pes: a riqueza obtida no comércio. Êsse é o poder que Agamenon herdou.

Tucídides se refere claramente a que o poder começou a se refazer na Grécia com as riquezas vindas da Ásia, e a que os sem-fortuna, o povo, principiou a se defrontar com novas classes poderosas. sim, porque a velha aristocracia sucumbira. “Quando a Grécia se foi tornando mais rica (diz êste grego), e mais poderosa que antes, as tiranias se implantaram o que acontece sempre que os réditos aumentavam.” (Liv. 1-13.) O novo poder que era então a tirania não foi pois um poder que se incutisse pelo terror, a levar que reagissem contra êle. É almejado. “Decorre naturalmente da nova sociedade que se forma (escreve Fustel de Coulanges), não passa de uma forma de democracia, e com isso é que ela se distingue da antiga realeza dos tempos heróicos. Enquanto a realeza se firmou para defender os grandes contra o povo, o tirano não tem outra missão que defender, diz Aristóteles, o povo contra os ricos. O tirano começou sempre como demagogo, e é da essência da tirania combater a aristocracia.” (*Questions Historiques*, págs. 128-129).

GÊNEROS LITERÁRIOS GREGOS E A HISTÓRIA

Três gêneros literários que se desenvolveram por si na Grécia passo agora a compará-los para melhor saber de cada um dêles: a história, a comédia e a tragédia.

A tragédia é uma expressão da alma do homem em face das ocorrências querendo êle, para elas, uma explicação religiosa. O sôpro da religião passa então através todos os acontecimentos que ocorrem perturbadores, na Grécia. É a tragédia a explicação misteriosa dêsses acontecimentos estarrecedores.

De fato difere muito a comédia da tragédia, tendo elas origem diferente.

A comédia nunca se interessa em aviventar as grandes tradições místicas a subsistirem na alma do povo grego. Não se reporta ao que é remoto. A comédia, dos gêneros teatrais é o mais recente. Já é de uma época em que se riem dos deuses. Ela abotoa no momento em que já se não está a acreditar nas causas supremas das coisas. É irreverente.

Entretanto a comédia que é o riso, mostra tudo ao vivo de maneira muito clara, enquanto sôbre a tragédia grega desce uma atmosfera pesada e misteriosa das causas obscuras dos acontecimentos.

A tragédia é a surpresa do que há de récondito no destino humano, e sem a noção de destinos não teria surgido a tragédia grega. Ela é uma explicação especial e que surpreende, enquanto a comédia é ver claro, é enxergar os fatos à luz do trivial.

A tragédia é a emoção do acontecimento e a estranheza da explicação; a comédia é a consciência de volta à banalidade da vida desfazendo-se no caso toda emoção: daí Bergson dizer “Quero pois assinalar como um sintoma não menos digno de nota, a *insensibilidade* que acompanha de ordinário o riso. Parece que o cômico não pode produzir a sua agitação senão a custo de cair em uma superfície de alma muito calma, e bem unida. A indiferença é o seu meio natural. O riso não tem maior inimigo que a emoção.” (Le rire — pg. 4.)

Na tragédia toma-se o caminho sem fim da emoção. Na comédia pára-se logo com os olhos postos nessa superfície calma e bem unida da alma.

E a história? É a curiosidade da explicação. É a engenhosidade curiosa. A história como a comédia na Grécia surgem com o que representa a queda do tonus religioso. A história é um espírito universal que desperta com o con-

tacto dos povos, com a atividade econômica geral que se amplia e cria relações entre os homens, entre os povos, entre os grupos humanos. Mas é simples e clara nas suas explicações como a comédia, ao pé da qual nasceu junto do povo com o poema épico, e nunca no interior dos templos.

A comédia e a história por já trazerem a baixa do antigo espírito religioso afastam-se da emoção. A religião, na antigüidade, é o espírito interno dos grupos, em parte exclusivistas, como acontecia com o judaísmo antes de ser superado pelo cristianismo. A comédia, é na Grécia um dos mais luminosos documentos políticos. É um comentário surpreendente da vida social da Grécia. Em que pese Aristóteles menoscabar Aristofanes, este hoje serve de guia na história política dos gregos, muito mais que os trágicos poetas e que alguns filósofos.

A comédia principalmente de Aristofanes, mede até que ponto chega a inconsciência das personagens cômicas em face do desenvolvimento do meio grego, e aponta o que elas fazem em sentido contrário do desenvolvimento do povo grego. Ora chegar a essa compreensão, tenta a História.

Na comédia de Aristofanes, *Nuvens*, um fidalgo, dono de algumas terras, espôsa uma aristocrata da cidade. O casal tem um filho: o Pai o quer para lavrador, e a mãe para a vida ostentosa da cidade. Aqueles dois esposos são gente da mesma estirpe, mas cada um tomando direção oposta na educação do menino: e está assim descrita a cisão e a dispersão da velha casta diante da nova diretiva da economia grega. A mulher se mostra fascinada pela nova sociedade sem saber ao que chegaria o filho nela; o marido é

a reação própria do homem apegado aos velhos costumes sabendo o que êles representavam na organização social de outrora. Sugestionabilidade de um, e consciência das coisas, do outro. Estão bem traçadas as duas personalidades: o caráter feminino e o masculino cada qual a viver na sua ignorância das coisas. Acontece (diz Meautis) que tôda vez que um povo sofre grandes modificações, há um momento em que certas pessoas querem reviver o ideal de outrora... Ora assim sucedeu com o marido na comédia de Aristófanes, com Licurgo, que procura ressuscitar em Atenas, profundamente reformada, o antigo ideal da aristocracia do V século.

A comédia grega desvenda assim o verdadeiro sentido das atitudes sociais. É em primeiro lugar a compreensão delas. E serve tanto de base à história política que hoje, para historiar a Grécia, se argumenta com Aristófanes.

Outra comédia de Aristófanes é *Os Camponeses*. Nela há uma personagem que dá mil dracmas para o deixarem lavrando a terra em sossêgo. O que já não é mais possível. E a coisa é levada para o terreno da ingenuidade.

Ri-se na comédia grega quem percebe o sentido social em que vai a sociedade grega, e se diverte com o caminho errado que tomam as personagens. Ora, não querendo fazer rir, a História dá contudo a satisfação de se chegar a uma compreensão exata dos povos.

A HISTÓRIA E A FILOSOFIA GREGA

Finalmente a História Grega relacionada com a filosofia grega.

Três assuntos ficaram pois dos historiadores gregos, mas para vermos que a Filosofia se envolveu nêles.

Primeiro. A melhor forma de governo. Dela Heródoto já tratou como historiador. Mas foi assunto debatido pelos sofistas que encontraram nêle a sua grande inspiração.

Segundo. A forma de governo e a questão social. Eis o que já é apontado por Tucídedes que se refere ao enriquecimento da Grécia, ao aumento dos rédito e à tirania que se implanta! Platão é pois o filósofo que reacionário inicia uma política de casta mostrando a influência econômica na formação da tirania para qual concorreram os sofistas.

Terceiro. O Império de Alexandre se impõe. A filosofia grega já tem as suas questões políticas claramente expostas. Aristóteles parte delas para ajustar o pensamento filosófico ao novo advento político.

Está-se vendo que os gêneros literários ficam em relação direta com a História causando em parte a surpresa de acontecer assim até mesmo com a filosofia. Esta, depois se tornando no estudo da maneira de se formar o conhecimento atenta nas suas condições psicológicas, começou a ser um capítulo da psicologia que é uma ciência de dados próprios. Chamaram mais tarde à filosofia que tomou essa diretiva, epistemologia. Mas antes da filosofia se fixar assim, variava ela muito nas suas conclusões isso então por se radicar a diversas influências políticas, para acompanhar com as suas concepções, com os seus sistemas, com a sua síntese de idéias, a feição política e social do povo em cujo seio florescesse. Quando deixou da política, parece que deixou de ser Filosofia.

Mas passemos à filosofia na Grécia, de fato muito radicada à política dos gregos, logo à História.

A HISTÓRIA E A FILOSOFIA GREGA

FEIJÓ BITTENCOURT

OS SOFISTAS

A História da Grécia defrontou com a Filosofia. Tucídides disse o que havia de dizer para que se faça idéia da ação dos filósofos no meio grego. Xenofonte foi historiador e ninguém mais que êle, a não ser Platão, melhor informou a respeito de Sócrates, de quem Xenofonte foi discípulo. Eis historiadores a aprenderem com filósofos. E de que lhes valeu a filosofia para as obras que escreveram? Tucídides, a respeito de quem Shotwell reafirma que os sofistas nêle exerceram grande influência, deixa por vêzes ver claro qual a ação dêsses dialéticos na sociedade grega: êles, que tornaram a filosofia popular no país...

A filosofia na Grécia toma exepcional incremento com os sofistas, gente de uma época mercantilista, contemporânea de populações a se desenvolverem a custa do comércio.

O homem é a medida de tudo — então asseverou Protágoras, um dos primeiros da célebre casta de filósofos; mas, para êle dizer assim, é que o comércio fizera cada homem viver do seu pecúlio e atividade, isto é, viver por si, independente como indivíduo, e emancipado. Mas aquêle conceito a andar tanto de bôca em bôca, representa a situação econômica individual, independência de cada um em particular, e a de todos em geral. Inde-

pendência econômica, que importou na fórmula política condizente: o homem é a medida de tudo!

A emancipação econômica de uma classe facultou pois que nova gente acercasse o govêrno se intrometendo na direção do Estado, pondo-se ao fato da política. Refere-se Rodolfo Mandolfo à feição humana e política dos sofistas, que levaram cada homem a falar de si. Mas novidade foram os mestres como Socrates, que se mostram espíritos irrequietos e reacionários, questionando com discutidores de rua, que foi até onde descera a filosofia. O problema moral não interessara os sofistas tanto quanto a questão política (Rodolfo Mandolfo. *El Pensamento Antigo* — vol. I, pág. 137). Do prestígio do argumento moral é que Sócrates havia de se valer contra os sofistas, mais agitadores políticos que tão somente filósofos. E contra a presunção dêsses sofistas a se dizerem os divulgadores da ciência, do saber, da ilustração, Sócrates se mostra tão sarcástico, lhes respondendo que êle, Sócrates, que era homem nas condições de todos, nada sabia! O maiêutico imortal, o reformador da filosofia grega, foi assim o criador da confusão no acampamento dos adversários.

Mas quando cada qual já cuidava, com os sofistas a convencê-lo, de que se diri-

gia por si, independente de todos e de tudo, pensou logo em suggestionar o próximo, com quem contaria para transformar a vida social e política da Grécia como se ela dependera da sua vontade. Assim se deu uma confusão de suposições. Muitos se iludem de que conduziriam multidões e são arrastados no desenfreamento geral, perdendo-se no caos da demagogia. Entretanto supuzeram modificar o governo tornando-o numa questão da vontade geral como se todo governo não dependera de contingências da sociedade. O máximo que os sofistas conseguiriam era agitar a sociedade e desfechar golpes contra este ou aquele governante: questão pessoal! substituiriam pessoas no exercício do mando, para, de acôrdo com as condições da sociedade no momento, governarem, com o mesmo espirito político de antes, embora se mude o nome da forma de Estado.

Questões pessoais em governo admito que se discutam! Mas essa não foi a discussão dos sofistas. A forma de governo eles pleiteavam fôsse a democracia, como se um país, para se tornar democracia, dependesse da vontade dos homens, quando antes as condições econômicas gerais é que, trazendo a independência individual, proporcionam a democracia se implante por si mesma, podendo então ela se instalar tanto em uma república como os Estados Unidos da América do Norte, como em uma monarquia, que é o caso da Inglaterra. Mas o governo tradicional da Grécia estivera adaptado à sociedade grega, às condições dela, fôra adequado e conveniente, despertando então o espirito reacionário quando veio a balbúrdia com a revolução para instalar governo novo: Sócrates foi então um dos primeiros reacionários; e teve muitos discípulos.

Mas os sofistas falavam em uma forma de governo do agrado geral: uma utopia! E uma vêz que o homem atin-

gisse a superação intelectual (como os positivistas, insistiram muito os sofistas na cultura do homem para chegar à superação) tornar-se-ia cada indivíduo consciente do que era a sociedade, para decidir a respeito dela como convinha: surgiu pela primeira vez a questão da cultura e democracia.

Os positivistas conceberam, para o homem ter consciência plena da sociedade, a ciência a que chamaram a sociologia, mas a que se chega a custo de desenvolver a inteligência na prática de outras seis ciências, cujo estudo precederia ao trato da sétima. Seria este percurso do saber a modificação da mentalidade humana. Ora o mesmo quizeram os sofistas impondo a todos começassem pelo estudo da matemática. Há nisto uma afetação de cientistas, de geometras, que invadiram em um dado momento a política. Uma inutilidade fazer assim. Por sua vez, esta muita ciência era pouco conhecimento necessário para governar; e, por isso, Aristóteles, corrigindo o êrro, teve de escrever uma obra fundamental especializada em assuntos de governo, denominada: Política.

Mas tinham traçado os sofistas, um programa cultural exagerado, e levaram a ciência até às ruas, coisa que se estabeleu nos hábitos da Grécia.

Parecendo-se, nisto, sofistas e positivistas, diga-se que de fato houve analogia nas épocas das duas correntes filosóficas. Ambas aliás revolucionárias, e em que o individualismo mercantilista exerceu grande influência. Com a semelhança que há entre sofistas e positivistas, poder-se-á chamar, aos positivistas, os sofistas dos tempos vindos com a Revolução francesa.

Sendo os sofistas de uma época de transformação econômica da Grécia, e o homem dessa época sentindo-se emancipado sob o ponto de vista econômico para fazer muito do que desejava, e para se

dirigir pela sua vontade, pensou êle que essa vontade era absoluta. Eis então um exagêro. Mas tudo, para êsse homem, é a vontade dêle. O mundo devia ser ela. Preocupando-se com ela, cada um então se preocupa consigo. E quer saber do que deseja. Mas daí é que proveio o *conhece-te a ti mesmo*, réplica de Sócrates, lançado no terreno em que êle foi se encontrar com os sofistas, terreno então de tôdas as discussões, e em que se poriam todos os problemas a resolver.

Contudo a revelação, para todos, era o homem que se descobrira a si mesmo, e o que êsse homem dizia de si. Andou cada qual a cata do que era, e a resolver o problema da própria consciência. Isto levou ao sensualismo, ou antes, o sensualismo foi o objeto de pesquisa: através das sensações esquadriñavam a consciência. Com que desacêrto!

Quer dizer que um gênero de investigações tão do século XVIII francês já andara pela Grécia, já existira em tão remota antiguidade. Na França ressurgiu pois em iguais condições políticas e sociais, às da Grécia, mas dessa vez para surgir uma ciência criteriosa e reacionária a êsse sensualismo, como o é a Psicologia, que afastou de vez o método de investigar superficialmente acêrca das sensações. Em todo caso é bom refletir acêrca de que os positivistas, tão semelhantes aos sofistas, não gostaram dos psicólogos, nem de Kant, que dos psicólogos tanto se aproxima na *Crítica da Razão Pura*. Kant fora o reabilitador da metafísica; ora é a metafísica que os positivistas combateram.

A Psicologia, em que pese ela proceder do sensualismo, assentou finalmente novo critério de observação dos fatos psicológicos e foi além da introspecção em que insistiram os sensualistas. A Psicologia rasga de vez novos horizontes, abre novas portas às ciências, colabora com a História Natural, que esteve com isso em

vogã nos fins do século passado. Estudando a *formação* e natureza das sensações, a Psicologia descobriu algo de superior a elas, isto é, a mesma lei geral que rege a formação não só das sensações como dos seres vivos. Foi entretanto preciso, que ciências como a Biologia, a História Natural, reunissem dados para que a Psicologia chegasse à grande conclusão. Já poudes Renan advertir que a Psicologia considerada como enquadramento das sensações sem lhês decifrar a significação profunda, é ciência muito peada, e de psicólogos ainda esturdios (L'Avenir de la Science, pg. 181). Entretanto cogitar o homem do que sente sem de fato saber ao certo porque sente, como fizeram os sofistas, já leva Jager a dizer: "o aspecto intelectual do homem se firmava pela primeira vez."

Na linguagem de Bergson, as sensações são "registos abertos" na consciência do homem. Mas registos de fatos particularizados e a despertarem a atenção para a maneira do homem se desvençilhar dêsses fatos, praticamente. As sensações para o psicólogo representam situações definidas, adstritas, particulares, e sem acompanharem o desenvolvimento em que a vida vai sempre se desdobrando em um certo sentido geral que ela sempre vai mantendo. As sensações ficam sendo contas feitas. Elas como que acabam em si mesmas circunscrevendo-se em horizontes fechados, adstringindo-se às circunstâncias especiais que cada uma delas representa.

Na verdade cada sensação se forma em caminho e representa uma intercorrência: não podemos deixar de considerá-la mera ocorrência. Fica entretanto a subsistir na consciência como a aquisição de uma reação automática, pronta para toda situação idêntica àquela em que ela se formou. Representa, uma vez criada, uma atitude de defesa que já fica pronta. Anuncia-se na consciência mal

volte a ocasião de se aprestar a atitude oportuna a que ela corresponde. E' uma garantia para o futuro. Prende-se contudo à espécie de fato que a provocou e vai de ocorrência para ocorrência igual.

Mas através da maneira da vida se encaminhar sempre para o futuro o homem já percebe que ela tem um sentido próprio. E que sentido é êsse? De fato atravessando o presente e se lançando no amanhã, o homem em todo caso se enriquece com a experiência. Mas o futuro está sempre diante dêle e é como que a porta que êle pretende entrar, rico da experiência do passado. E que pensa o homem levar dêsse passado? Sim, esta pergunta importa na seleção do que há de êle levar. Esta pergunta supõe a questão moral: selecionar o que deve o homem conservar consigo. Esta pergunta traz logo a baila a questão filosófica: que vale o conhecimento e como dar valor moral ao que conhecemos, sim, para selecionar?

A resposta do cético no caso é como que o acovardamento diante da dor e como que a precipitação para o prazer. Conservar o que proporciona o prazer e afastar a dor: diz êle. Resposta muito confusa principalmente com essa precipitação para o prazer. Do prazer facilmente se lhe transpõem os limites. E o que é o prazer? Cada homem tem conceito seu a respeito dêle.

Mas acêrca do valor dos nossos conhecimentos, que poderiam nos orientar no problema moral, falaram muito os filósofos.

Augusto Comte partiu do *imbroglio* de uma classificação das ciências em que uma vem depois da outra, e se sucedem sete em seguida. Há de se chegar à última, isto é, à Sociologia depois de passar pelas seis anteriores: e dêste modo uma questão de sociologia ficará dependendo de saber-se matemática, astronomia, química, para ter solução? Não é

bem isso que o filósofo quis dizer. Mas o objetivo de alcançar o desenvolvimento total dos conhecimentos humanos, será a inteligência atingir o senso positivo — palavra que lembra muito o século XVIII francês! — uma vez feito o percurso do saber humano. Êste percurso completado, o homem teria consciência do que consegue saber!

Entretanto alcançar esta última etapa para ter o conhecimento positivo, é chegar a uma concepção cética de que o conhecimento não podendo ir além, há de se limitar ao que é positivo: de fato concepção como a dos sofistas a se queixarem de que se esgotara a inteligência em vão, sem atingir a essência das coisas, ficando retida diante das aparências.

Spencer em todo caso teve concepção melhor. Não suspendeu o seu juízo a respeito das ciências: definiu a significação delas. Dispensou o exagêro de se ter que saber de tôdas as ciências, para se chegar a um estado positivo da razão. A sua classificação das ciências mostra como há finalidades práticas nelas tôdas, e ciência é a procura de solução para os problemas de ordem prática, solução essa em que a pessoa esteja no momento interessada.

A ciência leva pois a soluções práticas que encaminham para um fim. Mas soluções convenientes a um fim supõem um fim a atingir: e que fim será êsse? Uma interrogação passa então à frente do *spencerismo*!

As ciências modernamente de mais projeção de fato são a Psicologia e a Economia Política. Aquela esclareceu as determinações que sofre a vontade humana atendendo a que ela se forma através do sistema nervoso que tem as suas condições próprias de ordem material; esta apontou condições materiais que condicionam a vida na sociedade. Mas além dessas condições descritas por essas

duas ciências, há o sentido especial que o homem dá à vida através dessas contingências materiais. Que sentido é êsse? Eis a pergunta de sempre feita diante de cada sistema filosófico que surge.

Mas de ambas aquelas ciências — a Psicologia e a Economia Política se divorciou o criador do Positivismo em França, como das duas se afastariam os sofistas a criarem a hipertrofia de um estado de consciência falso em que o indivíduo exagera a sua influência no meio e na sociedade em que vive: sim, caso essas duas ciências já estivessem criadas no tempo dos sofistas...

“Que somos nós? que é nosso caráter (pergunta Bergson) senão a condensação da história que vivemos desde o nascimento, e antes mesmo de nascermos, uma vez que trazemos conosco disposições prenatais? Sem dúvida que não pensamos apenas com o pouco que é o nosso passado; mas com o passado integral, nêle compreendida a feição original da nossa alma em que está o que desejamos e queremos, e o que data de antes de nós.”

Ora Bergson fala no que nós queremos e desejamos. Que selecionamos pois no que experimentamos e que já selecionaram para nós e nos deixaram como a herança com que seguimos para o futuro? Não diz Bergson que sentido têm ao certo essas nossas aspirações. Mas no pensamento do filósofo francês a Psicologia não é só introspecção e se tornou no histórico das sensações: o histórico neste caso há de assentar em base ampla. Não se pode aceitar uma psicologia que despreze a evolução, a formação, o histórico dos fatos psicológicos, atendendo-se nessa apreciação a finalidade dêles.

Um dado tomado a esmo sem que se saiba da correlação dêle com as causas que o determinam, que o definem em

face do evoluer dos acontecimentos, nem é o bastante para se lhe fazer o histórico, se a visão no caso se há de tornar ampla e geral abrangendo um panorama a se estender até os grandes fins da vida do homem.

A Filosofia não havia de se restringir ao sensualismo a mencionar sensações sem lhes aprofundar o sentido. O rompimento com êle já se daria na Grécia, com Sócrates, Platão e Aristóteles. Com êsses filósofos o pensamento humano se eleva acima da filosofia falhada e sem acertar com o seu desenvolvimento verdadeiro, desatenta do espírito que rege a vida no seu verdadeiro sentido, e de modo algum imbuída dos fins universais, como o era a filosofia dos sofistas.

Quando Aristóteles diz, por exemplo, que o homem é um ente social, êle coloca essa asserção acima do que há de depender da vontade do homem, e êle enuncia um princípio que rege o verdadeiro sentido da vida.

Os sofistas tudo deduzindo da vontade particular de cada homem, não deduziram o que há de geral no governo, dos homens, e está acima da contribuição de cada um. Para os sofistas a idéia de governo não traz consigo um sentido especial, e para êles como que não há governados: todos se governam! Com esta idéia falsa da qual os sofistas são os doutrinadores, vem a anarquia, a corrupção, comprometem êles, com esta falsidade de concepção, o governo, lhe tirando a expressão própria que êle há de ter. Os sofistas (é ver como surgiram) são imigrantes. Imigraram em Atenas vindo pois com a onda de gente que o comércio despejava no país. Protágoras era de Abdera, enquanto Gorgias da Sicília, quer dizer, da leva de homens de espírito mercantil a entrarem pela cidade a dentro, e a não compreenderem a suas tradições.

São os sofistas advenas que se desinteressam pelo que vinha do passado, ao que Sócrates, Platão e Aristóteles dão todo aprêço. Dêstes três filósofos, os dois primeiros eram atenienses de boa cêpa; e o último seguiria a tradição dos primeiros não discrepando da orientação tomada.

Que pretendiam aqueles sofistas, imigrantes? Protágoras queria, na educação do povo, se incluísse o cálculo, a astronomia, a música, isso então para “formar bons cidadãos” tal qual os positivistas; e essa educação viria pois ao encalço de uma população enriquecida pelo comércio, e seria do gosto principalmente, de uma gente conversadora, presunçosa, e de vida mundana intensa. Eis em que meio caíram as idéias desta filosofia dos sofistas.

Mas numa época de crise social e de agitação política é que despertou na Grécia a questão pedagógica. Aconteceu como sempre acontece na história da pedagogia. Sucedeu como se repetiu depois, e repetirá sempre. Nos momentos revolucionários a educação se torna na palinódia com que se pretende formar homens que restabeleçam a ordem social comprometida. A educação, e não as condições econômicas e políticas favoráveis, são invocadas para restabelecer a sociedade em ordem. Toda Revolução é assim decadência de que se precisa sair.

Nessa atividade pedagógica, foram longe os sofistas, com os seus programas de ensino, com a sua teoria de formar a inteligência do homem ministrando-lhe o ensino até das matemáticas, para assim haver mentalidades evolvidas. Eram êles na Grécia, como foram os positivistas a braços com uma época revolucionária, a França de 1789.

Pretenciosos por causa da ciência que possuíam, os sofistas, mestres que o eram de profissão, querem divulgar co-

nhecimentos tão especializados; mas logo foram apontados de pedantismo objetando-se-lhes que “o bom senso do povo valia mais que a novidade da educação por êles preconizada, argumentando-se com a inutilidade, para a vida do comum dos homens, de saber matemáticas, que êles ensinavam” (Jaeger. *Paidéia*, vol. I, pág. 332).

Mas no meio da perturbação geral de uma sociedade a se transformar, o momento era propício a que com os acontecimentos se sugestionassem as pessoas. Os sofistas tinham discípulos que os seguiam da cidade em cidade ouvindo os mestres, em que êsses discípulos, pensavam se tornar mais tarde. Uma curiosidade súbita e tumultuosa, cercava aquêles filósofos argutos no discutir. A mocidade, filha da classe tradicional acudia para ouvir os doutrinadores, muito embora não vissem nêles “uma lição para seguir”; iam-lhes entretanto ao encontro, como ao de um acontecimento que ansiavam por presensear.

Dizia Platão que Péricles mandou educar os filhos admiravelmente, sem que lhes faltasse os melhores mestres; mas quanto à sabedoria (isto é a filosofia dos sofistas) não os ensina nem manda os estudar.” Em Roma, far-se-ia mais tarde, com os filósofos, quase que o mesmo: *philosophari sed paucis* diziam os romanos: quer dizer que tinham cautela com os filósofos.

A verdade é que, vivendo da agitação social do momento, os sofistas se tornaram em Atenas, numa classe ociosa, turbulenta, descrevendo-a Platão com as seguintes palavras:

“Acudindo às assembléias políticas, aos tribunais, às zonas rurais muito povoadas, é de ver ou como se manifestam contrários ou como aplaudem. Sempre que houver multidão reunida, irrompem então em aplausos estrondosos se se agradam do que vêm (é a técnica dos

agitadores de hoje), mas, em caso contrário, levantam a vozeada de protesto, o rebôo dos apuros, fazendo ressoar espalhafatoso o eco das abobadas com o estalar das manifestações. Que efeito causaria isso na alma dos jovens? Que espírito melhor educado não há de naufragar nessa ressaca de vaias e ovações a arrastar todos nos seus fluxos e refluxos? Não estavam os sofistas resvês com a patuléia, a decidirem do justo e do injusto?

O mal é que êsses manipuladores da opinião pública encontravam a multidão de que se valem durante as lutas políticas instauradas nas cidades gregas, e daí vêm as perturbações que ataçam, enquanto continua o desajustamento político do Estado durante o choque entre antigos e novos elementos criados por uma nova fase da economia grega. “Não se pode dizer que os sofistas fôssem os corruptores da mocidade, comenta Platão. O maior corrutor é, nêste caso, o próprio povo que não admite o contrariem nas opiniões e paixões. Os sofistas não passam de pessoas hábeis, em entreter as multidões. Lisongear essas multidões, nos seus preconceitos e desejos; era divulgar uma arte em que os sofistas têm logo imitadores”. Mas estava assim o autor d'A República a afirmar, em termos categóricos, que ao meio grego convinha aquela balbúrdia.

PLATÃO

“A filosofia antiga (escreve Joseph de Maistre) é essencialmente o oposto da filosofia dos gregos empenhados numa discussão sem fim. A Grécia era a pátria do silogismo e dos arrazoados artificiosos. Naquêlê país, gastava-se tempo em óbvios raciocínios com o pretexto de mostrar como se devia raciocinar.” Por certo que o autor do livro *Du Pape* se referia aos sofistas gregos que provo-

caram grande confusão mental como jogando com as palavras (*Du Pape*, página 360).

Estremando um passado em que houvera estabilidade social, apegase Platão a êle que os sofistas combateram e malbarataram; mas o autor d'A República fêz intransigente opposição àquela espécie de gente nova, avassaladora, e a assoinar a sociedade grega para rechassar do govêrno elementos antigos, a que se filiava Platão.

A idéia de opposição, de agitação política, de revolução, perdurou por muito tempo na Grécia, e, falando dos gregos, diz Joseph de Maistre:

“O caráter especial que distingue o grego dos homens das outras nações do mundo, é, creio eu, a inaptidão para tôda espécie de associação política ou moral. Os gregos jamais tiveram a honra de ser um povo. A história nos mostra que êles não vão além de aldeias soberanas a se esfacelarem sem nunca chegarem a amalgamarem-se. Brilharam com isso porque o não podiam fazer doutra maneira, mesmo porque jamais as nações se notabilizaram senão com a forma de govêrno que lhes é conveniente.” (*Du Pape*, pág. 367).

Faltou à Grécia a idéia de unidade que nunca se desenvolveu entre os gregos, em que pese ser ela o fito da expedição de Alcebiades à Sicília, o objetivo, do Império de Alexandre. A Grécia, pode-se dizer que se afogou na revolução trazida com a transição de uma sociedade agrária patriarcal para uma civilização sumamente mercantilista.

Que na Grécia não se chegou a plenitude da idéia de Império, ou mesmo de um Estado único, está Fustel de Coulanges a dizer, com as seguintes palavras: “Os gregos jamais conceberam, a não ser muito vagamente, uma pátria comum, e o seu patriotismo não se estendia além da cidade. Enfraquecido o espírito mu-

nicipal, êsse patriotismo se encaneceu. Os partidos, deixando de lado a cidade, passaram a se manter formando ligas; ainda se foi além das ligas procurando apoio no estrangeiro. Antes de ser cidadão e de ser grego, passou-se a ser aristocrata e democrata. — Cada um estimava a liberdade; mas, para se vingar de inimigo pessoal, apelava para a sujeição. Iam buscar ligações com o estrangeiro, lembra Tito Lívio, contanto que não cedessem o passo a um concidadão.” (*Questions Historiques*, pg. 155).

Ou defeito dos homens, ou falta de formação do caráter do grego, ou carência de circunstâncias econômicas que dessem fôrça a algum elemento da sociedade grega para implantar e firmar de vez um Império tornando estável um grande estado grego, a verdade é que a Grécia vegetou nas discussões em que a entretiveram os sofistas, com a pretensão de lançarem idéias na política. Foi isso o começo das ideologias. Mas houve sofistas de um lado, e Platão do outro. Êste filósofo então assumiu uma atitude sobremaneira interessante na história do seu país.

“Lede Platão (escreve de Maistre); não haverá página em que não fareis evidente distinção. Tôdas às vêzes que êle é grego, desagrada e chega a impacientar. Não se revela grande, sublime, penetrante, senão quando é teólogo, quer dizer, quando esquecido de toda chicana enuncia positivos dogmas eternos, que trazem tão claro o sabor oriental não apercebido de quem nunca sequer entrevistou a Ásia. Platão viajou muito: há nos seus escritos mil provas de que se habituara às verdadeiras fontes da legítima tradição. Havia nêle um sofista e um teólogo, ou, se quizerem, um grego e um Caldeu.” (*Du Pape*, pg. 362). Acrescenta o escritor francês: “Com efeito assim é que se distingue o país dos dogmas, do país da

argumentação”. De Maistre chamou aos gregos chicanistas.

Em que os gregos não chegariam nunca à idéia do Império, de um grande Estado grego, acreditamos nisso com Fustel de Coulanges. Mas que êles buscassem o pensamento do Oriente, “nas fontes da verdadeira tradição,” creio não será toda a verdade, mesmo porque a filosofia grega teve a sua causa provocadora, causa própria, e um povo nunca é herdeiro de outro, nem adquirente de pensamento alheio. Os próprios pensamentos que se transferem de nação para nação, tem incentivo no seio daquela a que chegam, servem de forma, de revestimento do que se desenvolve particularmente no povo a que se transpõem. Não vejo pois em Platão um caixeiro viajante a traficar novidades filosóficas, importadas do Oriente. Era êle sobremaneira um espírito político. Como sofista, que às vêzes parece ser, reagia Platão contra os sofistas, pagando-lhes a dialética na mesma moeda; e, como teólogo, que Joseph de Maistre assentou êle fôra, se revelava reacionário, político, homem que voltava à tradição grega, para opô-la ao estado social em que caiu a Grécia. Mas a tradição religiosa a que Platão voltava, sendo a da Grécia, não é a essa que Joseph de Maistre se refere.

“Não é um só, mas são dois os mundos (diz Hans Kelson) que Platão concebe quando, de uma feita, vê com os olhos da alma o reino transcendente, tão especial, e não temporal, das idéias, reino onde fica a coisa em si, a realidade absoluta e verdadeira do ser em repouso: mas doutra feita, em confronto com êsse reino transcendente, está o das coisas perceptíveis na sua realidade tempo-espaço, ao alcance dos olhos do corpo, é mundo dos fenômenos e em que tudo é aparência enganosa, mutação incessante, e, em suma, é o não ser. Um desses mundos é objeto, é o único objeto de

possível conhecimento autenticamente racional e é pensamento puro, é saber verdadeiro, e é em essência *episteme*; o outro, muito pelo contrário, é objeto de percepção sensível, aliás por si mesma problemática, é opinião, chamam-lhe os gregos *doxa*.” (La idéia del Derecho Natural y Otros Ensayos, pg. 115).

Os termos em que Platão coloca a questão filosófica, servem para estabelecer diferença entre duas mentalidades: de um lado está a filosofia que alcança o verdadeiro conhecimento das coisas; do outro, os sofistas, os homens que fazem finca pé na sensibilidade, a mentalidade que cai no problemático, no nada, no não ser. Tenho, porém, dúvida de que a teologia apontada por Joseph de Maistre no filósofo grego, seja verdadeiramente teologia, e de que ela não tinha nos livros desse filósofo, outro objetivo que não fôra a ciência de Deus. “A sua ética metafísica (conclui o próprio Kelsen) tem como suprema finalidade a atividade política” (ob. cit., pág. 154) Platão “é um taumaturgo que não procura na verdade um efeito estético, porém religioso e moral” (ob. cit., pág. 127). Quer voltar à religião, mas para, tornando essa religião uma força, voltar à política. É o que já disseram Gernet e Boulanger acêrca do recrudescimento religioso na Grécia. Quis Platão uma força superior para constituir um governo que se impusesse. Havia então de ser um governo de filósofos porque só os filósofos se elevam às necessárias verdades transcendentais: como os iluministas, em França.

Além de ser um governo de filósofos, seria esse governo como que uma aristocracia, com que Platão, reacionário, estava identificado, e em que, como um espírito com intuição da História sabia que ele fôra o regime político estável e equilibrado. Tanto assim que, ao criticar a oligarquia, foi Platão investigar o vício da classe que passara a governar a Gré-

cia. Encontraria na composição dela, constituída de elementos eterogêneos, a aberração que a malsinava. Voltassem então ao governo de uma classe: mas pura. Fosse a dos filósofos, para valer como valeu a aristocracia grega, que desaparecera, e degenerara. Mas esse governo de filósofos seria uma ilusão, a ilusão de que talvez despertou Cícero, já no fim da vida quando perdido politicamente supõe Gebhart — torna-se a respeito de Platão, “de uma ironia quase que feroz, chamando ao filósofo poeta e charlatão. Platão (incriminava êle), é que levava Cícero ao erro mortal de ter crido sobremaneira nos filósofos a se oporem aos impérios, agitando as cidades.” (Emile Gebhart. *Au son des cloches*, pag. 25).

Mas era Platão de atacar a oligarquia. Referindo-se às formas de governo, põ-las em serie de progressão degenerativa, para investir principalmente contra uma delas: a oligarquia. Aceita entretanto o governo mixto quando afirma que se não devem permitir poderes excessivos, e governo que não esteja equilibrado, não sendo mixto. Quer então que o Estado participe da monarquia e da democracia para que haja a liberdade com a concórdia e a sabedoria (R. Mandolfo. *El Pensamento Antigo*, vol. I, pag. 275).

Foi a sonhar com o governo do povo que a Grécia chegou a um verdadeiro estado de incertezas, em que uma classe de intelectuais, vivendo em parte fora do governo, entregara-se à agitação com a idéia de governar por meio da agitação do povo como se fôra possível, desse estado de coisas, fazer um poder para dirigir homens. Dirigir! Não é ao que se chegava. E clama Aristófanes: “Muitos se enriqueciam: os sacrílegos, os demagogos, os sincofantas, os patifes! Eis no que caiu a vida na Grécia

Acresce que a burguesia rica se apoderara do governo de Atenas, precisan-

do, escalado o poder, de se manter a custa de um “Estado forte”: é êsse “Estado forte” a oligarquia, ou mesmo a tirania. Platão vai combater êsse “Estado novo”, em que a origem do poder estava de fato no dinheiro. Adverte que a burguesia depois de se apropriar do poder, volta a ser ávida de lucros: “entregam-se, diz dos gregos o filósofo, à paixão do ganho! Daí o enriquecimento e também as despesas fabulosas, com tudo, como obras suntuárias, porém a despreocupação com o equilíbrio social concomitantemente com a ambição do mando!” (Rep. VII-II-1). Era a corrupção do dever pela cobiça, do poder pelos apetites inconfessáveis. “Mesclando o ferro com a Prata e o bronze com o ouro, nasce (conclui Platão), uma desigualdade e uma anômala discordância... e quando se tiver implantado a discórdia... com a exacerbação geral, caminharão todos para se oporem uns aos outros... e ter-se-á um governo misturado, composto de bons e de ruins. Embora misturado, predominaria nêle sômente o elemento que se impõe mostrando-se passional, quer dizer, dado à inveja e à ambição (a Democracia) (Randolfo, Ob. cit., vol. II, página 272).

Platão combatendo os novos ricos corruptores, parece combater a riqueza; e combatendo o governo dos ricos burgueses é que está parecendo a muitos um comunista, por ser o homem dos repastos em comum, prática tão sômente de significação religiosa, como fêz ver Fustel de Coulanges.

A reação do discípulo de Sócrates contra o ouro, é reação contra os vícios e os defeitos de caráter da gente do ouro, quer dizer dos mercantilistas que se impuzeram na Grécia. E ao lado de Sócrates, Platão vem denunciar os vícios dessa gente de todos os tempos! Vícios dos mercadores, dos homens de comércio, da gente do mercantilismo; e nunca dos

antigos patriarcas, que não deixaram de ser opulentos. Logo não são os vícios dos ricos. “Os extremados adoradores do ouro e da prata (diz êle) não deixam que saibam do culto que prestam ao dinheiro, escondendo-o trancado nas burras!” (Rep. VIII-4) — “Agasalhados em casa como no conchêgo de um ninho, aí gastam com mulheres e com o que os delícia... — são avaros dos seus bens, porque lhes tem paixão desenfreada, pelo que com êles auferem”. (Rep. VIII-4). Assim praticam o descaso com a moral; mas também o desprezo às leis. “Escondendo-se para se entregarem a todo desbragamento (êsses homens da oligarquia), fugiam às leis como o jovem debochado ao olhar paterno.” (Rep. liv., VIII-4).

Os govêrnos sendo então gerados híbridos de elementos antigos misturados com essa gente nova, proveniente do comércio, mas corruptora, faz que, aliados os dois, êste corrompa aquêle, mesmo porque os novos estão senhores dos grandes interesses sociais e da nova ordem econômica, que entrava pelo país a dentro com o ouro do comércio. Mas a corrupção reclama tirania, oligarquia, timocracia, terror: govêrnos divorciados do equilíbrio social, desrelacionados com a questão social, desviados para interesses particulares e colocados acima bem comum. Platão volta toda sua atenção para a corrupção do caráter, então implantada na Grécia. A decadência do caráter grego ficou sendo como que o mal a corrigir, induzindo o filósofo que para haver estabilidade era necessário restabelecerem-se as diversas modalidades de caráter, cada qual necessária para cada uma das três formas de governo. Esta sua concepção não desapareceu mais da pena dos escritores, perdurando de Aristóteles até Montesquieu: relacionar a forma de governo com o caráter dos homens.

Mas, com a ambição política a subverter a Grécia, o país troca a toda hora de governantes. A cisão dos governos e o desassossêgo dos próprios governantes é o fruto da aventura de se aliarem os políticos com os elementos predispostos a agitação. Pensam todos que pela agitação têm de transitar. O governo, nêsse caso, se impõe, se às vêzes consegue a agitação sossegar com o terror.

A linguagem de Platão tem pois o calor da paixão, que nada esclarece e antes obnubila. Condenando o mercantilismo, fere a plutocracia. O filósofo, entretanto, se chocava com o bom senso; mas um homem que falava ao povo, um comediógrafo do teor de Aristófanes, é que vai defender o comércio e a sua gente, na comédia Pluto.

Pluto, entidade lendária, era tido como espírito obtuso, estúpido, sendo digno, exclamou Saint Victor, de se lhe enfiarem as orelhas de asno, que Unidas, trazia! Contudo Aristófanes defende êsse deus da riqueza, a dizer: "Por tua causa, Pluto, é que um, sentado na loja, retalha o couro, outro trabalha no ferro ou na madeira, êste afeiçoa o ouro que recebeu, aquêlê voa pelos caminhos, há quem seja pisador, e quem teça a lã... Enfim, Pluto, devido a ti é que tudo se faz; és a única e só razão do bem e do mal."

Êsse deus era estúpido e não via: esclarecessem-lhe a razão! e êle havia então de discernir o bem do mal. Eis pois como um poeta popular adverte que se acusando os defeitos, até a divindade corrigir-se-ia dêles. Depois do comediógrafo prestar êstes esclarecimentos, a peça, que êle escreveu, continúa com a intriga entre os deuses enciumados com o deus que enriquecia os homens. Jules Isaac então comenta: "Não nos esqueçamos de que, no falatório bulhento da democracia, havia o que chocava os filósofos e poetas; fustigar os demagogos era nêsse caso predileção dos comedió-

grafos, e os dois rivais na glória, Empoles e Aristófanes fartavam-se de contentamento por chacotear os agitadores do povo; com isso se satisfaziam os escritores de teatro. Divertindo a multidão e zombeteando perante ela dos que a conduziam, de fato não se empenhavam muito em corrigir costumes, mas assim, de forma alguma êles faziam o jôgo político dos oligarcas, acautelados para não entrarem na questão política, nela não tomando partido." (Les Olicarques, pág. 31). Assim fêz pois Aristófanes na comédia Pluto. Entretanto quando o bom senso passa à boca dos bufões, é que tudo mais já se comprometera, extremado-se.

Mercantilismo, tirania, absolutismo são instituições que, a pessoa, condenando-as e sem nas compreender, não sabe que cada época foi o que teve de ser. Não se combatam formas de governo; procurem-se-lhes os defeitos para os afastar. E procure-se nelas a perfeição.

Num dos diálogos de Platão converçam Sócrates e Glauco. Diz Sócrates: "Ora não sabes que há de haver tantas formas de governo quantos são os caracteres de homens? Ou acreditas em que elas veem dos carvalhos e das rochas, e não dos costumes implantados com os cidadãos, podendo divergirem tomando cada governo implantado direção em tudo independente? Nêste caso, posto que há cinco espécies de caráter, é que cinco serão pois as formas de governo, correspondendo elas aos feitios dos homens. Já dissemos que a aristocracia se vale dos homens de caráter bom e justo. Passemos agora em revista os caracteres viciosos, e em primeiro lugar a inveja e a ambição que se infiltraram no governo de Lucedemônia. Em seguida verifiquemos quais os caracteres bem sucedidos na oligarquia, na Democracia, e na tirania. Verificando então qual é o mais corrupto, ponhamo-lo em contraposição

com o mais justo, e o confronto da justiça pura com a injustiça absoluta convencer-nos-á do que dissemos, isto é, de que a felicidade ou a infelicidade que cada forma de governo nos traz, é então, como argumenta Trosémaco, consequência de nos termos inclinado para justiça ou para injustiça, únicos fautores a decidirem evidentemente no caso. Não concorda?" (Dep. Liv., VIII-2).

Concepção muito sumária acêrca dos caracteres humanos que servem de fundamento das diversas formas de governo, ficou sendo a de Montesquieu. Platão chegou muito além. Explicou a queda da aristocracia. Esclareceu a psicologia do Estado oligarca; e definiu a governos instáveis, formas intermediárias: "As soberanias e as realezas venais, argüiu êle, são governos de algum modo intermediários, e os há não menos entre os bárbaros que entre os gregos."

Fazendo comentário, Platão fez a crônica da época, e, fazendo crônica da época, em todo caso muito contribuiu para a história, porque verdadeiramente soube dizer o que houve no desdobrar dos acontecimentos. E já, por isso, êle se recomendaria à imortalidade.

Mas tendo Sócrates e Platão se voltado para a política, entregando-se à compreensão das ocorrências do povo grego, êles partilharam com os historiadores da época os assuntos da História, tendo talvez ficado com a melhor parte, a mais significativa para o próprio historiador.

ARISTÓTELES

Os sofistas sofismaram. Sendo gente que acompanhava nova classe social ainda sem ajustamento político e sem estabilidade, tornavam-se nos agitadores da época. Com isso tomavam a agitação pela força de governo: a nuvem por Juno. O resultado foi a anarquia, e a

suposição de fazerem um poder daquilo que era a fraqueza do poder.

Platão, opondo-se aos sofistas, voltou-se entretanto para uma aristocracia que deixara de existir. Encontrava assim nada. Mas em lugar da aristocracia passada quis instituir uma aristocracia de filósofos e não viu que aos filósofos faltava tudo, lhes faltando significação social.

Platão por sua vez tinha oposto dois mundos: o metafísico-religioso das idéias àquêle em que transcorria a vida real. Queria então fazer o metafísico religioso influir na realidade do governo na Grécia.

Apegava-se pois a um extremismo quando fazia essa separação dos mundos e se voltava preferencialmente para um dêles. A força do governo estaria de um dos lados, vinha do mundo das idéias, seria uma força formidável, religiosa. E o filósofo como que dizia: no começo estão as idéias, a que é preciso voltar.

Montesquieu corrigindo o extremismo a que se chegou então na Grécia, escreveu: "A fonte mais envenenada de tôdas as infelicidades dos gregos, está em que jamais conheceram os limites do poder eclesiástico nem do secular: o que fez chegar-se, quer de um lado como do outro, a desvairamentos intermináveis" (*Grandeur et Décadence des romains*. pág. 194).

Coisas realmente a se equilibrarem, advertiu Montesquieu, são os poderes: o poder religioso (o poder de que Platão queria fazer a única força política) deveria se recompor com o poder que provém como força política do seio da sociedade, dos próprios elementos econômicos de que Platão procurou se afastar como de coisa perniciosa.

Aristóteles, o teorista do relativismo, é o filósofo que proclamou a virtude ser o meio termo. Nêle não há partido extremado.

Em Política dedicou-se Aristóteles a um dos mais sérios estudos das constituições da Grécia, e, como já se disse, quando os Estados copiam-nos uns dos outros já reconhecem a influência social, econômica, que se operou entre êles, modificando assim a vida de todos. A transformação provém sempre do estado social que se forma.

Aristóteles acompanhou pois a geral modificação da vida grega, não a seguir os sofistas que preconizam um governo inteiramente novo, mas atendendo em parte aos elementos sociais já existentes na Grécia, dando-lhes sempre um lugar na vida política do Estado grego. Êle ao mesmo tempo que reconhecia novos elementos a comporem a vida do povo, recompunha a tradição. E o que encontrava nas constituições, era a fórmula de equilíbrio entre a tradição e o presente, e não um decreto fundamental de transformação completa. Garantir em parte; e não extinguir o que fôsse o passado ainda o subsistir: o Estado se funda na família, quer dizer, no que o precedeu, — dizia êle!

Como ninguém, Aristóteles tinha um senso real das coisas: "Sócrates (êle escreveu) afirmava que o legislador, para compor as suas leis, precisa de ter sempre os olhos fixos em duas coisas: no país e nos homens. Devera êle aconselhar que os olhares também se estendessem aos países vizinhos..." (Política liv. II, cap. III, § 4.º). No país e nos homens: quer dizer, na tradição e no presente.

Ê dos ensinamentos aristotélicos a asserção de que nada chega à inteligência sem antes passar pelos sentidos: quer dizer que tudo se prende a observação e dela parta e nela vá haurir tudo. A fôrça dos Estados, para Aristóteles, vinha do equilíbrio a que nas constituições se chegava, entre os elementos sociais existentes no seio de um povo. O que se tinha

de observar, era o equilíbrio, e principalmente os elementos que haviam de ser postos em equilíbrio, tais como a família e o demais.

Platão está longe disto. Impunha o governo fôsse a implantação de uma idéia. Ela seria algo de preexistente, a existir virtualmente no espírito humano, e a valer por si, sem estar procedendo das contingências das coisas, no momento, existentes. A teoria das idéias de Platão levava o filósofo a impor as idéias que êle definia como elementos puros. Platão achava mais o que ver nas idéias; Aristóteles, considerava principalmente, a relação entre si dos elementos sociais presentes.

Mas uma tal tendência de se valer do que seria uma idéia em si, desatendendo-se às relações das coisas existentes no momento, leva então ao mesmo a que chegaram os sofistas, isto é, a elegerem a melhor forma de governo, a mais perfeita, a que estivesse na sabedoria da humanidade ao atingir a perfeição: eram os sofistas nisso como os filósofos franceses do século XVIII, e como os positivistas, êstes já do século XIX.

Aristóteles mede o equilíbrio do momento, equilíbrio que precede dos dados sociais de cada povo. Daí o sentido experimental de seu conhecimento. Daí apelar para os sentidos que lhe revelam tudo. Daí o seu realismo, o realismo em que vai ter a *teoria do meio termo*, que na realidade é equilíbrio.

Fazendo-se diferença entre os dois homens, vê-se que Aristóteles percebe o sentido do desenvolvimento da Grécia. Aponta a propriedade, a escravidão e mostra como são elas úteis para a economia do país que se desenvolve economicamente.

Platão desacertou com a evolução grega. Ficou imperrado no caminho. E, voltando-se então para os antigos costumes de uma vida de repastos comuns de sig-

nificação religiosa, pensou salvar, com eles, uma sociedade a seu ver desarvorada. E o problema da educação já volta a balhar como em todos os momentos revolucionários, que muito apelam para ela! Platão é pois um homem do passado, da época da comunhão patriarcal. Quer que eduquem o homem para voltar ao passado. Mas a educação é a palinódia dos que não sabem de momento como dar geito a sociedade presente.

Aristóteles é que se mostrou espírito progressista, a compreender, o fator econômico a reunir extremos sociais, o escravo e o senhor. Viu que a vida interna dos povos resultava da vida internacional quando estudou as constituições que os povos se davam copiando-as dos outros. “A *Polis* (dirá no caso Hans Helsen, comentando os filósofos gregos) ficará definitivamente sob o império da monarquia macedônica, que firma com energia insopitável a sua sobreposição à democracia sem a destruir em absoluto, antes até indo ao encaço das personagens de maior significação política, para tê-las do seu lado. A teoria aristotélica do Estado reflete, com a maior clareza, essa transformação.” (Ob. cit., pág. 156). Eis o problema da política internacional posto em face da cidade grega.

Com o advento da monarquia macedônica, no dizer de Bloch, universal, cosmopolita, “e que pairava sobre diversas nacionalidades grupadas sob o seu domínio”, se preconizava um novo governo com que se recompunha a Grécia. Aristóteles, filósofo do tempo dessa monarquia, não se referiria mais, como o tinham feito os sofistas revolucionários, à transformação cíclica em que governo nenhum seria estável, passando-se assim da monarquia para a aristocracia, e da aristocracia para república, a fim de se voltar de novo atrás, à primeira das três. Convolado êsse estado de coisas, o Império faz que estivessem em parte juxta-

postas as três formas de governo, como acontece com os governos mixtos, e é pois Aristóteles a dizer que formas viciosas, degenerescências das três formas de governo boas com que argumentavam os sofistas condenando-as, se podem corrigir. E não fala mais no desaparecimento dessas, que se impedisse degenerassem.

Era isso um grande passo dado, favorável à subsistência da força política representada em cada uma das formas de governo, avistando-se então o equilíbrio político do país. Para Aristóteles, o Império é um novo governo que se impõe realmente: aceitassem-no pois respeitando o que êle representava no momento histórico de aparecer.

Isso era pois o mesmo que consagrar um governo mixto; a há uma observação a fazer a respeito desse governo mixto abraçado por Aristóteles: resurgiria êle sempre que um Império se formasse. Os Impérios se impõem sempre que condições internacionais o implantem, embora muitas organizações políticas locais já existentes, permaneçam de certo modo, como aconteceu na Grécia do tempo de Alexandre, sob a inferência do Império.

Em Roma Cícero fala em governo mixto ao se esboçar o Império romano; Políbio tomou a palavra para dizer que o advento do Império de Roma inteliu na Grécia lhe dando por fim a estabilidade social. Hans Kelsen insiste na subsistência das formações políticas locais republicanas, durante os Impérios, governos mixtos. E, dando idéia exata do que foi o Império romano extendido sobre a Grécia, escreve então Boissier referindo-se aos gregos incorporados à Roma: “Esta raça expedita de “pequenos gregos”, se lança sobre todo o Oriente seguindo Alexandre, e, nos países percorridos, adquirira novos hábitos sem entretanto perder os seus defeitos de gente insolente e vaidosa. Como tivesse

pois consciência das suas qualidades, e como se sentisse com inteligência tão pronta, tão expedita, tão apta para tudo, julgava-se superior àqueles Romanos de espírito compacto, cujo jugo tivera que aceitar. Sempre os lisonjeando muito, quase que o grego não os suportava, não resistindo a tentação de lhes atassalhar os méritos quando não houvesse perigo de fazê-lo" (*La fin du Paganisme*, vol. II, pág. 23). Mas, acrescenta o mesmo historiador, "é opinião geral que os povos vencidos, em pouco tempo se resignaram com o domínio de Roma; supõe-se que foram felizes por fazerem parte desse império, garantidos por uma extraordinária administração a impedir qualquer surto de anarquia interna protegidos, por valorosas legiões, de toda invasão estrangeira; merecem toda fé as testemunhas do reconhecimento que o mundo prodigalizava àqueles seus senhores a preço do bem estar e da paz que faziam reinasse por toda a parte." (*Ob. cit.*)

Por sua vez "os Romanos sentiam por esse mundo grego-oriental, que jamais se fundiu intimamente com o mundo latino e do qual esses Romanos procuravam trazer para casa os costumes políticos, um mixto de simpatia e de pouco caso." (*G. Block-La Republique Romaine*, pg. 327). Nada entretanto desapareceu da Grécia, uma vez que ela passou ao domínio romano. Dela subsistia a expressão social a dar significação ao grego; são pois coisas que têm expressão própria e vivem por si sem se confundirem: o social e o político.

O cristianismo para se propagar, valeu-se, por exemplo, do elemento social grego, então sob o domínio romano. É o espírito grego, a mentalidade grega que levou o cristianismo até as terras hoje de França, primeiro se implantando nas cidades gregas, mas depois chegando até onde chegava o grego comerciante: esse

feito extraordinário já quando sob o domínio romano.

— "Embora tivesse origem no povo judeu (escreve Seignobos do cristianismo) instalou-se êle nos países helenizados, sujeitos aos reis de origem grega, na Síria, na Ásia Menor onde a língua era a grega. As suas idéias essenciais se exprimiam em palavras gregas: Cristo, Cristão, Soter (Salvador), Logos (Verbo, Espírito), Anjos, Diabo, Apóstolos. Em grego se escreveram os livros sagrados, Evangelhos, Epístolas, Apocalipse. Termos gregos designavam o pessoal religioso (clérigo, bispo, padres, diaconos, acólitos, exorcistas, monges, cenobitas, anacoretas); as assembleias (Igreja, sínodo); as divisões (diocese, paróquia); as práticas do culto (batismo, eucaristia, ágapes, hinos, cáecismo, exorcismo, "aumone" esmola, ascetismo); as crenças (dogma, ortodoxia, heresia) as regras (cânones). Todas essas palavras, por intermédio do latim, chegaram ao francês. Em países helenizados e de língua grega é que tiveram lugar as reuniões de bispos que discutiram e fixaram a doutrina da Igreja. Por intermédio de súditos helenizados do Império, estabelecidos em Roma e nas cidades da Europa, é que o cristianismo se introduziu em países de idioma latino, nos quais a linguagem religiosa se enriqueceu com os termos latinos equivalentes a termos gregos, Salvador, Encarnação, Verbo, Trindade, Comunhão, Ceia, hóstia, sacramentos, penitência, concílio, convento, que os há na língua francesa."

"Nas Gálias, os mais antigos mártires, aqueles de Lião e Viena, em 178, eram gregos da Ásia como o bispo deles São Potino" (*Hist. Sincere de la France*, pg. 55).

Espírito social o espírito político: coisas tão distintas! Espírito político por excelência chegou a ser o Império Romano; o espírito social, teve-o a Grécia, e

foi a democracia grega, a civilização grega. De fato ninguém há de confundir o social com o político, nem o político se há de diluir no social. São coisas até certo ponto apartadas; e cada qual com origem própria.

Para um, há direitos sociais cujas declarações hoje se inscrevem nas constituições; e, para outro, para o poder político constituído, está, nesses mesmos diplomas, definida a competência especial. Estão os dois casos nas federações, na estrutura do Estado federal. De um lado os direitos individuais e a competência dos Estados membros em relação a eles; e do outro, o poder político da União.

O Estado membro tem uma origem; o Governo federal, outra. É o que acontece com a formação do Império macedônico na História da Grécia, ou mesmo com o Império em que se tornou Roma: o social, a sociedade civil que data de há muito fica sendo as províncias do Império; o poder político sobreveiu a essa formação social, e se sobrepõe a ela sem na destruir. Com origem diferente, o social e o político passam então a ser apreciados separadamente.

Para garantir os direitos que proporcionam o bem particularmente desfrutado pelos homens individualmente, no seio da sociedade civil, haverá o estatuto que assegure os direitos de cada um, instituindo-se órgãos a quem se confie a defesa desses direitos. São instituições dessa espécie, os Estados-membros das federações, os sindicatos, e mais outras entidades com autonomia. A distinção que existe entre Estado, considerado na sua verdadeira expressão de entidade soberana, e essas entidades sociais autônomas, está pois na diferença entre o político e o social. Mas o Império, quer romano quer macedônico já tinham revelado essa distinção, e eram de algum

modo federações, e em caso algum confederações.

As instituições de natureza social têm a sua razão de ser no benefício do homem a viver em sociedade, e por isso é que o Estado-membro da federação se relaciona com os direitos individuais, com a sociedade civil, a respeito dos quais esse Estado-membro delibera exercendo atos de governo. Mas outra coisa é o mundo político, com as suas questões internacionais, em que a soberania das nações se exercita.

O Estado é antes uma instituição de força que consegue equilibrar-se no meio internacional; o Estado é a nação *politicamente* organizada. Terá ele essa expressão de força, com que se mantém, e firma a sua independência internacional. A sua finalidade já é política, o seu aparecimento tem significação política e se prova com a força que ele tem para se manter.

Muitos confundiram, com o que é político, a expressão social que o Direito terá no seio do povo, expressão essa que representa uma certa espontaneidade de organização da sociedade, realizada através uma serie de conquistas em que a existência de um espírito social já bem formado é que vale, é que se impõe no seio do Estado. São pois instituições que se elaboram de maneira diversa: as instituições sociais e a instituição política do Estado. Embora se coniuguem, depois.

O social provém imediatamente do interesse dos homens, mas tem extensão menor e deve ser respeitado até onde se prolonga a ação dos homens nas suas particulares relações individuais locais. Já o Estado se fundamenta em razões de ordem universal representando, em certos casos elementos de ordem geográfica que importem na sua defesa, na sua garantia, e servem para ele se constituir e

manter como força, mesmo internacionalmente.

Saiba-se, porém, como ajustar o político e o social. Nesse sentido é que devemos compreender o trecho de Duguit: "*É tempo de se acabar com a separação* (e quem diz separação diz apenas afastamento e não incompatibilidade, antagonismo) entre a política e o Direito, separação que há muito é invocada para justificar tiranias de toda espécie." (*L'État*, vol. I, pg. 118). Não mais ante-
por os dois elementos, porém aproximá-los sabendo-se contudo que são originariamente distintos, e representam contingências diferentes.

Mas aproximá-los, uma vez que são distintos, é o que recomenda a ciência jurídica. "Para Ihering e Jellinek, o problema é de conciliar a supremacia do Direito com a soberania do Estado". (Marcel Waline). Ora eis os dois elementos considerados diferentes, mas harmonizados: e um é o poder político, o outro é o social. Supõe-se que o Estado, o poder político, há de pois se limitar, diante do que a sociedade é expressão própria, para ser respeitada

Já Montesquieu, referindo-se ao equilíbrio e à maneira de *como as repúblicas promoverem a segurança própria*, disse: "tudo levou a crer que os homens fôsem por fim obrigados a viver sob o governo de um só, se não imaginassem a forma de constituição que oferece internamente todas as vantagens do governo republicano ao mesmo tempo que conta com a força externa das monarquias. Falo da república federativa."

"Essa forma de governo é uma convenção em que muitos corpos políticos consentem em se tornarem cidadãos de um Estado maior e que eles aceitam em formar. É uma sociedade de sociedades que formam uma outra que pode crescer com novos associados, até que o seu po-

der baste para a segurança dos que se uniram."

"Essas associações é que por tanto tempo levaram a Grécia a florescer. Com o apoio nelas os Romanos atacaram o universo e unicamente por meio delas o universo se defendeu contra elles; e, quando Roma atingiu o cume da sua grandeza, foi por intermédio das associações formadas além do Danúbio e do Reno, associações que o terror levava a criar, e a que não puderam os barbaros resistir." (*De l'Esprit des Lois*, Liv. IX, cap. I).

Léon Robin escreveu que "se terá surpresa quando se vir que Aristóteles vivendo junto à corte de Macedônia para testemunhar como Felipe arruinou de vez a independência da velha cidade grega, tinha de admitir que a forma normal da comunhão humana era tanto quanto possível espontânea, formada por si mesma e por si mesma suficiente, mas entretanto diante dos seus olhos elle vinha o imperialismo macedônico, não se referindo então o filósofo, uma só vez, ao pan-helenismo que entretanto empolgou Platão e Isócrates." (*Aristote*, pg. 283).

É que Robin confundiu as questões julgando o império sacrificar as cidades. Mas Aristóteles soube que podia falar nas cidades gregas mesmo durante o império de Alexandre, este a apoiar aquelas.

Aristóteles sabia da formação da cidade como fenômeno social independente, a valer por si; e reconhecia, no Império, uma formação política. Nesse caso se ajustassem os dois elementos como acontece no governo mixto, porém nunca se perdendo de vista a cada um deles, distintos que eram por ter cada qual natureza própria.

Ora esta distinção de origens, por diversas vezes e de diversas maneiras se tem atinado com ela. No que escreveu Thaller, está posta em evidência a dis-

tinção. “É que o Direito público, diz o grande mestre de Direito, é um direito de comando (logo uma situação de mando) que um soberano de um modo geral pode impor, até mesmo às províncias mal conjugadas entre si, uma vez que êle tenha fôrça para se tornar obedecido, enquanto que no Direito civil, são os cidadãos que por meio do ministério da lei, afastam, as divergências pessoais ou de classes, acobertando-se em um estado de direitos semelhantes simpatizando-se todos uns com os outros por se verem em uma geral fraternidade.” Comando e sompatia, coisas diversas. Mas a posição de comando, a situação de poder, diferente da fraternidade, da simpatia dos homens entre si existente na vida local, é fato histórico de sempre. A História será verdadeiramente história sempre que explicar essa distinção entre o social e o político na vida de todos os povos. Eis idéia fundamental. Os historiadores antigos não na tiveram nítida.

A FILOSOFIA NA HISTÓRIA

Depois dos três grandes filósofos gregos, o pensamento na Grécia limitou os seus horizontes, encerrando-se nas sociedades fechadas, próprias para nelas se cogitar quase que sòmente da moral e da conduta dos homens que se empenharam em viver sossegados em comunidades à parte: então a felicidade pela boa conduta de todos. Convictos de que bem estavam assim reunidos, a filosofia os afastava da política para solucionar o problema pessoal de cada um. Êle é exclusivamente moral. Ao menos fazem por não pensarem em política, e pensam em um Direito, em uma forma de Estado conveniente para isto.

Pouco falaram os filósofos gregos, que vieram logo depois de Sócrates, Platão e Aristóteles, a respeito de leis; e não publicaram uma *Política* igual à de

Aristóteles, nem escreveram como Platão uma *República*, ou *As Leis*. Fizeram moral muito particular e mesmo restrita aos pequenos grupos dêles a formarem seitas. Instituições assim aparecem na Grécia com a chamada escola helenística, em que a filosofia se converte referindo-se aos que vivem de maneira original, em comunidades à parte. Êles são estoicos, epicuristas, céticos, preconizando o homem vivesse desapegado da política, despreocupado dela, ostensivamente indiferente a ela. Mas houve isso em épocas de transformação geral para aparecerem muitos estoicos em Roma assim que Cesar implanta o Império, ou então com, os conventos medievais, que surgem quando se esfacela a unidade imperial da Europa e a política se transfere para o poder militar dos bárbaros.

Núcleos de filósofos com vida à parte, é a última etapa a que chega a Filosofia antiga, depois de ter tido feição política. A Filosofia abstinentemente da política: caso especial!

Mas pode-se dizer que desde o momento, como o houve em Roma com a implantação do Império, e na Grécia, com o esplendor de Alexandre, se estiolara a filosofia, recolhendo-se ela a si mesma, e perdendo o interêsse de explicar a vida política dos povos. E como se há de definir as seitas fechadas, de filósofos? Sim: a filosofia recolhida a si mesma. E o filósofo pela sua estranheza de conduta começou então a ser considerada um ente à parte. Há pois como que uma debandada geral e abstenção dessa casta de homens a abrirem mão das questões gerais. Êsses filósofos no máximo ainda pensariam, com os estoicos, em uma garantia de direitos privados para cada um, e com que viveriam sossegados. A êsses direitos chamariam Direito filosófico ou natural, aliás na história do Direito concepção lançada pelos filósofos, e oriunda dos que pra-

ticaram a filosofia na Grécia. Mas um meio dos homens de isolarem da política, tendo êles nela perdido o pé. Um Direito natural permanece na lembrança dos homens para ressurgir com Hugo Grocio, na Holanda, quando êsse país caiu em confusão política com as guerras civis. E há de aparecer na França revolucionária do século XVIII, para se integrar no estatuto jurídico, a Declaração de Direitos, de 1789, trazida por Lafayette da América do Norte, indiretamente então haurida no Direito inglês, e apresentado pelo Estado da Virgínia como primeiro documento constitucional por ocasião da Independência dos Estados Unidos da América do Norte.

Summer Maine escreveu: “A filosofia grega nunca foi além de passageira inclinação e de questão de moda, para os homens cultos de Roma; ao dividir-se o Império, e ao se criar nova capital, as províncias do Ocidente abandonaram os estudos gregos e se dedicaram exclusivamente ao Direito.” (*El Derecho antiguo*, II, pg. 101). Insiste então o publicista nas vantagens do ensino jurídico de finalidade prática e imediata para a sociedade. Eis que o aparecimento da Filosofia representa sempre especial injunção, é uma atitude, mas nunca uma diretriz única e comum fim de sempre. O próprio termo Filósofo o confirma. Filósofo quer dizer amigo da ciência, da sabedoria. Logo, a filosofia, como conhecimento, se transfere às ciências que ela põe em aprêço na ocasião. Ela é problema que ocorre e se transforma com as épocas que se sucedem. Não é um conhecimento próprio porque se serve do que as outras ciências dizem. Daí alguns afirmarem ser ela a síntese, a sabedoria das sabedorias. Os problemas em que a filosofia tocou, estão relacionados com as cogitações políticas, com as incertezas de momento, e isto acontece até na Rússia soviética em que o *Tratado sis-*

temático de Filosofia do filósofo oficial daquele país, M. Shirokov, é a concepção política da ocasião, citando-se então, como assentados filósofos, Lenine e Staline.

A filosofia grega, em sua mais alta expressão, representa pois uma eventualidade especial e uma certa mentalidade criada por injunções particulares da Grécia. Ela é antes determinada mentalidade histórica. Ao se transferir para Roma em que o estoicismo floresce porque o estado de alma dos romanos, observa Monstesquieu, encontra nêsse espírito filosófico uma solução para a derrota política que sofreu a classe culta (*Grandeur e Decadence de romains*), essa filosofia por fim esmorece, cede lugar ao Direito, ordem de conhecimentos mais práticos. Finalmentê, em nossos tempos, passa a dar incremento à Psicologia, que compreende dados próprios, é investigação precisa e especial que se adianta muito com os estudos médicos do sistema nervoso. Os filósofos é que mudam de ciência, deixando a Filosofia para se instalarem no Direito e na Psicologia. Nunca devemos então aceitar a Filosofia como fundamento do Direito e da Psicologia, e sim, a Psicologia e o Direito como conhecimentos de dados precisos, técnica própria, análise de fatos especiais, a que foram ter os homens depois de cientes de que a Filosofia fizera figura em seu tempo, mas esgotara-se na sua imprecisão de não ter conhecimentos próprios. Contra essa incerteza de fundamentos é que Santo Tomás de Aquino quis reagir, com o “realismo” filosófico. Mas de que valeu êsse realismo? se concluíram modernamente: “A Filosofia originou tôdas as ciências e alimentou-as até a emancipação natural. Ela é apenas um resíduo. É apenas a parte do conhecimento humano que não alcançou ainda os caracteres e o valor da ciência” — diz

Goblot. (*Manual de filosofia* — A. Cuvillier).

Que foi então a Filosofia na Grécia, uma vez que ela, para o grande público, é o oportuno mostruário a que foram vindo as ciências, cada qual por sua vez? É a exposição que torna conhecida cada ciência que surge nova e faz ver a sua serventia.

Contudo foi durante a grande especulação política da Grécia, quando agitada, que a filosofia tomou vulto com os três maiores filósofos gregos, de maior significação no país.

Afetada pela instabilidade política da Grécia, a Filosofia discutiu a concepção revolucionária das três formas de governo — concepção até um certo ponto adotada pelo positivismo; porém não estava o grego percebendo que equilíbrio, que estabilidade, deve existir entre os três princípios políticos representados em cada uma destas três formas de governo. A História se encaminha para as combinações mais ou menos amplas delas três a explicarem as realizações políticas da humanidade, realizações diferentes atendendo às contingências. Aristóteles e Políbio compreendem o que é pois a História, mas vieram tarde para não influírem a tempo no país: Aristóteles já é da época do domínio da Macedônia e transformação total da Grécia; Políbio de quando já se implantara o Império romano.

Um juízo hipertrofiado acêrca da influência do indivíduo na formação política dos povos, se apoderou da vida interna da Grécia, para que o grego arraigado a um motivo sobremaneira particular, não visse o que há de universal, não visse que, na História, há razões de ordem geral o decidirem do destino dos povos.

Essa concepção fruste chegou a dominar o pensamento grego principalmente com os sofistas. Aquêl individualismo

absoluto tornou-se em uma influência negativa. A história grega se tornou episódica, e, dos episódios narrados, destacou lhes o grego, em especial, os que tomaram parte nêles: e eis que surge a expressão dramática da História.

Ora nada disto é a História como ela deve ser.

A HISTÓRIA E A ECONOMIA POLÍTICA

Os Fisiocratas, que fundaram a Economia Política na França das vésperas da Revolução, argumentaram somente com a produção agrícola, considerada por êles a fonte do pão que alimenta o trabalhador, logo tido como o elemento propulsor das nações. Fizeram à maneira de Carlos Marx, que deixou em parte de lado a questão econômica internacional, imprescindível para as nações viverem. Questão política. Marx lhe opôs o internacionalismo, um fantasma com que assusta crianças, porém não amedronta nações adultas, firmes na sua posição econômica, grandes potências em todos os sentidos.

Se os Fisiocratas deixam de considerar devidamente a posição internacional dos países, voltou a fazê-lo, na Geografia Humana, um Vidal de La Blache, com argumentos novos que êle foi buscar através toda a História Universal.

Mas na época dos Fisiocratas a França perdera a sua força política internacional, para se apegar ao que era secundário: a produção com que a nação podia contar internamente. Já se disse que esta não é o bastante para um povo viver. Adam Smith, um dos doutrinadores da Economia Política, de certo modo voltou-se para economia internacional, citada pelo mercantilismo para explicar o êxito das nações.

Como a Economia Política, a História fez as mesmas mudanças de concepções:

ela que olhara na Grécia para a vida interna dos povos pela qual esperou tudo explicar, rasga diante de si os largos horizontes da vida internacional esperando tudo ver nêles.

Uma verificação dos fatos com vistas sôbre a História Universal, se fêz a respeito da Economia Política, ligando-a assim à vida dos povos, à história dêles. Mas para isso, e com mais argumentos, surge a Geografia Humana: a geografia apreciada sob certos aspectos que não deixam de ser uma nova explicação da História.

Vidal de la Blache fêz uma assertiva importante: "A idéia dominante em todo estudo geográfico, diz êle, é a unidade da terra. A concepção da terra como um todo cujas partes se coordenam, encaixados os fenômenos que obedecem a regras gerais a regerem os fatos particulares, tinha desde a antiguidade a sua aceitação na ciência. Os fatos apreciados na Geografia Humana se relacionam a um todo, para o qual contribui a terra representar um conjunto de particularidades em que tudo tem explicação." (*Principes de Geographie Humaine*, página 5).

Mas se a Geografia, assim compreendida, faz perceber a unidade do mundo, ela assimila os conhecimentos da Economia Política, lhes dá um fundamento que faltava, e ganha na frente dessa outra ciência um avanço considerável.

Ciências que se perdem no seio de outras, não podem mais ser acessoras da História: eis o que acontece com a Economia Política que para ilustrar a História tem de passar pela Geografia Humana.

Nêste caso ficou em campo a Geografia Humana...

Por outro lado acontece com a Filosofia, que *originou tôdas as ciências e eliminou-as até a emancipação natural*, ficar ela de lado...

Porém a Filosofia e a História, cada uma a seu geito têm satisfeito à alma humana, afastando incertezas. Na Filosofia a incerteza que se procura conjurar, é um estado de consciência pessoal, e há muitas injunções, confusões que criam essa incerteza: daí provir o aspecto crítico da Filosofia que perde a feição sistemática das ciências. A Filosofia busca a confiança do homem em si mesmo: gira em tórno de um estado de consciência pessoal, razão porque ela já desenvolveu a Lógica para ganhar então confiança, o mesmo fêz com a Psicologia. Mas a História quer despertar uma confiança geral acêrca dos acontecimentos, a mercê dos quais vivem e viveram as nações. Quer certeza acêrca do que abotoa dos fatos, uns que amedrontam outros que despertam a confiança dos povos, em si.

Mas há uma filosofia da História tão expressiva que a História não pode mais se desvencilhar dela, e o que investiga, o que reune é para levar em conta nessa filosofia.

Carnot adverte que "a filosofia da História, com muitas analogias com a filosofia das ciências, se depara, em caminho, não com leis mas com fatos." (Henri Sée. *Soc. et Philosophie de l'Histoire*. Pg. 93). Quer dizer que a História não tem leis próprias, mas é uma crítica dos fatos. E nessa crítica é que entram dados fornecidos pelas ciências: o mesmo que vai acontecendo com a Filosofia. Isto explica a concepção de uma Filosofia da História?

"Se a Filosofia não quer ser, escreve Renan, como o pano que tecia Penélope, de dia principiando de novo o que desfazia de noite, é preciso que ela se torne uma ciência. (*Essais de Morale et Politique*. Pg. 81). Que importa que se refaça, se as dúvidas e as incertezas se refazem com todo homem, e a todo momento? Ciência é que não pode ser a

Filosofia sem campo especial, sem leis próprias: valem para ela os dados, as leis das ciências, isto sim!

Não será a Filosofia uma ciência; mas uma crítica da situação do homem posto em face de si mesmo. Uma crítica especial também será a História. Mas crítica em que sentido? Crítica a respeito da situação do homem posto em face da humanidade.

“O filósofo, escreveu R.G. Renard, é um solitário: homem da vida interior e da contemplação; não precisa muito de excursões fora de si em busca de algo. O filósofo cogita mais de se apurar do que de se enriquecer.” (La Philosophie de l’Institution, pgs. 19-20).

O historiador, sim, é que não pode dispensar as exaustivas pesquisas, para sobre elas a crítica elevar algum conceito que interesse o homem. Mas para esse conceito é que concorrem as outras ciências. Já tinha acampado a Economia Política nas páginas da História: mas não satisfêz a História plenamente, nem a si. Foi necessário então precisar mais a aplicação dos princípios econômicos, e isto se fêz com a criação da Geografia Humana.

Eis o que aconteceu com a Economia Política posta em contacto com a História.

O MATERIALISMO E A HISTÓRIA

A contribuição de elementos de ordem material para a vida dos povos é problema de sempre: é o leito em que se hão de acamar as sociedades. Não há pois sociedade sem uma solução do problema econômico. Contudo, além dêle, paira sempre a questão moral, e a intuição que o homem tem a respeito do próximo, criatura humana como êle, é que faz haver um equilíbrio em toda sociedade.

Equilíbrio! vieram pôr a velha questão em termos novos. Não sem criar certa

confusão. Apegar-se o homem a dados materiais na solução da parte moral da vida, é falar no equilíbrio da sociedade, é parafrasear a moral, fazer referência aquilo com que ela está relacionada.

Não se deixe de computar dado algum, e aceitar todos em termos. Principalmente, diante da linguagem transformada e tendenciosa: salvar a boa tradição do pensamento do homem no passado, a verdade do pensamento humano. Estar de sobreaviso! A palavra materialismo, empregada modernamente, de fato serviu para evitar, por exemplo, a palavra moral, que é um conceito já muito particularizado, e assente. Afastar a esta é prejudicá-la, para empregar em lugar dela um termo que não tenha igual extensão. Ver pois o que se sacrifica assim. A palavra materialismo de formação recente, associada a outras novas de sentido, o que acontece com o termo equilíbrio, termo de pouca extensão de sentido por novo que é, usarem-na é evitar certos termos antigos, que pelas suas aplicações, pelos casos particulares que êles compreendem, são já como que uma ciência. Criar termos novos para o que já foi dito, é como que abafar o que já diziam as velhas palavras, ajustadas com tôdas as questões com que se foram deparando. É como que uma revolução arrastando as questões sociais para lançá-las no vazio da confusão que as espera para as desfingurar.

Ver pois o que se sacrifica com o emprego dessas palavras novas! O êrro em história é o êrro na apreciação do problema de ordem material; o acêrto é saber fazer no caso, e com a apreciação dos dados materiais da História, a apreciação moral: conjuntamente. O critério no emprego das palavras é importante no caso.

Mas se chame materialista à solução dos casos políticos da História, que fôr despótica. Os céus que a cobrirem se des-

povoarão de moralidade. É então preciso opôr a êsse materialismo despótico, egoístico, a boa crítica, e o bom sentido moral que deve acompanhar todos os fatos humanos.

Jorge Plekhanow foi retomar as teorias de Kliontecheskt, que recomendava distinguir na vida de uma classe social dois momentos: o momento econômico e o político. O primeiro é o de formação da sociedade conforme a divisão do trabalho. O segundo viria depois do primeiro, e com êle chegaria a ocasião de distribuir o poder de modo que “as classes econômicas se tornem políticas”. E concluía êsse escritor: “os fatos políticos decorrerão dos fatos econômicos”. Plekhanow, admitindo em parte esta lição estabelecida, verificou entretanto que s vêzes ocorre o contrário e então o político se torna em condição do econômico.

O UNIVERSO E A HISTÓRIA

Contudo a História apreciará o problema de ordem geral (que é o caso do político) como diferente do de ordem particular (que é o caso do social). Ela estende as suas cogitações em uma extensão sem exemplo em um caso, e particulariza no outro. Mas já o lado material que apresentam as duas questões em razão da extensão de cada uma, já as torna distintas.

Em toda parte os jornais vêm diariamente trazendo notícias internacionais. Lendo êsses jornais, os homens estão pois atentos no aspecto geral do mundo. Porém cada homem representa também aspectos particulares de vida no país do seu domicílio. Êsses aspectos particulares têm dados próprios, apreciáveis separadamente. Ora o mesmo se há de dizer das questões gerais, não se podendo jamais concluir que o geral seja a superestrutura do particular. São as razões de ordem material que caracterizam os dois e lhes dão feição distinta. Na

verdade cada centímetro da terra representa pois elementos para modificar o problema da vida, e torna distintas as questões: é êste o caso da questão política distinta da questão social.

Reduzir a História Universal, à história social interna dos povos, é não mostrar o que essa história têm de diferente da história com o seu aspecto político internacional; é ideologia da Revolução francesa; é pensar toda força, que move o mundo, proceda do povo, sem se cogitar das contingências internacionais a facilitar a vida das nações no globo terrestre; outra ilusão!

O político e o social influem no homem de maneira muito diferente. Cada qual representa irresistíveis influências muito diversas. A causas que levam os homens a formarem sociedade, agrupando-se, atando êles entre si relações pessoais, não são as que, em outros casos, levam os povos a firmarem posições políticas no mundo.

Sociabilidade há entre os animais. Os animais têm (por exemplo, as formigas e as abelhas) relações sociais. Será então um instinto social muito restrito êsse dos animais que se associam, chegando de certo modo a compor o seu núcleo, assim como o homem compõe o grupo da família, o núcleo suas muitas amizades, ou o núcleo formado pelo espírito de vizinhança.

Mas além desse ambiente restrito em que ficam visíveis as relações dos indivíduos entre si, há a situação dos povos a que os homens estão afetados, situação essa em que entra em conta a posição das nações umas em face das outras, no mundo, participando elas de um conjunto universal.

Há assim uma mentalidade política a se estender a êsse conjunto de nação contrapostas em um sistema que abrange o mundo inteiro. Seja a instituição de um imperialismo, seja o equilíbrio político

entre nações, eis o que o homem, só o homem concebe em toda a extensão. E podemos nesta altura diferenciar os homens dos irracionais, porque os irracionais são certo que não têm idéia de geografia, de equilíbrio entre os grupos nacionais formados no mundo, e muito menos têm a idéia de unidade que esse equilíbrio representa universalmente.

Ora pode-se dizer que todas as ciências, todos os conhecimentos do homem levam-no finalmente à idéia de unidade, de relação universal entre tudo que existe. Ora a Geografia Humana há pouco despertou de maneira especial essa idéia de unidade entre os povos da terra, para seduzir com isto a inteligência humana. A História já precisara de fazer o mesmo. Mas pode-se acrescentar que o homem, criador das ciências, é o único ente com a intuição de unidade e universalidade das coisas.

Entre as diversas formas que o homem dá à matéria, há os monumentos que são referências ao passado. São eles símbolos. Já o favo que faz a abelha é o presente, a utilidade da ocasião, e só. Os animais não têm nenhuma manifestação material de simbolismo. Quer dizer a

atenção deles está voltada para o imediato.

Os símbolos são uma unificação do pensamento a se projetar no tempo e no espaço, dando a tudo uma unidade e ligação íntima. Ora uma dupla ligação assim estabelece a História; mas somente ao homem é dado fazer História e ela chega a uma extensão de conhecimento que nunca é atingido pelos animais. O homem é o único animal que tem pois o senso histórico; os irracionais podem chegar a uma consciência social do grupo que formam. Vão até aí e nunca adiante. E dizendo-se assim faz-se distinção entre os racionais e os irracionais, servindo a História para distinguir o homem de todos os outros animais.

Podemos nesta altura concluir que o homem é a inteligência compreensiva da História. Ela relaciona cada povo com os demais que existiram e que existem: estabelece uma continuidade no tempo e uma concomitância no espaço. É uma dessas visões de conjunto em que os homens através da vida das nações estão relacionados com a vida universal. O animal irracional talvez cogite muito mais de si, e apenas...

O HISTORIADOR DO RIO GRANDE DO SUL (P. Carlos Teschauer, S. J. 1851-1930)

WALTER SPALDING

O Rio Grande do Sul teve sempre, e desde o seu início, grande número de afeiçoados às letras. Sua história literária, porém, começou realmente com Delfina Benigna da Cunha que foi quem publicou o primeiro livro na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 1834, e com Araujo Pôrto Alegre, Barão de Santo Ângelo, que publicou na corte, em 1843, *O Voador*.

Daí, para cá uma pleiade brilhante de escritores tem glorificado as letras riograndenses. Poetas, dramaturgos, prosadores, historiadores... Nenhum, porém, se abalçou a escrever a grande história do pago.

Varela, Assis Brasil, Múcio Teixeira, — e atualmente João Pinto da Silva, — bastante escreveram sobre coisas do Rio Grande. Mas obra completa nenhum fez. A empresa era difícil e árdua em demasia. Exigia fôlego e constância, trabalho perseverante.

O verdadeiro historiador do Rio Grande do Sul não surgira ainda. Sua história, entretanto, aí estava, — e ainda está, em muito grande parte, — repousando nos arquivos dos museus e bibliotecas, à espera de quem compile.

E esperou muito. Esperou séculos. Mas afinal, vindo da velha Europa, surge em Pôrto Alegre, em 1880, um jovem sacerdote: o padre Carlos Teschauer, filho espiritual de Santo Inácio de Loyola.

Moço, cheio de santo entusiasmo, iniciou, logo após sua chegada, seus trabalhos: ainda não, porém, na obra histórica que o esperava, mas na obra apostólica a que se destinara.

Mal desembarcado, enviaram-no seus superiores para São João do Montenegro, como coadjutor do vigário. Ali esteve de setembro de 1880 até meados de 1881.

Sabendo ainda mal o português, começou um vocabulário de termos regionais. Colhia tudo

quanto era palavra que não encontrasse nos dicionários, e anotava-a.

Mais ou menos um ano antes de falecer, disse-me, em palestra, o Rev. P. Teschauer:

— “Em toda a parte em que se vá, nos países do Novo Mundo mormente, encontram-se, nas Bibliotecas, vocabulários organizados por jesuitas. Parece-me que isto faz parte do sacerdote-missionário da Companhia. Não escapei à regra. Compilei o meu”.

Desse modo, pois, foi que o insigne historiador iniciou sua vida literária e histórica.

De São João do Montenegro foi transferido para São Sebastião do Caí, onde esteve até 1887. Estêve, a seguir, em São Leopoldo, por pouco tempo. Daí foi transferido para Pôrto Alegre, como cura da Capela de São Rafael. Em 1890 foi-lhe confiada a paróquia de São Leopoldo, e em 1894 novamente a de Montenegro até 1896, ano em que a Companhia de Jesus abandonou sua residência naquela localidade para fundar outra no Parecí-Novo.

Esta fundação foi confiada ao padre Carlos Teschauer, bem como, em seguida, a de Santa Cruz, de onde voltou para Pôrto Alegre, indo trabalhar na Capela de Nossa Senhora do Carmo, na atual rua Avaí.

Curta foi, porém, sua permanência aí, pois nova ordem dos superiores o levou para a cidade do Rio Grande, a fim de fundar nova residência.

Desempenhada a incumbência, e livre, tornou o operoso sacerdote ao seu pòsto na Capela do Carmo, onde esteve até 1906. Dêsse ano até 1913, vemo-lo novamente no Rio Grande em serviço religioso num colégio da S. J. (Companhia de Jesus) e na Santa Casa de Misericórdia.

Em 1913, de volta para Pôrto Alegre, foi mandado para o "Hospital Militar" do Cristal, de onde saiu, meses depois, por motivo de saúde, para os sanatórios de São Leopoldo e Santa Cruz.

Durante êsses trintas e três anos de árduas missões, sempre de um lado para outro, espalhando o bem e pregando o Evangelho, como o glorioso Roque Gonzalez de Santa Cruz, — não deixou, e bem pelo contrário, iniciou verdadeiramente seus trabalhos e estudos históricos, dos quais, primeiro — "Estudos etnográficos sôbre os principais achados índios no museu do Colégio Conceição em São Leopoldo" — foi publicado em 1901, e "Investigações sôbre o idioma falado no Brasil e particularmente no Rio Grande do Sul", em 1902.

Daí por diante sômente em 1914, quando fixou residência definitiva em Pôrto Alegre, foi que o erudito sacerdote deu princípio às obras que deveriam celebrizá-lo no mundo das letras históricas.

Patriota, apaixonado pela nossa história, o padre Teschauer jamais a descuroou, mesmo nos seus últimos dias.

Quando, no Ginásio Estadual Anchieta, em março de 1929, em virtude de uma queda ao descer um degrau de uns quinze centímetros, da Capelinha para um dos pátios, quebrou o fêmur nas proximidades do trocante menor, fui, enquanto estêve na Beneficência Portuguesa, vistá-lo várias vêzes.

Seu assunto predileto, mesmo no meio das horríveis dores que curtia com vinte quilos a puxar-lhe a perna quebrada, a esquerda, era a história.

Numa dessas visitas, recordando sua vida de estudos, disse-me:

— "Já estou no fim da vida. Partirei feliz confiado na misericórdia Divina, porque, embora bastante trabalhasse, pouco fiz no mundo e nesta terra hospitaleira e boa, a minha Pátria do coração. Trabalhando no Brasil, naturalizei-me brasileiro. Escrevendo a História do Rio Grande do Sul, naturalizei-me sulriograndense".

Mais tarde, quando na chácara dos jesuitas em São Leopoldo, escreveu-me:

— "Não esqueça de, sempre que puder, dar-me notícias do que se escreve sôbre o nosso Rio Grande".

Bondoso e humilde, sempre achava pouco quanto fizera e fazia. E jamais perdeu tempo, mesmo doente como estava. Entre as dores que o atormentavam, lia sempre, lia muito. Só não escrevia. Várias obras levei-lhe à Beneficência.

E' bem expressiva, nêsse particular, a curiosidade estudiosa do erudito jesuita ao ouvir, de um amigo que o fôra visitar, uma palavra que não conhecia.

Estava o bom padre, já sem os vinte quilos a puxar-lhe a perna, mas ainda sem poder mover-se no leito, com um bom sol de outono a bater em cheio sôbre a alva colcha, quando seu amigo e grande admirador entrou no quarto, saudando-o.

— Bom dia, padre Teschauer!... *Lagarteando* um pouco, não?

Aquele *lagarteando* aguçou-lhe o espírito ávido de coisas novas. E perguntou:

— Que quer dizer *lagarteando*?

— Fazer como o lagarto: sestar, dormir ao sol.

Um sorriso iluminou a fisionomia pálida do santo velhinho. Achara o têrmo bem empregado.

Semanas mais tarde o mesmo cidadão tornou a visitá-lo. Como da outra vez, batia o sol sôbre a cama. A pergunta "como vai passando?", respondeu, sorrindo:

— Melhor, com menos dores. — E apontando o sol sôbre a colcha:

— *Lagarteando* um pouco.

Era também extremamente resignado.

Nos primeiros dias de Beneficência, sofrendo, além das dores que lhe causava a fratura, a do pêso puxando-lhe a perna, (estava o padre Teschauer com a cabeça bem mais baixa que os pés), na primeira visita que lhe fiz, lamentei seus sofrimentos. Estavamos já na Semana Santa.

— Isto tem pouco valor, — disse. — Jesus sofreu muito, incomparavelmente mais. — E acrescentou:

— Nos anos anteriores espiritualmente procurava avivar em mim os sofrimentos de nosso Salvador. Agora, porém, faço-o praticamente. Pelo que soffro avalio quão grandes foram os padecimentos de Nosso Senhor.

Mêses mais tarde, da chácara de São Leopoldo, escreveu-me que estava bem melhor da perna, mas não podia caminhar, o que pouco importava. Lastimava apenas não poder dizer a Santa Missa, que essa era a sua maior ambição.

Tal era o padre Carlos Teschauer, S.J., que a morte arrebatou na madrugada de 16 de agosto de 1930, sábado, dia dedicado à SS. Virgem de quem fôra devotíssimo, como é, aliás,

todo jesuita. Faleceu um mês antes de completar seu cinquentenário em terras do Rio Grande do Sul.

■
* *

Nasceu o padre Carlos Teschauer a 10 de abril de 1851 em Birstein, no então principado eleitoral (Kurfurstentum) de Hessen, na actual província de Hesse-Nassau, na Prússia).

Terminados os estudos ginasiais, entrou para o seminário de Fulda, e em seguida para o de Mogúncia. Ali recebeu as sagradas ordens do eminente sociólogo, afamado bispo Manuel von Ketteler.

Estava, pois, sacerdote. Aspirando, porém, o maior grau de perfeição, entrou, um mês mais tarde, para o noviciado da Companhia de Jesus, em Exaeton, na Holanda. Findos os estudos de humanidades e filosofia em Blyenbeck, também na Holanda, o padre Teschauer seguiu para Dittonhall, na Inglaterra, onde se dedicou por mais três anos aos estudos de teologia e ascetismo. Com estes estava, afinal, concluída sua formação.

E partiu para o Brasil, para o Estado do Rio Grande do Sul, onde desembarcou em setembro de 1880, no pórtio de Porto Alegre.

Na terra gaúcha seus trabalhos sacerdotais, como já notei, revestiram-se das insígnias dignificantes de um verdadeiro apostolado. Foi um legítimo missionário pregando a palavra divina, difundindo entre nós as verdades da religião ensinada por Jesus Cristo.

Em meio de sua árdua tarefa sacerdotal, encontrava sempre o padre Teschauer tempo para dedicar-se às pesquisas históricas.

Grande estudioso, não perdia tempo. Mal desobrigado de seus ministérios sacerdotais, metia-se no seu quarto a ler, escrever, estudar. E era assim o dia todo.

Mais de uma vez encontrei-o rodeado de livros abertos e papéis, — notas, apontamentos e documentos, — examinando, confrontando, comentando, compilando ou redigindo um ensaio, ou corrigindo provas. Era difícil encontrá-lo no quarto, mesmo nos últimos tempos, sem os seus papéis e livros abertos, amontoados numa aparente desordem sobre sua tosca mesa de trabalho, pena ou lápis entre os dedos.

— Sempre estudando, — é o que diziam quando por êle se perguntava a algum outro sacerdote da S. J.

E realmente assim era.

Para compilar e escrever a formidável obra que é a "História do Rio Grande do Sul nos dois primeiros séculos", e essa outra, que é

"Vida e obras do padre Roque Gonzalez de Santa Cruz", foi até Buenos Aires e Montevideu. Não poupou esforços. Examinou tudo quanto foi documento inédito ou não dos Arquivos e Bibliotecas do Rio de Janeiro, Buenos Aires, Montevideu, Assunção, Santiago do Chile, Madrid, Simancos, Arquivos das Índias de Sevilha, do Vaticano e o Arquivo Real de Bruxelas, além de inúmeros mapas dos séculos XVI, XVII e XVIII, e numerosíssimas monografias.

A vida dêsse ilustre jesuita foi uma alta e fecunda lição de apostolado e trabalho perseverante, de estudos meticulosos, e carinhosa dedicação pelas coisas especialmente do Rio Grande do Sul.

Sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico do Estado, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio do Instituto Histórico do Ceará, legou-nos o proficiente pesquisador da história pátria uma obra larga e brilhante, atestado vivo de suas virtudes, característica incisiva de sua personalidade.

"Pai da história do Rio Grande", denominou-o alguém. Mas o padre Teschauer foi mais do que pai: foi criador.

Antes dêle nada se conhecia de nossa história, mormente nos primeiros séculos. Dizia-se, por isso, obscura a origem do Rio Grande do Sul, cujo primeiro esboço mal se divisa na densa bruma da obra parcial e falha que é a "República jesuítica do Paraguai", do Cônego João Pedro Gay.

As obras do P. Carlos Teschauer, S. J., são admirável acervo de estudos completos e documentados, obras irrefutáveis, fonte preciosíssima e obrigatória aos que se dedicam ao estudo de nossa formação político-social.

Para prova do que ficou dito, basta olhar para o que nos deixou o incansável e abnegado historiador:

Estudos etnográficos sobre os principais achados índios no Museu do Colégio Conceição em São Leopoldo (1901).

A prioridade dos portugueses no descobrimento da América (Ceará, 1903).

Apostilas a um artigo publicado no Anuário do Rio Grande do Sul (1908).

Avifauna e flora nos costumes, superstições e lendas brasileiras (Livraria do Globo, 1925). Esta obra compreende a primeira edição de *A flora nos costumes*, etc., publicada em 1909 e *Avifauna nos costumes*, etc., publicada em 1910.

Vida e obras do padre Roque Gonzales de Santa Cruz (3.ª edição correta publicada pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Gran-

de do Sul em sua Revista, e em separata, sem o apêndice de documentos, em 1928. — A 1.^a edição data de 1909, a 2.^a aumentada de 1913. Em 1919 foi publicada uma edição popular da mesma obra).

A etnografia no Brasil no princípio do século XX (Artigo publicado no Anuário do Rio Grande do Sul para 1915).

História do Rio Grande do Sul dos dois primeiros séculos (3 volumes. Livraria Selback, 1918, 1921 e 1922). Esta "História" estuda, no primeiro volume a primitiva catequese e colonização, usos e costumes de várias tribos indígenas que habitavam o Rio Grande do Sul, as lutas nas missões, a administração civil e militar e o comércio da época, e as Missões Orientais até a ocupação portuguesa. O segundo volume estuda a pecuária, a agricultura, a indústria, as artes, as ciências entre os índios, o regime da propriedade, e a ocupação do Pôrto do Rio Grande, em 1737, pelos portugueses. Depois, o regime das reduções, o elemento religioso, o tratado de 1750, a guerra das Missões e a expulsão dos jesuítas, terminando com um forte e expressivo perfil do gaúcho. O terceiro volume é composto de abundante bibliografia e inúmeros documentos inéditos.

Veneráveis mártires do Rio Grande do Sul (edição popular, Livraria do Globo, 1925).

Novo Dicionário Nacional (Livraria do Globo, 1928). Este Dicionário é a segunda edição muito aumentada das três séries "Novo vocabulário brasileiro", "Novo vocabulário nacional" e "Apostilas ao dicionário de vocábulos brasileiros". E' um volume de 952 páginas a duas colunas.

Poranduba Rio Grandense (Livraria do Globo, 1929). Esta obra é uma coletânea de 12

artigos publicados na imprensa e em separatas, sobre coisas do Rio Grande do Sul, aparecidos desde 1902. E' um volume de 468 páginas.

*
* *

Antes de terminar, quero registrar ainda o que me disse o venerando jesuíta quando, em meados de 1928, lhe mostrei um pequeno ensaio bio-bibliográfico.

— Você acertou no modo de escrever história sem ser enfadonho. Este é o grande defeito de quase todos os nossos historiadores. Nunca se deve transcrever documentos no texto, nem fazer longas citações. E' necessário tirar-lhes, para isso, a essência, resumí-los. A verdadeira história deve ser feita de resumos escritos com brevidade e clareza. Nunca se deve sair fora do assunto. Documentos e longas citações vão para o fim da obra. São minúcias, entrelinhas da história que só interessam aos curiosos e estudiosos de minúcias.

Foi também êsse o critério adotado em tôdas as suas obras. Por isso podemos lê-las de uma sentada quase, sem a necessidade imperativa, pode-se dizer, de longos intervalos a que nos obrigam os Varela, Pôrto-Seguro, São Leopoldo e outros.

Concluindo, pode-se lhe aplicar as palavras com que se referiu a Capistrano de Abreu quando êste partiu para a outra vida:

"...em redor de seu nome formou-se uma aureola de celebridade. Mas a tudo parecia indiferente, de sorte que lhe formou outra aureola que realça e dignifica a primeira: a modéstia, inconsciente de seu próprio valor".

(Do "Almanaque do Globo", 1931.)

SOUTHEY EM PORTUGAL

ROSE MACAULAY

Em outubro de 1795, o jovem Southey, com vinte e um anos de idade e a cabeça intoxicada pelos vapores da Revolução Francêsa, metido em conflito de família, pois que sua mãe e seu tio Hill, capelão inglês em Lisboa, desejavam que ele se ordenasse, escreveu ao seu amigo Grosvenor Bedford: "Onde pensais que os fados me condenaram a passar os próximos seis meses? Na Espanha e em Portugal! Teria recusado, mais sinto-me fatigado de opor-me a todos os desejos da minha mãe..."

Assim, a despeito das perspectivas de exílio, o jovem revolucionário casou-se com Edith Fricker, deixou-a à própria porta da igreja e decidiu acompanhar o seu tio Hill até Falmouth "à espera de ventos". Daí escreveu a um amigo recomendando Edith: "As suas virtudes são de ordem doméstica... A aparência da violeta não vai comigo..." Edith, embora formosa, não se caracterizava, ao que parece, pela elegância.

"Esperando os ventos", Southey experimentou as sensações naturais aos viajantes inexperientes. "Grosvenor, meu amigo, escreveu ele, quase desfaleço ao pensar que uma simples prancha separa o espôso de Edith do oceano". Contudo, a prancha manteve-se firme e ele chegou são e salvo a La Coruña, de onde viajou para Madrid e daí, desconfortavelmente, até Lisboa. A esse tempo Southey havia "aprendido a dar graças a Deus por ser um inglês; pois embora as coisas na Inglaterra não (lhe) parecessem propriamente um "El-Dourado, são muito melhores do que noutro lugar". A terra britânica era firme. E Southey conheceu de perto o terremoto de Lisboa.

"Aqui me acho — escreveu a Joseph Cottle — entre os filisteus, passando as manhãs no meio de livros e sentando-me à noite como

espectador silencioso dos que jogam cartas e dansam. Os ingleses daqui aliam o espírito do comércio aos frívolos divertimentos da alta sociedade... Trata-se de um lugar sem conforto e o único prazer que experimento é pensar no meu regresso". Para ele, os ingleses residentes em Lisboa eram fastidiosos, e os homens "não sabem tratar de outra coisa senão de negócios". E mais adiante: "Alegremente trocaria o Tejo dourado com as suas oliveiras e laranjeiras pelo Avon lodoso e pela Bristol coberta de fumo".

Lisboa não o fascinava. Uma das suas cartas foi datada de "Lisboa, de onde Deus queira me livrar rapidamente". Seu único consolo consistiu na excelente biblioteca do seu tio. A capital portuguesa, com efeito, enchia-se dos "fastidiosos homens de negócio" na expressão de Southey, todos membros da comunidade mercantil britânica. Esta se dividia pelo hotel de Mrs. William, no quarteirão de Buenos Aires, etc. Sem o sentir, porém, Southey ia adquirindo grandes conhecimentos, a respeito da vida, da história, da língua e da literatura do país. Tratava-se de um viajante muito inteligente, embora lhe fizesse falta aquela aceitação urbana dos estilos estrangeiros que assinalou um Bedford, um Hichey ou um Joseph Barette.

Contudo, a sua desaprovação geral foi abalada por uma visita a Cintra, onde o seu tio possuía uma pequena vivenda entre limoeiros. Cintra despertou-lhe o entusiasmo habitual dos turistas ingleses. Os seus verdejantes arredores pareceram-lhe a região dos lagos, sugerindo-lhe imagens de um verdadeiro Eden Terrestre.

Estava próximo a findar o exílio de Southey. Pensou ele então na esposa e endereçou-lhe uma carta em que dizia: "Sinto-me contente de estar de novo com a minha Edith

junto à lareira. Partirei em abril e não cruzarei novamente os mares”.

Portugal havia-lhe deixado, entretanto, uma marca invisível. De novo na Inglaterra, Southey começou de fato a sua vida de ambições literárias, de preferência entre os seus amigos. Edith não era muito inteligente, mas ambos pareciam amar-se. Coleridge teve ocasião de dizer a respeito da esposa de Southey: “Ela o ama e é uma esposa respeitável, mas não uma companheira para Southey”.

Nos fins de 1799, já o futuro laureado suspirava por uma evasão em terra estrangeira. Em fevereiro do ano seguinte, pensava em Portugal com delícia. Planejava Southey uma História de Portugal — “um longo e árduo empreendimento que julgo poder realizar como êle deve ser feito. “Desejava visitar o Mondego, o tumulo de Inês de Castro, o campo de Ourique. “Cercar-me-ei de pouca gente, escreveu a Coleridge. “Com os ingleses residentes em Portugal não tenho nada em comum”. Mais uma vez o poeta, historiador e intelectual se revoltava contra a existência de pessoas que se interessavam pelos aspectos práticos da vida.

Em abril de 1800, Southey, já agora em companhia de sua esposa, via de novo o Tejo e o magnífico espetáculo da cidade que se erguia nas suas margens. Lisboa parecia-lhe então o mais belo cenário do mundo e Southey sentiu-se disposto a empreender a sua projetada obra.

Das janelas do seu quarto, êle contemplava o Tejo e escrevia. Edith também olhava, mas pouco se lhe davam as paisagens do Tejo, de Lisboa, de Portugal inteiro. Maio e junho passaram e o casal deliciou-se com os frutos da estação mais fria. Lisboa começou a fazer-lhes mal aos nervos e Southey buscou nova-

mente Cintrã. O poeta inglês sentia-se cada vez mais satisfeito e passou a explorar os arredores no dorso de mulas, sempre odipado com a história que escrevia. Na sua correspondência encontramos trechos em que êle se refere a vários aspectos do país: “Comi laranjas, figos e peras deliciosas. Bebi Colares, uma espécie de intermediário entre o Porto e o Clarete, imaginei poemas e peças teatrais, fiz uma sesta de duas horas e sinto-me feliz como se a vida tivesse sido feita especialmente para mim”.

Em Portugal, ou mais particularmente em Cintra, Southey travou relações com uma certa Miss Barker, que muito apreciou. Juntos, fizeram vários passeios e quando Miss Barker regressou à Inglaterra, Southey escreveu a um amigo manifestando o seu pesar e a falta que lhe fazia uma companheira que classificou como muito inteligente e amável.

No outono o casal Southey voltou a Lisboa. Daí fizeram novas excursões. Na Capital, a situação internacional tornava-se cada vez mais desencorajadora. Os ingleses deveriam ser retirados de um momento para outro a fim de acalmar os franceses. Mas Southey não parecia aperceber-se disto e escrevia a Coleridge pedindo-lhe que viesse fazer-lhe companhia, por algum tempo, em Cintra. Nada disso, porém, viria a suceder. Os Southeys regressaram à Grã-Bretanha em junho de 1801, e jamais tornariam a rever o país que, pela segunda vez, havia aparecido a Southey como uma terra encantada. Datam daí os seus esforços no sentido de fazer-se nomear cônsul ou secretário de embaixada em Lisboa. Esses projetos fracassaram e, na realidade, Southey teria sido um péssimo cônsul, dado o seu desinteresse total por tudo quanto dissesse respeito aos negócios ou transações comerciais.

(De “O Jornal”, do Rio, de 9-7-45.)

PELO BRASIL UNIDO

THIERS FLEMING

LIMITES INTERESTADUAIS, TERRITÓRIOS FEDERAIS E SÍMBOLOS NACIONAIS — EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1946

Era minha intenção fazer na Sociedade Brasileira de Geografia uma comunicação a este respeito, como fiz em agosto de 1934, sobre “Questões de Limites Interestaduais e a Constituição de 1934”, mas esta Sociedade, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os Congressos Nacionais de Geografia, ao contrário de tempos passados, procuram agora evitar estes assuntos geográficos considerando-os políticos. Resolvi, portanto, mais uma vez recorrer ao “Jornal do Comércio”, que é o patrono desta causa sagrada — desde seu célebre editorial — “Pelo Brasil Unido” — de 7 de setembro de 1911 — pugnando pelas soluções das questões de limites interestaduais,

I

LIMITES INTERESTADUAIS

A Constituição de 1946 — em seu art. 1.º, § 1.º diz: — a União compreende além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios; § 2.º — O Distrito Federal é a Capital da União.

Art. 2.º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante voto das respectivas assembleias legislativas, plebiscitos das populações diretamente interessadas e aprovação do Congresso Nacional.

Art. 3.º Os Territórios poderão, mediante lei especial, constituir-se em Estados, subdividir-se em novos Territórios ou volver a par-

ticipar dos Estados de que tenham sido desmembrados.

Art. 6.º (Disposições Transitórias) — Os Estados deverão no prazo de três anos, a contar da promulgação deste ato, promover, por acôrdo, a demarcação de suas linhas de fronteiras, podendo para isso fazer alterações e compensações de áreas que atendam aos acidentes naturais de terreno, às conveniências administrativas e à comodidade das populações fronteiriças.

§ 1.º Se o solicitarem os Estados interessados, o Governo da União deverá encarregar dos trabalhos demarcatórios o Serviço Geográfico do Exército.

§ 2.º Se não cumprirem tais Estados o disposto neste artigo, o Senado Federal deliberará a respeito, sem prejuízo da competência estabelecida no art. 101, n.º 1, letra e, que diz: “Ao Supremo Tribunal Federal compete: — processar e julgar originariamente: as causas e conflitos entre a União e os Estados ou entre estes”. Logo, a meu ver, a Constituição de 1946 considera os Estados — com os limites atuais — que têm — e exige em três anos, por acôrdo direto — a demarcação da linha fronteira que pode ser feita, a pedido deles, pelo Serviço Geográfico do Exército, ou por uma comissão mista de engenheiros dos dois Estados como foi a do Paraná-Santa Catarina ou como tem sido em diversos casos com a assistência do Conselho Nacional de Geografia, a pedido dos Estados interessados. Se em três anos os Estados não decidirem as dúvidas existentes, o Senado Federal deverá fazê-lo, sem prejuízo de ação do Supremo Tribunal Federal. O professor Fernando Gabaglia, em sua obra clássica “Fronteiras do Brasil” nos ensina: “Fronteiras são as extremidades do território de um estado que confinam com as do outro.

As fronteiras eram a princípio, zonas, depois faixas e hoje são linhas. “Demarcação” é o traçado da fronteira linha sobre a superfície terrestre”.

II

QUESTÕES DE FRONTEIRAS

Minas-Espírito Santo

E’ o caso que exige mais rápida solução para maior e melhor harmonia entre os estados confinantes. A divergência de interpretação do art. 184, §§ 1.º e 2.º da Constituição de 1937 e o trabalho apresentado pelo Serviço Geográfico do Exército explicam a situação atual. Quanto ao art. 184, §§ 1.º e 2.º interpretam “alguns” caber ao Serviço Geográfico do Exército decidir tôdas as questões de limites interestaduais sendo irrevogáveis seus laudos e outros entre os quais me coloquei, por motivos jurídicos e históricos, caber-lhe simplesmente reconhecer a jurisdição territorial existente em 1937, e demarcar a fronteira. Na imprensa e na Assembléia Nacional Constituinte este caso vem de ser muito debatido. Mas os Exmos. Srs. Presidentes da República Getúlio Vargas, José Linhares e General Eurico Dutra, este, apesar dos recentes apelos do Conselho Nacional de Geografia e do Instituto de História e Geografia Militar, não o resolveram. Urge, portanto, ser resolvido agora de acôrdo com o art. 6.º das — Disposições Transitórias — da Constituição, vigente: — que consagrou o processo do acôrdo direto que, desde 1916 venho defendendo, e assinalando o princípio de não se passar habitantes de um estado para outro, experiência da feliz solução do Contestado (Paraná-Santa Catarina). Dentro de três anos não havendo acôrdo entre os dois Estados caberá ao Senado ou Supremo Tribunal Federal resolvê-lo. Em Minas, parece-me predominar a idéia de solução pelo Supremo Tribunal Federal em obediência ao laudo arbitral de 30 de novembro de 1914, de modo a se integrarem mais tarde em Minas os quistos espiritosantenses Barra de São Francisco e Alto Rio Novo, como aconteceu anteriormente, ao Sul do Rio Doce, com a comarca de Marechal Hermes, onde está a cidade mineira de Mutum. Tratando dêste assunto, sob o ponto de vista brasileiro, confirmo, mais uma vez, meu modo de resolvê-lo: por acôrdo: Minas — tendo de superfície 576.000 km², Espírito Santo 44.000 km², e a zona litigial 10.000 km²., Minas, sem passar para o Espírito Santo cerca de 65.000 mineiros, poderá ceder-lhe terreno baldio e mesmo os quistos de Barra de São Francisco

e Alto Rio Novo, com cerca de 3.000 habitantes. Com algumas alterações, pode resolver o caso, a solução apresentada no Conselho Nacional de Geografia pelo Professor Delgado de Carvalho. Ei-la:

1) “Na bacia do Itaúna e São Mateus do Norte” os próprios Estados interessados limitaram uma faixa, entre duas poligonais, entre as quais deverá passar a linha divisória definitiva;

2) Na bacia de São Mateus do Sul, encontram-se de fato duas cidades, Barra de São Francisco instalada pelo Espírito Santo e Mantena instalada por Minas, na mesma data. Portanto uma linha conciliatória deverá passar entre as duas localidades;

3) Na bacia do São José, afluente do Rio Doce, que nasce a oeste das escarpas dos Aimorés, existe a vila do Alto Rio Novo — do Espírito Santo e uma estrada mineira ligando Mantena à E.F. Vitória a Minas, passando pela cabeceira do braço principal do São José. Assim este braço deverá ficar mineiro e o Rio Novo — espiritosantense. Minas resolveu por acôrdo as questões de limites com Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás, só faltando com o Espírito Santo.

Com o valioso auxílio do Conselho Nacional de Geografia foram resolvidas, por acôrdo, as seguintes questões de fronteira: na vigência da Constituição de 1937: Minas-Goiás, Minas-Rio de Janeiro, Minas-São Paulo, Minas-Bahia, Pernambuco-Alagoas, Piauí-Maranhão, Maranhão-Goiás, Bahia-Piauí, Bahia-Goiás e estão sendo ultimadas as demarcações de outras. Exigem, entretanto, soluções as do Amazonas-Pará e Paraíba-Rio Grande do Norte, para as quais já se iniciaram entendimentos promissores por intermédio do referido Conselho, a pedido dos Estados.

III

TERRITÓRIOS FEDERAIS

Existiam antes: O Distrito Federal, ex-Município Neutro, desde a proclamação da República e o Território do Acre, em virtude do Tratado de Petrópolis (1903) que resolveu a questão de limites com a Bolívia. O Amazonas recorreu, em 1905, ao Supremo Tribunal Federal para reivindicar a parte setentrional deste território. A Constituição de 1937, em seu art. 6.º, estabeleceu: a União pode criar no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, territórios federais, cuja administração será regulada em lei. Somente em outubro de 1943, deu o Governô execução

a este dispositivo criando os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguaçu, fixando-lhes os limites e organizando sua administração. Este ato governamental, exceto em alguns estados que tiveram suas superfícies diminuídas, foi recebido com grandes aplausos, sendo o Governo felicitado pelo Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Comissão de Fronteiras, Liga da Defesa Nacional, Sociedade Brasileira de Geografia e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o fez depois do parecer da comissão composta de Oliveira Vianna, Basílio Magalhães e Feijó Bitencourt, cabendo-me a honra de ter proposto nestas duas últimas associações, os telegramas de felicitações, acentuando ter sido dado o primeiro passo para se realizar o sonho de uma nova divisão territorial, da qual hoje descreio como sempre descri da mudança de Capital Federal. Três anos não são decorridos da criação dos cinco territórios federais acima mencionados e já o advento da Constituição de 1946, trouxe a extinção dos Territórios de Iguaçu e Ponta Porã, não obstante a advertência do Estado Maior do Exército, conforme noticiou a imprensa, em relação a este último. Nos limites dos Territórios e Estados, confinantes, tem se feito exercer com grande proveito a ação do Conselho Nacional de Geografia.

IV

SÍMBOLOS NACIONAIS

No seu firme propósito de fortificar a unidade nacional, tomando medidas patrióticas, com a extinção total das questões de limites interestaduais pelo respeito à jurisdição ou *uti possidetis*, a Constituição de 1937, em seu art. 2.º, determinou: "A bandeira, o hino, o

escudo e as armas nacionais são de uso obrigatório em todo o país. Não haverá outras bandeiras, hinos, escudos e armas. A lei regulará o uso dos símbolos nacionais. E, em cerimônia que não se esquece, na Praia do Russell, em 1937, presidida pelo Presidente da República, fez-se a queima das bandeiras estaduais. Dividida a opinião pública quanto ao acerto desta medida, figurei entre os que a aplaudiram. Mas, desde a leitura de um dos seus apreciados e patrióticos escritos, Costa Rego, abalou a minha convicção, de modo que aprovo o seu restabelecimento pela Constituição de 1946 em seu art. 195: "São símbolos nacionais a bandeira, o hino, o selo e as armas vigorantes na data da promulgação da Constituição. § 1.º — Os Estados e os Municípios podem ter símbolos próprios". Como declarou Costa Rego, tendo sido ele Governador de Alagoas, nunca vira a bandeira alagoana. Também até hoje nunca vi uma bandeira de Minas Gerais... Deixam agora, portanto, de despertar a curiosidade e o culto dos frutos proibidos — os símbolos estaduais e municipais.

Entre os atos administrativos de Getúlio Vargas, de real utilidade, não se deve nem se pode deixar de citar a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que tão relevantes serviços tem prestado e está prestando por intermédio do Conselho Nacional de Geografia e do Conselho Nacional de Estatística. A demarcação total e completa das fronteiras interestaduais e entre territórios federais — evitando dúvidas e litígios nocivos à unidade nacional — pode ser eficientemente auxiliada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

(Do "Jornal do Comércio", de 10-11-46.)

Mário Sétte — *Arruar* — *História pitoresca do Recife antigo*. Coleção: Brasil que não conhecemos. I. Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil. Rio de Janeiro. 1948. 408 pp., ils.

Entre os enamorados do Recife e Olinda ocupa posição especial o Sr. Mário Sétte, que sucessivos livros de crônicas e ficção tem dedicado às duas cidades e suas vizinhanças. O último, intitulado *Arruar*, uma "história pitoresca" da capital pernambucana, além do carinho e do profundo conhecimento de causa que sempre marcam os trabalhos do autor de *Senhora de Engenho*, está enriquecido por 44 desenhos de abertura e encerramento de capítulos do Sr. Luís Jardim com 22 desenhos fora do texto do Sr. Percy Lau; 9 fac-símiles documentários e mais 33 fotografias características da cidade e do povo, também fora do texto. Quer isto dizer que o livro, além de reconstituir, de modo leve e agradável, a história de uma das mais importantes capitais do Brasil, encerra, ainda, opulenta documentação iconográfica, devida àqueles notáveis artistas e às velhas fotografias paciente-mente colecionadas pelo autor. Trata-se, portanto, de uma obra que será indispensável a quantos queiram conhecer a evolução do antigo pôrto da capitania de Duarte Coelho e seus sucessores, da Cidade Maurícia do período da ocupação holandesa, da vila e da cidade de Recife, metrópole de todo o Nordeste brasileiro, há quase três séculos.

HELIO VIANNA

Augusto Maurício — *Templos Históricos do Rio de Janeiro*. Bibliotéca Militar. Volumes CXII e CXIII. Abril e Maio de 1947. Rio de Janeiro. Gráfica Laemmert, Limitada 312 pp. ils.

Como contribuição à História Religiosa da capital do Brasil, que não está longe de completar quatro séculos, reuniu o Sr. Augusto

Maurício úteis informações relativas aos *Templos Históricos do Rio de Janeiro*, em volume duplo da Bibliotéca Militar.

Coletando, sobre cada uma de nossas principais e mais antigas igrejas, dados que se encontram dispersos em vários autores, e ainda nos próprios arquivos eclesiásticos, da Cúria Metropolitana e das paróquias, prestou serviço também à História das Belas Artes, igualmente carecedora de obras de conjunto quanto à metrópole brasileira.

Com o seu livro, inscreveu-se o Sr. Augusto Maurício entre os mais dedicados historiadores do Rio de Janeiro.

HELIO VIANNA

Josué de Castro — *Fatores de localização da Cidade do Recife*. Um ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1948. 86 pp. 24 ils.

Como tese de concurso à cátedra de Geografia Humana da Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil, apresentou o professor Josué de Castro um ensaio de geografia urbana em que examinou os *Fatores de localização da Cidade do Recife*.

Como não podia deixar de acontecer, a história local e regional figura no primeiro plano do trabalho geográfico, de modo a torná-lo interessante também aos historiadores.

Partindo do estudo do pôrto que já em fins do século XVI ia substituindo o de Olinda, assinalou devidamente o autor a sua ampliação, realizada pelos invasores holandeses, ao estabelecer na ilha de Antônio Vaz a parte principal da cidade Maurícia. Aproximando os respectivos planos dos de outras cidades da mesma época, fez curioso estudo quando ao aproveitamento das condições locais: Prosseguiu no exame da mesma questão, quanto ao período posterior à expulsão dos flamengos. Além da função portuária do Recife, registrou convenientemente a transfor-

mação de seus antigos engenhos de açúcar nos atuais arrabaldes recifenses.

Fazendo-o, com pleno conhecimento de causa, sólida documentação bibliográfica e brilhante argumentação, notável trabalho realizou o professor Josué de Castro ao estudar os *Fatores de localização da Cidade do Recife*.

HELIO VIANNA

— *Revista do Instituto Histórico de Alagoas*. Diretor Abelardo Duarte. Volume XXIV. Anos de 1945-1946. Recife. Imprensa Oficial. 1947. 208 pp., ils.

Fundada em 1872, atingiu a *Revista do Instituto Histórico de Alagoas* o vigéssimo-quarto volume, correspondente ao biênio 1945-1946, encerrando excelente colaboração, além do repositório das atividades culturais da instituição de que é órgão.

Abre o tomo um sólido estudo em que o Sr. Manuel Diegues Júnior comentou a parte alagoana do *Livro que dá razão do Estado do Brasil*, precioso manuscrito e coleção de mapas por D. Pedro II oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Depois de

minucioso ensaio sobre "Reisados e guerreiros", pelo Sr. Theo Brandão, devidamente ilustrado, examinou o Sr. Abelardo Duarte, secretário perpétuo do Instituto, "A primeira geografia alagoana", a do conselheiro Antônio Joaquim de Moura, a propósito da passagem do primeiro centenário de seu aparecimento. Do mesmo diretor da *Revista* são algumas eruditas "Notas sobre as fortificações holandesas em Alagoas" e um discurso sobre o "Tricentenário da restauração de Pôrto Calvo e Penedo", a propósito da expulsão dos flamengos do território hoje alagoano. Sobre o mesmo assunto fez oportunas sugestões comemorativas o Sr. Aminadab Valente. Festejando o centenário do nascimento do Barão do Rio Branco realizou o Instituto Histórico de Alagoas uma sessão solene, de que foi orador o Sr. Osório Gatto, cuja conferência sobre o grande chanceler também aparece na *Revista*.

Necrológicos de sócios falecidos, transcrições de trabalhos relativos a alagoanos, ou documentos a eles relativos (sobre o Barão do Penedo e Floriano Peixoto), também figuram nas páginas da excelente publicação histórica.

HELIO VIANNA

NO CENTENÁRIO DE SOUTHEY

JOAQUIM DE SOUZA LEÃO F.º

Quando induzido por um artigo de Gilberto Freire "Ainda sobre Southey" lido em Londres em 1939, travei relações com seus descendentes, mal podia imaginar que me estaria reservado representar o Instituto Histórico nas comemorações do centenário da morte do "Poeta Laureado".

Deveriam estas verificar-se a 21 de março de 1943, mas devido a guerra não se pôde dar-lhe o devido destaque e a data só foi lembrada por artigos nos jornais principais e revistas. Mas, Greta Hall, em Keswick, nos lagos de Cumberland, a casa em que Southey morou tantos anos seria o cenário de uma celebração mais íntima, transferida para as férias de verão, por ser hoje um colégio.

Por iniciativa do Diretor, H. W. Howe, reuniram-se de 14 a 18 de agosto os descendentes da família, os cultores devotados da sua memória, na sala que foi sua biblioteca. Daquelas relações resultara tempos antes a oferta Mrs. Boulton ao Instituto de uma série de cartas inéditas, escritas entre 1815 e 1819, a Henry Koster, autor da "Viagem ao Brasil" e publicadas no volume 178 desta Revista.

Cumprir-me agora relatar ao Instituto como transcorreram as várias cerimônias do programa organizado e a maneira por que me desincumbi da honrosa representação.

Inaugurou-se a semana com uma conferência sobre a "Vida e Obra de Robert Southey" por Jack Simmons, Professor em Oxford e autor de uma nova biografia do poeta, em que fez a revisão, à luz crítica contemporânea, do valor literário de sua obra poética e em prosa.

Descobriram-se na mesma tarde as placas comemorativas da residência em Greta Hall, entre 1800 e 1943 de Samuel T. Coleridge e Robert Southey, respectivamente por Nicholas Coleridge, tataraneto, e pela Sra. Southey

John, bisneta, os dois con-conhados, que, com Wordsworth e Byron foram os grandes poetas ingleses da era romântica. Em seguida, inaugurou-se a Exposição Southey em Greta Hall.

Estavam ali reunidos autógrafos e manuscritos valiosos, relíquias literárias, retratos de família, vistas dos recantos prediletos, a qual foi visitada por todos os que, em peregrinação, visitaram os santuários dos poetas dos Lagos.

A noite as alunas do Colégio representaram uma pequena e encantadora peça "O formigueiro ou as Senhoras de Greta Hall", seguida por uma palestra sobre a história da casa, pelo Senhor Howe, alusivas à vida patriarcal de Southey e sua mulher, rodeados das seis filhas e dois meninos e ainda dos filhos de Coleridge. Ali começou ele sua longa vigília de letras, ganhando com a pena o módico estipêndio com que suportou a crescente família. A despeito dessas obrigações, Southey dedicava-se com rara paciência à educação dos filhos e achava tempo para acompanhar os seus em excursões pelos lagos e em ascensões aos picos próximos, banhando-se a meio de nos encachoeirados riachos de que está cheia a região.

Da sua escrivaninha, dedicava-se a rotina literária com uma energia quase sobrehumana, saíram livro atrás livro, os artigos para o National Review, cartas e mais cartas. Por meio destas em que era mestre, discorria do seu isolamento com tantos dos seus contemporâneos sobre o movimento literário, a política, os tópicos do dia.

Na folha de rosto de suas obras — The Doctor — vemô-lo sentado de costas, rodeado de livros. De costas, para guardar o anonimato, mas, sem o querer, deixando-nos o seu melhor retrato psicológico: sempre escrevendo, ereto, como se podia esperar de um

homem de sua tempera, um beneditino no centro da esplêndida bibliotéca.

A maior parte dos seus dias passou neste retiro, onde foi acumulando 14.000 volumes — única extravagância que se permitiu — os quais invadiram os corredores, salas e quartos, catalogados e encadernados com a ajuda das filhas. Tomando o nome de empréstimo ao British Museum, parodiou de Cottonian Library a seção encadernada com as chitas dos vestidos velhos das filhas. Outra estava sob a invocação "All Saints". Era na bibliotéca que recebia à hora do chá as visitas: um rol de nomes ilustres no Parnaso; Coleridge, Wordsworth, Shelley, Scott, Byron, Landor; na na política: Canning, Wilberforce, e também nas ciências como nas artes, inclusive estrangeiros.

Na igreja Crosthwaite, onde está enterrado em pomposo monumento com um epitáfio de Wordsworth, pregou um sermão no domingo o Reverendo Fitz Gerald, a maior autoridade sobre Southey e editor dos seus poemas e cartas. À noite, ouviram-se versos declamados por Geral Coleridge, bisneto do outro, e pela Senhora Hughes, prima dos Southeys.

Sobre "Southey e os Wordsworth" realizou notável conferência, no dia 16, Mrs. Rawsley, a erudita proprietária da casa destes e colecionadora das suas relíquias. Nos dias seguintes falaram o metodista S. Davis, sobre a "Vida de Wesley", uma das obras históricas de Southey, o Senhor T. Wilson sobre Keswick no tempo de Southey" e o Professor Simmons sobre "Southey e suas cartas".

As manhãs foram destinadas a romarias aos sítios prediletos do poeta: ao pico de Skiddaw, aos lagos Borrowdale, Windeswemere, à casa do irmão em Causey Pike, etc....

Na cerimônia inaugural, tive oportunidade de render um tributo em nome do Instituto, o qual foi reproduzido pelo "West Cumberland Times" do dia 18, encabeçando a reportagem da comemoração, prova da satisfação com que foi recebida essa inesperada homenagem.

P. S. — Desde que escrevi a introdução para as cartas publicadas pela Revista Trimensal do Instituto, surgiram os manuscritos originais da "History of Brazil", encadernados juntamente com dois volumes de "Collection", copioso material que não fôra nela aproveitado e de que não se tinha notícia desde o leilão da sua livraria em 1845. Comprara-nos Maggs Bros, de uma coleção inglesa,

procedendo a uma avaliação para fins de inventário, e agora enriquecem o patrimônio da Biblioteca Nacional e serão aproveitados na edição comentada que prepara o eminente mestre Rodolfo Garcia: "O monumento com que o Brasil honrará a memória de Southey". Na esperança de encontrar material dessa espécie é que Gilberto Freire e Paulo Prado foram a Londres, já que outros inéditos de interesse brasileiro não deixara Southey.

Tradução das palavras pronunciadas em Rawsley Hall, Keswick, a 14 de Agosto de 1943, pelo ministro Joaquim de Souza Leão Filho — como representante do Instituto Histórico:

"Quando a Inglaterra e o Brasil se batem lado a lado pelos mesmos ideais, nenhuma tarefa poderia ser mais grata do que a de associar o Instituto Histórico Brasileiro com a celebração do centenário de Robert Southey, a um tempo figura literária de primeira água no seu país e símbolo da comunhão cultural entre a Inglaterra, Portugal e Brasil. Realmente, quem melhor que esta figura de rara grandeza moral poderia inculcar-se para patrono da amizade anglo-brasileira?

Todos os admiradores de Southey sabem porque êle partiu para Portugal. Seu tio, Herbert Hill, capelão da comunidade anglicana em Lisboa, ansioso por que o jovem e modesto poeta entrasse para a Igreja, levou-o em sua companhia, na esperança de que abandonaria um prematuro projeto de casamento, bem como o romântico plano de emigração para a América, com Coleridge e Lovell — a mágima Pantisocrácia de seus sonhos de estudante.

Como Bedford e Byron, Southey ficou sendo um dos lusófilos ingleses enamorados por Cintra e pelo Tejo. Os dois primeiros, ricos e mundanos, frequentaram a Corte e se regalaram com a hospitalidade luculiana dos mosteiros. Southey, estudioso e saudosos da mulher de quem se separara, logo depois de um casamento secreto, buscou consolo na rica livraria portuguesa do tio. As lendas de cavalaria, a epopéia das descobertas, o martírio dos missionários prenderam a sua imaginação romântica para o resto da vida. De volta a Inglaterra, propôs-se escrever a História de Portugal. Alguns anos depois, desta vez com a mulher, fez nova visita e mais demorada a Lisboa. Seu encanto pelo país consolidou-se. Aprendeu a língua, recobrou a saúde ao sol aquecedor e pôs mãos à obra. Nela trabalharia o resto da frutífera existência, mas sem jamais poder concluí-la, pela

imperiosa necessidade de prover a subsistência da família com trabalhos mais urgentes e remunerados. Portugal tornou-se, porém, a sua segunda pátria espiritual.

A invasão península por Junot, a partida da Corte para o Rio, fixaram a curiosidade da Inglaterra no desconhecido e remoto Brasil. Eis como se explica que Southey completasse primeiro aquela que deveria ter sido a última parte da obra — a história do Brasil — país em que nunca pôs os pés. Graças a essa História, o nome de Southey ficou para sempre ligado ao nosso país, pelo menos entre nós.

Dentro ainda do primeiro ano da sua fundação, em 1839, Southey foi eleito Sócio Honorário do Instituto Histórico, que este ano resolveu comemorar a figura de um dos seus primeiros e mais distintos associados, dedicando-lhe uma sessão especial e um número da sua revista. Uma série de cartas inéditas, escritas, enquanto Southey trabalhava na sua História, a um amigo inglês no Brasil, haviam sido, por meu intermédio, em boa hora doadas ao Instituto, por uma bisneta, que assim quis demonstrar seu aprêço pela admiração com que o seu antepassado é tido no Brasil.

Nesta correspondência de vários anos com Koster, autor de um livro de viagens tão valioso quanto simpático sobre o país em que viveu tantos anos, e que era um companheiro de Southey, dos tempos de Lisboa, o "leit-motif", tão caro ao seu espírito, foi a história do Brasil. O espírito crítico de Southey e seu faro histórico ressaltam dessas cartas, cuja entrega ao Instituto constitui um gesto gracioso que sem dúvida Southey teria aprovado.

Alude nas suas cartas às infindas horas de trabalho que dedicou à tarefa; pretende que ninguém estava mais que ele indicado para realizá-la, pois um inglês não teria simpatia pela língua e ponto de vista portugueses, adquirido em longo comércio com a literatura e história de Portugal, e um português ou brasileiro a, necessária isenção de ânimo e independência para escrevê-la. Teve a intuição de que o Brasil estava destinado a ser uma grande nação e que ele seria lembrado como o seu Heródoto. Prova disto é a segunda edição comentada que se prepara da primitiva tradução brasileira, pondo em destaque as fontes que ainda são material de referência, para certas épocas da nossa história.

A primeira apareceu no Rio em 1862, e figura um exemplar na Exposição Southey

graças à Sociedade Anglo-Brasileira. Até a sua aparição, isto é, a segunda década do século passado, nenhuma outra obra fora publicada em Portugal, que abrangesse todo o país e apresentasse a sua história com tanto equilíbrio e método. Até a publicação da História Geral de Porto Seguro, a primeira de lavra de um brasileiro, foi a de Southey a única de tal envergadura. Por esta razão, durante largo tempo, seu autor gozou da reputação de ser o Príncipe dos nossos historiadores.

A biblioteca de Southey talvez fôsse a mais rica em obras portuguesas e espanholas em mãos particulares na Inglaterra. Seu tio e ele acumularam tesouros em viagens pela Europa, graças à dispersão de livrarias privadas e conventuais, numa época fértil em guerras e revoluções.

Seu biógrafo Dowden descreveu como essa biblioteca cresceu de ano para ano. Possuía todos os cronistas e romancieiros, os alvarás e as biografias, inclusive raridades bibliográficas como a gramática da língua tupi do Padre Anchieta, presente recebido da Bahia. O primeiro volume da História grangeou-lhe pelo menos um leitor e admirador no Brasil, este livro sendo um dos poucos que Southey não pôde achar e, no prefácio, pedia aos que porventura o possuissem que lho emprestassem.

Também entre os portugueses, os estudos de Southey sobre sua literatura valeram-lhe admiradores agradecidos, como certo poeta, algum tempo exilado neste país, que mais tarde veio a ser o grande Almeida Garret.

Como se poderá ver de um documento exibido em Greta Hall, foi Garret quem propôs à sua Rainha a concessão a Southey da Ordem da Torre e Espada em reconhecimento pela sua História do Brasil, que — citando literalmente — "é quase a da Nação Portuguesa e que tanto contribuiu para a nossa glória nacional". Esta Rainha foi a filha do primeiro Imperador do Brasil. Era ela brasileira nata e a condecoração escolhida foi uma revivida pelo avô, pouco tempo depois da sua chegada ao Rio de Janeiro.

Constitui, portanto, para um brasileiro, grande satisfação visitar a casa de Southey e admirar o panorama inspirador que ao poeta lembrava o cenário montanhoso de Cintra, mas que, na verdade, recorda-lhe ainda mais o da Baía de Guanabara, em toda a sua grandeza e nas perspectivas de rocha virgem e vegetação luxuriante".

UM EPISÓDIO DO DIA 15 DE NOVEMBRO NARRADO POR UM MONARQUISTA QUE O PRESENCIOU

SIMOENS DA SILVA

Desde a minha infância, em companhia de meus saudosos Paes, Tios e Avós, todos da intimidade da Família Imperial; acostumei-me a prezar e, mesmo, a venerar os seus augustos membros e, muito especialmente o Chefe da Nação o Sr. Dom Pedro II. No dia 15 de novembro de 189, em vésperas de matricular-me na Faculdade de Direito de São Paulo, na qual formei-me em 1893, saindo de casa, pela manhã, a fim de adquirir um dos livros, que me faltavam para o meu último exame de preparatórios, ao chegar à cidade, tive, imediatamente, conhecimento do que, momentos antes passara-se com Sua Magestade o Imperador; vendo o Largo do Paço (posteriormente: Praça 15 de Novembro) com aspecto de todo anormal, positivamente estranho, pois que forças do Exército cercavam, pelos 4 lados, o Palácio da Cidade (mais tarde: Repartição dos Telégrafos); estando o povo, em grupos, a comentar o que se havia dado e já arquitetando consequências diversas a verificarem-se.

Pezaroso pelo que acontecera e, muito especialmente, pelo choque que iria sofrer meu bom Pae, parei, por momentos, em frente das portas da Capela Imperial (hoje em dia: Catedral Metropolitana), à imaginar o que deveria fazer, dentro do mais breve espaço de tempo.

Quando em tal situação, encontrava-me, passam, bem junto de mim duas ilustres senhoras das nossas relações de amizade, sendo: uma, a Senhora Dôna Francisca Meirelles (cunhada do General Deodoro da Fonseca e, outra a Senhora Vieira Souto, que andava sempre sem chapéu (raridade de uso em tal época isso por considerar-se: Irmã de São Francisco.

Sabendo, no momento, que se dirigiam ao Palácio, pedi-lhes, por favor de levarem-me em sua companhia, para ir ver o Imperador.

De pronto, ambas essas distintas damas ascenderam a minha solicitação; indo eu como sobrinho da primeira delas e tendo ingresso no histórico casarão da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com a suprema sorte de encontrar-me logo com o notável e abnegado Chefe da Nação, deposto e prisioneiro, a quem, reverentemente, saudei, como sempre fazia e de quem recebi carinhoso agradecimento; perguntando-me logo, por meu Pae, do que respondi que: iria, incontinentemente, comunicar-lhe o acontecido e conseguir trazê-lo à sua augusta presença.

Ao sair do Palácio, dirigi-me ao Comandante do Regimento, que o cercava; pedindo-lhe um salvo conduto para voltar com meu Pae, que era Fidalgo da Casa Imperial e velho amigo do Imperador.

Imediatamente, o referido Oficial, muito gentil para comigo e, de certo, achando graça no meu interesse, devido à minha idade, ascendeu logo, à minha pretensão; fornecendo-me o que desejava e acompanhando-me até à saída do mesmo.

Naquele tempo, sem telefones, sem automóveis, com verdadeira deficiência de carruagens, com péssimo calçamento dos nossos logradouros públicos, confesso que senti-me bastante embaraçado para resolver de pronto, o o grave caso cuja solução teria de ser dada imediatamente, naquele instante, à saída do Palácio.

Como, porém, a minha têmpera, desde criança, segue a tradição da dos meus saudosos Maiores, não me acovardei diante do caso a resolver; tendo no momento, em que pensava no assunto, visto passar pela es-

quina da Rua 7 de Setembro, um dos veículos utilizados, na época, para vencer, com rapidez, as distâncias entre os diversos pontos da cidade, o qual tinha a denominação de Tilbury (1), carro pequeno, de tração animal, de 2 rodas, com 2 lugares apenas, um dos quais, para o cocheiro e outro, para o passageiro, fí-lo parar, ocupando-o logo e indicando ao seu dirigente a nossa casa de residência, no bairro de Botafogo e mais: que queria urgência, pois que seria gratificado, além da tarifa a ser cobrada.

Atendido pelo dono do mesmo, dirigi-me, sem perda de tempo, para casa, aonde cheguei, possivelmente, três quartos de hora depois, pelo grande esforço feito pelo pobre cavalo que, à suar em bicas e a curto galope, se bem que às vezes à trote, se viu obrigado a correr, para satisfazer o interesse duplo, quero dizer: do ocupante da condução que puchava e do seu dirigente.

Uma vez em casa, expus o ocorrido à meu Pae, que, seis dias antes, isto é, à 9 dos mesmos mês e ano, havia assistido; levando-me em sua companhia, ao fantástico “Baile da Ilha Fiscal”, oferecido pelo Governo Imperial à Esquadra Chilena, do Comando do Almirante Bannen, o mais imponente e grandioso jamais realizado nestes três quartos de século no Brasil e no qual toda Família Imperial foi alvo das mais justas e cativantes demonstrações de respeito e afeto; atonito e pezaroso, sem a mínima demora, no que também imitei-o, vestiu seu terno de casaca e, de revólver no bolso, entrou comigo, no carro; sentando-nos apertadamente num só lugar, que cabia ao fregues da condução, em aprêço e, assim, regressou êle à cidade, no mesmo espaço de tempo, já com o cavalo meio trópego.

Ainda bem me lembro da preocupação, com que ficou, com a nossa brusca saída de casa, a minha santa Mãe, pelo receio dos perigos que iam enfrentar.

Chegados, que fomos, ao referido Largo do Paço, dirigimo-nos, imediatamente, ao local de passagem do cerco estabelecido e pedindo eu à uma das sentinelas, conduzir-nos à pre-

sença do seu Comandante, logo atendidos, nem preciso foi apresentar ao mesmo a permissão que, momentos antes, me havia dado; porque, com toda cortesia, deu nos a devida entrada; subindo nós, em seguida, a escadaria lateral, que ficava quase à chegar à Rua da Misericórdia. Uma vez no salão central, ao aproximar-nos de Sua Magestade o Imperador, imediatamente estendeu Êle a mão à meu Pae; pronunciando a seguinte frase: “Logo vi que não me desprezava”.

Não devendo eu intervir na conversação de ambos, fiquei ôra aqui, ôra ali; observando, no entanto, o que se passava no local e, por sua vez, no exterior, digo, no Largo do Paço.

Talvez meia hora depois, apareceu a sereníssima Princeza Isabel que, ao ser cumprimentada por meu Pae, recebeu-o, toda chorosa, segurando-lhe a mão direita com ambas as suás; dizendo-lhe:

“Senhor Simoens! — O que mais sentimos é a ingratidão do Benjamin que, com cinco empregos da corôa, nos fez essa traição”.

Enquanto meu Pae entretinha reservada conversação com os seus colegas de Palácio, eu observava, o que podia, do cenário em ação e apreciava a atitude calma e patriótica do velho Chefe de Estado, então deposto, como por exemplo o que se passou no salão da frente, que dava para o Cais Faroux, quando Êle dirigia-se à uma das janelas, no que foi, momentaneamente interrompido pela frase, que lhe dirigiu o Conde de Carapêbús, nos seguintes termos: “Vossa Magestade não se esponha, poderá sofrer algum ultrage da massa popular, que circunda o Palácio”. Ao que respondeu-lhe o inovildável e saudoso Brasileiro: “Não se assuste Sr. Carapêbús, eu conheço bem o meu povo”.

E, digo eu agora: Sua Magestade D. Pedro II tinha toda razão, pelo que conseguiu apreciar, instantes depois.

Terminada tão judiosa, quão explícita, contestação, enfrentou, Sua Magestade a dita janela; correndo eu para a outra lateral e, abrindo-a, pelo alto fecho, que a cerrava de cima a baixo, o que também fiz com a minha, tive o grande prazer de assistir a um ato, de todo excepcional e, para mim, jamais olvidável, qual o de: “Descobrir-se todo elemento popular, que se achava apinhado, por trás das baionetas caladas, diante de um Monarca deposto e prisioneiro” — Pergunto eu: “Tinha ou não Sua Magestade toda razão ao referir-se, como fêz ao bondoso povo, que dirigiu, por cerca de meio século?”

(1) Um desses carros foi de minha propriedade, no fim do século passado, que muito bons serviços me prestou, quando advogava, com a minha banca no escritório dos saudosos colegas: Visconde de São Luís do Maranhão e Conselheiro Araújo Lima, à Rua do Rosário, 86, junto à Igreja da Conceição e Boa Morte, prédio êsse, derrubado para abertura da Avenida Central.

As 5 horas da tarde, retiramo-nos do Palácio, pois queríamos deixar os seus torturados Ocupantes livres, para sua refeição e indispensável descanso.

No dia seguinte, às 8 horas, lá estávamos, de novo, quando tivemos a desagradável notícia de que, às 2 horas da madrugada, havia embarcado no valor "Alagoas" (2), com destino à Europa, a patriótica, honesta e ultra democrática Família Imperial do Brasil, que não aceitou a oferta de 5.000 contos de reis, para sua manutenção no exílio, pois que não desejava, conforme frase do próprio Dom Pedro II, ser pesada à sua Pátria.

Vários dos seus Camaristas, inclusive médico e algumas Damas a acompanharam no ingrato e incompreensível desterro.

Desde esse dia, meu saudoso Pae e meus Tios não concorreram mais às urnas e meu Irmão e eu nunca nós alistamos eleitores, pois que o cenário político do país era outro e não mais aquêle em que, até então, vivemos.

Com relação a este tópico, abro um parêntesis, para referir o que me aconselhou meu venerando Avô paterno, Conselheiro Dr. Antônio Simoens da Silva, do seu leito de morte, em 1883, Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (posteriormente "Federal") então seu Presidente, por sua vez, Cavaleiro Fidalgo da Imperial Casa de Dom Pedro II, que: "não fôsse masson" (sendo êle masson); — "não fôsse político" (pois que não aceitou o convite do Imperador, escolhido na lista tríplice, quando eleito pela sua Província natal "Bahia" *por entender que Magistrado não podia ser político*) e que "formasse-me em Direito, como Êle, mas não fôsse Magistrado" (Estava em 1883, anteveendo aquêle velho Juiz o artigo 177 do *Estado Novo*, pelo qual o Governo, a seu talante, cerceava a liberdade da justiça).

E, mais: com 76 anos de idade, instado pelo Ministro do Império para aposentar-se, devido a sua idade, respondeu-lhe categoricamente que: "Enquanto tivesse forças trabalharia, pois que não queria ser parasita do Estado".

O que acabo de referir é, apenas, para provar que nós; meu Irmão e eu, obedecendo os conselhos de nosso venerando Avô, jamais deixamos de seguir o que nos indicou,

ou seja a orientação, que nos deu, nos últimos momentos da sua preciosa vida.

Com relação ao General Manuel Deodoro da Fonseca, devo dizer que: foi Êle sempre um dos íntimos amigos do meu Pai, cuja Esposa D. Mariana e Cunhadas, D. Francisca, mulher do Senhor José Meireles e D. Emília, consorte do General Pimentel eram da intimidade de minha santa Mãe e de suas Irmãs.

Desde o dia 15 de Novembro de 1889, meu Pae cortou relações com o mesmo militar que, por sua vez, era um grande amigo de Sua Magestade o Imperador, como também era toda sua ilustre Família; haja visto que o General Severiano foi feito Barão de Alagoas, sem com isso fazer-lhe favor, tal o seu valor e a correção de toda sua vida militar.

Para provar as nossas boas relações com infelizmente já falecidos e eu aprendemos a nadar com êle quando ainda crianças, isso de 1884 a 1885, ocasião em que o Belo-Sexo tomava banho de mar de longas calças de baetá até os tornozelos e túnica, do pescoço aos joelhos, na chamada Praia Vermelha (hoje, em dia Avenida Pasteur), pelo fato de residir Êle na Rua do Hospício (depois General Severiano) na 3.^a casa, a contar da esquina da mesma, de onde, diariamente saía, pela manhã, para fazer uso dos mesmos, sempre acompanhado de lindo cão preto chamado Tupia, o qual banhava, logo da dita Praia Vermelha; lembrando-me, eu, guida e indo, conosco aos domingos, em nosso carro americano, governado por meu Pae, à missa na Escola Militar, no extremo da dita Praia Vermelha; lembrando-me, eu, ainda da atitude dos soldados, todos perfilados, de bonet caído às costas, mantendo as espingardas viradas para baixo.

Ainda, para provar as nossas boas relações de amizade com êsses ilustres compatriotas, cito os seguintes fatos: O então Coronel Clodoaldo da Fonseca, Governador do Estado de Alagoas, em 1914; facilitando-me uma bela excursão à Cachoeira de Paulo Afonso, Rio São Francisco acima até Piranha e, dali, em trolley (dresina) à Pedra; fazendo-me acompanhar pelo seu Ajudante de Ordens Capitão Nolasco. Mais tarde, oferecendo-me aqui, no Rio, quando já promovido a General, um dos pratos do aparelho de jantar do seu Tio, com o seu nome "Deodoro", gravado, por extenso, ao centro.

O Marechal Hermes, nomeando-me para uma das representações científicas na Eu-

(2) O nome "Alagoas" não só era do vapor, que desterrou os nossos Imperantes, como do Estado natal do General Deodoro e de toda sua Família.

ropa, como tôdas as que tenho tido a honra de desempenhar, sempre: "sem ônus para a Nação".

O Dr. Fonseca Hermes sempre muito amigo de meu Pae; assim continuando para comigo, cujo procedimento fidalgo em seu Cartório de Tabelionato, foi seguido pelo seu filho Djalma, que, em tudo o que no mesmo, tive oportunidade de fazer, manteve a mesma linha, continuando meu bom amigo até hoje, o mesmo que se dá com o seu Irmão Diplomata Ministro Fonseca Hermes, que recebeu-me admiravelmente bem no ano de 1920, em Assunção, quando nosso Ministro Plenipotenciário na República do Paraguai.

Para conclusão do presente trecho, cito o que, vários anos depois passou-se com meu Pai e o próprio General Deodoro.

O General Pimentel, seu concunhado, achando-se enfermo e, a conselho médico, precisando mudar-se de casa, a fim de convalescer, o que deveria fazer para uma outra, em que houvesse terreno arborizado e que fôsse bem ventilada; tendo conhecimento de que o prédio da Rua de D. Mariana número 30 (então com a numeração H) achava-se vago, o qual era de propriedade de meu Pae; propondo Ele tomar-lhe por aluguel por um mês, consegui para o mesmo mudar-se, porém, a título gratuito; porque, de forma alguma, amigos como eram, não ia um cobrar a outro a insignificância que, na época, rendiam os prédios de aluguel.

Dias depois de realizada a mudança, indo meu Pae visitá-lo, à tarde, quando os lampêes da rua já se achavam acesos e a penumbra do início da noite já se fazia sentir, ao passar pelo portão de entrada, onde várias pessoas se achavam sentadas, tirou a sua cartola, cumprimentando-as, sem, no entretanto, poder distinguir quais os ali presentes, na ocasião.

Cumprindo o seu dever de amizade, o que muito agradou ao enfermo, ao despedir-se do mesmo, ouviu dêle o seguinte: "Você viu quem está sentado aí no jardim?"

Meu Pae respondeu-lhe: "Não, Pimentel, a escuridão já era um tanto forte, impedindo, portanto, que eu pudesse distinguir quem quer que fôsse".

Ao que retrucou o General Pimentel: "O Deodoro, e veja como Ele está mudado e triste". Continuando, disse-lhe ainda: "Fale com Ele, lhe peço, e veja se é ou não verdade, o que lhe estou dizendo". Meu Pae disse-lhe que: "Sim".

Disposto a cumprir a sua palavra, com a promessa feita, na ocasião, em que se apro-

ximava do local, em questão, de uma cadeira espreguiçadeira, junto ao gradil, um braço se ergue em sua direção, ouvindo meu Pae o seguinte: "Como vais Antonico? Ainda estais muito zangado comigo?" Apertando-lhe a mão, ao reconhece-lo, disse-lhe meu Pae: "Zangado, não Deodoro, sentido, sim, pelo que bem sabe Você, o que se passou".

Nesse momento, levanta-se Ele e contou, com toda sinceridade, pela seguinte forma: "Tens razão, meu bom amigo, se nascesse outra vez, noutra não me meteria".

Argumento em conclusão:

"Como é que um homem do seu valor e da intimidade de quem tudo fez pela sua illustre Família e por si próprio, iria cometer um ato de tamanha responsabilidade, de motu próprio; sem cogitar dos seus resultados ao futuro da sua idolatrada Pátria?"

A História, com o tempo, que responda.

ADENDUM:

Quanto a mim, próprio, penso ter cumprido até agora, esperando, assim continuar até os meus últimos dias sobre a superfície da terra, o meu dever, qual o de respeitar e venerar as memórias de Sua Magestades D. Pedro II e D. Tereza Cristina e de Suas Altezas D. Isabel, a Redentora e do Príncipe Gastão de Orleans, pelo seu grande amor a sua Pátria, que, com tamanha abnegação, critério e honradez, souberam dirigí-la até o célebre dia "15 de Novembro de 1889".

Como prova, do que já tive a feliz oportunidade de realizar nesse sentido, cito os dois fatos, seguintes:

1.º) No dia 2 de dezembro de 1925, já sócio benemérito da — Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro — para a qual entrei, muitos anos antes, por proposta do nosso velho e tradicional Amigo — Marquês de Paranaguá, comemorei em sessão solene, o centenário do nascimento de Dom Pedro II, com uma conferência e com todo salão, que foi da velha Ucharia Real, todo adornado com várias das principais peças imperiais do "Museu Simoens da Silva" do Rio de Janeiro, de minhas: fundação e propriedade, muitas das quais adquiridas no impensado.

leilão do Palácio da Quinta Imperial de São Cristóvão pois que, no meu ver, todo seu conteúdo deveria ser conservado pela Nação, para constituir seu Museu Histórico, o qual seria, garantido, o melhor de todo nosso hemisfério (3).

2.º) Mais tarde, por ocasião da vinda dos respeitáveis restos mortais de S. S. M. M. Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina (a mãe dos pobres), da Europa, em cujo desterro, de todo injusto vieram a falecer, organizando-se, no imponente salão do "Clube dos Diários", ex-"Cassino Fluminense" e

(3) Anos depois, publiquei, em folheto ilustrado, essa conferência, pela qual o meu saudoso amigo Pimenta de Melo, da Revista da Semana, coisa alguma, me cobrou.

hoje "Automóvel Clube", uma exposição retrospectiva dos tempos imperiais do Brasil; atentando eu, com todo prazer, à solicitação dos meus velhos Amigos João do Rêgo Barros e Eugênio Gudín, enviei à êles, para fazerem parte da justa exhibição, que fazia recordar os aureos tempos de nossa Pátria, 30 peças das quais, na ocasião, já possuía a seção histórica do meu Museu.

Finalmente, tive ainda a grande satisfação de receber em minha residência, em várias visitas ao meu Museu, Suas Altezas o Sr. Conde d'Eu, quando de regresso ao Brasil; de D. Pedro de Orleans, em cujas exéquias realizadas em Petrópolis, anos depois, estive presente e de vários membros de sua augusta Família, por diversas vezes, aos quais tenho tido a grata oportunidade de visitar no Palácio Grão Pará, na cidade de Petrópolis.

OS SÓCIOS DO INSTITUTO

MARIA CAROLINA MAX FLEIUSS

I — BRAGA (Cincinato Cesar da Silva)

Nasceu em Piracicaba, Estado de São Paulo, aos 7 de julho de 1864.

Filho do Major Domingos José da Silva Braga e de D. Barbara Augusta de Matos Braga.

Cursou o pequeno colégio do finado Padre Antônio José de Castro, na Fazenda Graciosa, Descalvado; em seguida estudou os preparatórios no Colégio Culto à Ciência, Campinas. Acabado os estudos secundários matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, recebendo o grau de bacharel a 6 de março de 1886.

Em abril do mesmo ano tomou posse do cargo de Promotor Público da comarca de S. Carlos do Pinhal, em 1887 demitiu-se desse cargo para dedicar-se inteiramente à profissão de advogado.

Proclamada a República em 1889, realizou-se a 30 de abril de 1891 a eleição de membros do Congresso Constituinte de São Paulo, sendo o Dr. Cincinato Braga eleito deputado a essa Assembléia, tomando posse a 6 de junho de 1891. Em 1892, foi eleito deputado ao Congresso Nacional, sendo reeleito em várias legislaturas seguintes. No Congresso Nacional foi eleito membro da Comissão de Diplomacia e Tratados, da Comissão de Constituição e Justiça e por último, e em diversas legislaturas da Comissão de Finanças. Bateu-se sempre nas discussões pelo desenvolvimento das rodovias e ferrovias do norte ao sul do Brasil, pelo problema das sêcas do nordeste, pelo melhoramento e aumento da pecuária nacional, pela fundação da Siderurgia Nacional, pela emissão de dinheiro apel sobre lastro-ouro, etc.

E' sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, do Instituto Histórico de São Paulo. Representou o Brasil na Liga das Nações, em Genebra, Suíça, em 1921. Exerceu a Presidência do Banco do Brasil de 1924 a 1926. Atualmente é Presidente do Banco do Comércio, na Capital Federal.

E' autor dos seguintes trabalhos:

Histórico da Cidade de S. Carlos, São Paulo, tip. da "Cidade de São Carlos" — 1890.

O Câmbio — Tip. Vanorden — São Paulo — 1910.

Questões Econômico-Financeiras — Tip. Duprat & Cia. — São Paulo, 1915.

Conservação Indústria Pastoril — Tip. Duprat & Cia. São Paulo — 1915.

Intensificação Econômica no Brasil — Tip. do Estado de São Paulo — 1918.

Emissão de Papel Moeda — Caixa de Conversão, Indústria Pastoril — Tip. Duprat & Cia. — São Paulo — 1915.

Sêcas do Nordeste — Tip. da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro — 1919.

Ensino Industrial. Siderurgia. — Tip. Imprensa Nacional do Rio de Janeiro — 1919.

Magnos Problemas Econômicos de São Paulo — Tip. do Estado de São Paulo — 1921.

O Brasil de ontem, de hoje e de amanhã — Tip. da Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1921.

O Brasil Novo — 4 volumes — os dois primeiros impressos na tip. da Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1930; os dois últimos na Tip. da Empresa Gráfica Editora, São Paulo, 1931.

Trabalhos na Constituição de 1934 — Tip. da Empresa Gráfica Editora — São Paulo — 1935.

Situação da Lavoura de Café. Situação Financeira do Brasil — Tip. do Correio Paulistano — São Paulo — 1935.

II — PAIVA (Ataulpho de)

Nascido em São João Marcos, na antiga Província do Rio de Janeiro.

Educado no Colégio Brandão, em Vassouras. Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau em 1887.

Juiz em 1894; Juiz da Corte de Apelação do Distrito Federal, 1903; Presidente da mesma Corte, de 1908 a 1909. Presidente do Conselho Nacional do Trabalho; várias vezes delegado em congressos internacionais, tais como o Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada e o Congresso Internacional de Direito Comparado, reunido em Paris, e do qual foi Vice-Presidente.

De volta da França, iniciou a campanha para organização da saúde pública no Distrito Federal; fundou e é presidente perpétuo da Liga Brasileira contra a tuberculose, ora denominada "Fundação Ataulpho de Paiva", fundou o "Preventório Dona Amélia", na Ilha de Paquetá, para crianças fracas; organizou uma instituição no Distrito Federal para a vacina contra a tuberculose. Ministro do Supremo Tribunal Federal. E' atual Presidente da Comissão do "Livro do Mérito".

Membro da Academia Brasileira de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, etc.

Possui as seguintes condecorações:

— Grande Oficial da Legião de Honra, França.

— Gran Cruz da Ordem de São Gregório, o Grande, Santa Sé.

— Gran Cruz da Ordem de Cristo, Portugal.

— Gran Cruz da Ordem de Santiago, Portugal.

— Gran Cruz da Ordem de Pedras Preciosas, China.

— Gran Cruz da Ordem de Flôr de Ouro, China.

— Gran Cruz da Ordem de Corôa, Itália.

— Gran Cruz da Ordem de Estrela Polar, Suécia.

— Gran Cruz da Ordem de Leopoldo II, Bélgica.

— Gran Cruz da Ordem de Simon Bolívar, Venezuela.

— Gran Cruz da Ordem Do Sol, Peru.

— Comendador da Ordem de Daneborg, Dinamarca.

— Comendador da Ordem de Santo Olavo, Noruega.

— Dignatário de 1.^a classe da Ordem do Mérito do Chile.

E' autor dos seguintes trabalhos:

O Brasil no Congresso Internacional de Direito comparado de Paris, 1900.

O Brasil no Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada de Milão, 1906.

Justiça e assistência, os novos horizontes, 1916.

Assistência Pública e Privada no Rio de Janeiro, 1922.

Reorganização do cofre dos órfãos.

Publicou vários artigos e conferências em diversos jornais.

III — MARTINS (Jorge Dods-worth)

Nasceu em 19 de fevereiro de 1884, na cidade Ponte Nova, Estado de Minas Gerais.

Filho do Dr. Custódio José Ferreira Martins e de D. Georgina Dods-worth Martins. Casado com D. Risa Batista.

Fez seus primeiros estudos no Ginásio Nacional (hoje Externato Pedro II) até 1898. Entrou para a Escola Naval em 12 de abril de 1900, tendo antes concluído o curso secundário, em Santos, no Colégio Castro Lopes.

Terminou o curso da Escola Naval em dezembro de 1903, iniciando logo após sua carreira de Oficial de Marinha.

Viajou por toda a costa brasileira, esteve no continente europeu por seis vezes, visitando Açores, Portugal, Espanha, Inglaterra, Escócia, Irlanda, Bélgica, França, Alemanha Itália, Austria, Suíça, Grécia, Egito, Tunis, Marrocos, Ilhas de Cabo Verde, Gibraltar, Malta, Canárias.

Tomou parte na 1.^a Guerra Mundial, como Assistente do Almirante Comandante da Divisão Naval em Operações de Guerra na Europa, tendo voluntariamente, deixado o cargo de Ajudante de Ordens do Presidente da República, a fim de seguir para aquela comissão.

Exerceu, além da comissão de confiança como oficial dos nossos navios de guerra, os Comandos da Canhoneira "Acre", no rio Amazonas, Monitor "Pernambuco", no rio

Paraguai, Contra-Torpedeiros "Piauí", "Paraná", "Alagoas", Navio-Hidrográfico "Vital de Oliveira", Encouraçado "São Paulo", Diretor Militar do Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras, Comandante da Divisão de Contra-Torpedeiros, Comandante da Divisão de Cruzadores, durante o rompimento das relações com as nações do Eixo, Diretor Geral de Navegação e Comandante Naval do Centro.

Foi Ajudante de Ordens do Presidente Nilo Peçanha e Wenceslau Braz, Assistente dos Almirantes Pedro de Frontin e Fonseca Rodrigues e Ajudante de Ordens do Almirante Alexandrino de Alencar, Adido Naval em França.

Fez os Cursos de Topócos e Minas, Curso geral da Escola Naval de Guerra, curso superior da Escola de Guerra Naval e curso de Alto Comando. E' engenheiro civil pela Escola Nacional de Engenharia do Rio de Janeiro.

Efetua serviços hidrográficos nas costas marítimas brasileiras e dirigiu os estudos da foz do rio Amazonas, apresentando cinco trabalhos originais que deram motivo a ser recebido como sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Dirigiu, em Paris, a publicação do Mapa Geral do Brasil, em 1922.

Foi Ministro da Marinha em 1945 e 1946 quando foi promovido a Almirante-de-Es-

quadra e pouco depois designado para representar a Marinha na Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos, com sede em Washington.

E' membro de diversas sociedades técnicas e culturais: do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Clube de Engenharia, Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, tendo ocupado o cargo de Vice-Presidente em Deouville (1929), no II Congresso Internacional de Salvamento no Mar realizado em Deauville (1929), no II Congresso Pan-Americano de consulta sobre Hidrografia e Cartografia (1944) e no 10.º Congresso Nacional de Geografia (1944) onde foi eleito para um dos cargos de Vice-Presidente. Representa a Marinha no Rotary Clube do Rio de Janeiro. E' Presidente do Instituto Oceanográfico Brasileiro.

Tem as seguintes medalhas: da Vitória (1914-1918), Tática de Guerra da Itália, Cinquentenário da República, Medalha de Ouro por bons serviços Militares e Cruz de Campanha brasileira (1917-1918).

Foi agraciado com as ordens :Grande Oficial do Mérito do Chile, Comendador da Ordem do Mérito Naval Brasileiro, Comendador da Legião de Honra da França, Cavalheiro da Ordem de São Maurício e São Lázaro, da Itália, e Comendador da Ordem Militar de Ayacucho, da República do Peru.

LIVROS RECEBIDOS

Em janeiro de 1947

Osório — (símbolo de um povo, síntese de uma época) — J. Batista Magalhães. — Livr. Agir Edit. — Rio de Janeiro — 1946.

A Ilha da Esperança — Cruz d'Alva — São Paulo — 1944.

Catimbó — Sabino de Campos — prefácio de Catulo da Paixão Cearense — Livraria Editora Zélio Valverde — Rio de Janeiro — 1945.

Economia y civismo — 6.ª série cuadernos de cultura — Manuel Villanova — Dirección de Cultura — La Habana — 1945.

Economia e Finanças do Brasil — 1822 — 1940 — José do Nascimento Brito — Edt. — Freitas Bastos — Rio de Janeiro — 1945.

Independence day, by Philip Guedalla — John Murray, Albemarle Street, W. — 1926.

The Missing Muse, by Philip Guedalla — Hodder and Stoughton — London.

Middle east — 1940 — 1942 — by Philip Guedalla — Hodder and Stoughton, London.

Gladstone and Palmerston by Philip Guedalla — Vitor Gollanez Ltda. — London.

The queen and Palmerston by Philip Guedalla — 1845 — 1879 — Hodder and Stoughton — London. 1933.

Palmerston, by Philip Guedalla — Ernest Benn Ltd. — London — 1926.

The Handreth, by Philip Guedalla — Eyre & Spottiswoode — London.

Conquistador, by Philip Guedalla — Ernest Benn Ltd. — London — 1927.

The Hundred years, by Philip Guedalla — Hodder and Stoughton.

Fathers of the Revolution, by Philip Guedalla — G. P. Putnam's Sons. London.

The Partition of Europe — 1715 — 1815 — by Philip Guedalla — At the Clarendon Press — 1914.

The hundred days, by Philip Guedalla — Peter Davis Ltd. — London — 1934.

Men of war, by Philip Guedalla — Hodder and Stoughton — London.

Napoleon and Palestine by Philip Guedalla — George Allen & Unwin Ltd. London.

The duke by Philip Guedalla — The Reprint Society — London.

Argentine tango, by Philip Guedalla — Hodder and Stoughton — London.

Os Ferreira França na política e nas Letras Brasileiras (Conferência realizada em 17 de junho de 1946, no "Instituto de Estudos Portugueses do Liceu Literário Português — Mário França — Jornal do Comércio — 1946.

Still Life, by Philip Guedalla — Hodder and Stoughton — London.

Northern Ireland, by Hugh Sherman — His Majesty Stationery Office — 1946.

O Apostolado de Manoel da Silva: Arcia e a Abolição da Escravatura — de Elpidio de Almeida — Jornal do Comércio — Recife — 1946.

Bibliografia de História do Brasil — 2.º semestre de 1945. Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1946.

Considerações em torno da Geografia e do seu ensino — Aroldo Azevedo — São Paulo — 1946.

- Confederação Nacional do Comércio* — Discurso proferido por seu presidente por ocasião da posse da primeira diretoria no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 10 de janeiro de 1946. Por João Daudt d'Oliveira. Rio de Janeiro — 1946.
- O Planejamento da Economia Brasileira* — Por Roberto C. Simonsen. São Paulo — 1945.
- Ainda em defesa de um parecer* — Por Cândido de Melo Leite — *Jornal do Comércio* — Rio de Janeiro — 1946.
- Leonardo do Vale Mestre da Língua Tupi-Guarani* — O Vocabulário na Língua Brasileira — Serafim Leite — Lisboa — 1946.
- Têmas de História Eclesiástica do Brasil* — P. Heliodoro Pires — São Paulo — 1946.
- Correspondência Diplomática de La Defegacion Cubana em Nueva York* — durante la guerra de Independencia de 1895 a 1898, tomo V vol. 11 — La Habana — 1946.
- Relatórios do Diretor (1938-1942)* — Boletim 10 — Mário da Silva Pinto — Pap. Mendes — Rio de Janeiro — 1943.
- Gráficos e seu beneficiamento* — Boletim 14 — Roberto Borges Trajano e outros — Rio de Janeiro — 1945.
- Ensaio de beneficiamento de minérios* — II e III — Boletim 15 — Jaime B. de Araújo — Rio de Janeiro — 1945.
- Investigaciones Químicas — Analíticas* — Boletim 17 — Luiz Baumfel de outros — Rio de Janeiro 1945.
- Espectrografia quantitativa — Método de Energia Total* — Boletim 18. — 1944.
- The english geographers and the Anglo-American frontier in the seventeenth Century* — Por Mood Fulmer — University of California — Los Angeles — 1944.
- The Aboriginal Culture of Cahita Indians* — Por Ralph L. Beals — Beal. — University of California — Los Angeles — 1944.
- East Florida as a reitish province* — 1763 — 1784 vol. XXXII — Por Charles Loch Mowat — University California — Los Angeles — 1943.
- Silk raising in Colonial México* — Woodrow Borah — University California — Los Angeles — 1943.
- The Russian fur trade — 1550 — 1700*, vol. 31 — Por Raimond H. Fischer — University of California — Los Angeles — 1943.
- Sibéria in the seventeenth Century* — Vol. 30 — Por Geirge V. Lantzeff — University of California — Los Angeles — 1943.
- The Panamá Route — 1848-1869*, vol. 29. por John Haskell — University of California — Los Angeles — 1943.
- As raízes históricas do patrianovismo* — Por Arlindo Veiga dos Santos — Col. Patria Nova — São Paulo — 1946.
- Notas cronológicas — da Penha* — Maria Stella de Novais — Vitória — 1946.
- Discurso en Rio — Buanaventura Caviglia Hijo* — Montevideo — 1946.
- Bibliotéca Genealógica Brasileira* — Subsídios genealógicos — Carlos da Silveira — Instituto Genea Bras. — São Paulo — 1946.
-
- Em fevereiro de 1947**
- Biblioteca Genealógica Brasileira* — O Conde de Moreira Lima — Dr. Gama Rodrigues — Inst. Genea. Bras. — 1942 — São Paulo.
- Revista Genealógica Brasileira* — 2.º semestre de ano VII, n.º 14 — Salvador de Moya — Inst. Genea. Bras. — São Paulo — 1946.
- Anuário Genealógico Brasileiro* — Vol. VIII — Salvador de Moya — 1946 — São Paulo.
- Índices Genealógicos Brasileiros* — Vols. I — II — V — Salvador de Moya — 1946 — São Paulo.
- Poesia Brasileira* — (Florilegiada) Tomos. I — II — III — Afrânio Peixoto (Coleção) — Academia Brasileira — 1946 — São Paulo.
-
- Em março de 1947**
- O Economista e o Sociólogo no mundo atual* — por João Daudt d'Oliveira — 1947 — Rio de Janeiro.
- As gongadas do Município de Osório* — por Dante de Laytano — 1945 — Rio Grande do Sul.

Henrique B. Moreno — Un gran diplomático Argentino — por Fermin V. Arenas Luque — Buenos Aires — 1946.

História de um engenho do reconcaço — 1552 — 1944 — Wanderley Pinho — Livraria Editora Zélio Valverde S. A — Rio de Janeiro.

The Smithsonian Institution — 1945.

Actas Capitulares de San Miguel de Tucuman — Manuel Lizondo Borda — 1945 — Argentina.

As orfãs — Rodolfo Garcia — 1946 S. D. de M. E. S. — Rio de Janeiro.

Influência de la musica incaica en el cancionero del norte Argentino — vol. V — Mateo Bosz — 1944 — Buenos Aires.

Relíquias da Terra do Ouro — 1946 Edgard de Cerqueira Falcão M. E. S. — Rio de Janeiro.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

Em janeiro de 1947

Logos — 4.º trimestre de 1946, ns. 3 e 4, ano I — Paraná.

Nação Brasileira — dezembro de 1946 número 280, ano XXIV — Rio de Janeiro.

The National Geographic Magazine — december 1946, vol. XC number 6 — Washington.

Agronomia — julho — setembro de 1946, n.º 3, vol. 5 ano 5 — Rio de Janeiro.

Catálogo n.º 72 Brasil e América — 1946 — Rio de Janeiro.

Hilfel — outubro — novembro n.º 2 — Paris.

Gazeta de Notícias — (suplemento) n.º 87, ano 71, 14 de abril de 1946 — Rio.

Carta semanal — ns. 8, 10, 14 e 28 de dezembro de 1946, ano I — São Paulo.

A Gazeta — 6 de maio de 1946, n.º 4.247, ano XVI — Espírito Santo.

Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambuco — vol. XL, 1945 — Pernambuco.

A Fátima Brasileira — dezembro de 1946, n.º 58, ano VII — Rio de Janeiro.

D. N. C. (Revista do Departamento Nacional do Café) — julho 1946, n.º 157, ano XIV — Rio de Janeiro.

Letras del Ecuador — ns. 14 e 15 — junio julio e agosto de 1946 — Quito — ano II.

Revista da Academia Matogrossense de Letras — Tomo XXVII e XXVIII — 1946 — Cuiabá.

Revista Nacional, ano IX, febrero de 1946, n.º 98 — Montevideu.

O Puritano — 25 de dezembro de 1946, número 1.889, ano 48 — Rio de Janeiro.

Boletín de Historia y Antigüedades, junio julio y agosto de 1946, ns. 380 a 382, volumen XXXIII — Bogotá.

Revista do Serviço Público, ano IX vol. IV, n.º 3, dezembro de 1946.

Boletín de la Academia Nacional de Historia — enero junio de 1946 n.º 67, volumen XXVI — Venezuela.

Cuadernos de Chiapas, ns. — 7 — 8 — 9 — 10 — 11 e 121 — 1946.

Boletim do Instituto Brasil Estados Unidos, janeiro de 1947, n.º 43, ano V — Rio de Janeiro.

E. C. (Associação dos Empregados do Comércio no Rio de Janeiro), outubro de 1946, n.º 29, ano II — Rio de Janeiro.

Lista Diplomática — dezembro de 1946. — Rio de Janeiro.

A Grã-Bretanha de hoje — n.º 101 — Rio de Janeiro.

Carta semanal — 4 de janeiro de 1947, ano 1, n.º 11 — São Paulo.

Boletim del cantro larense — n.º XIX, ano V, terceiro trimestre: julio, agosto e septiembre de 1946 — Venezuela.

Anais da Sociedade Brasileira de Filosofia — 1944 — 1945, n.º 5, ano V — Rio de Janeiro.

Diário Popular — 4 de janeiro de 1944, número 20.281, ano XXIII — São Paulo.

Catálogo de estrada, para el año de 1946 — Buenos Aires.

Britania — de agosto e setembro de 1946, ns. 2 e 3, vol. III — Rio de Janeiro.

Universidade Católica Bolivariana — febrero, marzo e abril de 1946, n.º 44 vol. XII

- A Gazeta* — 7 de janeiro de 1947, ano XIX n.º 5.036 — Vitória.
- Relatório do ano de 1944*, apresentado à mesa conjunta de 12 de dezembro de 1945, pelo irmão provedor, Sr. Dr. Antônio de Pádua Salles — São Paulo.
- Relatório do Tribunal de Contas* — Exercício de 1945.
- U. S. A. Book News* — vol. 1, number 9, 10, october e november 1946 — New York.
- Boletim de informacion*, n.º 31. Embajada de España — Rio de Janeiro.
- Britain to day* — november 1946, number 127.
- A Grã-Bretanha de hoje* — n.º 102 — Rio de Janeiro.
- Geografia* n.º 2, ano LXV — São Paulo.
- Considerações em torno da Geografia e do seu ensino* por Aroldo de Azevedo — São Paulo.
- Relatório anual do Diretor* — 1941 — Rio de Janeiro.
- Revista A Nacional de Cultura* — 58 setembro — outubro de 1946, ano VII — Venezuela.
- Universidade Católica Bolivariana*, n.º 44, febrero — marzo — abril de 1946 — volume XII — Colômbia.
- Documentos históricos* — vol. LXXIII — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — 24 de dezembro de 1946, n.º 2.061 e 18 de janeiro de 1947, n.º 2.076, ano IX — Minas Gerais.
- Engenharia* — n.º 53, ano V, vol. V, janeiro de 1947 — São Paulo.
- Boletim de informacion* — n.º 32. Embajada de España — Rio de Janeiro.
- Boletim da História da Civilização moderna e contemporânea* — n.º 1 — S. Paulo.
- Boletim informativo del Ministerio de Relaciones Exteriores* — ns. 1 e 2, julho e agosto de 1946, vol. 3 — Quito.
- Boletim mensal das observações meteorológicas feitas nos postos da colônia organizado pelo observatório Campos Rodrigues*, (apenso ao boletim trimestral de estatística, ano XIII, janeiro a março de 1946, n.º 1 a 3 — Lourenço Marques.
- A Rodovia* — ano IX, n.º 83 — dezembro de 1946 — Rio de Janeiro.
- Boletim da União Pan-americana* — dezembro de 1946, n.º 12, vol. XLVII — Washington — *A Defesa Nacional* — novembro e dezembro de 1946, ns. 390 e 391, ano XXXIV — Rio de Janeiro.
- Estatutos* — *Sociedade Brasileira de Geografia* — Rio de Janeiro.
- Programas do Ensino Comercial* — Folheto n.º 9 — Serviço de documentação — Rio de Janeiro.
- Estatutos* — *Sociedade Brasileira de Geografia* — Rio de Janeiro.
- Proteção Financeira aos Desportos* — *Serviço de Documentação* — folheto número 19 — Rio de Janeiro.
- Bulletin des études portugaises et de l'Institut Français na Portugal* — nouvelle série, tome dixième fasc. 1 — 1945 — Coimbra.
- Catálogo*, n.º 678 — Livres anciens et modernes.
- Correio de Uberlândia* — 21 de janeiro de 1946, n.º 2.078, ano IX — Minas Gerais.
- Boletim Bibliográfico Mexicano*, 31 de agosto de 1946, n.º 80 — ano VII — México.
- Belgique Amerique Latine*, nouvelle série número 13-20 de novembre de 1946 — Bélgica.
- Diário Popular* — 4 de janeiro de 1947, n.º 20.281, ano LXIII — São Paulo.
- Revista do Clube de Engenharia* — dezembro de 1946, vol. XV, n.º 124 — Rio.
- U. S. A. Book News*, number 9-10, vol. 1, october — november 1946. — New York.
- News Bulletin* — december 1, 1946 n.º 3, twenty-second vol. — New York.
- International Conciliation* — october 1946 n.º 424 — New York.
- Salubridad y Asistencia* — noviembre y diciembre de 1946, tomo VI, n.º 18.
- Boletim do Ministério do Trabalho Indústria* n.º 140, abril de 1946, ano XII — Rio de Janeiro.
- Correio de Uberlândia* — ns. 2.066, 2.073, 2.084, 4, 9, e 29 de janeiro de 1947, ano IX — Minas Gerais.
- Omi. G. G.* — Revista do Instituto Geográfico e Geológico, vol. III n.º 1, janeiro a março de 1945 — São Paulo.

O Pensamento de Salazar — Discurso de Inauguração da 1.^a Conferência da União Nacional — 9 de novembro de 1946 — Lisboa.

The Mc Graw Hill — vol. II, fail 1946. number 3.

A Gazeta — 7 de janeiro de 1947, número 5.036, ano XIX.

Em fevereiro de 1947

Boletim da União Panamericana — janeiro de 1947, n.º 1, vol. XLIX — Washington.

Quarterly ournal — november 1946, n.º 1, vol. 4 — Washington.

Notícias de México — 1.º de outubro de 1946, n.º 3, año VI — México.

Boletim A. E. C. — ano II, novembro e dezembro de 1946, ns. 30 e 31 — Rio.

Monuments of wit and learning — 1946 New York.

O Livro Americano — n.º 1, tomo X, janeiro de 1947 — Washington.

News Bulletin — january 1, 1947, n.º 4, New York.

Boletim Indigenista — diciembre 1946, n.º 4, vol VI — México.

Te United States Quartevely Book List — vol. 2, number 4, december 1946 — Washington.

Boletim de La Academia Nacional de La Historia — tomo XXIX, enero — marzo de 1946, n.º 113 — Venezuela.

Revista de Imigração e Colonização — setembro de 1946, ano VII, n.º 3 — Rio.

Catalogue n.º 761 — *Voyages and Travels*, vol. 3, part III — London.

Correio de Uberlândia — 1 de fevereiro de 1947, n.º 2.086, ano IX — Minas Gerais.

O Puritano — 10 de janeiro de 1947, número 1.890, ano 48 — Rio de Janeiro.

Bulletin of the New York Public Library — december 1946, number 12, vol. 50 — New York.

Think — december, 1946, n.º 12, vol. XII — New York.

Belgique Amerique Latine — n.º 15, 20 décembre 1946, — Bélgica.

Digesto Econômico — janeiro de 1947, ano III, n.º 26 — São Paulo.

Boletim de Informacion — n.º 33 — Embajada de España — Rio de Janeiro.

Informações Argentinas — n.º 17, ano de 1946 — Buenos Aires.

Boletim Trimestral de Estatística — 1.º Trimestre de 1946, ano XXII, n.º. 1 — Colônia de Moçambique.

R. A. E. (Repartição de Aguas e Esgotos de São Paulo) — novembro de 1946, número 17, ano 8 — São Paulo.

História da Civilização Americana — n.º 3, boletim LXIX — São Paulo.

U. S. A. Book News — volume 1 number 11-12 de december — january 1946 — 1947.

Boletim Indi Genista — num. 4, vol. VI, diciembre de 1946 — México.

Quarterly Journal — november, 1946, n.º 1, vol. 4 — Washington.

Arquivos de Instituto de Direito Social — vol. 6, n.º 2, dezembro de 1946 — São Paulo.

Notícias de México — 1.º de outubro de 1946, n.º 79, ano VI, n.º 3 — México.

A Lâmpada — ano XVI, n.º 53, dezembro de 1946 — Curitiba.

Geographical Review — january 1947, number 1, vol. XXXVII — New York.

Boletim de La Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística — n.º 2, tomo LXII, septiembre-octubre de 1946 — México.

Província de São Pedro — junho, março, setembro e dezembro de 1945-1946 — Porto Alegre.

Anais do Arquivo Público da Bahia — vol. XXVIII — 1942 — Bahia.

Voluntad — julio, septiembre de 1946, número 52 — Bogotá.

Educacion — outubro novembro de 1946 — n.º 45, año 7 — Caracas.

Boletim de la Academia Chilena de la Historia — segundo semestre de 1946 número 35, año XIII — Santiago de Chile.

Em março de 1947

- Moçambique* — março de 1946, n.º 45 — Lourenço Marques.
- Geographical Review* — january 1947, number 1, vol. XXXVII — New York.
- Boletim n.º 100 — Histórico do Serviço Geológico e Mineralógico e considerações sobre suas atividades* — Rio de Janeiro.
- The shop on the corner by John Clarkson. British Universities* — Ernest Barker.
- A Agricultura na Grã-Bretanha* — Laurence F. Casterbrook.
- British Libraries* — Lionel R. Mc. Colvin.
- Voyages and Travels*, vol. 4, part II (Catalogue 763).
- A Rodovia* — janeiro de 1947, num. 84, ano X — Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Estatística* — janeiro, março e abril — junho de 1946, ns. 25 e 26, ano VII — Rio de Janeiro.
- A Gazeta* — de 9 a 18 de 1946 e 7 de janeiro de 1947, ns. 4.963, 5.036, ano XIX — Vitória.
- Anales de la Universidad de Chile* — Tercero y cuarto trimestres de 1945, ns. 59 y 60, 4.ª série, año CIII — Chile.
- Moçambique* — setembro de 1946, n.º 47, — Lourenço Marques.
- Revista Militar Brasileira* — junho a dezembro de 1946, vol. XLVI, ns. 3 e 4, ano XXXIV — Rio de Janeiro.
- A Defesa Nacional* — janeiro de 1947, n.º 392, ano XXXIV — Rio de Janeiro.
- Revista Histórica* — tomo XV, ns. 43-45 — Montevideu.
- Boletim do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio* — maio de 1946, ano XII, n.º 141 — Rio de Janeiro.
- Boletim do Circulo de Técnicos Militares* — setembro de 1946, ano 8, n.º 28 — Rio de Janeiro.
- Britânia* — outubro e novembro de 1946, números 4 e 5, vol. III — Rio de Janeiro.
- Museu Histórico Nacional* — Legislação, folheto n.º 46 — Serviço de Documentação — Rio de Janeiro.
- The New York Times* — Sunday, novembro 24, 1946, vol. IV, n.º 171 — New York.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico, do Rio Grande do Norte* — vols. XXXVIII a XL, 1941-1943.
- Anales de la Sociedad de Geografia e Historia de Guatemala* — tomo XXI, marzo de 1946, n.º 1 — Guatemala.
- Boletim Municipal* — junho a setembro de 1946, n.º 25, ano VII I — Porto Alegre.
- Britain to day* — december 1946, january, february, 1947, ns. 128, 129 e 1230.
- Relatório e Contas da Diretoria* — 1946.
- Anais do Quarto Congresso de História e Geografia Sul Rio Grandense* — volumes I e II — Porto Alegre.
- América Indígena* — volumen V, enero 1945, n.º 1 — México.
- Generals Practice Clinics* — vol. 3 number 5, july 1946 — Washington.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — tomo XVIII, 31 de dezembro de 1946 — Rio de Janeiro.
- A Grã-Bretanha de hoje* — n.º 102 — Rio de Janeiro.
- News Bulletin* — february 1, n.º 5 1947 — New York.
- Lista Diplomática* — março de 1947.
- Boletim da Academia das Ciências de Lisboa* — janeiro de 1947, vol. XIX — Lisboa.

SÓCIOS FALECIDOS

No abrir do ano de 1947 — teve o Instituto a máfia de perder dois de seus sócios prestigiosos e ilustres: Afrânio Peixoto, ocorrida a 12 de janeiro e Clemente Maria Brandenburger, assinalada em 17 de janeiro.

I — *Afrânio Peixoto* fôra eleito para sócio efetivo em 16-6-1919, em consequência da proposta apresentada em 28 de abril pelos senhores Max Fleiuss, Raul Tavares, Roquete Pinto e Eurico de Góis. Além de escritor de grande nomeada, romancista e ensaísta de relevo, membro da Academia Brasileira de Letras, já era Professor da Faculdade de Medicina (cadeira de Higiene) e da de Filosofia e Letras, destacando-se, então, por estudos marcantes de história literária e pelos ensaios biográficos de Castro Alves e Euclides da Cunha (in “Poeira da Estrada”).

O honroso parecer da comissão de história, que lhe foi inteiramente favorável está relatado por Clóvis Bevilacqua, em data de 22 de maio e traz ainda as assinaturas dos Srs. Viveiros de Castro, Pedro Lessa, Basílio de Magalhães e Laudelino Freire. O da comissão de admissão de sócios, em data de 14 de junho, está redigido por Ramiz Galvão, e foi assinado ainda por Antônio Olinto e Manuel Cícero.

Afrânio Peixoto, além dos predicados de sua alta inteligência era um trabalhador sem esmorecimentos. Assim é que lecionou no “curso de altos estudos” criado pelo Instituto Histórico e, no domínio da pesquisa contribuiu sobremaneira para o conhecimento do nosso passado com a publicação das séries: “Primeiras Letras” e “Cartas Jesuíticas” (edições da Academia de Letras, provocadas, estimuladas e conduzidas pela sua exemplar atividade.)

No domínio das letras históricas, além dos já citados, contribuiu com monografias interessantes: “A História do Brasil” (edi-

ção de Lisboa, 1940); “Pequena História das Américas” (ed. de São Paulo, 1940); “Minha Terra e minha gente” (ed. Rio, 1916; “Ramo de Louro”; “Noções da história da literatura brasileira”; “Noções de história da literatura geral”; “Noções de história da Educação” (1938) e, finalmente, o seu “canto de cysne”, nos livros dedicados à terra natal: “Breviário da Bahia” (1944) e “Livro de Horas” (edição póstuma).

Afrânio Peixoto, nasceu em Lençóis (Bahia) a 17-12-76. Além da obra literária, que é extensa e original, deixou importante produção científica e educacional — repartida em inúmeros trabalhos: livros, opúsculos, conferências e ensaios.

Falou, no Instituto, em várias ocasiões marcantes, a 1.^a quando foi admitido como sócio (sessão de 26-7-1919), a 2.^a ao celebrar-se o jubileu de Ramiz Galvão, como orador da solenidade (1922); a 3.^a sobre “leituras camoeranas” (1926); e a última no Centenário de Southey, em 1943, como conferencista, para analisar a obra do escritor inglês, a quem a nossa história tanto deve.

Após essa bela comemoração, por proposta de 11-5-44, assinada por 17 consócios, e aprovada em sessão de 17-5-44 foi incluído na categoria dos sócios beneméritos do Instituto.

De Afrânio Peixoto foi publicada nesta “Revista” a bibliografia pela Senhorita Maria Carolina Max Fleiuss (vol. 187, págs. 307-311).

II. *Clemente Brandenburger*, embora nascido na Alemanha, veio para o Brasil em 1909 e naturalizou-se cidadão brasileiro em 1911 — para aceitar um lugar no “Museu Paulista” do Ipiranga. (1911-12).

Nascido em Fulda, em 10-6-1879 — acabou seus dias na propriedade rural em Vassouras (E. do Rio) onde, há longos anos residia. Viajou pela Rússia européia e asiática e depois de visitar a França, a Espanha e Portugal — partiu para o Brasil.

Foi administrador de fazenda, no Interior de São Paulo e depois diretor do "Deutsche Zeitung" na capital do Estado (1910). No Rio (1915) organizou o "Deutsche Tageblatt" — do qual se afastou em princípios de 1917, antes da rutura do Brasil com a Alemanha.

Foi proposto para sócio correspondente do Instituto, em 28-4-1919, por iniciativa dos Srs. Max Fleiuss, Raul Tavares, Roquete Pinto e Eurico de Góis. O parecer da comissão de história, de que foi relator Julianio Moreira, em 16-6-19 — traz ainda a assinatura de Clóvis Bevilacqua, Basílio de Magalhães e Laudelino Freire; é um resumo da sua atividade intelectual; doutor em filosofia, pela Universidade de Heidelberg (1901-902), tendo iniciado os estudos superiores na de Berlim (1899-1901).

•Naquela defendeu tese e teve aprovação "magna, cum laude". Publicou: "A colônia holandesa de Soldan" que é um estudo para a economia da Grã-Polônia no século XVIII; "Problemas das vias de comunicações, na Ásia russa" (Halle 1905); "História do banco oriental de comércio e indústria" 1857-1907 (Posen, 1909) e "História polaca" (Leipzig 1907).

No Brasil editou: "Pernambuco e a evolução do Brasil para a Independência", (S. Leopoldo 1917-18) e "A Nova Gazeta da Terra do Brasil" (1922) do qual Max Fleiuss fez longa apreciação nesta Revista (vol. 151, pág. 182-190). Nos últimos anos de seu recolhimento bucólico preparava C. Brandenburger uma "História do Brasil" desde o início do século XIX e outra "História Geral do Brasil" — cujos sumários — índices, chegou a enviar ao Instituto.

O parecer da Comissão de Admissão de sócios, de 28-6-1919, favorável a sua en-

trada traz a assinatura de Antônio Olinto, Miguel de Carvalho, Manuel Cicero e Ramiz Galvão, foi lido nessa data. Em virtude de acusações injustas, então reeditados em jornal vespertino, foi a votação adiada; mas defendendo-se concisa e imperturbavelmente em carta de Vassouras (14-6-19) foi dito parecer longamente justificado pelos mesmos sócios, relator Antônio Olinto, em 23-4-19 que lhe deram inteira razão — sendo afinal eleito e proclamado sócio correspondente do Instituto, em 15-10-1919.

Era pesquisador consciencioso e grande sabedor das nossas histórias e lendas, amante enternecido no nosso "folk-lore" e conhecedor assíduo e inteligente do passado brasileiro e das suas melhores tradições.

De Brandenburger foi transcrito na Revista um artigo sobre "Spix e Martius" (vol. 83 pag. 445) e publicados: "Imigração e colonização no 2.º Reinado" (vol. 152 pags. 481-487) e "O descobrimento do Brasil por Vicente Ianez Pinzon" (vol. 175, páginas 156-157).

COLABORAÇÃO

Honram este número com trabalhos de valor, os nossos prezados consócios: Embaixador Hildebrando Accioly, Professor E. de Sousa Campos, Dr. Feijó Bittencourt, Joaquim de Souza Leão, Walter Spalding.

Destacam-se, de colaboração alheia, as dos Srs. A. de Lemos Barbosa e Ordival Gomes, Simoens da Silva e Rose Maçaulay.

Nas habituais sessões de bibliografia as notas da Sta. Maria Carolina Fleiuss e Hélio Vianna.

As conferências pelo professor Feijó Bittencourt, cuja publicação iniciamos — foram proferidas em São Paulo, na "Fundação Cásper Líbero" num curso que ali decorreu em Novembro de 1946, o 2º secretário do Instituto sobre: "As idéias fundamentais da história".

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO

Trimestre:

	<i>Janeiro</i>	<i>Fevereiro</i>	<i>Março</i>	<i>1947</i>	<i>Total</i>
— Obras oferecidas	54	8	14	—	76
— Revistas nacionais e estrangeiras recebidas	76	37	35	—	148
— Catálogos recebidos	2	1	—	—	3
— Mapas recebidos	—	—	—	—	—

Arquivo

— Documentos consultados	1.165	1.170	980	—	3.315
— Museu — visitantes	22	18	46	—	86

Sala pública de leitura

— Consultas	506	539	499	—	1.544
— Jornais	341	352	420	—	1.113
— Revistas	298	308	338	—	944
— Mapas consultados	61	49	60	—	170

Secretaria

— Offícios, cartas e telegramas recebidos ...	27	18	38	—	83
— Offícios, cartas e telegramas expedidos ...	28	25	42	—	95

Quadro social

Para substituir o saudoso consócio prof. Afrânio Peixoto, falecido em janeiro último — o Presidente perpétuo do Instituto, embaixador J. C. de Macedo Soares — na forma estatutária, designou para a comissão de arqueologia e etnografia — o Dr. Jeronymo Avelar Figueira de Melo — sócio efetivo até a eleição do fim deste ano.

ÍNDICE DA REVISTA N.º 194

Janeiro a Março de 1947

I — TRABALHOS ORIGINAIS

- 1 *Os movimentos miguelhistas de 1823 e 1824* — pelo Embaixador Hildebrando Accioly 5
- 2 *Casas de Misericórdia* — pelo professor Ernesto de Souza Campos 19
- 3 *O conceito do visível e do invisível nos demonstrativos tupís* — por A. Lemos Barboza 36
- 4 *Vida e obra do cirurgião Antônio José Alves* — por Ordival Gomes 39

II — CONFERÊNCIAS

- 5 *A Grécia e o despertar da história* — pelo prof. Feijó Bittencourt 71
- 6 *A história e a filosofia grega* — pelo prof. Feijó Bittencourt 89

III — TRANSCRIÇÕES

- 7 *O historiador do Rio Grande do Sul* — por Walter Spalding 113
- 8 *Southey em Portugal* — por Rose Macaulay 117
- 9 *Pelo Brasil Unido* — por Thiers Fleming 119

IV — CRÍTICA DE LIVROS

- 10 *Notas* (4) de Helio Vianna 122

V — RELATÓRIO

- 11 *No Centenário de Southey* — por Joaquim de Souza Leão Filho 124

VI — DEPOIMENTOS

- 12 *Um episódio do dia 15 de Novembro* — por Simoens da Silva 127

VII — BIO-BIBLIOGRAFIA

- 13 *Os sócios do Instituto* — pela Sta. Maria C. Max Fleiuss 132
 - a) *Cincinato Braga*
 - b) *Ataulfo de Paiva*
 - c) *Jorge Dodsworth Martins*

VIII — PUBLICAÇÕES

- Livros recebidos 135
- Outras publicações 137

IX — Noticiário 141